

# eHUMANIT@S

---

*Revista Eletrônica das áreas Sociais e Humanas do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - Araçatuba (São Paulo)*

**ISSN 2527-1466**



**2021 - nº 9**

**1º Semestre**

## **Apresentação**

A revista eHumanitas tem por objetivo promover a publicação semestral de artigos originais em meio digital, tendo como finalidade contribuir cientificamente para as áreas Humanas e Sociais, dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Direito, Psicologia, Publicidade e Propaganda e Serviço Social do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium de Araçatuba, abrangendo os trabalhos de pesquisas, iniciação científica, conclusão de curso e outros de natureza científica.

## **Corpo Editorial**

### **Conselho Diretivo**

Pe. Luigi Favero - Presidente  
Prof. André Luis Ornellas - Vice-presidente  
Profa. Fabiane Cristina Spironelli - Coordenadora da Revista

### **Conselho Editorial**

Prof. Antônio Moreira  
Profa. Cláudia Lopes Ferreira  
Prof. Fernando Sávio Rodrigues dos Santos  
Prof. Helton Laurindo Simoncelli  
Prof. José Carlos Lorenzetti  
Profa. Mirella Martins Justi

### **Conselho Consultivo**

Profa. Cleide Henrique Avelino – Normas  
Profa. Fabiane Cristina Spironelli – Normas  
Prof. Jeferson da Silva Machado – Normas  
Prof. João Geraldo Nunes Rubelo – Normas  
Profa. Joicimar Cristina Cozza – Normas  
Profa. Lilian Pacchioni P. de Souza – Língua Portuguesa e Língua Inglesa

### **Capa, Diagramação e Arte-Final**

Ana Paula Bianco Gavioli

MSMT UniSALESIANO Araçatuba  
Rodovia Senador Teotônio Vilela, 3.821 - Jardim Alvorada – Araçatuba - SP - Brasil  
(18) 3636-5252 - Fax (18) 3636-5274  
E-mail: [unisalesiano@unisalesiano.com.br](mailto:unisalesiano@unisalesiano.com.br)  
Site: [www.unisalesiano.edu.br](http://www.unisalesiano.edu.br)

## Normas para publicação

A Revista eHumanitas aceita apenas artigos inéditos e exclusivos, que não tenham sido publicados e nem que venham a ser publicados em outro veículo.

A ordem em que aparecem os nomes dos autores poderá ser alfabética quando não houver prioridade de autoria, identificando autores, orientadores, professores de metodologia ou conclusão de curso. Havendo prioridade de autoria do artigo, a ordem de colocação dos nomes corresponderá ao primeiro nome sendo o autor principal, e os demais na ordem hierárquica de importância.

No caso de haver fotos de pessoas, os autores deverão providenciar documento de autorização, bem como respeitar a regra de desfocar a imagem – impossibilitando a identificação – do rosto quando se tratar de menores de 18 anos. (art. 5º, inciso X, da constituição federal de 1988).

Em caso de aceite do artigo para publicação, os autores deverão assinar o Termo de Aceite de Publicação, disponível no site da revista. Se o trabalho envolver pesquisa com seres humanos ou outros animais, deverá ser mencionado o número do processo de autorização pelo Comitê de Ética em Pesquisa, humano (CEAA) e animal (CEUA (Comitê de Ética na Utilização de Animais)).

Os artigos deverão conter necessariamente entre 8 e 15 páginas contando com as referências. Para as normas de formatações gerais dos artigos, a revista eHumanitas terá como padrão as normas fundamentadas na ABNT.

## Contato

Postagem e endereço eletrônico. Os artigos originais devem ser encaminhados para o endereço eletrônico **ehumanitas@unisalesiano.com.br**

---

# REVISTA eHUMANITAS

---

[Expediente](#) [Corpo Editorial](#) [Número atual](#) [Números anteriores](#) [Normas de publicação](#) [Contato](#) [Acessibilidade](#)

---

ISSN – 2527-1466

**2021 – nº 9**

**1ª Semestre**

## Sumário

<b>Administração.....</b>	<b>05</b>
<b>A Administração do Capital de Giro como ferramenta de estruturação e desenvolvimento de uma Pequena Empresa</b> <i>João Paulo de Lima Mattos, Maxwell Allan da Silva Kimura, Marcelo Gilberti Vuolo e Cleide Henrique Avelino.....</i>	<b>06</b>
<b>A aplicabilidade do Balanced Scorecard no aperfeiçoamento da qualidade e do desempenho em uma empresa do ramo pecuária de gado bovino de corte</b> <i>Dayana Amadio Silva , Jéssica Cristina de Barros Castilho, Silvio Mandarano Scarsiotta e Cleide Henrique Avelino.....</i>	<b>21</b>
<b>A relevância da participação do investidor brasileiro, pessoa física, na Bolsa de Valores -B3- no ano de 2019</b> <i>Elen Paloma da Silva, Vitória Bezerra Silva, Fabiane Cristina Spironelli e Cleide Henrique Avelino.....</i>	<b>35</b>
<b>O perfil da religiosa consagrada e gestora nas organizações religiosas</b> <i>Jessica Aparecida de Lucas, Aparecida Tocchio e Cleide Henrique Avelino.....</i>	<b>50</b>
<b>Ciências Contábeis.....</b>	<b>63</b>
<b>Relevância da Perícia Contábil em Ações Judiciais para tomada de decisão</b> <i>Bruna Barducci Pires, Saulo Matheus Bassani, José Ylson Sanitá, Cleide Henrique Avelino e Fabiane Cristina Spironelli.....</i>	<b>64</b>
<b>Lucro Presumido x Lucro Real: análise do melhor regime tributário para uma indústria moveleira de pequeno porte em Birigui</b> <i>Diego Teixeira Albino, Gabriel Silveira Muniz Pinto, Celso Roberto Dias, Cleide Henrique Avelino e Fabiane Cristina Spironelli.....</i>	<b>76</b>
<b>A importância da análise dos índices de estrutura e rentabilidade como ferramenta de gestão para tomada de decisões</b> <i>Eder de Oliveira Lopes, Igor Garcia Ramos, Walcir Gonçalves de Lima, Cleide Henrique Avelino e Fabiane Cristina Spironelli.....</i>	<b>89</b>
<b>A importância da Perícia Contábil em uma Ação de Prestação de Contas ao Poder Público</b> <i>Grazielle de Lima Aizia, Miriã Messias Fermino, José Ylson Sanitá, Cleide Henrique Avelino e Fabiane Cristina Spironelli.....</i>	<b>103</b>

<b>Direito.....</b>	<b>114</b>
<b>A conciliação e a mediação: análise da incidência na ação de alimentos</b> <i>Pâmela de Mello Adolfo, Magaly Bruno Lopes, João Geraldo Nunes Rubelo e Helton Laurindo Simoncelli.....</i>	<b>115</b>
<b>A pensão por morte na busca da justiça social</b> <i>Amanda Tedesco Mendonça, Fernando Rosa Júnior, João Geraldo Nunes Rubelo e Helton Laurindo Simoncelli.....</i>	<b>129</b>
<b>A Viabilidade do Contrato de Namoro para não caracterização de União Estável</b> <i>Henrique da Rocha Silva, João Francisco de Azevedo Barreto, João Geraldo Nunes Rubelo e Helton Laurindo Simoncelli.....</i>	<b>142</b>
<b>Crime organizado: aspectos históricos e repressivos no sistema jurídico brasileiro</b> <i>Igor Rodrigues da Silva, Valéria Cristina de Oliveira, João Geraldo Nunes Rubelo e Helton Laurindo Simoncelli.....</i>	<b>156</b>
<b>Despenalização ou Descriminalização do artigo 28 da Lei nº 11.343/06</b> <i>Leonardo Molina Pereira, João Georgeton Barbosa da Silva, João Geraldo Nunes Rubelo e Helton Laurindo Simoncelli.....</i>	<b>171</b>
<b>Família à luz da Evolução da biogenética: análise sobre a colisão do direito à personalidade e o direito à identidade</b> <i>Anna Kathlen de Souza e Silva, João Francisco de Azevedo Barretto, João Geraldo Nunes Rubelo e Helton Laurindo Simoncelli.....</i>	<b>186</b>
<b>Ônus da prova no processo trabalhista no Brasil</b> <i>Paloma Gonçalves Fernandes, Arnaldo Gaspar Eid, João Geraldo Nunes Rubelo e Helton Laurindo Simoncelli.....</i>	<b>201</b>
<b>Parentalidade Socioafetiva: Requisitos e Parâmetros para configuração</b> <i>Driéli Andressa Berton, Cibele Rodrigues, João Geraldo Nunes Rubelo e Helton Laurindo Simoncelli.....</i>	<b>211</b>
<b>Psicologia.....</b>	<b>224</b>
<b>Aspectos na sociedade que influenciam na construção da “Utopia do Amor Materno” Uma Análise reflexiva</b> <i>Ana Clara Baziqueto, Médley da Cunha Carneiro e Vivian Aline Preto.....</i>	<b>225</b>
<b>Dependência de tela - A patologia do século XXI: uma revisão narrativa</b> <i>Braian Bruno da Silva, Cássia Soares Leite e Ederson Ribeiro Costa .....</i>	<b>239</b>

**Os benefícios da utilização de Terapias e Atividades Assistidas por Animais em hospitais: uma revisão sistemática**

*Brenda Barbosa do Nascimento, Elaine Barbosa dos Santos, Rebecca Maria Rocha Giordano, Flavia Cristina Santiago de Oliveira.....*254

***Publicidade e Propaganda.....***269

**Projeto experimental de propaganda para a empresa Café Bistrô 88**

*Bianca Rocha Bosquetti, Caio Gomes de Souza, Elionai Ferreira Vaz, Heitor Crespo Flores, Eliane Cintra Rodrigues Montresol e João Geraldo Nunes Rubelo.....*270

**Projeto Experimental de Propaganda para empresa Tropical Mix**

*Andrey da Silva Teixeira, Fabíola Patrícia de Almeida Pereira, Luiz Fernando Oliveira, Marcos Paulo dos S. Balbino, Pamela Oliveira da Silva Ortiz, Thainara Aparecida Soares de Lima, Fernando Anhô e João Geraldo Nunes Rubelo.....*287

# ADMINISTRAÇÃO



# A Administração do Capital de Giro como ferramenta de estruturação e desenvolvimento de uma Pequena Empresa

*The Management of Working Capital, as a tool for structuring and developing a Small Business*

João Paulo de Lima Mattos<sup>1</sup>  
Maxwell Allan da Silva Kimura<sup>2</sup>  
Marcelo Gilberti Vuolo<sup>3</sup>  
Cleide Henrique Avelino<sup>4</sup>

## RESUMO

O Capital de Giro influencia e determina o comportamento da organização, pois sua gestão impacta diretamente na quantidade de recursos financeiros disponíveis para a empresa, bem como informa a maneira que estes recursos serão aplicados. Esta ferramenta possibilita as pequenas empresas a desenvolverem uma vantagem competitiva diante da concorrência, uma vez que, um dos grandes fatores de mortalidade é a sua ausência. Desta forma, a gestão do Capital de Giro, bem como um administrador capaz de analisá-lo, torna-se vital no desenvolvimento e estruturação das pequenas empresas. Refletir e descrever o funcionamento destas ações são os objetivos deste trabalho, que quer, ainda, conceituar a Administração Financeira e suas ferramentas, tendo como pressuposto o indicativo de que a gestão do Capital de Giro pode estimular e amplificar uma organização, utilizando-se de pesquisa e revisão bibliográficas sobre o assunto. Os resultados foram conclusivos e profundos, demonstrando o impacto direto na sobrevivência das pequenas empresas.

**Palavras-chave:** Capital de Giro, Pequenas Empresas, Desenvolvimento.

## ABSTRACT

The Working Capital influences and determines the behavior of the organization because its management directly impacts the amount of financial resources available to the company, as well as informs the way these resources will be applied. This tool enables small companies to develop a competitive advantage over their competitors, since one of the major factors of mortality is their absence. Thus, the management of Working Capital, as well as an administrator capable of analyzing it, becomes vital in the development and structuring of small businesses. Reflecting and describing the functioning of these actions are the objectives of this work, which also wants to conceptualize the Financial Administration and its tools, having as an assumption that the management of Working Capital can stimulate and amplify an organization, using research and literature review on the subject. The results were conclusive and profound demonstrating a direct impact on the survival and development of small companies.

**Keywords:** Working Capital, Small Companies, Development.

---

<sup>1</sup> Acadêmica do 8º termo do curso de Administração no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

<sup>2</sup> Acadêmica do 8º termo do curso de Administração no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

<sup>3</sup> Zootecnista; Mestre em Produção, especialista em Gestão Agroindustrial, Administrativo Rural e Controladoria e Auditoria; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

<sup>4</sup> Contadora; Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba

## **Introdução**

A competitividade, diversificação e fragmentação do mercado, obriga as empresas a obterem excelência e inovação em seus processos e produtos e, desta forma, maximização de recursos e lucratividade, uma vez que as empresas, que não geram lucros, perdem a atratividade para investimentos e não sobrevivem.

Embora seja necessário que todas as áreas da organização funcionem em sinergia, a Administração Financeira possui papel de destaque, pois compreende a gestão de um recurso cada vez mais escasso e vital para a manutenção das atividades, estando o desenvolvimento desta área vinculado a detecção do ávit ou déficit de forma a gerar um planejamento antecipado de usos e fontes.

Desse modo, torna-se válido questionar a aplicabilidade da gestão do Capital de Giro como ferramenta de estruturação e desenvolvimento organizacional, tendo como objetivo geral deste estudo, conceituar a Administração Financeira e sua interferência no desenvolvimento sustentável do negócio.

## **Administração Financeira**

As organizações são compostas por oito (8) grandes áreas: produção, contabilidade, compras, marketing, vendas, logística, gestão de pessoas e finanças, sendo esta última a responsável por gerir o capital que mantém a empresa em atividade, cabendo esta manutenção à Administração Financeira, que possui como papel principal o estudo, aplicação e otimização dos recursos organizacionais. (ASSAF NETO; LIMA, 2017)

*A Administração Financeira é um campo de estudo teórico e prático que objetiva, essencialmente, assegurar um melhor e mais eficiente processo empresarial de captação (financiamento) e alocação (investimento) de recursos de capital. Nesse contexto, a Administração Financeira envolve-se tanto com a problemática da escassez de recursos, quanto com a realidade operacional e prática da gestão financeira das empresas, assumindo uma definição de maior amplitude. (ASSAF NETO; LIMA, 2017, p. 18).*

No desenvolvimento de suas atividades, a gestão de capitais tem como objetivo atender a operação como um todo, captando e empregando seus recursos com eficiência, a fim de gerar retornos monetários positivos aos sócios e acionistas.

*Para a Administração Financeira, o objetivo econômico das empresas é a maximização de seu valor de mercado, pois dessa forma estará sendo*

*aumentada a riqueza de seus proprietários (acionistas de sociedades por ações e sócios de sociedades por cotas). (HOJI, 2017, p. 3).*

A Administração Financeira, objetiva a maximização de empregos de recursos organizacionais, focando no estudo e desenvolvimento de metodologias para gerar lucro e aumentar valor da organização.

### **Geração de Lucro e criação de valor**

O lucro de uma empresa provém de suas receitas, menos as despesas e deduções de impostos. Todavia, o objetivo principal do negócio é aumentar a distância entre tais componentes, seja maximizando as receitas, seja pela contenção dos gastos de forma a aumentar sua geração de caixa sem que haja prejuízo de oferta e demanda de seus bens e serviços. (PADOVEZE, 2016)

A captação e aplicação de capital devem ser constantes e alinhados ao planejamento estratégico, com base em uma visão holística dos ambientes interno e externo, de forma a agregar valores e gerar lucros a organização e seus sócios.

Para Padoveze (2016), a criação de valor é um conceito que pode ser mensurado economicamente, visto que está intrínseca as relações de consumo, nas quais a manutenção das vantagens competitivas resultará no lucro esperado pelos *stakeholders*, esta lucratividade, deve superar o custo de oportunidade para justificar o investimento na organização.

*Preço de mercado e preço de transferência baseado no preço de mercado para avaliação dos estoques e produtos finais, e dos produtos e serviços produzidos pelas atividades internas; custo de oportunidade financeiro para mensurar e avaliar o aspecto financeiro das atividades e do custo de oportunidade dos acionistas, fornecedores de capital à empresa e as atividades. (PADOVEZE, 2016, p. 12)*

A integridade do capital depende da mensuração de seu custo de oportunidade, ou seja, uma rentabilidade mínima de mercado que supere a de investimentos de baixo risco, como a renda fixa. Desta forma, a organização torna-se oportuna para aportes barateando o custo de aquisição de Capital de Giro e reduzindo ou anulando a participação de instituições bancárias no endividamento.

### **Capital de Giro**

Os recursos de origem financeira devem ser utilizados de maneira eficaz, uma vez que, além de sua escassez a má gestão deste componente gera a organização um custo maior que o seu valor, pois as fontes alternativas aplicam juros remuneratórios para disponibilizá-los.

*Uma administração inadequada do capital de giro resulta normalmente em sérios problemas financeiros, contribuindo efetivamente para a formação de uma situação de insolvência. (ASSAF NETO; SILVA, 2012, p. 01)*

O Capital de Giro é uma reserva de recursos financeiros localizada nos bancos, caixas e/ou aplicações financeiras de alta liquidez, necessários para que a empresa possa arcar com os seus custos operacionais: salários, impostos, ferramentas de comunicação, energia, estoques e insumos e aluguéis, até que a empresa receba o capital proveniente das vendas e, desta forma, mantenha a sua integridade financeira.

A análise do Capital de Giro é ser considerada uma métrica de análise do desenvolvimento de uma organização, uma vez que ela aponta a sua liquidez e, desta forma, reflete os resultados de uma série de atividades, incluindo gestão de estoques, gestão de dívida, coleta de receita e pagamentos a fornecedores.

*O capital de giro ou capital circulante é representado pelo ativo circulante, isto é, pelas aplicações correntes, identificada geralmente pelas disponibilidades, valores a receber e estoques. Num sentido mais amplo, o capital de giro representa os recursos demandados por uma empresa para financiar suas necessidades operacionais identificadas desde a aquisição de matérias-primas (ou mercadorias), até o recebimento pela venda do produto acabado. (ASSAF NETO; SILVA, 2012, p. 03).*

A gestão de estoques é um dos principais indicadores de gestão do Capital de Giro. Confirmando-se esta afirmação, através da apuração dos giros de estoque nos demonstrativos econômicos e financeiros, uma vez que, quanto maiores os índices, maior será a perda de valor da mercadoria, ou seja, um maior custo de carregamento desse estoque, que quando apurado representará uma perda na margem de vendas.

*A importância e o volume do capital de giro para uma empresa são determinados principalmente pelo volume de vendas, o qual é lastreado pelos estoques, valores a receber e caixa; sazonalidades dos negócios, que determina variações nas necessidades de recursos ao longo do tempo; fatores cíclicos da economia, como recessão, comportamento do mercado etc.; (ASSAF NETO; SILVA, 2012, p. 02)*

O Capital de Giro positivo indica, geralmente, que a empresa possui ativos líquidos capazes de suprir suas dívidas de curto prazo, enquanto o Capital de Giro negativo aponta que a empresa não é capaz de fazer o mesmo.

Empresas que possuam reservas de capital negativas, em geral possuem déficits na gestão de suas contas, buscando constantemente soluções para equilibrá-los, através de manobras como a negociação de prazos com seus fornecedores e a redução dos prazos aos seus clientes, reduzindo assim o ciclo financeiro da instituição, visando aumentar a disponibilidade de caixa para reinvestimento, expansão e diversificação de suas atividades.

*Uma empresa com capital de giro líquido negativo, isto é, com passivo circulante maior que ativo circulante, denota que os recursos de longo prazo da empresa não são suficientes para cobrir suas aplicações de longo prazo, devendo utilizar recursos do passivo circulante para tal fim. Ou seja, um CCL negativo revela que a empresa está utilizando recursos passivos correntes para financiar seus investimentos permanentes. (ASSAF NETO; SILVA, 2012, p. 06)*

A determinação do volume de Capital de Giro necessário para manter a organização parte do conhecimento do gestor a respeito dos prazos que compõem o fluxo operacional da mesma, que compreende todos os processos da operação empresarial, bem como o ciclo financeiro ou de caixa, que corresponde à relação existente entre o tempo de pagamento dos fornecedores frente ao tempo de recebimentos das vendas.

### **Ciclo Operacional**

O Capital de Giro caracteriza-se também por dois fatores, sua curta duração, ou seja, é utilizado constantemente e conseqüentemente, pela rápida conversão em outras formas de ativo, mantendo-se assim, em um fluxo contínuo e permanente. (ASSAF NETO; SILVA, 2012).

Uma boa gestão desse recurso envolve imprimir um alto giro do circulante, dando dinâmica às operações, proporcionando, desta maneira, uma menor necessidade de imobilização do capital circulante líquido e gerando, por conseqüência, uma maior rentabilidade.

*Uma boa administração do capital de giro envolve imprimir alta rotação (giro) ao circulante, tornando mais dinâmico seu fluxo de operações. Este incremento de atividade no capital de giro proporcional, de forma favorável à empresa, menor necessidade de imobilização de capital no ativo circulante*

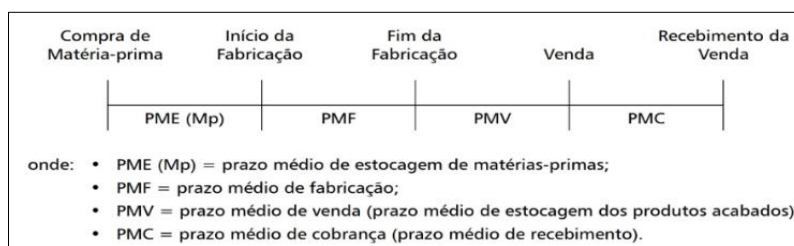
e conseqüentemente incentivo ao aumento da rentabilidade. (ASSAF NETO; SILVA, 2012, p. 08)

Este processo cíclico e contínuo resulta da necessidade constante de gerar resultados para atender as expectativas geradas em torno do capital investido pelos stakeholders, é denominado Ciclo Operacional, iniciando-se na compra de matéria prima e finalizando-se no recebimento das receitas de vendas.

As atividades que englobam o ciclo operacional são pré seccionadas em três partes – quatro, caso tratar-se de uma indústria – sendo estes: o prazo médio de estocagem, o prazo médio de vendas, e o prazo médio de cobrança, e para as indústrias, o prazo médio de produção. (ASSAF NETO; SILVA, 2012)

Os prazos representam a medida de tempo necessária para que a empresa execute suas atividades, sendo a soma destes o indicador de duração do ciclo e quanto maior este indicador, maior será sua necessidade de Capital de Giro, uma vez que, o ciclo representa o intervalo de tempo onde não há ingressos de capital.

**Figura 1** – Ciclo Operacional de uma empresa industrial



Fonte: Assaf Neto; Silva (2012 p. 09)

É importante reconhecer que a necessidade do Capital de Giro, bem como o tamanho destes prazos que não é uniforme, podendo variar de acordo com o tipo de empresa.

### **Ciclo Financeiro e Ciclo Econômico**

O Ciclo Financeiro ou Ciclo de Caixa compreende o tempo de pagamento dos fornecedores até o recebimento do valor gerado pelas vendas. Desta forma, quanto menor for este indicador, mais saudável é a vida financeira desta organização. Uma vez que isso possa significar que há um recebimento de clientes adiantado e um pagamento de fornecedores postergado, ou, no mínimo, equilibrados. (CAMARGO, 2016)

Mantendo-se baixos, os indicadores representaram que a empresa necessita de capital para financiar suas atividades, por um tempo muito menor, podendo aplicar seu capital na sua atividade de forma mais eficiente e, caso esteja alavancada, consiga sair desta situação com maior brevidade, pagando juros e encargos menores.

*Assim, quanto maior for o prazo dos fornecedores, mais dinheiro a empresa terá em caixa e menor será o Ciclo Financeiro. Com isso, a empresa terá uma menor dependência de pagamento de juros bancários, para citar um exemplo. (CAMARGO, 2016, p. 01)*

Ressalta-se que o ciclo econômico, por sua vez, avalia o mesmo prazo que o financeiro, contudo, sem levar em consideração as alterações realizadas em caixa.

### **Fluxo de Caixa**

Sendo diretamente impactado pelos ciclos econômico e financeiro, o fluxo de caixa é um instrumento responsável por registrar os ingressos e saídas de recursos financeiros da organização, ou seja, os recebimentos e pagamentos.

Esta ferramenta é essencial para que a área financeira possa planejar e controlar os recursos, sendo indispensável para qualquer tomada de decisão e, deste modo, cumprir seu papel principal de prover a empresa de recursos de caixa suficientes para cumprir com seus compromissos e maximizar suas riquezas.

*Conceitualmente, o fluxo de caixa é um instrumento que relaciona os ingressos e saídas (desembolsos) de recursos monetários no âmbito de uma empresa em determinado intervalo de tempo. A partir da elaboração do fluxo de caixa é possível prognosticar eventuais excedentes ou escassez de caixa, determinando-se medidas saneadoras a serem tomadas. (ASSAF NETO; SILVA, 2012, p. 33)*

Através do fluxo de caixa, aponta-se os excessos ou escassez de recursos financeiros, que devem ser ajustados, pois a abundância de liquidez aumenta o custo de oportunidade. Mesmo que isso possa gerar uma segurança financeira, a escassez gera o risco da perda de oportunidades ou até a falta de capacidade de pagamento, assim como de reinvestimento, sendo esse último gerador de demanda direta de novos consumidores através dos processos de expansão e diversificação.

A necessidade de sincronização do ciclo operacional com o fluxo de caixa é essencial, devendo-se mantê-lo abastecido, afim de que a empresa possa finalizar seu ciclo de forma sadia.

Segundo Assaf Neto; Silva (2012), a melhor capacidade de geração de recursos de caixa promove, entre outros benefícios à empresa, menor necessidade de financiamento dos investimentos em giro, reduzindo seus custos financeiros.

De forma integrada as áreas de vendas/produção, devem se atentar para os custos e prazos estabelecidos com clientes. A área de compras, com os prazos negociados com os fornecedores, e a área de cobrança, com os prazos de recebimentos.

*Nestas condições, a forma mais rápida de se apurar o fluxo de caixa proveniente das operações a partir do demonstrativo de resultados de um período é somar ao lucro líquido aquelas despesas classificadas como não desembolsáveis e subtrair as receitas tidas como não realizadas financeiramente. (ASSAF NETO; SILVA, 2012, p. 38)*

A apuração do fluxo de caixa, proveniente das operações, é realizada a partir da hipótese de realização financeira plena, em todos os processos da operação, somando-se o lucro líquido à depreciação e apropriação de encargos financeiros, deduzindo-se, então, deste resultado, a equivalência patrimonial e os juros ativos apurados contabilmente.

### **Disponibilidade do Ativo**

A gestão eficiente do Capital de Giro depende da boa gestão dos fluxos presentes no caixa, e para que ela se realize, é necessário o acompanhamento dos ativos circulantes disponíveis para serem utilizados de prontidão e sua administração seja indispensável, pois gerará e impactará diretamente nos indicadores de liquidez da organização. (ASSAF NETO; SILVA, 2012)

Segundo Assaf Neto; Silva (2012), o caixa possui três motivos para manter seu valor no mínimo, sendo eles a transação para honrar seus compromissos, a precaução para alguma eventualidade e a especulação para algum fechamento de negócio.

O modelo utilizado para uma organização identificar quais serão os recursos que ela deverá manter em caixa é o Caixa Mínimo Operacional. Além de ser um modelo simples é eficaz no estabelecimento de um padrão dos aportes em caixa.

*Para obter o Caixa Mínimo Operacional, basta dividir os desembolsos totais previstos por seu giro de caixa. Por sua vez, para obter o giro de caixa, basta dividir 360, se a base for em dias e o período da projeção for de um ano, pelo*



*ciclo de caixa (ciclo financeiro).* (ASSAF NETO; SILVA, 2012, p. 103)

O ciclo de caixa compreende que é o período de intervalo em que apenas há saída de recursos, ou seja, não há entrada de valores. E o giro de caixa indica a quantidade de vezes que o caixa se renova.

Para melhor entendimento, Assaf Neto; Silva (2012) relatam um exemplo no qual uma organização, com prazo de pagamento de fornecedores de 20 dias, possui giro do seu estoque de 40 dias e um prazo médio de recebimento de clientes de 25 dias. O ciclo de caixa é obtido através da soma (Prazo do Estoque + Prazo de Recebimento de clientes – Prazo de pagamento de fornecedores), no qual tem-se o resultado 45. Através do ciclo de caixa de 45 dias, o resultado do giro de caixa, trabalhando com o período anual 360/45, é de 8 vezes.

Estimando que os pagamentos anuais da empresa sejam de R\$400.000,00, o Caixa Mínimo Operacional é demonstrado da seguinte forma: Caixa Mínimo Operacional = R\$400.000,00/8 = R\$50.000,00

Caso haja uma redução no prazo de recebimento para 10 dias, haverá a necessidade de uma nova estratégia, quando o ciclo de caixa será reduzido para 30 dias e o giro de caixa aumentado para 12 vezes, ao invés de 8. Desta forma, o Caixa Mínimo Operacional, que anteriormente era de R\$50.000,00, passa a ser de R\$33.333,33 (R\$400.000,00/12), ocasionando uma redução de R\$16.666,67.

Conforme a necessidade de cada empresa, o ideal é de que ela possua um alto giro de caixa e menor ciclo financeiro, para que a sua administração e controle seja eficiente, e também para não necessitar de um maior caixa operacional.

### **Valores a Receber**

Os valores ou clientes a receber são um saldo de direitos que a empresa possui com clientes oriundos da venda de produtos ou serviços, cujo pagamento tenha sido prorrogado ou parcelado, mediante a concessão de um crédito vinculado à adoção de uma política de crédito.

Para a concessão de crédito ao cliente, a empresa deve se utilizar de uma política de crédito, que segundo Assaf Neto; Silva (2012), são quatro os elementos que compõem a base de uma política de crédito, sendo eles padrão, prazo, desconto e cobrança.

*A determinação dos elementos de uma política de crédito numa empresa leva em consideração fatores como competição, ciclo operacional, tipo de produto, sazonalidade, obsolescência, aceitação do cliente, preço, tipo de cliente e lucratividade. (ASSAF NETO; SILVA, 2012, p. 129)*

O padrão de crédito são questões mínimas que a empresa utiliza para a concessão do crédito ao cliente; já a política de cobrança é o meio na qual a empresa receberá os valores oriundos das vendas à prazo; a concessão do desconto ocorre quando a empresa reduz o preço de venda ao cliente e, por último, o prazo, que estabelece o período que a empresa financiará os seus clientes.

Exemplificando: o Giro dos Valores à Receber, para Assaf Neto; Silva (2012), é obtido através das vendas realizadas à longo prazo, é o valor no qual a empresa deve receber em um determinado período da realização destas vendas.

A fórmula citada pelo autor é do Giro dos Valores à Receber, é vendas a prazo/valores a receber, tendo-se o seguinte exemplo:

Vendas a prazo = R\$820.000,00 e clientes a receber em R\$328.000,00 valores referentes ao final de um trimestre (três meses), obtendo o Giro =  $R\$820.000,00 / R\$328.000,00 = 2,5$  vezes.

O resultado indica que no período de um trimestre as vendas a prazo foram recebidas 2,5 vezes, ou seja, em um prazo de 90 dias/2,5 houve o prazo médio de recebimento das vendas de 36 dias.

*Uma tendência de crescimento deste índice revela uma conseqüente redução no prazo de crédito concedido pela empresa. Ao contrário, uma retração no giro dos valores a receber indica maior expansão nos prazos de concessão de crédito. (ASSAF NETO, SILVA, 2012, p. 170).*

Quanto maior o indicador, mais vezes a empresa receberá de seus clientes no período; quanto menor, indica que a empresa sofre com perdas de pagamentos em menos vezes no período.

Apesar de demonstrar uma informação importante para a tomada de decisão, os Giros dos Valores à Receber não devem ser interpretados sozinhos, pois devem ser realizadas análises sobre o preço de venda, que não pode ser sacrificada para que não afete a margem de lucro.

Assaf Neto; Silva (2012) ilustra o modelo de uma empresa que apurou seus resultados durante quatro semestres:

**Tabela 1** – Dados semestrais apurados pela empresa.

	1º Sem.	2º Sem.	3º Sem.	4º Sem.
Giro dos Valores a Receber	2,0	2,5	3,0	4,0
Giro dos Valores a Pagar (Fornec.)	2,0	2,0	2,7	3,4
Prazo Médio de Estocagem das Mercadorias	110 dias	90,0 dias	70,0 dias	50 dias

Fonte: Assaf Neto, Silva, (2012)

Na linha Giro dos Valores à Receber, observa-se que há uma leve redução nos prazos de recebimento das vendas em cada período, obtendo os seguintes prazos médio de recebimento de vendas:

**Tabela 2** – Prazo Médio de Recebimento das Vendas

Período	Prazo Médio de Recebimento das Vendas
1º Sem.	$180,0/2,0 = 90,0$ dias
2º Sem.	$180,0/2,5 = 72,0$ dias
3º Sem.	$180,0/3,0 = 60$ dias
4º Sem.	$180,0/4,0 = 45$ dias

Fonte: Assaf Neto, Silva, (2012)

Os prazos de cobrança vêm sendo demonstrados de forma decrescente a cada semestre, sendo favorável à empresa e tendo uma progressiva redução dos prazos de estocagem das mercadorias, conforme a tabela I.

Nessa análise, é importante identificar as informações adicionais da margem de lucro das vendas para ser assertivo na tomada de decisão, podendo ser possível uma diminuição dos prazos de cobrança por pagamentos realizados à vista, quando a empresa concede descontos financeiros.

Em contrapartida, o aumento do giro do pagamento aos fornecedores consome parte da folga financeira obtida pela redução dos prazos de crédito. No primeiro semestre, o prazo de pagamento de compras foi de 90 dias, sendo reduzidos respectivamente para 82, 67 e 53 dias, dados obtidos pelo giro de pagamento de fornecedores dividido pelo semestre de 180 dias.

Um ponto importante na análise de crédito a ser considerado e trabalho pelo empreendedor é a identificação da capacidade de pagamento de seu cliente e de quanto o seu negócio deve participar neste endividamento, ou seja, estipular uma política de crédito para reduzir a inadimplência e preservar os recebíveis, fundamentais para sua sustentabilidade.

## Administração de Estoque

A gestão do estoque, como já citado anteriormente, é importante tanto para a gestão da empresa, quanto para a determinação do volume de Capital de Giro necessário, pois os estoques representam produção e vendas e a falta de gestão pode ocasionar a pausa nestes processos e, conseqüentemente, à prejuízos financeiros e/ou de mercado.

*[...] estabelecer um nível adequado de estoque é importante para a gestão do capital de giro, uma vez que o estoque implica em custos e riscos para a empresa e, dessa forma, influencia a rentabilidade do negócio. (MATIAS, 2014, p. 102)*

A eficiência da gestão de estoques relaciona-se ao equilíbrio da necessidade de estoques e seu custo, uma vez que o volume da matéria prima ou produtos estocados influenciam no volume de Capital de Giro e possuam um custo de estocagem para a organização.

*O custo de estocagem refere-se a todo tipo de custo proveniente da atividade de estocagem. Enquadraram-se neste grupo os custos de aluguel, segurança, seguros, financiamento de estoques, impostos, obsolescência etc. (ASSAF NETO, SILVA, 2012, p. 199).*

Desse modo, os gestores financeiros devem estar cientes quanto a todo esse conjunto de custos que envolvem o armazenamento de produtos.

A forma de como obter o controle sobre a gestão financeira no estoque e seu desempenho, o cálculo que Matias (2014) relata, é sobre o giro do estoque, indicando o número de vezes que os itens em estoque foram renovados em determinado período de tempo, através da fórmula: Giro de Estoque = Custo da Mercadoria Vendida/Estoque Médio.

O estoque médio é referente a metade da quantidade de cada pedido, ou seja, sempre que for realizar o pedido, o estoque médio deste será dividido por dois.

Exemplificando o cálculo, Matias (2014) cita que determinada empresa apresentava na conta de estoque R\$2.000,00, no começo do período, e no final apresentava, de saldo, R\$3.000,00, e o custo da mercadoria vendida de R\$40.000,00. Logo, o giro do estoque, nesse período, foi: Giro do Estoque =  $R\$40.000,00 / (R\$2.000,00 + R\$3.000,00 / 2) = 16$  dias.

Quanto maior for o giro dos produtos em estoque, maior será a rentabilidade

dos recursos investidos, ou seja, a rotatividade é maior, significando que os itens estão sendo vendidos mais vezes.

*O objetivo da gestão de estoques é proporcionar um nível adequado de estoque que seja capaz de sustentar o nível de atividade da empresa ao menor custo [...].* (MATIAS, 2014, p. 106)

## **Pequenas Empresas**

O mercado, assim como o produto interno bruto brasileiro, é composto em grande parte pelos pequenos negócios, bem como as grandes empresas nacionais surgiram de pequenos empreendimentos, geralmente destinados a atender as necessidades de bens ou serviços locais.

Para o Estado de São Paulo, segundo o Sebrae (2018), 41% dos pequenos negócios estão concentrados no setor de serviços, seguidos do comércio com 37%, e, por fim, a indústria com 12%.

O índice de abertura de micro e pequenas empresas é alto, bem como o de mortalidade destes empreendimentos, geralmente ocasionado pela falta de um planejamento e de capacidade gestora dos empresários para manter as entradas e saídas proporcionais, a fim de gerar resultados positivos.

Uma das gestões escassas são empresários com pouca experiência no ramo, que não souberam negociar com fornecedores, planejar e acompanhar rigorosamente suas receitas e despesas, causando a falência destas empresas. (SEBRAE, 2016).

O estudo do mercado, assim como o planejamento operacional e financeiro, é essencial para o sucesso de uma organização, sendo responsabilidade do gestor financeiro conhecer não somente a sua área de gestão, mas a organização como um todo, para que, de forma holística, possa elaborar estratégias que vão de encontro aos objetivos estratégicos propostos.

## **Considerações Finais**

Em acordo com as análises dos estudos, o objetivo geral proposto foi atingido, demonstrando que a Administração Financeira é uma ciência aplicada nas organizações para que possam administrar corretamente seus recursos e prover a maximização dos seus lucros.

Para isso, os objetivos específicos mostraram que as análises dos prazos médios do ciclo operacional, desde o recebimento da mercadoria, venda ao cliente e recebimento, além do pagamento ao fornecedor, são formas que viabilizam a melhoria da gestão do Capital de Giro e suas aquisições.

Ao final, confirmou-se o pressuposto teórico, que propunha o uso das ferramentas da Gestão do Capital de Giro para uma análise de todo o ciclo financeiro e operacional da empresa, planejando ações que viabilizem formas de mantê-la a com uma saúde financeira saudável, evitando possíveis captações no mercado externo ou até mesmo a sua falência.

Conclui-se, finalmente, que o alcance dos objetivos específicos, como uma forma fundamental de se realizar análises dos prazos médios do ciclo operacional, desde o recebimento da mercadoria, venda ao cliente e recebimento, além do pagamento ao fornecedor, são formas que viabilizam a melhoria da gestão do Capital de Giro e as suas aquisições.

Observa-se que para se empreender faz-se necessário não apenas a coragem e atitude, mas um conhecimento amplo de diversas áreas da Administração, passando principalmente pela Gestão e Utilização de Recursos Financeiros, os quais são os motores propulsores para que o negócio atinja o objetivo central determinante para sua sustentabilidade: o lucro.

### **Referências Bibliográficas**

ASSAF NETO, Alexandre; LIMA, Guasti, F. **Fundamentos de Administração Financeira**, 3 ed. São Paulo: Atlas, 2017. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597010145>>. Acesso em: 15 jul. 2020.

ASSAF Neto, Alexandre; SILVA, César A. T. **Administração do capital de giro**, 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522484751/>>. Acesso em: 22 ago. 2020.

CAMARGO, Renata F. **Ciclo Operacional e Ciclo Financeiro: o que é, importância e como aplicar no seu negócio**. Disponível em: <<https://www.treasy.com.br/blog/ciclo-operacional-x-ciclo-financeiro/>>. Acesso em: 22 ago. 2020.

HOJI, Masakazu. **Administração Financeira e Orçamentária**, 12. ed. São Paulo: Atlas, 2017. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597010534/>>. Acesso em: 15 jul. 2020.

MATIAS, Alberto, B. **Finanças Corporativas de Curto Prazo: A Gestão do Valor do Capital de Giro** (V. 1), 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522484652/>>. Acesso em: 22 set 2020.

PADOVEZE, Clovis, L. **Administração financeira: uma abordagem global**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-472-0497-6>>. Acesso em: 10 ago. 2020

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. **Panorama Dos Pequenos Negócios 2018**. Disponível em: <[https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/SP/Pesquisas/Panorama\\_dos\\_Pequenos\\_Negocios\\_2018\\_AF.pdf](https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/SP/Pesquisas/Panorama_dos_Pequenos_Negocios_2018_AF.pdf)>. Acesso em: 03 ago. 2020

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. **Sobrevivência das Empresas no Brasil**. Disponível em: <<https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/sobrevivencia-das-empresas-no-brasil-102016.pdf>>. Acesso em: 04 ago. 2020.

# A aplicabilidade do *Balanced Scorecard* no aperfeiçoamento da qualidade e do desempenho em uma empresa do ramo pecuária de gado bovino de corte

*The Balanced Scorecard's applicability on the improvement of the performance quality at a company on the beef cattle field of activity*

Dayana Amadio Silva<sup>1</sup>  
Jéssica Cristina de Barros Castilho<sup>2</sup>  
Silvio Mandarano Scarsiotta<sup>3</sup>  
Cleide Henrique Avelino<sup>4</sup>

## RESUMO

Dentre as inúmeras ferramentas que o gestor encontra para desempenhar seu papel nas organizações e/ou tomada de decisão encontra-se o *Balanced Scorecard*, uma ferramenta de estratégia empresarial, que avalia o desempenho nas organizações a longo prazo. Este estudo baseou-se na pesquisa bibliográfica tanto dos autores criadores desta metodologia, quanto, através de um Estudo de Caso, que objetivou analisar as etapas do processo de construção e implementação do BSC para melhoria contínua da qualidade e do desempenho em uma organização que explora a pecuária de gado bovino de corte, permitindo identificar as relações de causa e efeito. Através das perspectivas foi possível identificar a situação real da empresa e quais ações devem ser implementadas para obter o resultado esperado.

**Palavras – chave:** *Balanced Scorecard*, Desempenho, Estratégia Empresarial, Qualidade.

## ABSTRACT

Among the countless management tools that a manager found to perform its duties in the organizations and/or decision making, the *Balanced Scorecard* it is a tool for companies' strategies that will assess the performance of those companies throughout its long-run. This study is based on bibliography research as much the writers of this methodology, as through the Study Cases, that has the mainly target to analyze the process steps along the construction and implementation of BSC to the continue improvement and performance in an organization that explores the beef cattle, allowing to identify the relations between cause and effect. Through these perspectives was possible to identify the company real situation and which actions must be implemented to obtain the expected result.

**Keywords:** *Balanced Scorecard*, Performance, Company Strategy, Quality.

## Introdução

A administração inclui o desempenho de gestão ou de operações de negócios

---

<sup>1</sup> Acadêmica do 8º termo do curso de Administração do Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

<sup>2</sup> Acadêmica do 8º termo do curso de Administração do Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

<sup>3</sup> Administrador; Mestre em Administração de Empresas; Docente do Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba

<sup>4</sup> Contadora; Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças; Docente do Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.



e tomada de decisão, em geral, é uma área profissional que oferece várias opções para as pessoas que adotam essa profissão. Cabe ao profissional da área de administração buscar o conhecimento com eficiência e os instrumentos adequados, capazes de mensurar todo o desenvolvimento a médio e/ou longo prazo.

Com a vulnerabilidade do mercado, as empresas necessitam acompanhar as imposições que esse mercado ocasiona, explorando ferramentas que possibilitam auxiliar no processo de obtenção de melhores resultados. Destacando-se o *Balanced Scorecard* - BSC, por ser mais que um sistema de medidas e de indicadores, um sistema de gestão estratégica.

Neste contexto, é possível verificar a aplicabilidade do *Balanced Scorecard* no aperfeiçoamento da qualidade e do desempenho em uma empresa do ramo pecuária de gado bovino de corte.

Dessa forma, o objetivo geral procura demonstrar a relevância do *Balanced Scorecard* nas organizações para alcançar a excelência empresarial. Através dos objetivos específicos compreender a metodologia e suas perspectivas, conhecendo os benefícios que ela proporciona para as organizações e sua forma de implementação.

Partindo do pressuposto teórico que utilizando as perspectivas através dos indicadores do *Balanced Scorecard*, é possível alcançar melhorias da qualidade e do desempenho para atingir os objetivos e as metas da organização.

Visto que, o BSC é uma ferramenta de gestão que alinha as ações e metas dos colaboradores com a estratégia corporativa, sendo segmentado em quatro perspectivas que auxiliam as organizações em seus objetivos operacionais, traçando comportamento e melhorando desempenho.

A metodologia adotada foi baseada em Pesquisa Bibliográfica na construção da fundamentação teórica e da análise dos dados extraídos de um Estudo de Caso. Assim, o Estudo de Caso apresenta das perspectivas do *Balanced Scorecard*, a fim de contribuir nos processos de gerenciamento e desempenho para alcançar melhorias da qualidade e do desempenho em uma organização do ramo pecuária bovino de corte, onde nome não foi divulgado, por sigilo das informações.

*O Balanced Scorecard e sua relevância nas organizações*

O *Balanced Scorecard* - BSC foi proposto em 1992 pelo professor Robert S. Kaplan, da *Harvard Business School*, programa de treinamento de executivos de

Harvard, e o consultor David P. Norton, *Chief Executive Officer* - CEO, Diretor executivo, do Instituto Nolan Norton, motivados pela convicção que as medidas do desempenho empresariais existente, baseada apenas nos indicadores financeiros estavam defasadas. (ZAHIRUL, 2013)

Assim, inicialmente, definido como sistema de medição de desempenho, composto por indicadores financeiros e não-financeiros e, em seguida, como um sistema de gestão estratégica empresarial, devido a sua utilização não somente apenas a alinhar e comunicar a estratégia para a empresa, mas também, para gerenciá-la. (KAPLAN; NORTON, 1997)

*O Balanced Scorecard não é um simples conjunto de medidas financeiras e não-financeiras. O Scorecard deve ser a tradução da estratégia da unidade de negócios sob a formas de um conjunto articulado de medidas que definam tanto os objetivos estratégicos de longo prazo quanto os mecanismos para alcançar esses objetivos.* (KAPLAN; NORTON, 1997, p. 32)

Isto posto, o BSC deve ser mais do que apenas medidas financeiras e não-financeiras organizadas sob quatro perspectivas. Ele deverá contar a história da estratégia da empresa. Assim, essa história é descrita com a integração das medidas de resultados.

Dessa forma, Oliveira (2008, p. 22) afirma que o BSC [...] *trata da definição e da disposição das informações-chave para gerenciar o cumprimento da estratégia da empresa e dos processos gerenciais que promovem o alinhamento estratégico necessário.*

Sendo assim, o BSC tornou-se um forte aliado estratégico das organizações, permitindo ao gestor monitorar melhor as ações e os resultados, direcionando os esforços das equipes com maior assertividade e promovendo a excelência empresarial.

Por meio do mapa estratégico, é possível visualizar de maneira mais clara todos os objetivos a serem alcançados e as estratégias que deverão ser adotadas.

*Medir é importante: "O que não é medido não é gerenciado". [...] Se quiserem sobreviver e prosperar na era da informação, as empresas devem utilizar sistemas de gestão e medição de desempenho derivados de suas estratégias e capacidades.* (KAPLAN; NORTON, 1997, p. 21)

Com a competitividade mercadológica, as empresas buscam, cada vez mais, sistema de medição que permitem a melhor avaliação do desempenho nos diferentes setores das organizações. Possibilitando soluções para os problemas encontrados.

Kaplan; Norton (1997) citam que o BSC está organizado segundo quatro perspectivas diferentes: financeira, do cliente, dos processos internos e do aprendizado e crescimento. Logo, nessa disposição traduz missão e estratégia em objetivos e medidas.

Oliveira (2008, p. 3), explica:

*O BSC complementa as medições financeiras com avaliações sobre o cliente, identifica os processos internos que devem ser aprimorados e analisa as possibilidades de aprendizado e crescimento, assim como os investimentos em recursos humanos, sistemas e capacitação, que poderão mudar substancialmente todas as atividades.*

O BSC não avalia apenas as medidas financeiras das organizações. Ele acrescenta em sua análise medidas não financeiras à composição da estratégia. Além de, agrupá-las sobre quatro perspectivas que se interligam, melhorando o entendimento da estratégia da empresa para todos que a compõe, assim, alcançando os objetivos e metas estipulados.

### **Perspectivas do *Balanced Scorecard***

O *Balanced Scorecard* conserva a perspectiva financeira. Ela é a primeira medida a ser elaborada, onde os objetivos financeiros devem estar vinculados com a estratégia de negócio. Normalmente estão relacionados à lucratividade.

De acordo com Kaplan; Norton (1997) os objetivos financeiros guiam e servem de base para os objetivos e medidas das outras perspectivas do BSC.

*O Scorecard deve contar a história da estratégia, começando pelos objetivos financeiros de longo prazo e relacionando-os depois à sequência de ações que precisam ser tomadas em relação aos processos financeiros, dos clientes, dos processos internos e, por fim, dos funcionários e sistemas, a fim de que, a longo prazo, seja produzido o desempenho econômico desejado. (KAPLAN; NORTON, 1997, p. 49)*

Segundo a perspectiva financeira a unidade de negócio consegue visualizar a estratégia, sua implementação e execução estão contribuindo à melhoria do desempenho financeiros.

A perspectiva do cliente *permite que as empresas alinhem suas medidas essenciais de resultados relacionados aos clientes com segmentos específicos de clientes e mercado.* (KAPLAN; NORTON, 1997, p. 67)

Os autores Kaplan; Norton (1997), ressaltam que, esses segmentos representam as fontes que irão produzir o componente de receita dos objetivos financeiros da empresa. Entre as medidas essenciais de resultados citados pelos autores, é comum a todos os tipos de empresa e inclui os seguintes indicadores: participação de mercado, captação, retenção, satisfação e lucratividade dos clientes.

Com um ambiente competitivo no qual as empresas atuam, essa perspectiva de clientes pode apresentar como uma oportunidade para as organizações mudarem o foco e priorizarem o mercado consumidor, e devem expor de maneira clara o segmento alvo.

Para que as empresas consigam atingir o mercado, precisam que os processos internos estejam funcionando eficientemente.

*Para a perspectiva dos processos internos da empresa, os executivos identificam os processos mais críticos para a realização dos objetivos dos clientes e acionistas. As empresas costumam desenvolver objetivos e medidas para essa perspectiva depois de formular objetivos e medidas para as perspectivas financeira e do cliente. Essa sequência permite que as empresas focalizem as métricas dos processos internos nos processos que conduzirão aos objetivos dos clientes e acionistas.* (KAPLAN; NORTON, 1997, p. 97)

Os autores acima citados afirmam que processos internos, são as inúmeras atividades realizadas dentro da organização, que a possibilitam verificar-se desde a identificação das necessidades até a satisfação dos clientes, incluindo três processos principais: inovação, operações e serviço pós-venda.

A excelência dos processos internos, é um indicador chave do sucesso financeiro da organização a longo prazo. (KAPLAN; NORTON, 1997)

A quarta perspectiva do BSC denomina-se de aprendizagem e crescimento, e ela identifica através de objetivos e medidas, a infraestrutura que possibilita a realização dos objetivos nas outras três perspectivas para alcançar o crescimento e melhoria a longo prazo. (KAPLAN; NORTON, 1997)

Sobre essa perspectiva Kaplan; Norton (1997, p. 152) citam,

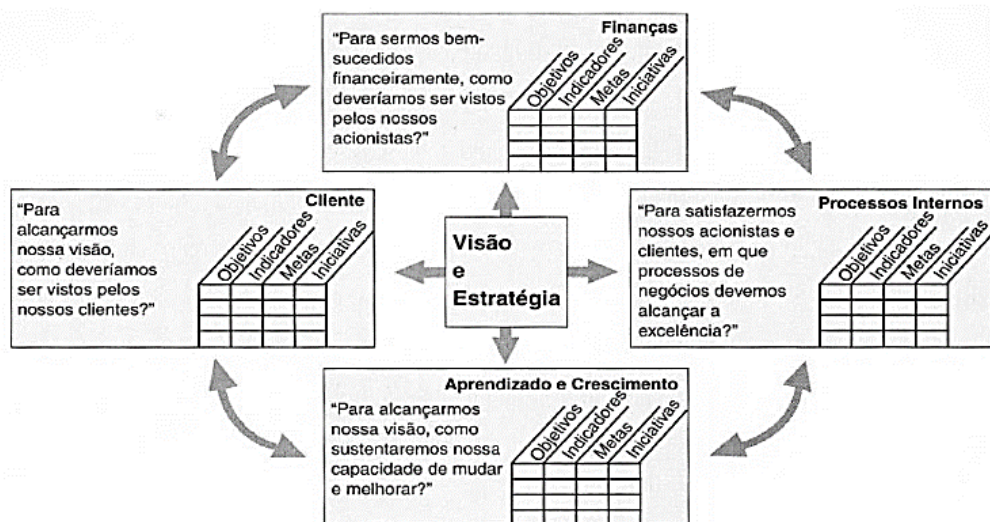
Os vetores de aprendizado e crescimento provêm basicamente de três fontes: funcionários, sistemas e alinhamento organizacional. As estratégias para um desempenho de qualidade superior geralmente exigem investimentos significativos em pessoal, sistemas e processos que produzam as capacidades organizacionais necessárias.

Assim, os objetivos financeiros, dos clientes e dos processos internos no BSC, no geral, possuem lacunas em algumas capacidades organizacionais, como de pessoas, sistemas e procedimentos, o que resulta na necessidade dos objetivos relatados na perspectiva de aprendizado e crescimento para obter um desempenho excepcional. Portanto, os objetivos e medidas desses vetores devem fazer parte do BSC de qualquer empresa.

### Integração das perspectivas do *Balanced Scorecard* à estratégia da empresa

As perspectivas proporcionam um modelo completo, que desmembra a estratégia em objetivos estratégicos, metas específicas, indicadores do desempenho e plano de ação, em cada uma delas, facilitando a visualização do negócio, conforme esquema da Figura 1.

**Figura 1** - O *Balanced Scorecard* fornece a estrutura necessária para a tradução da estratégia em termos operacionais.



Fonte: Kaplan; Norton (1997, p. 10)

As perspectivas do BSC mostram o desmembramento da estratégia em termos operacionais, mas devem estar interligadas.

Segundo Kaplan; Norton (1997, p. 44),

*A vinculação entre as medidas das quatro perspectivas mostra claramente que os scorecard não é um agregado de aleatórios de duas dúzias de medidas que executivos misturam e escolhem ao acaso. Ao contrário, num bom Balanced Scorecard, as medidas devem ser interligadas para comunicar um pequeno número de temas estratégicos amplos, como o crescimento da empresa, redução dos riscos e aumento de produtividade.*

Os objetivos e medidas do *Scorecard* vêm da visão e estratégia da empresa, sob as quatro perspectivas, a estrutura do *Balanced Scorecard*, enfocam o desempenho organizacional.

Para que um BSC seja bem-sucedido é necessário que transmita a estratégia num conjunto integrado de medidas financeiras e não-financeiras. Ademais, essa transmissão precisa ser o mais transparente possível.

*O Scorecard não deve apenas derivar da estratégia organizacional, mas tem que deixar transparecer essa estratégia. Os observadores devem ser capazes de olhar o scorecard e enxergar mais além, a estratégia que está por trás dos seus objetivos e medidas. (KAPLAN; NORTON, 1997, p. 154)*

Quando alcançar esse nível de transparência, a estratégia do BSC foi traduzida em um conjunto integrado de medidas do desempenho.

O mapa estratégico é um essencial aliado no processo de construção e implementação do BSC, pois ele auxilia na integração das quatro perspectivas, na descrição da estratégia, como também, no gerenciamento e comunicação da mesma para a empresa.

*O mapa estratégico descreve a lógica da estratégia, mostrando com clareza os objetivos dos processos internos críticos que criam valor e os ativos intangíveis necessários para respaldá-los. O Balanced Scorecard traduz os objetivos do mapa estratégico em indicadores e metas. Mas os objetivos e metas serão alcançados apenas porque foram identificados; a organização deve lançar um conjunto de programas que criarão condições para que se realizem as metas de todos os indicadores. (KAPLAN; NORTON, 2004, p. 55)*

A clareza e transparência que o mapa estratégico produz, promove uma participação maior dos colaboradores ao expor seus conhecimentos para apontar melhorias (FARIA, 2012). Logo, o sucesso da implementação do BSC depende da elaboração do mapa estratégico.

## **Construção e implementação do *Balanced Scorecard***

Conforme Kaplan; Norton (1997) o processo de construção de um *Balanced Scorecard* esclarece os objetivos estratégicos e identifica os vetores críticos que determinam os objetivos estratégicos. Além disso, sua construção e implementação pende fortemente da colaboração da alta gerência da empresa.

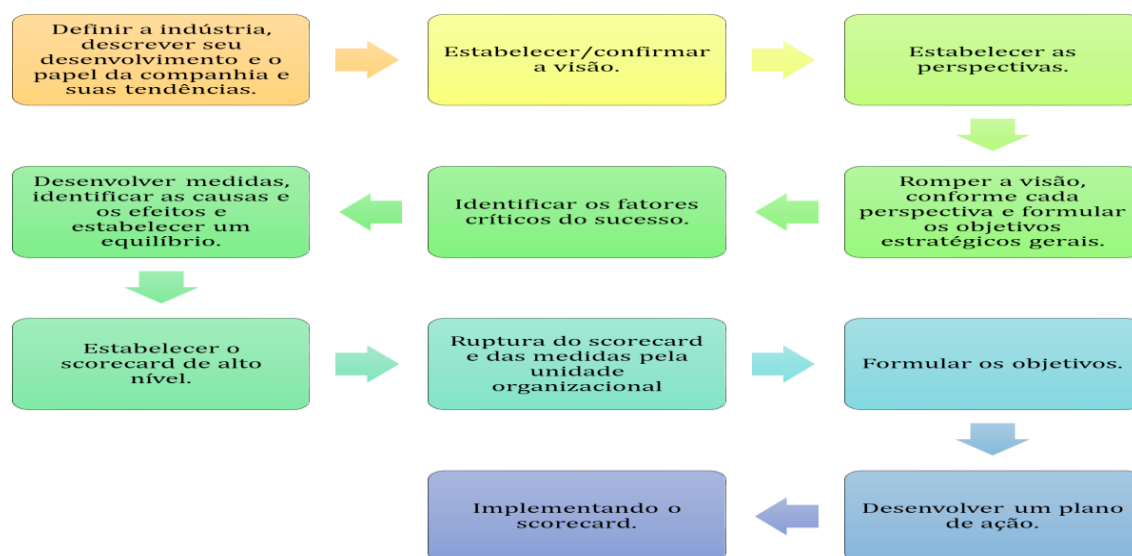
*Portanto, um Balanced Scorecard bem elaborado deverá contar a história da estratégia da unidade de negócios, identificando e tornando explícita a sequência de hipóteses sobre as relações de causa e efeito entre as medidas de resultado e os vetores de desempenho desses resultados. Toda medida selecionada para um Balanced Scorecard deve ser um elemento integrante da cadeia de relações de causa e efeito que comunica o significado da estratégia da unidade de negócios à organização. (KAPLAN; NORTON, 1997, p. 32)*

A ferramenta do BSC, permite que os colaboradores compreendam a situação da empresa e onde deseja chegar a longo prazo, proporcionando também documentação benéfica, fazendo com que a empresa alcance seus objetivos e visão.

Definida as considerações necessárias para a empresa, as quais contribuem para o desenvolvimento do BSC, chegando a um acordo quanto aos principais propósitos do projeto, onde servirão para orientar seus objetivos e medidas para o *scorecard*.

Para Olve; Roy; Wetter (2001) o processo de construção do BSC está dividido em onze etapas, iniciando-se na definição da indústria descrever seu desenvolvimento e o papel da companhia e suas tendências conforme abaixo.

**Figura 2:** Etapas do processo de construção do *Balanced Scorecard*

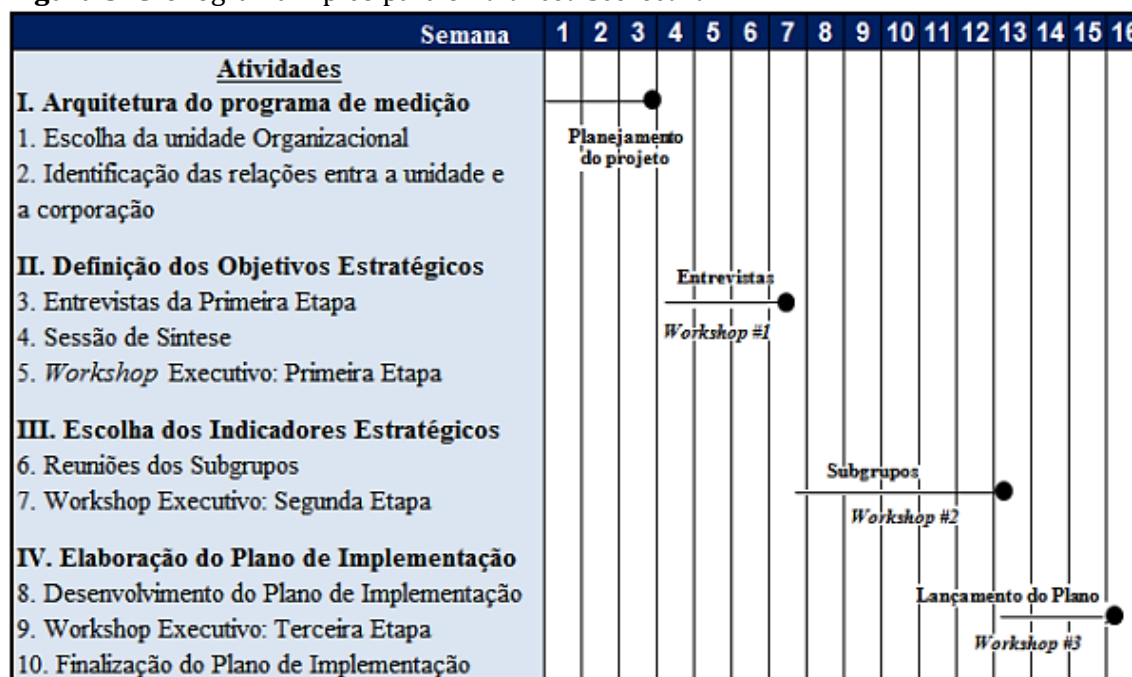


Fonte: Adaptado de Olve; Roy; Wetter (2001)

De acordo com Kaplan; Norton (1997), a construção adequada do BSC é dividida em 4 etapas: 1º Etapa: Arquitetura do programa de medição; 2º Etapa: Definição dos objetivos estratégicos; 3º Etapa: Escolha dos indicadores estratégicos; 4º Etapa: Elaboração do plano de implementação.

Conforme Figura 3, expõe o cronograma utilizado para demonstrar o processo das atividades da construção do BSC, as quais seguem a sequência cronológica de referência para identificação das operações necessárias à adequação das fases primordiais para a inicialização, intermédio e definição final para os procedimentos de implantação do BSC. Deve-se levar em consideração as verificações objetivas para cada etapa, podendo assim evitar problemas crônicos na implantação.

**Figura 3:** Cronograma Típico para o *Balanced Scorecard*



Fonte: Faria (2012, p. 37)

Logo após o final do cronograma, a alta gerência e representantes das unidades de negócio da organização deverão ter esclarecido e chegado a um consenso em relação a tradução da visão estratégica em objetivos e indicadores específicos para as quatro perspectivas. (KAPLAN; NORTON, 1997)

Posteriormente ao esclarecimento e a tradução da visão da empresa em objetivos estratégicos específicos, o próximo processo é comunicar e vincular essa



visão dos objetivos e medidas para todos na organização. Essa comunicação dar-se-á por meio de *newsletters*, quadro de avisos, vídeos, e até por meio eletrônico, usando o *software* de trabalho ligados em rede, visando revelar aos funcionários os objetivos críticos que devem ser alcançados para que a estratégia seja bem-sucedida. (KAPLAN; NORTON, 1997)

Em seguida, faz-se necessário planejar e estabelecer metas para os objetivos do BSC para incentivar a mudança na empresa.

*O BSC produz mais impacto ao ser utilizado para induzir a mudança organizacional. Os executivos deverão estabelecer metas que, se alcançadas, transformarão a empresa. As metas deverão representar uma descontinuidade no desempenho da unidade de negócios. (ARANTES, 2006, p. 30)*

Os executivos só estarão em condições de alinhar suas iniciativas estratégicas depois de estabelecer as metas das perspectivas.

Kaplan; Norton (1997) consideram o último processo, o *feedback* e aprendizado estratégico, o aspecto mais inovador e importante de todo o BSC. Esse processo possibilita o aprendizado organizacional em nível executivo.

*O Balanced Scorecard permite que monitorem e ajustem a implementação da estratégia e, se necessário, efetuem mudanças fundamentais na própria estratégia. (KAPLAN; NORTON, 1997, p. 16)*

Os executivos precisam de um *feedback* para estar ciente, se as estratégias estão sendo implementadas de acordo com o planejado e, o mais importante, para saberem se a estratégia planejada ainda é viável e está sendo bem-sucedida.

O aprendizado estratégico começa com o esclarecimento da visão para toda a empresa e onde se deseja alcançar, seguindo com o processo de comunicação e alinhamento, mobilizando a todos ao cumprimento dos objetivos organizacionais. Logo o planejamento, estabelecimento de metas e iniciativas estratégicas, define as metas específicas e quantitativas do desempenho e o alvo das novas iniciativas estratégicas. Portanto, o BSC estimula a mudança. (KAPLAN; NORTON, 1997)

Esses três primeiros processos são essenciais para a implementação da estratégia, mas não suficientes. O processo de *feedback* e aprendizado fecha esse ciclo, alimentando o processo seguinte, de visão e estratégia, analisando os objetivos

retirados das perspectivas, melhorando-os e substituindo-os se necessário de acordo com a visão mais atualizada. (KAPLAN; NORTON, 1997)

### **Estudo de Caso**

Para exemplificação do BSC nas empresas foi buscado um Estudo de Caso bibliográfico retirado do artigo de Nuintin; Curi; Nogueira (2010) de uma empresa rural que explora a atividade pecuária de gado bovino de corte, afim de, analisar o aperfeiçoamento da qualidade e do desempenho da empresa através da aplicabilidade do BSC.

Dessa forma, fez-se necessário primeiramente identificar a missão e visão da empresa, sendo esta a missão exposta no estudo: produzir gado bovino de corte para abate com qualidade, seguindo as especificações técnicas e ambientais, atendendo as necessidades dos clientes, funcionários e proprietários.

E apresenta como visão: ser conhecida como uma organização que produz gado de corte de alta qualidade e proporciona o retorno exigido por seus proprietários.

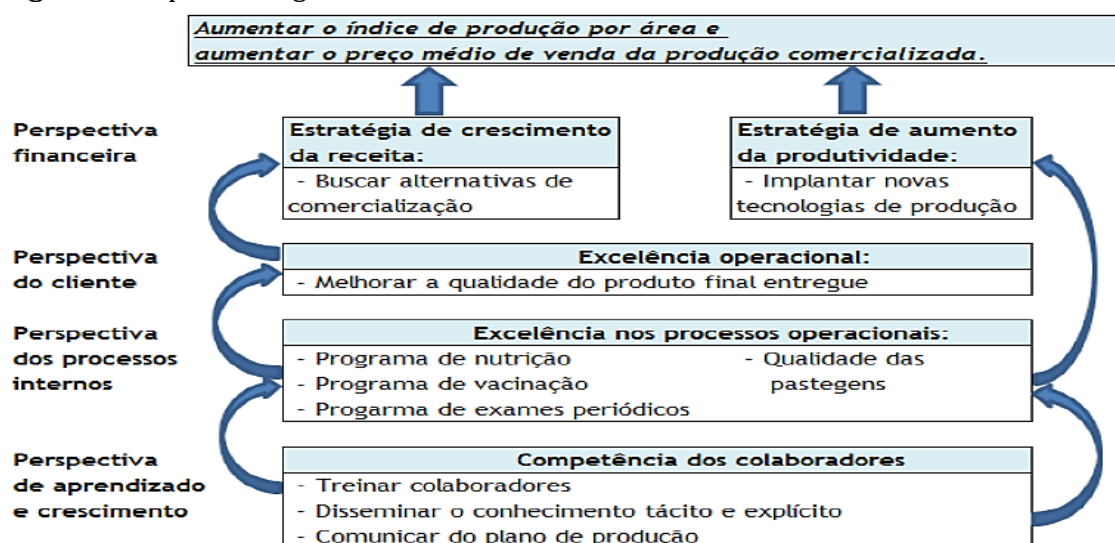
A fim de alcançar a visão citada, a empresa definiu a seguinte estratégia: aumentar o índice de produção por área ocupada e aumentar o preço médio de venda da produção comercializada.

Para que a empresa possa cumprir a estratégia definida e assim consequentemente alcançar a visão, dispôs a aplicar o BSC. Dessa forma, a estratégia foi subdividida em objetivos estratégicos em conformidade com as quatro perspectivas do BSC.

À integração das perspectivas, elaborou-se o mapa estratégico possibilitando uma melhor visualização dos objetivos e metas, exposto na Figura 4.

Segundo informações instituídas no Estudo de Caso da organização rural, conforme Figura 4, observa-se como objetivos estratégicos da perspectiva financeira buscarem alternativas de comercialização e implantação de novas tecnologias de produção, que serão atingidas se a organização melhorar a qualidade do produto final, do mesmo modo que, aperfeiçoar seus processos produtivos. Conforme definidos na perspectiva do cliente e dos processos internos.

**Figura 4:** Mapa estratégico



Fonte: Nuintin; Curi; Nogueira (2010, p. 103)

Para garantir seus objetivos estratégicos determinados na perspectiva dos processos internos, é preciso desenvolver e controlar os programas de nutrição, vacinação, exames periódicos e a qualidade das pastagens, resultando em um animal com maior valor de comercialização e melhor produção por área.

E por último, na perspectiva de aprendizado e crescimento, é preciso da realização das outras três perspectivas, sendo necessário treinamento de todos os envolvidos no processo de produção, comunicação, divulgação do conhecimento distintamente à implementação do modelo de avaliação, assim como à tomada de decisão ao cumprimento da estratégia organizacional.

Portanto, foi elaborado uma pesquisa de satisfação aos clientes, para avaliar a qualidade do gado de corte e, um painel para avaliação do desempenho, no qual são demonstrados os objetivos estratégicos, os resultados dos indicadores e as metas estabelecidas, conforme o Quadro 1.

Nota-se que a empresa para aprimorar a qualidade através de pesquisa de satisfação junto aos clientes, foi estipulada uma meta de 90% de agrado e ao desempenho foi implementado indicadores de medição do desempenho subdivididos para cada perspectiva, afim de avaliar a situação de cada área e estipular metas tangíveis e aplicar ações necessárias para o cumprimento dessas metas.

**Quadro1:**Painel de avaliação de desempenho

Objetivos estratégicos	Indicadores	Resultado	Metas
<b>Perspectiva financeira</b>			
- Buscar alternativas de comercialização	- Lucratividade	9%	> 10%
	- Rentabilidade	2%	> 10%
- Implantar novas tecnologias de produção	- Custo por animal	144,49	< 10%
	- Animal por hectare	0,91	> 10%
	- Ganho de peso	5%	> 10%
<b>Perspectiva do cliente</b>			
- Melhorar a qualidade do produto final entregue	- índice de satisfação	não medido	90%
<b>Perspectiva dos processos internos</b>			
- Programa de nutrição	- Índice de natalidade	1%	> 10%
- Programa de vacinação	- Índice de mortalidade	0,01%	< 10%
- Programa de exames periódicos	- Índice de descarte	0%	< 10%
- Qualidade das pastagens	- Índice de rendimento	178 Kg	> 10%
<b>Perspectiva do aprendizado e crescimento</b>			
- Treinamento	- horas de treinamento por colaborador	1 h	1 h
- Disseminação do conhecimento	- % de colaboradores conhecedores do plano	80%	100%
- Comunicação do plano de produção			

Fonte: Nuintin; Curi; Nogueira (2010, p. 105)

Com a aplicação de um sistema de gestão estratégica como o *Balanced Scorecard*, que subdivide a estratégia em termos operacionais, seguindo as quatro perspectivas do BSC, foi possível identificar os indicadores necessários a serem utilizados em cada objetivo estratégico à medição de desempenho. Dessa forma, pôde-se estipular metas tangíveis a serem alcançadas, ou seja, aperfeiçoar a qualidade e o desempenho do produto.

A partir do resultado da avaliação do desempenho desenvolvida na organização rural permitiu aos gestores entenderem a situação atual, identificar pontos não alinhados e definir ações corretivas, buscando, com isso, atingir seus objetivos, estratégias, sua visão e, principalmente, cumprir a sua missão.

## Conclusão

Conclui-se que as empresas necessitam desenvolver ferramentas estratégicas que se comuniquem com os fatores do ambiente empresarial, afim de destinar recursos para alcançar seus objetivos e metas, como também, de gerenciar seu desempenho e qualidade para perdurar nesse mercado competitivo.

Nesse sentido, os objetivos traçados foram alcançados mediante o decorrer da pesquisa abordando a relevância da metodologia *Balanced Scorecard* nas organizações através do delineamento do conceito desta metodologia e suas perspectivas, bem como, o processo de construção e implementação para auxiliar

no alinhamento, comunicação e gerenciamento das estratégias definidas pela empresa estudada.

Com isto, o pressuposto teórico foi confirmado, na qual, os objetivos e metas estabelecidos pela organização foram atingidos, bem como, melhorias na qualidade e do desempenho por meio da segmentação das quatro perspectivas do *Balanced Scorecard* seguido da integração dessas perspectivas através do mapa estratégico, que possibilitou visualizar a estratégia em termos operacionais, alinhando as ações e metas dos colaboradores com a estratégia corporativa e a identificar indicadores adequados para aperfeiçoar e cumprir a estratégia proposta pela organização, traçando comportamento e melhorando desempenho.

### Referências Bibliográficas

ARANTES, Gisella R.. **Análise do processo de implantação do *Balanced Scorecard***: o caso do painel corporativo de uma empresa brasileira do setor público. 2006. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

FARIA, Bruno H.. **Análise do processo de implementação do *Balanced Scorecard* em uma empresa do ramo de decoração**. 2012. Monografia (Bacharel em Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P.. **A estratégia em ação: *Balanced Scorecard***. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

NUINTIN, Adriano A.; CURI, Maria A.; NOGUEIRA, Leandro R. T.. **Avaliação de desempenho e tomada de decisão utilizando os preceitos do *Balanced Scorecard***: o caso de uma organização que explora a atividade pecuária de gado bovino de corte em Mato Grosso do Sul. Custos e @gronegocio on line, Varginha, v. 6, n. 2 - maio/ago. 2010. Disponível em: <<http://www.custoseagronegocioonline.com.br/quatorze.html>>. Acesso em: 15 mar. 2020.

OLIVEIRA, Maxwell F.. ***Balanced Scorecard***: uma análise da produção acadêmica brasileira na área de administração. 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Lavras, Lavras.

OLVE, Nils G.; ROY, Jan; WETTER, Magnus. **Condutores da Performance**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

ZAHIRUL, Hoque. **20 years of studies on the *Balanced Scorecard*: trends, accomplishments, gaps and opportunities for future research**. *The British Accounting Review*, p. 1-27, 2013.

# A relevância da participação do investidor brasileiro, pessoa física, na Bolsa de Valores - B3- no ano de 2019

*The relevance of the participation of Brazilian investors, individuals, in the Stock Exchange - B3 - in 2019*

Elen Paloma da Silva<sup>1</sup>  
Vitória Bezerra Silva<sup>2</sup>  
Fabiane Cristina Spironelli<sup>3</sup>  
Cleide Henrique Avelino<sup>4</sup>

## RESUMO

As finanças sempre fizeram parte do cotidiano das pessoas, e o ato de investir tem se tornando mais popularizado, independentemente da classe social ou o valor inicial investido. Nos dois últimos anos o número de investidores na renda variável tem crescido de forma gradual e intensa, deixando claro como o conhecimento no conceito e ferramentas da administração financeira tem influenciado esse fluxo crescente. O artigo busca também conceituar os diferentes perfis de investidores, os principais motivos que levaram esse aumento na bolsa de valores- segundo consta em pesquisas feita pela B3 juntamente com a Comissão de Valores Mobiliários – CVM - e os produtos ofertados que mais atraíram a atenção da pessoa física na área financeira.

**Palavras-chave:** Administração Financeira, Bolsa de Valores, Finanças, Investidores.

## ABSTRACT

Finance has always been part of people's daily lives, and the act of investing has become more popular, regardless of social class or the initial amount invested. In the last two years, the number of investors in variable income has grown gradually and intensively, making it clear how knowledge of the concept and tools of financial management has influenced this growing flow. The article also seeks to conceptualize the different investor profiles, the main reasons that led to this increase in the stock exchange - as stated in research carried out by B3 together with the Securities and Exchange Commission – CVM - and the products offered that most attracted attention of individuals in the financial area.

Keywords: Financial administration, stock exchange, finance, investors.

## Introdução

O presente trabalho busca abordar como tema a Administração Financeira com ênfase em Mercado de Capitais, tendo o objetivo geral em, apontar como as ferramentas da Administração Financeira auxiliaram no Mercado de Capitais, e os

---

<sup>1</sup> Acadêmica do 8º termo do curso de Administração no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

<sup>2</sup> Acadêmica do 8º termo do curso de Administração no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

<sup>3</sup> Contadora; Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

<sup>4</sup> Contadora; Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

objetivos específicos analisam-se em, descrever o aumento do ingresso de pessoas físicas nos investimentos em renda variável na Bolsa de Valores - B3 - relatar quais os ativos da renda variável se tornaram mais atrativos aos investidores e analisar como os acontecimentos no governo afetaram o fluxo desses investidores no ano de 2019, comparando-os com políticas adotadas anteriormente.

O pressuposto teórico apresentado afirma que as ferramentas da Administração Financeira deram suporte para o crescente aumento de investidores pessoa física na Bolsa brasileira em 2019, pois o conhecimento nessas ferramentas voltado para o mercado de renda variável, é indispensável, fornecendo mais informações e esclarecimentos, para que haja confiança no mercado estável, investindo em maior nível e de forma correta.

O mercado financeiro teve um grande desenvolvimento no Brasil, e esse resultado pode-se confirmar como reflexo de vários fatores, dentre eles uma maior propagação de conteúdos sobre as ferramentas e educação financeira através da internet, atingindo assim de classes sociais, e várias instituições que alcançaram altos faturamentos, abrindo capital na bolsa, e oferecendo mais oportunidades de investimentos com melhores ganhos.

As intermediadoras financeiras, como as corretoras, puderam permitir uma maior eficiência na alocação dos recursos financeiros, correspondendo à uma captação mais elevada e facilita, incrementando os recursos captados através de empréstimos a empresas, e conseqüentemente, promovendo um crescimento na economia.

Com isso, o país atingiu o cenário financeiro atual, onde é caracterizado pela variedade de ativos financeiros, procurando atender às diferentes necessidades de poupadores e tomadores de recursos.

### **Administração Financeira**

A Administração Financeira pode ser definida como um campo ou ciência de estudo ao conhecimento prático e teórico, objetivada a determinar o processo empresarial mais eficiente de captação e alocação de recursos e capital. É exercida seguindo a premissa de uma leitura prévia da real situação da organização, pois os resultados financeiros são reflexos das decisões e ações que são tomadas pelos seus responsáveis. Não existe a fórmula correta e genérica para se obter o sucesso no

setor financeiro, em geral, a base é apresentar uma postura questionadora, ampliando as esferas de pesquisa e atuação importante dentro do negócio/organização. (CHIAVENATO, 2006)

A área administrativa possui uma ampla variedade em diversos setores, dentre eles encontra-se a gestão financeira, como uma área estratégica e extremamente importante para captação, planejamento, alocação de recursos financeiros e investimentos, tendo ferramentas que auxiliam a gestão e contribuem para eficiência e finalização nas tarefas diárias propostas. (SILVA, 2019)

Para a gestão das empresas, existem ferramentas na Administração Financeiras apropriadas para acompanhar, gerar e analisar as informações, auxiliando assim nas tomadas de decisões, dentre elas podem ser destacadas.(DAVID, 2019)

- a) Fluxo de caixa: É utilizado para registrar todas as saídas e entradas diárias da empresa. Através do fluxo de caixa é possível fazer projeções de pagamentos e recebimentos, antecipando assim quaisquer problemas futuros, pode ser considerado como principal ferramenta para a tomada de decisões;
- b) Análise do Demonstrativo do Resultado do Exercício – DRE: É uma ferramenta que torna possível ter uma visão geral da situação da empresa, pois através do DRE, faz-se uma análise das despesas, custos e receitas da organização;
- c) Planilha de controle orçamentário: Nessa ferramenta é possível fazer uma análise e comparativo entre o que foi orçado e o que realmente foi gasto no planejamento do negócio. A partir daí, torna-se possível efetuar uma antecipação e previsão de possíveis erros no planejamento; (DAVID, 2019)
- d) Conciliação bancária: Nessa ferramenta é possível efetuar uma análise entre as entradas, saídas e saldo da organização com os extratos bancários, conferindo se as movimentações registradas condizem com os registros bancários. (FERNANDES, 2018)

As ferramentas da Administração Financeira, também podem ser adequadas para pessoa física, principalmente quando se tem, ou deseja ter, planejamentos e projeções nas finanças pessoais. (RICO, 2019)

A organização dessas finanças pode ser iniciada através do sistema de fluxo



de caixa, pois nele é possível registrar toda entrada e saída, ou seja, tudo que se paga e se recebe. As planilhas em excel são ótimas auxiliadoras nesses registros, pois além de ser possível editar e preencher pelo computador/notebook e celular, é permitido aplicação de fórmulas, facilitando a visualização dos saldos finais.

O controle de custos, também é uma ferramenta que pode ser utilizada, pois é onde verifica-se o valor captado mensal e se ele está sendo suficiente para a quitação das despesas.

Outra ferramenta é a conciliação bancária, onde todas as movimentações realizadas em banco, ou nas corretoras de investimentos onde se aplicou o capital poupado, é registrado nos extratos. Através dele é possível realizar uma conferência do mês, sobre todas as saídas, entradas, tarifas e rendimentos em conta.

Com o uso dessas ferramentas iniciais, é possível analisar se há despesas desnecessárias, orçamentos mal projetados ou gastos imprevistos, assim é possível ter uma visualização atual e a longo prazo de todo custo mensal, podendo prever eventuais contingências, realizar planos para o futuros, e destinar o capital poupado para investimentos. (RICO, 2019)

## **Mercado financeiro**

O mercado financeiro pode ser determinado como um grupo de instituições e instrumentos que transacionam títulos e valores mobiliários, visando a direção do patrimônio dos agentes compradores para os agentes vendedores. E pode ser dividido em quatro segmentos: (PINHEIRO, 2019)

- a) Mercado Monetário;
- b) Mercado de Credito;
- c) Mercado Cambial;
- d) Mercado de Capitais.

O mercado de capitais é um ambiente onde se negocia títulos ou valores mobiliários de empresas que estão efetuando captação de recursos para que as mesmas tenham liquidez. Ele surgiu quando o mercado de crédito não conseguia mais atender os deveres da movimentação produtiva, ou seja, deixou de assegurar o fluxo de recursos nas circunstâncias propícias em condições de prazos, custos e exigibilidade. (PINHEIROS, 2019)

## **Bolsa de Valores**

A Brasil, Bolsa, Balcão - B3 - constituída pela união da Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos - CETIP – e pela Bolsa de Mercadorias & Futuro, Bolsa de Valores de São Paulo - BM&FBovespa - ocorrida em março de 2017, sediada atualmente na cidade de São Paulo/SP, é a bolsa de valores oficial do Brasil, e considerada uma das principais empresas de infraestrutura na área de mercado financeiro no mundo, no qual abordado neste artigo. (TORO, 2019)

*[...] basicamente, podem-se entender as finanças como área de conhecimento e subdividi-la em três grandes segmentos: mercado financeiro, finanças corporativas e finanças pessoais [...].* (NETO; 2019, p. 18)

Há pouco mais de dez anos, ao final de 2009, Edemir Pinto - presidente da BM&FBovespa nesse período - lançou uma meta de atingir 5 milhões de investidores ativos, no prazo de cinco anos, onde segundo a declaração em uma conferência de fechamento sobre os resultados daquele ano, o Brasil tinha fundamentos de sobra para atingir essa meta de crescimento. (EXAME, 2010)

No mesmo ano, a bolsa encerrou com o total de 552.364 investidores ativos, não atingindo a meta proposta, devido a estagnação no número de investidores num período de quase sete anos. (EXAME, 2010)

O afastamento de pessoas físicas brasileiras na renda variável entre os anos de 2015 a 2017, ocorreu em consequência das altas taxas de juros, grande volatilidade do mercado financeiro, crescimento econômico baixo e a falta de informações sobre renda variável. (VEJA, 2015)

Nos anos subsequentes, o Banco Central passou a tomar medidas de redução das taxas de juros gradativamente, reaquecendo a economia brasileira e os investidores passaram a perceber as novas oportunidades de mercado, voltando assim a investir na bolsa de valores.

Em relação ao cenário externo, mesmo trazendo aversão a risco, os investidores estrangeiros passaram a encerrar posições no Brasil e, o número de novos cadastros locais cresciam, fazendo com que o ano de 2019 trouxesse excelentes dados para o mercado financeiro, onde a B3 passou a bater recordes históricos a cada mês, fechando dezembro com um total de 1.690 milhão de investidores ativos (B3, 2020).

*As bolsas de valores podem desempenhar um importante papel social, beneficiando todos os agentes econômicos e a sociedade, pois ajudam as empresas a levantar capital para aplicá-lo em projetos de investimento, e permitem que pequenos investidores sejam acionistas de grandes empresas, participando, portanto, desses projetos de investimento e tornando mais equitativa a distribuição de renda de uma sociedade. (KERR, 2011, p.93)*

O crescimento de investidores na bolsa em 2019, segundo a até então analista de ações na XP Investimentos, Betina Roxo, estaria sendo um reflexo de diversos cenários favoráveis ocorridos, dentre eles a redução das taxas de juros e a perspectiva de maior crescimento econômico. Essa redução e manutenção contribuíram para a baixa remuneração dos títulos de renda fixa e os investidores passaram a buscar alternativas de investimentos, alavancando a procura pela renda variável. (PEREIRA, 2020)

### **Participação dos brasileiros na B3**

Os números de novos investidores na bolsa brasileira vinham crescendo com os anos de uma forma mais lenta e conservadora, principalmente quando se tratavam de investidores locais, já que grande parte dos investidores ainda se concentravam em mercados estrangeiros.

No ano de 2019 os dados mudaram completamente, pois com a queda gradativa da taxa Selic - reflexo de acontecimentos no mundo - os investidores mais conservadores passaram a optar por diversificar a carteira, saindo da renda fixa e partindo para aplicações mais arriscadas, a renda variável; em contrapartida, o Brasil passou a ser menos atrativo aos investidores estrangeiros, que saíram em grandes volumes dos países considerados emergentes - países subdesenvolvidos - com o receio de desaceleração global. (XP, 2019)

A valorização da B3 ficou aquém dos investidores brasileiros, que aos poucos, até mesmo pequenos investidores passaram a elevar sua participação em ações, e com isso, em abril de 2019 a bolsa atingiu a marca de um milhão de investidores pessoa física, fechando esse mesmo ano com uma marca de 1,6 milhões de pessoas cadastradas. Até então, de 2011 a 2016, a quantidade de CPFs vinha se mantendo mais ou menos estável, sem grandes disparadas de novos cadastros. (GOEKING, 2020)

### **Perfis de investidores no Brasil**

O mercado de investimentos é vasto, com diversos perfis de investidores, sendo eles conservadores, moderados e arrojados, podendo ser definidos de acordo com a tolerâncias a riscos. (RICO, 2019)

Os investidores conservadores priorizam mais a segurança e baixos riscos em suas aplicações, optando a maior parte em carteira na renda fixa, como por exemplo, caderneta de poupança.

Investidores com perfil moderado também procuram segurança, mas possuem tolerâncias a risco no longo prazo, e buscam diversificar sua carteira entre ativos de renda fixa e renda variável.

Por fim os investidores arrojados, ou agressivos, que procuram maiores rentabilidades e aceitam exposições ao risco em busca de melhores resultados, eles entendem que as perdas no curto prazo são naturais, momentâneas e necessárias para aproveitar os lucros altos no longo prazo. (RICO, 2019)

### **Novos investidores, e sinais de novos comportamentos na hora de investir**

Um estudo elaborado pela B3 (2020), além de mostrar dados demográficos, como por exemplo, identificar a predominância das regiões Sudeste, Sul e Distrito Federal com o maior número de investidores pessoas físicas no país, trouxe também informações que ressaltam como os homens, de 36 a 45 anos, ainda permanecem liderando os investimentos em renda variável, onde pode-se verificar que dentro dos investidores da Bolsa 1.290.258 são homens (76,89%) e 388.496 são mulheres (23,11%). (B3, 2020)

Apesar disso, ambos os gêneros tiveram um crescimento no ano de 2019, sendo 117% de mulheres investidoras, e 104% os homens; o estudo mostra também o quanto cresceu o volume de recursos acumulados, que em março de 2017, os investidores pessoas físicas tinham R\$ 203 bilhões na B3 e até março de 2020 o volume chegava a quase R\$ 260 bi, um aumento de 30%. (B3, 2020)

Observando também a evolução do comportamento desse investidor ao longo do tempo, é possível notar que a partir de 2019 houve uma queda no valor médio investido pelas pessoas físicas, onde grande parte iniciaram seus investimentos com menos de R\$1.000,00 (mil reais), e 223 mil investidores que entraram na renda variável em março de 2020, 30% fez o primeiro investimento com menos de R\$ 500, mostrando justamente essa democratização no mercado de

ações. (B3, 2020)

A facilidade ao acesso a informações sobre o mercado financeiro e a crescente propagação de assuntos ligados a investimentos, e como tornar-se sócios de empresas que sempre fez parte do cotidiano das pessoas, despertaram o interesse do investidor em conhecer mais sobre esse mercado, quais os métodos utilizados, as análises feitas nas empresas, os valores para aplicações e saber identificar os perfis para cada investimento, também ajudaram a contribuir para o crescimento de pessoas físicas na B3. (PISA, 2020)

### **Fatores que foram fundamentais no crescimento de cadastros na B3**

Pesquisas realizadas pela própria B3 (2019) constataram que essa grande participação das pessoas físicas, mesmo em tempos de instabilidades, expectativas na aprovação de projetos de lei, temores à recessões econômicas mundiais, à queda na Selic vindo gradual, e agora atingindo um dos níveis mais baixos de todos os tempos - empurrando os brasileiros a investimentos mais arriscados e capazes de gerar maiores retornos.

Todo esse conhecimento e migração para melhores retorno, são reflexos de trabalhos realizados pela própria B3, que atua com educação financeira há mais de 3 décadas, da Comissão de Valores Mobiliários – CVM - das plataformas de investimento, casas de análise, a grande proliferação de conteúdo on-line sobre educação financeira e investimentos, tanto na imprensa tradicional quanto nas redes sociais - por meio de influenciadores - e nas próprias corretoras.

*Poucos assuntos geram tanta insegurança na maioria das pessoas quanto investimentos. Ainda assim, é algo que todos que tem alguma poupança disponível precisam se preocupar. [...] Investir é das tarefas mais complexas e importantes, cujos resultados terão impactos para seus filhos, netos e, possivelmente, para outras gerações. (BARTUNEK; MOREAU; NAPOLITANO, 2016, p.10).*

O termo investir passou a ser procurado e pesquisado em grandes escalas como não visto antes. Tudo isso trata-se, de uma democratização do investimento em ações, algo buscado pela Bolsa de Valores Brasileira há tempos, onde cada vez mais os brasileiros vêm tendo conhecimento e contato com a renda variável, e como motor desse movimento, pode-se abordar também o avanço da tecnologia. (QUINTINO; MENDES, 2020)

Outros ativos atrativos em 2019, além das ações, que também compõe a renda variável

Pode-se definir (BRITO, 2019) mercado financeiro como um ambiente onde são efetuadas operações de compra e venda de ativos financeiros. O mercado secundário é um dos segmentos que faz parte desse ambiente, nele é realizado a compra e venda de ações entre investidores, podendo ser realizado na bolsa de valores.

Brito (2019, p.137), define as ações como,

*[...] valor mobiliário, emitido pelas companhias ou sociedades anônimas, representativo de parcela do capital. O capital da companhia ou sociedade anônima é dividido em ações, constituindo-se o valor unitário da ação da companhia.*

Além das ações, outro ativo que se tornou mais conhecido e cada vez mais atrativo aos investidores, grandes e pequenos, são os fundos imobiliários, que de acordo com o autor MENDES (2018), trata-se de ativos financeiros que facilita, de maneira simples e inteligente a entrada de pessoa física no mercado imobiliário, investindo mesmo com pouco dinheiro.

Esses Fundos de Investimentos Imobiliários – FII - são administrados por instituições financeiras, onde realizam captações de recursos – investidores - e distribui em cotas, processo também chamado de *Initial Publish Offerting* – IPO - Oferta Pública Inicial. Essas cotas são distribuídas proporcionalmente ao valor investido. (BARRETO, 2016)

De acordo com dados do Índice de Fundos de Investimentos Imobiliários – IFIX - os FIIs obtiveram um crescimento de 188% em 2019. O número de investidores cresceu 10,29% comparado a novembro. Do total de dinheiro investido, 72,24% saiu do bolso dos pequenos investidores, segundo informações compiladas pela B3 e divulgados no Boletim de Fundos Imobiliários, referente a dezembro de 2019. (ABDO, 2020)

Avaliando os dados, esse crescimento pode ser definido como uma representação na mudança estrutural no mercado de capitais brasileiro. O atual e mais novo investidor, de forma mais ampla, é jovem, na faixa de 25 a 39 anos: 46% em 2019, ante 35% em 2018. Ele se preocupa em variar os investimentos e iniciar a

compor uma carteira com valores mais baixos, na faixa de saldos até R\$10.000,00 (dez mil reais) 42% dos investidores tem diversificação em mais de 3 ativos. Além disso, tem demonstrado conhecimento ao ter uma visão a longo prazo, mantendo suas posições mesmo com as altas e baixas do mercado, a temível volatilidade. (B3, 2020)

Mesmo o primeiro semestre do ano de 2020 iniciando com incertezas nos mercados, e a pandemia crescendo e sem prazo para finalizar, em março houve mais de 300 mil pessoas físicas que passaram a investir na bolsa, seja em ações, fundos de índice, fundos imobiliários ou *Business Development Representative* – BDRs - Certificado de Depósito Brasileiro. E em abril, atingiu a histórica marca de 2 milhões de CPFs, esses números fazem parte de um levantamento divulgado em maio de 2020 pela B3. (WILTGEN, 2020)

### **A bolsa brasileira segue em rumo de novos patamares**

Muitos entusiastas da expansão do mercado de capitais brasileiro reconhecem que exista espaço para que a bolsa brasileira chegue a patamares próximos ao Estados Unidos, onde há uma cultura de investimento em Bolsas, e o percentual de investidores também é bem maior. Segundo o Instituto Gallup, 54% dos adultos americanos investiram em ações de 2009 a 2017, nesses mesmos anos no Brasil, apenas 0,29% investiam na bolsa. (QUINTINO; MENDES, 2020)

Para que o Brasil possa sonhar com porcentagens de investidores próximos ao EUA, a retomada econômica precisa sair dos planos.

Segundo o economista José Roberto Mendonça de Barros, ex-membro do conselho de administração da antiga BM&FBovespa, o avanço econômico é mais importante que os juros baixos, pois em sua visão a bolsa pode passar a estagnar caso o país não volte a crescer.

Ainda em sua declaração, ele afirma que o Brasil precisa de uma responsabilidade na condução das reformas, e respeito no teto de gastos, pois com isso transformará o país de cultura rentista em uma nação de investidores. José Roberto acredita que caminhando nessa direção, a tendência é todos saírem ganhando. (QUINTINO; MENDES, 2020)

### **Acontecimentos no governo brasileiro, e os impactos na bolsa**

É irrefutável (B3, 2020) o surpreendente crescimento no interesse do brasileiro em assuntos voltados a investimentos. E uma das primeiras lições aprendidas é, quem investe deve sempre estar atento aos acontecimentos em Brasília, nos governos atuais, pois eles exercem diretamente grandes influências sobre vários fatores, como taxa de juros, inflação, câmbio e principalmente as movimentações no mercado de renda variável, já que duas grandes empresas estatais possuem uma participação significativa nas listadas em bolsa, a Petrobrás (PETR4 possui 7,0% e PETR3 5,15%) e o Banco do Brasil (BBAS3 com 4,46%), ao menos no curto prazo.

Em meados de 2015 a 2016, houveram inúmeras movimentações negativas no governo brasileiro e períodos de grandes incertezas, gerando assim uma queda brusca na bolsa, e aumento nas taxas de juros, tornando o país um risco ao investir, e na tentativa de atrair investidores locais e estrangeiros, paga-se mais nos rendimentos, já que o mercado encontra-se instável e as garantias de crescimento são poucas ou quase inexistentes. (VEJA, 2015)

No segundo semestre de 2018, ano eleitoral, a volatilidade ficou mais evidente, com as divulgações de resultados de pesquisas, onde aborda o desempenho ou preferência do candidato que o mercado considera o mais adequado ao mandato.

O início de 2019, foi marcado por gerar inúmeras expectativas positivas para o Brasil com a mudança de governo, segundo a divulgação do boletim Focus - publicação online, divulgada todas as segundas-feiras pelo Banco Central do Brasil - no mesmo período, os analistas iniciaram o ano estimando que a economia brasileira cresceria 2,5%, dando também continuidade no ajuste fiscal, reforma da previdência, queda nas taxas de juros, desemprego e câmbio. (FRABASILE, 2019)

Durante esse mesmo ano, com a alta de alguns produtos e serviços, a inflação se manteve baixa. Possibilitando assim a redução da taxa de juros fazendo com que atingisse a menor taxa, e impulsionando o mercado de investimentos e o varejista.

A Bolsa funciona exatamente como um reflexo da economia real do país, antecipando as reações do mercado frente às medidas propostas e adotadas pelo governo, ficando claro que há uma forte relação entre política e mercado de investimentos (economia), ou seja, ambas caminham juntas. (FRABASILE, 2019)



## **Conclusão**

Constatou-se que os brasileiros tem uma baixa propensão a poupar, e historicamente menos ainda a cultura de investir, analisando o número da população do país, com a porcentagem de pessoas físicas cadastradas na bolsa. Esse fato ocorre justamente pela falta de educação financeira e planejamento, onde o controle e conhecimento sobre o que se ganha e o que se gasta é muito baixo.

Por muitos anos entendia-se que bolsa de valores seria apenas para quem tinha um poder aquisitivo maior, ou também era conhecida como um cassino; esses conceitos foram se perdendo com o passar dos anos, pois nem todos os ativos há um valor mínimo para investir, e além de tudo precisa-se de estudos, análises e conhecimentos nos produtos ofertados.

Ao analisar os anos passados, verifica-se que mesmo em passos lentos, as pessoas começaram a conhecer mais o mercado financeiro, com a redução das taxas de juros e a introdução sobre educação financeira no dia a dia da população, através de jornais, revistas e principalmente na internet, tendo como propagadores dessas informações, os influenciadores, investidores, professores, jornalistas, entre outros.

O pressuposto teórico foi confirmado, a intensificação da educação financeira no Brasil e as variadas ferramentas da Administração Financeira deram suporte para o crescente aumento de investidores pessoa física na Bolsa brasileira em 2019, pois o conhecimento nessas ferramentas, como controle de recebimentos e contas a pagar, controle de caixa próprio, utilização de planilhas em excel ou aplicativos financeiros, controle de contas em banco, podendo ser adaptadas e voltadas para o mercado de renda variável é indispensável, pois além de serem instrumentos facilitadores de organização e planejamento da vida financeira, ajudaram no fornecimento de mais informações e esclarecimentos, havendo mais confiança no mercado estável, investindo em maior nível e de forma correta.

A migração de recursos para ativos financeiros é um processo natural em uma economia estabilizada. E a pesquisa objetivou identificar os fatores que influenciaram essas decisões nos investidores pessoa física a conhecerem e participarem do mercado financeiro.

## **Referências Bibliográficas**

ABDO, Sara. **Investimento em fundo imobiliário cresce 188% em 2019.** Disponível em: < <https://6minutos.uol.com.br/minhas-financas/investimento-em-fundo-imobiliario-cresce-1875-em-2019-entenda-o-produto/>>. Acesso em: 19 set. 2020.

B3. **ÍNDICE BOVESPA (IBOVESPA).** Disponível em: < [http://www.b3.com.br/pt\\_br/market-data-e-indices/indices/indices-amplos/indice-ibovespa-ibovespa-composicao-da-carteira.htm](http://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-amplos/indice-ibovespa-ibovespa-composicao-da-carteira.htm)>. Acesso em: 05 ago. 2020.

B3. **Uma análise da evolução dos investidores pessoas físicas na B3.** Estudo da B3. Disponível em: <[http://www.bmf.com.br/portal/pages/newsletter/BMFBOVESPA/Downloads/Estudo\\_PF-final.pdf](http://www.bmf.com.br/portal/pages/newsletter/BMFBOVESPA/Downloads/Estudo_PF-final.pdf)>. Acesso em: 10 ago. 2020.

BARRETO, Renata. **Você sabe a importância do mercado de capitais?** Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/colunistas/economia-com-renata-barreto/voce-sabe-a-importancia-do-mercado-de-capitais/>>. Acesso em: 29 mar. 2020.

BARTUNEK, Florian; MOREAU, Pierre; NAPOLITANO, Giuliana. **Fora da Curva: Os segredos dos grandes investidores do Brasil - e o que você pode aprender com eles.** 1ª. ed. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2016.

BLOG RICO. **Planejamento Financeiro Pessoal: O guia completo [2020].** Disponível em: < <https://blog.rico.com.vc/planejamento-financeiro-pessoal-poderoso>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

BLOG RICO. **Qual o Seu Perfil de Investidor - Conservador, Moderado ou Arrojado?** Disponível em: < <https://blog.rico.com.vc/perfil-de-investidor>>. Acesso em: 10 out. 2020.

BLOG TORO INVESTIMENTOS. B3 – **Tudo sobre a Bolsa de Valores do Brasil.** Disponível em: < <https://blog.toroinvestimentos.com.br/b3-bolsa-de-valores-brasil>>. Acesso em: 11 nov. 2020.

BRITO, Osias. **Mercado Financeiro.** E-book. 3ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788571440258>>. Acesso em: 21 set. 2020.

CAMILLO, Giulia S. **Internet e TV: é assim que a Bolsa pretende elevar varejo para 5 milhões em 5 anos.** Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/mercados/internet-e-tv-e-assim-que-a-bolsa-pretende-elevar-varejo-para-5-milhoes-em-5-anos/>>. Acesso em: 29 mar. 2020.

CHIAVENATO, Idalberto. **Cartas a um jovem administrador: O futuro está na administração.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

DAVID, Igor. **Ferramentas Financeiras para aplicar na sua empresa em 2020**. Disponível em: <<https://boavistatecnologia.com.br/blog/ferramentas-financeiras/#>> Acesso em: 10 nov. 2020.

FERNANDES, Regina. **Conciliação Bancária: O que é, como fazer e resolver [GUIA COMPLETO]**. Disponível em: <<https://capitalsocial.cnt.br/conciliacao-bancaria/>>. Acesso em: 11 nov. 2020.

FRABASILE, Daniela. **Retrospectiva 2019: Os fatos que marcaram a economia**. Época Negócios. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Economia/noticia/2019/12/retrospectiva-2019-os-fatos-que-marcaram-economia.html>>. Acesso em: 23 set. 2020.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios da Administração Financeira**. 12<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

KERR, Roberto B. **Mercado Financeiro e de Capitais**. E-book. 1<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011. Disponível em: <<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=forums&srcid=MTI1MDQ5NTczODg5NjA3ODc5ODABMDA5ODIzMTA2OTA1MjAyNTk0NDkBVDFqTWWhHOE8zVkFKATAuMQEBdjI>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

MENDES, Roni A.. **Fundos de Investimentos Imobiliários**. 1<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Novatec, 2018.

NETO, Alexandre A. **Curso de Administração Financeira**. 4<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

PEREIRA, Renée. Pela primeira vez desde 2014, há mais dinheiro brasileiro do que estrangeiro na Bolsa. **ESTADÃO**. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,pela-1-vez-desde-2014-ha-mais-dinheiro-brasileiro-do-que-estrangeiro-na-bolsa,70003184221>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

PINHEIRO, Juliano Lima. **Mercado de Capitais**. 9<sup>o</sup>. ed. São Paulo: Atlas, 2019. E-book. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597021752/cfi/6/10!/4/12/8@0:2.30>>. Acesso em: 04 ago. 2020.

PISA, Fernando. **Perfil do Investidor Brasileiro na Bolsa de Valores em 2020**. Disponível em: <<https://comoinvestir.thecap.com.br/perfil-do-investidor-brasileiro-bolsa-de-valores-em-2020/>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

QUINTINO, Larissa; MENDES, Felipe. **Por que a onda de novatos na bolsa pode gerar um ciclo virtuoso no Brasil**. Veja. 2702<sup>a</sup>. ed. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/economia/por-que-a-onda-de-novatos-da-bolsa-pode-gerar-um-ciclo-virtuoso-no-brasil/>>. Acesso em: 08 set. 2020.

REIS, Tiago. **Um milhão de investidores na Bolsa: o que isso significa?** Disponível em: <<https://www.sunoresearch.com.br/artigos/um-milhao-de-investidores-na-bolsa-o-que-isso-significa/>>. Acesso em: 29 mar. 2020.

SILVA, Gabriele. **Tudo sobre gestão financeira.** Disponível em: < <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/carreira/tudo-sobre-gestao-financeira>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

WILTGEN, Julia. **Por que a política tem tanta influência na bolsa brasileira?** Disponível em: < <https://www.seudinheiro.com/2019/bolsa/por-que-a-politica-tem-tanta-influencia-na-bolsa-brasileira/>>. Acesso em: 23 set. 2020.

XP INVESTIMENTOS. **Brasil 2020:** Na cabeceira da pista, prontos para decolar. Disponível em:< <https://conteudos.xpi.com.br/guia-de-investimentos/relatorios/oficial-brasil-2020-na-cabeceira-da-pista-prontos-para-decolar/>>. Acesso em: 11 nov. 2020.

# O perfil da religiosa consagrada e gestora nas organizações religiosas

*The profile of consecrated and managerial religious in religious organizations*

Jessica Aparecida de Lucas<sup>1</sup>

Aparecida Tocchio<sup>2</sup>

Cleide Henrique Avelino<sup>3</sup>

## RESUMO

O papel do gestor é imprescindível para dar bom andamento à atividade de uma organização. Cabe ao gestor formar-se e assumir para si competências adequadas para bem gerenciar sua equipe e elaborar projetos que possam corresponder às exigências do mercado. Para uma religiosa consagrada que assume a missão como gestora não é diferente, a gestão das organizações religiosas requer que assuma um perfil coerente à responsabilidade assumida. Esse estudo apresenta o perfil da religiosa consagrada nas organizações religiosas, abordando as características e competências correspondentes a missão da gestora no seu exercício e o que é necessário para haver maior correspondência, humanidade e profissionalismo de sua parte no seu campo de missão.

**Palavras-chave:** Organizações religiosas, Gestão, Religiosa Consagrada, Competências.

## ABSTRACT

The role of the manager is essential to guarantee the progress of an organization. It is up to the manager to graduate and assume for herself adequate skills to manage her team well and develop projects that can correspond to the demands of the market. For a consecrated and managerial religious it is no difference, the management of religious organizations requires that she assumes a consistent profile to the responsibility assumed. This study aims to outline the profile of the religious consecrated in religious organizations, addressing the characteristics and competences corresponding to the mission of the manager in her exercise and what is necessary to be greater correspondence, humanity and professionalism on her part in religious organizations.

Keywords: Religious organizations, management, consecrated religious, skills.

## Introdução

As organizações empresariais vêm capacitando-se no decorrer dos anos, pois a concorrência do mercado exige uma reinvenção na gestão das organizações. Para que isso aconteça, os gestores que assumem esta responsabilidade devem imbuir-se de competências coerentes ao seu estado para liderar com eficácia, mantendo a organização em nível de igualdade com as demais.

---

<sup>1</sup> Acadêmica do 8º termo do curso de Administração no Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium – Unisalesiano Campus Araçatuba.

<sup>2</sup> Professora, Bacharel em Teologia, Pedagoga; Docente do Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium – Unisalesiano Campus Araçatuba.

<sup>3</sup> Contadora; Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças; Docente do Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium – Unisalesiano Campus Araçatuba.

Percebe-se que um movimento semelhante no ambiente religioso acontece, onde as religiosas consagradas que possuem a missão caritativa percebem a necessidade de uma maior profissionalização de suas organizações para que possam conduzir de maneira mais assertiva sua missão.

Considerando este cenário, o presente artigo apresenta o perfil da religiosa consagrada e gestora nas organizações religiosas e suas competências administrativas alicerçadas em seu papel ético e moral. A religiosa gestora trabalha à frente de uma organização, não visando lucros, possui objetivos que precisam estar em harmonia com sua identidade religiosa e as exigências do mercado.

Como objetivo geral, foi proposto pesquisar as características da gestora na vida religiosa consagrada, traçando uma linha de raciocínio da identidade própria e seu papel na gestão pautado na ética e moral, baseando-se nos valores evangélicos, coletando caminhos de ações próprias.

Este artigo teve como metodologia empregada a Pesquisa Bibliográfica para melhor fundamentação teórica, utilizando-se de material que proporcionou uma reflexão sobre diversos pontos do assunto proposto. Portanto, ao desenvolver o artigo solidificou-se o pressuposto teórico afirmando que a busca de uma postura de gestão voltada à ética cristã e a moral nas organizações religiosas por parte das gestoras consagradas é de suma importância. O êxito dessa gestão está voltado aos valores cristãos e também a uma compreensão racional do ambiente em que atua.

### **A vida religiosa consagrada e o papel da mulher consagrada na sociedade**

Há séculos a vida religiosa consagrada vem sendo uma resposta expressiva da Igreja para a sociedade nas mais variadas realidades do mundo. Homens e mulheres deixam família, trabalho, bens pessoais e confortos do dia a dia para viverem de modo radical e evangélico uma vida em intensa comunhão com Deus e a serviço dos pobres e menos favorecidos.

Na encíclica *Perfectae Caritatis* (1965) é apresentada esta realidade que se destaca com uma tradição bem definida e se atualiza com o decorrer do tempo em um contínuo processo de retorno a suas fontes, refletindo os próprios valores e ao mesmo tempo sua busca em dar uma resposta atual e coerente diante das realidades e exigências da atual conjuntura da sociedade.

*A vida consagrada, profundamente arraigada nos exemplos e ensinamentos de Cristo... Através da profissão dos conselhos evangélicos, os traços característicos de Jesus — virgem pobre e obediente — adquirem uma típica e permanente “visibilidade” no meio do mundo, e o olhar dos fiéis é atraído para aquele mistério do Reino de Deus que já atua na história, mas aguarda a sua plena realização nos céus. (JOÃO PAULO II, 1996, p. 1)*

Desta maneira, de acordo com Santos (2015), a consagrada revela com sua vida uma visão profética das realidades cotidianas e diante das exigências do secularismo da sociedade consegue transmitir a alegria e a liberdade própria daqueles que não se prendem as superficialidades. A consagrada vai, sem receio, ao encontro do outro e isto se concretiza com suas vivências e atividades, pelo seu exemplo e seu trabalho nas mais diversas áreas.

O Código de Direito Canônico da Igreja Católica (1987) expressa em suas normativas esta realidade, demonstra que a vocação da consagrada é um dom e ao mesmo tempo uma responsabilidade que deve ser vivida e correspondida com autoridade e coerência.

### **O perfil da religiosa Consagrada segundo os conselhos evangélicos**

A religiosa consagrada, seguindo o chamado de Cristo, escolhida para ser anunciadora de sua palavra, assume a missão de dedicar toda sua vida em prol dos menos favorecidos e abraçando os conselhos evangélicos na vivência da pobreza, obediência e castidade, vive seu chamado em todos os meios disponíveis sem buscar ambições pessoais, em um contínuo processo de sair de si e permanecer com o outro.

Sua vida é um reflexo de contínua doação deixando as ambições pessoais e dedicando-se em tudo para o bem do Reino de Deus, conforme afirma João Paulo II, (1996, p. 36):

*Os conselhos evangélicos, pelos quais Cristo convida alguns a partilharem a sua experiência de pessoa virgem, pobre e obediente, requerem e manifestam, em quem acolhe o convite, o desejo explícito de conformação total com Ele. Vivendo na obediência, sem nada de seu e na castidade, os consagrados confessam que Jesus é o Modelo no qual toda a virtude alcança a perfeição. Na verdade, a sua forma de vida casta, pobre e obediente apresenta-se como a maneira mais radical de viver o Evangelho sobre esta terra... Este é o motivo por que, na tradição cristã, sempre se falou da objetiva excelência da vida consagrada. (JOÃO PAULO II, 1996, p. 36).*

Toda organização religiosa tem seu carisma, sua espiritualidade e valores que é expresso com sua vida, segundo Papa Francisco (2013), que sempre primou em suas exortações sobre a importância da atualização da mensagem do evangelho no mundo atual conforme as concepções da sociedade, porém, sem perder a beleza da moção do Espírito Santo que se manifesta através da Sagrada Escritura e dos inúmeros discípulos do Senhor que se dispõe a colocar-se a serviço da Igreja. As religiosas consagradas são um grande exemplo de como vivenciar isto de maneira profissional sem deixar o lado humano à parte.

Na exortação apostólica *Vita Consecrata* (1996), é destacada a riqueza da opção vocacional da religiosa consagrada através da prática dos conselhos evangélicos. Abraçando um carisma pessoal e fraterno que torna a pessoa de Jesus Cristo presente não só na Igreja como na sociedade. Seus gestos não são resumidos a um simples assistencialismo, muitos pelo contrário, será a mais pura expressão do amor caritativo e gratuito que se revela por meio de sua missão.

Com o tempo as Instituições religiosas tornaram-se cada vez mais complexas, pois não se detiveram apenas na dimensão religiosa e sim se utilizaram das realidades da sociedade para ser um sinal profético (SPEZZATI, 2017) e consciente de sua missão primeira que é transmitir o amor de Deus aos homens com sua consagração religiosa, leva a todos a esperança da salvação para chegar até o coração do homem, de modo sensível e profissional, para criar meios de ação para suprir as realidades mais emergenciais (SPEZZATI, 2017).

### **Gestão Organizacional: suas necessidades e exigências**

Para o bom desenvolvimento de uma organização, é preciso uma gestão bem estruturada e adequada. Considerando a identidade da mesma e fornecendo igualmente posturas concretas para que seus colaboradores caminhem em um mesmo direcionamento para que os procedimentos desenvolvidos não se percam em meio as exigências do mercado, assim como:

*Assegurar a continuidade e vitalidade ao carisma implica não agir com superficialidade e imperícia. A experiência do Dicastério mostra que onde não é colocada suficiente atenção aos problemas de ordem administrativa, estes acabam por frustrar a própria missão. (CPIVCSVA, 2018, p.53)*



Portanto conforme A Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e as Sociedades de Vida Apostólica - CPIVCSVA, para a religiosa consagrada, seu ambiente de trabalho é a missão que define sua vida. Diante disto, as organizações religiosas são chamadas a oferecer uma nova imagem de gestão, trazendo traços de humanidade e ao mesmo tempo de profissionalismo para que o projeto idealizado transcorra de maneira que todos possam obter resultados reais que tragam credibilidade e assim possam chegar ao maior número de pessoas possíveis. A religiosa, consciente da preciosidade que há no ser humano, conseguirá extrair o melhor de seus colaboradores.

Da mesma maneira, as organizações precisam passar por uma contínua inovação e reestruturação interna, considerando que o mercado se desenvolve e evolui em uma velocidade acima do costumeiro de décadas atrás. Aquele que espera para tomar posicionamentos e até mesmo para mudar acaba perdendo espaço e acaba sendo absorvido por empresas maiores.

Pagliuso (2010) sinaliza esta realidade e a grande importância de aprender com as próprias experiências e erros para superar os obstáculos que vão surgindo, mas tudo com muita ética, planejamento e diálogo, analisando as tensões do mercado e reunindo-se em equipe para encarar as problemáticas e oferecer uma resposta coerente aos ideais da organização e a partir de um domínio pessoal e coletivo conseguir articular-se com serenidade diante dos cenários atuais das organizações.

De acordo com Papa João Paulo II (1990), o ato de evangelizar deve ser visto com urgência, pois é preciso ir ao encontro da humanidade que sofre. Logo a religiosa consagrada que assume um encargo de gestão em sua obra deve conduzir sua organização de modo que enfrente as dificuldades e novidades da sociedade e ofereça uma resposta concreta e que traga impacto no público a ser atingido, sempre unida a sua equipe em busca dos melhores resultados.

### **Gestão Organizacional nas organizações religiosas**

O Instituto Brasileiro de Coaching - IBC (2019) traz uma definição simples e clara sobre gestão: um planejamento em que todas as ações desempenhadas tragam como resultado a eficiência e a eficácia em todas as suas tarefas, metas e projetos no seu conceito geral. Buscando apresentar sempre resultados positivos com grande

rentabilidade sem deixar de conduzir pessoas e processos de modo que o trabalho permaneça ligado às políticas e valores da organização independente das necessidades internas da mesma.

Mesmo que as organizações religiosas sejam voltadas a caridade e ao assistencialismo, ela continua sendo uma organização com planejamentos, metas, projeções e uma equipe a ser gerida. Permanecer apenas no espírito fraterno e caritativo seria um risco para a obtenção de resultados para o seu autodesenvolvimento. Uma realidade não anula a outra, pelo contrário, a estrutura com maior seriedade.

Murad (2007) alerta que a organização religiosa está em contínuo serviço à sociedade independente do serviço prestado e deve se adequar aos mecanismos do mercado e da gestão apresentada na atualidade. É imprescindível destacar que a religiosa consagrada possui, antes de um dever administrativo, um dever com o próprio Deus e não pode deturpar a identidade que leva consigo deixando-se envolver pelas 'facilidades' que abrem caminhos no mercado, mas são incoerentes com o projeto de vida da instituição religiosa que deu início aquela organização. Sendo assim:

*A gestão empresarial faz parte do dia-a-dia das organizações sociais e religiosas que tem empresas de serviços, mas não deve ser o elemento qualificador. Se acontecesse assim, o diferencial espiritual, humanista e social se perderia. (MURAD, 2007 p.85)*

Uma organização religiosa deve ser promotora de mudanças, de nova tomada de consciência e isto começa nas estruturas internas para depois chegar ao público alvo, para isto, atingir um ponto de equilíbrio é importante.

### **Competências necessárias para um bom gestor e o papel da religiosa consagrada na gestão organizacional**

Conforme Chiavenato (2010) expressa em sua reflexão, à índole do gestor deve apresentar competências que destaquem um perfil que está atento às realidades do todo, sabe tomar decisões em meio a ambientes de conflito e tensões. Possui recursos internos para as situações inesperadas e consegue articular-se com facilidade, comunicando-se de maneira satisfatória com clientes, fornecedores,

sócios, gestores e principalmente os colaboradores que levam o nome e a identidade da organização.

Murad (2007) continua dizendo que o diferencial das organizações religiosas não são as obras assistenciais e os projetos internos com as equipes de colaboradores, muito pelo contrário, é perceptível que as mais diversas organizações e multinacionais já perceberam a importância de uma postura voltada a isto.

O que diferencia é a espiritualidade, o rito que é empregado em cada ação. É a condução dos processos e relacionamentos com tradição e sabedoria, pois nestas mesmas organizações são consagradas que atuam e conduzem. Se não houver clareza e convicção em suas posturas de gestão serão apenas mais uma profissional no mercado de trabalho e este é um grande risco.

A congregação para os Institutos de vida consagrada e as sociedades de vida apostólica (CPIVCSVA, 2018) destaca que a religiosa consagrada e gestora deve assumir a gestão conforme a graça de Deus e sempre ter olhos fixos nesta realidade, pois mais do que gerir organizações e obras das mais diversas deve transmitir não só sua identidade na organização mais o próprio Cristo que é o início e fim de sua vida e suas atividades.

### **A identidade de liderança dentro de uma organização**

Stadler; Paixão (2012) declaram que para um pleno caminho de liderança é preciso uma formação contínua. Exercitar habilidades próprias para um bom desempenho nas mais variadas realidades, as habilidades técnicas, humanas e conceituais garantem que o gestor transpareça em sua liderança uma firmeza e convicção que desperte no seu liderado o desejo de segui-lo sendo uma relação de autoridade e não de mero poder que se sobrepõe aos outros.

A qualidade do direcionamento da identidade da empresa segundo Chiavenato (2007) dependerá da responsabilidade que o gestor tem para conduzir os processos e pessoas de sua organização e mais ainda de saber conduzir-se sendo organizado e inspirado para os que o rodeiam, seu exemplo deve surgir a partir de uma atuação unida aos colaboradores, o trabalhar em comunhão e corresponsabilidade é a nova didática de como conduzir uma equipe de excelência.

Para que isto aconteça, a formação e capacitação é imprescindível, Spezzati (2017) fala da importância de uma formação técnica e teórica para as religiosas consagradas, pois sua formação normalmente acaba se voltando apenas para as ciências da religião, mas para que possa dar uma resposta coerente a missão que assume, os estudos deste campo devem ser abordados, visto que é uma missão evangélica pautado nos princípios ensinados pela Sagrada Escritura e inserido em um contexto político e social, desconsiderar isto é oferecer uma liderança sem alicerce e fadada ao descrédito inicialmente pelos próprios colaboradores e conseqüentemente para o público que é pretendido ser atingido.

Qualidade, formação e autonomia sempre serão meios para atingir a excelência e um olhar firme, porém humano, só assim conseguira atingir estes objetivos para oferecer coerência com o projeto iniciado.

### **O papel ético e moral do gestor nas organizações**

Rocha *et al* (2011) afirma que as organizações são vistas no seu todo como ambientes de grande mudança e em uma época carente de valores, aqueles que assumem um papel de liderança pautado na ética e na moral se torna um diferencial. Direcionar valores bem vinculados não só a filosofia da empresa, mas também na dignidade do ser humano, traz para seu ambiente de trabalho uma realidade que é muito debatida neste tempo de pós-modernidade.

Rocha *et al* (2011) expressa uma preocupação diante da busca desenfreada por crescimento nas relações financeiras e estratégicas, sem considerar os meios adotados que levam a falta da moral básica que destaca a empresa no mercado. Gestos assim são sinais risco em que empresas não se sustentarão por muito tempo nos primeiros lugares.

O líder deve se orientar por elevados padrões de conduta ética e moral, não se deixando tolher por pressões nem pelo desejo de agradar os outros. Mesmo que o gestor compreenda a importância de atuar de maneira ética e moral, é preciso que a organização seja conduzida por lideranças a partir de estratégias corporativas, visando o alcance dos objetivos gerais, considerando o recurso material e pessoal, desde os colaboradores, fornecedores, clientes, sócios e até mesmo realidades gerais e burocráticas que são necessárias para serem geridas a atingir os objetivos dos projetos idealizados (SILVA, 2019).

O verdadeiro gestor deve ser aquele que, segundo Arménio (2011), sempre aponta para um caminho de ética e moral, suas decisões são pautadas nesta dimensão, sem excluir os planejamentos e projetos que exigem posturas mais firmes, pois a ética e a moral são considerados valores ao qual não devem ser substituídos.

Todo e qualquer projeto quando planejado na ótica ética e moral produzem resultados ainda mais eficazes, pois respeitam tanto a organização quanto aqueles que serão impactados e para manter uma boa imagem da organização considerar os prós e contras de qualquer ação oferece soluções para problemáticas que poderiam surgir se fossem voltadas apenas à realidades burocráticas e rígidas.

### **A religiosa Consagrada diante da postura ética e moral em seu campo de missão**

Os valores éticos e morais, para a religiosa consagrada são regra de vida, tudo o que desse ponto resulta será um reflexo do mandato que Jesus Cristo, modelo de liderança, confiou a cada religiosa consagrada para deste modo ser vida e vida em abundância para os outros. Murad (2007) considera que estes valores não dissociam a religiosa do seu papel de gestão, antes aperfeiçoa sua resposta evangélica e profissional.

Spezzati (2017), em suas formações, revela que a pós-modernidade trouxe inovações e ao mesmo tempo uma oportunidade de desconstrução diante de muitas realidades, o que pode ser um bem e ao mesmo tempo um risco para as consagradas que tem como missão dar prosseguimento a partir das organizações religiosas a mensagem de Jesus.

João Paulo II, em sua exortação em *Vita Consecrata* (1996), expressa que a religiosa consagrada deve viver de modo coerente a moral que a própria consagração a obriga viver, sendo que sua identidade revela Cristo e também destaca que toda e qualquer postura deve passar por uma rigorosa avaliação, a fim de discernir se os atos vivenciados serão voltados a uma postura ética, que não transmita uma imagem incoerente ao ser consagrada e conseqüentemente um mal testemunho para a sociedade.

### **A postura da religiosa Consagrada e gestora na gestão de liderança nas organizações religiosas**

São muitos os exemplos de líderes que optaram pelo autoritarismo e pelo centralismo, sendo apontados como uma má referência. Afinal, existem muitos gestores, mas poucos líderes que conduzem com excelência as organizações.

Para a religiosa consagrada, é Jesus Cristo quem deve ser a maior e melhor referência de liderança, pois é para servi-lo que ela assume o cargo de gestora nas organizações religiosas, sendo assim, mostra-se o modelo mais coerente para espelhar-se.

Maxwell (2007) destaca que o líder precisa saber abrir mão, sacrificar-se para conseguir dar prosseguimento em suas obrigações, para bem conduzir seus colaboradores e Jesus Cristo é o exemplo de maior despojamento e abnegação que pode ser encontrado na história.

Cristo, em sua liderança, aponta Tunala (2020), soube conduzir, liderar e gerenciar as situações e pessoas, pautados sempre no amor, um amor incondicional que o levou a sensibilidade de conseguir enxergar a preciosidade que existia em cada um de seus seguidores. O líder deve atrair pelo exemplo, pela postura e boa imagem, aquele que transparece uma postura nociva e até mesmo contraditória as instruções dadas corre grande risco de ser levado em descrédito.

É próprio de um gestor de qualidade saber despertar o melhor que há em seus liderados e para Gracioso (2009), ter este olhar apurado auxilia para que as metas e projetos sejam executados nos mais altos padrões porque o gestor conhece seus colaboradores e cria uma relação de corresponsabilidade a ponto de que a organização utilize todos os meios e pessoas para dar prosseguimento de modo que não se perca nenhuma oportunidade.

O que nas organizações é visto como uma articulação para melhor gestão de conflitos a ponto de investir no melhor de seus colaboradores, para a religiosa consagrada seria a exemplo que Jesus a mais de dois mil anos já mostrou de despertar o melhor que há no outro.

Uma liderança desencarnada que exige tempo paciência e muita tolerância e empatia. Chiavenatto (2007) também reflete sobre esta realidade expõe fora da linguagem religiosa. Para evitar rotatividade e retrabalhos em novas contratações, o gestor deve exercitar-se em obter e manter talentos, percebendo suas fraquezas e potencializando suas qualidades. Uma liderança assim consegue trazer a empresa

um novo ar de mudança e qualidade a ponto de tornar-se o diferencial que tanto precisa ser diante da concorrência e exigência do mercado moderno.

### **Caminhos de ação das gestoras religiosas nas organizações religiosas**

Ao olhar para as organizações religiosas geridas por religiosas consagradas, analisa-se que mesmo que a gestora esteja pautada nos valores religiosos, as suas habilidades de gestão vivenciam desafios semelhantes aos demais gestores e se vê na obrigação de corresponder com a mesma excelência que os demais e mais intensamente, pois estes mesmo valores são expressos a partir de um viés evangélico, seguindo a liderança e os moldes que Jesus Cristo.

Para que os gestores das organizações em seus ramos mais variados saibam liderar e conduzir a partir de uma postura ética e moral, é imprescindível uma boa imagem e os processos executados com eficiência e a produtividade que se anseia.

Unida ao ensinamento de Jesus Cristo, a religiosa consagrada é incumbida desta autoridade de liderança em sua organização religiosa e assume os meios éticos e morais que todo profissional gestor deve exercer, trazendo uma resposta positiva e assertiva a todo o processo administrativo.

### **Conclusão**

O presente artigo buscou apresentar as características e competências próprias da gestora consagrada e sua importância nas organizações religiosas.

Através da Pesquisa Bibliográfica foram apresentados o perfil do gestor no seu papel de líder nas organizações e suas exigências na concorrência do mercado e foram igualmente apresentadas as características próprias da identidade da religiosa consagrada e como isto não a impede de bem gerir, pelo contrário, agrega ainda mais no seu papel de gestão e trato com seus colaboradores.

Os objetivos foram alcançados, uma vez que foram evidenciadas as características de gestora na vida religiosa consagrada e o pressuposto teórico foi confirmado, sendo apresentada a importância que a religiosa consagrada e gestora. Esta assume em suas atividades administrativas uma postura ética e moral no ambiente organizacional em que atua e torna-se um diferencial por sua identidade religiosa e por seu papel de gestão e liderança em meio a sua equipe. Diante destas considerações, este artigo visa confirmar a importância de uma postura profissional

e humana da gestora religiosa consagrada em suas organizações e como repercute positivamente quando assumida de modo adequado, pois, apropriando-se de uma postura inovadora e empreendedora terá sempre em primeiro lugar a eficácia e a excelência em seus empreendimentos sem deixar de assumir as características de sua identidade de religiosa consagrada.

### Referências Bibliográficas

ARMÊNIO, Cunha R. **Liderança** - A Virtude Está no Meio. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?id=ADgkAwAAQBAJ&pg=PT76&dq=moral+%C3%A9tica+na+lideran%C3%A7a&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwiPr\\_SbyLTrAhUyHbkGHckgAe0Q6AEwCHoECAgQAg#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=ADgkAwAAQBAJ&pg=PT76&dq=moral+%C3%A9tica+na+lideran%C3%A7a&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwiPr_SbyLTrAhUyHbkGHckgAe0Q6AEwCHoECAgQAg#v=onepage&q&f=false)>. Acesso em: 24 ago. 2020.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas: O novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

**CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1987.

CPIVCSVA. **Economia A Serviço do Carisma e da Missão**. 1. ed. São Paulo: Paulinas, 2018.

\_\_\_\_\_, **Orientações para a gestão dos bens nos Institutos de vida Consagrada e nas Sociedades de Vida Apostólica**. 1. ed. São Paulo: Paulinas, 2014.

GRACIOSO, Francisco L.. **Liderança Empresarial**. Competências que Inspiram, Influenciam e Conquistam Resultados. 1. ed. Atlas, 2009

IBC. **Gestão Organizacional: Conceito e definição**. Disponível em: <<https://www.ibccoaching.com.br/portal/rh-gestao-pessoas/gestao-organizacional-conceito-definicao>> Acesso em: 08 ago. 2020.

JOÃO PAULO II. **Vita Consecrata**. 1. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_, **Perfectae Charitatis**. 1. ed. São Paulo: Loyola, 1965.

\_\_\_\_\_, **Redemptoris Missio**. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 1991.

MAXWELL, John C.. **As 21 irrefutáveis leis da liderança**. 1. ed. Rio de Janeiro: Vida Melhor SA, 2007.

MURAD, Afonso. **Gestão e Espiritualidade, uma porta entreaberta**. 5. Ed. São Paulo: Paulinas, 2007.

PAGLIUSO, Antonio T; CARDOSO, Rodolfo; SPIEGEL, Thaís. **Gestão Organizacional: o desafio da construção do modelo de gestão**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.



PAPA FRANCISCO, *Evangelii Gaudium*. A alegria do Evangelho. 1. ed. São Paulo: Paulinas, 2013

PICLER, Nadir; PADILHA, Ana; ROCHA, Jeferson. (Org) **Ética, Negócios & Pessoas**. 1. ed. Jaguarão. Rio Grande do Sul. Unipampa, 2011.

SANTOS, Pe. Antonio R.. **A inserção da vida religiosa na sociedade**. Disponível em: <<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/a-insera-a-o-da-vida-religiosa-na-sociedade/322306>>. Acesso em: 11 ago. 2020.

STADLER, Adriano; PAIXÃO, Márcia V.. **Modelos de Gestão**. 2. ed. Paraná: Instituto Federal Paraná, 2012.

SILVA, Rodrigo C.. **Gestão organizacional**. 1. ed. São Paulo: Senac, 2019.

SPEZZATI, Nicla. *Formare una visione economica nella vita consacrata*. 1. ed. Roma, 2017.

TUNALA, Marcio. **O coração do líder**. 1. ed. Curitiba: IBB, 2020.

# CIÊNCIAS CONTÁBEIS

# Relevância da Perícia Contábil em Ações Judiciais para tomada de decisão

*Relevance of the Accounting Expertise in Lawsuits for Decision Making*

Bruna Barducci Pires<sup>1</sup>  
Saulo Matheus Bassani<sup>2</sup>  
José Ylson Sanitá<sup>3</sup>  
Cleide Henrique Avelino<sup>4</sup>  
Fabiane Cristina Spironelli<sup>5</sup>

## RESUMO

A perícia contábil é um conjunto de normas e procedimentos técnicos que subsidiam elementos comprobatórios para auxiliar em decisões judiciais. O objetivo do estudo foi demonstrar que esta ferramenta tem se tornado uma das provas mais importantes para convencimento em litígios onde são necessários a opinião e conhecimento técnico da área contábil. Todo este trabalho é regimentado pelas normas brasileiras de contabilidade NBC TP 01, que descrevem todos os procedimentos necessários para a realização da perícia, as competências e certificações que o perito deva ter, garantindo confiabilidade ao poder judiciário. A pesquisa bibliográfica com estudo de caso demonstrada neste artigo elucidou que o papel do laudo pericial é emitir uma opinião técnica como instrumento de prova, sendo de responsabilidade do juízo a interpretação da legislação.

**Palavras-Chaves:** Auxílio em Decisões, Instrumento Comprobatório, Opinião Técnica, Perícia Contábil

## ABSTRACT

Accounting expertise is a set of standards and technical procedures that provide supporting proof to assist in judicial decisions. This tool has become one of the most important evidence to convince in litigations where the opinion and technical knowledge of the accounting area are needed. All of this work is regulated by the Brazilian accounting standards NBC TP 01, which describe all the procedures necessary for carrying out the expertise, the skills and certifications that the expert must have, guaranteeing reliability to the judiciary. The bibliographic research with case study demonstrated in this article elucidates that the role of the expert report is to issue a technical opinion as a proof instrument, being the responsibility of the court to interpret the legislation.

**Keywords:** Decision Assistance, Evidence Instrument, Technical Opinion, Accounting Expertise.

---

<sup>1</sup> Acadêmica do 8º termo do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – Unisalesiano Campus Araçatuba.

<sup>2</sup> Acadêmico do 8º termo do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – Unisalesiano Campus Araçatuba.

<sup>3</sup> Contador, Perito Contábil e Advogado; Especialização em Gestão Financeira, Contábil e Auditoria; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – Unisalesiano Campus Araçatuba.

<sup>4</sup> Contadora; Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – Unisalesiano Campus Araçatuba.

<sup>5</sup> Contadora; Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – Unisalesiano Campus Araçatuba.

## **Introdução**

A área da Perícia Contábil tem crescido no Brasil, sendo cada vez mais um recurso fundamental no auxílio ao poder judiciário, que necessitam de profissionais com conhecimento específico de determinadas áreas que diferem da formação técnica de Juízes.

A Perícia Contábil é composta por procedimentos técnicos que visa o esclarecimento e a constatação de fatos, através de um Laudo Pericial Contábil ou parecer técnico, subsidiar provas necessárias para auxiliá-lo nas discussões judiciais.

O objetivo da Perícia Contábil Judicial é fornecer dados e informações através do laudo técnico, justificando ou desqualificando as argumentações existentes em um processo, sendo de suma relevância nas ações judiciais para a tomada de decisões. A grande vantagem desse trabalho é ser um instrumento comprobatório nas esferas judiciais, sendo uma ferramenta decisiva e fundamental para o poder judiciário.

Objetivo desse estudo através de pesquisa bibliográfica e estudo de caso é demonstrar a importância da Perícia Contábil e do seu trabalho nas ações judiciais tributárias como auxílio para a tomada de decisão.

O Estudo de Caso que será apresentado no decorrer do trabalho trata-se de uma cobrança referente ao tributo Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, que segundo o entendimento da Prefeitura Municipal de Araçatuba a MV&P Tecnologia em Informação LTDA é devedora do Município de Araçatuba.

Baseando – se no pressuposto teórico identificamos a importância e fundamentação de provas confiáveis através da perícia para dissolução da discussão, e a hipótese mais provável é que todo o trabalho Pericial Técnico Contábil contribuiu para esclarecer os pontos divergentes na ação, e assim auxiliando na decisão do caso.

## **Perícia Contábil**

A Perícia Contábil, tem se destacado como uma eficiente ferramenta para auxiliar na solução de litígios e diagnosticar possíveis fraudes ou erros contábeis que possa existir nos processos que às solicita. O contador quando está no exercício

da perícia deve ter cautela nas análises, buscando provas da veracidade nos fatos demonstrados e exercendo com ética e independência seu trabalho.

*Segundo Sá (2019) [...] busca-se ajuda da tecnologia da perícia contábil, pois, para diminuir dúvidas sobre fatos que se relacionam com a riqueza dos empreendimentos (aziendas) e/ ou das pessoas, ou de "grupos": O que se busca é uma opinião válida para atestar sobre a regularidade, irregularidade ou situação da riqueza individualizada.*

Essa área da contabilidade busca apresentar argumentos comprobatórios em que ambas as partes a serem periciadas, comprovem que o fato contábil ocorreu ou não de forma que vá contra a legislação vigente. Esse fato só pode ser comprovado perante laudo pericial apresentado por um Perito Contábil devidamente inscrito e habilitado perante o Conselho Regional de Contabilidade – CRC.

### **Planejamento da Perícia**

Todo o planejamento terá como base o objeto da perícia, e esta fase antecede as pesquisas, análises documentais, cálculos, diligências e respostas aos quesitos. Nesta etapa serão elaborados todos os procedimentos necessários para execução, tempo e honorários a ser cobrado.

Costa (2017) ressalta que o planejamento da Perícia Contábil se inicia com a leitura do processo, identificando os pontos mais importantes a serem analisados no desenvolvimento do trabalho. Desta maneira, sua execução terá foco nesses pontos, garantindo melhor verificação dos pontos divergentes apresentados no processo.

Ao verificar a veracidade dos fatos apresentados, segundo a NBC TP 01 no item 34, os documentos servem como suporte para obtenção das informações necessárias à elaboração do planejamento da perícia.

### **Tipos de Perícia**

Existem vários tipos de perícia, com várias finalidades, cada qual, voltada as situações específicas as quais são destinadas, entre elas temos a Perícia Contábil.

Em conformidade com NBC T (13.1.2) [...] *A perícia contábil, tanto a judicial, como a extrajudicial e a arbitral, é de competência exclusiva de Contador registrado em Conselho Regional de Contabilidade.*

A Perícia Contábil é dividida em 3 tipos: judicial, solicitada pelo o Poder Judicial, extrajudicial, solicitadas pelas pessoas jurídicas e físicas para uma análise não judicial da empresa e arbitral, que busca solucionar os desacordos entre as partes, fora do âmbito da justiça para agilizar acordos entre elas.

A realização de Perícias Contábeis Judiciais, Arbitrais e Extrajudiciais constituem atribuição privativa dos bacharéis em Ciências Contábeis com registro ativo no CRC na categoria de contador.

### **Perícia Judicial**

A Perícia Contábil Judicial é aquela solicitada por um juiz. É indicada para casos em que é necessário um laudo especializado, elaborado de forma isenta, para a resolução de uma questão jurídica. Nessas circunstâncias, o Perito Contábil é responsável por fazer uma análise e emitir um parecer.

Na realização de uma Perícia Contábil Judicial, normalmente é solicitado a resolução de quesitos que visam melhor esclarecimento da discussão com total imparcialidade no processo.

### **Laudo Pericial**

Segundo Sá (2019, p. 36) [...] *A manifestação literal do perito sobre fatos patrimoniais devidamente circunstanciados gera a peça tecnológica denominada Laudo Pericial Contábil.*

O laudo pericial é a opinião final do perito após a realização de todos os procedimentos necessários para verificação do litígio.

Para a elaboração do laudo ou parecer contábil, é necessário a vistoria, indagações, investigações, arbitramentos, diligências e toda e qualquer verificação necessária ligada aos fatos, tornando o trabalho uma instância decisória de suma importância ao poder judiciário.

### **Perito Contador e Assistente**

O perito é nomeado pelo juiz ou pelas partes, e deve estar devidamente regulamentado e registrado no Conselho Regional de Contabilidade, e exercer a atividade pericial de forma impessoal, devendo ser profundo conhecedor, por suas qualidades e experiência, da matéria periciada.

O Perito Contador deve exercer com honestidade, imparcialidade, confidencialidade, respeitando às leis e normas que regulamentam a Perícia Contábil.

O contador responsável pela perícia deve saber lidar com os possíveis questionamentos que possam surgir durante o processo de formação do laudo.

A função de assistente técnico também é prerrogativa exclusiva de Contadores. O Perito Contador e o Perito Contador Assistente devem conhecer as responsabilidades sociais, éticas, profissionais e legais, às quais estão sujeitos quando aceitam o encargo para a execução de Perícias Contábeis Judiciais, Extrajudiciais e Arbitrais.

### **Responsabilidade do Perito e Assistente**

O Contador, na função de Perito ou Perito Assistente, deve manter adequado nível de competência profissional, pelo conhecimento atualizado da Contabilidade, das Normas Brasileiras de Contabilidade, das técnicas contábeis, da legislação relativa à profissão contábil e das normas jurídicas, especialmente as aplicáveis à perícia, atualizando-se, permanentemente, mediante programas de capacitação, treinamento, educação continuada e especialização, e realizando seus trabalhos com a observância da equidade.

Conforme o Código de Ética Profissional do Contador - CEPC, nas duas funções existe responsabilidades a serem cumpridas, está entre elas:

- a) Cumprir os prazos fixados pelo juiz em perícia judicial e nos termos contratados em perícia extrajudicial e arbitral;
- b) Assumir a responsabilidade pessoal por todas as informações fornecidas, quesitos respondidos, procedimentos adotados, diligências realizadas, valores apurados e conclusões apresentadas no Laudo Pericial Contábil e no Parecer Pericial Contábil;
- c) Prestar os esclarecimentos determinados pelo juiz, respeitados os prazos legais;
- d) Prestar os esclarecimentos necessários de forma oportuna, respeitando o contrato e o objeto da perícia quando se tratar de perícia extrajudicial, bem como as normas do júízo arbitral.

## **Ética Profissional**

De acordo com CONPEJ (Artigo 7º) [...] *O Perito Judicial, inscrito nos quadros do Conselho Nacional dos Peritos Judiciais da República Federativa do Brasil, obriga-se a cumprir rigorosamente os deveres consignados neste Código de Ética e Disciplina.*

Ela é dividida entre judicial e extrajudicial, nas duas formas contam com a ética do profissional do contador, para que sejam examinadas e detectados possíveis erros ou fraudes nas quais levaram as partes perante o juízo.

A ética representa um conjunto de valores profissionais de boas práticas, ditados por uma comissão do órgão regulador da profissão.

## **Opinião Técnica**

De acordo com Sá (2019, p.2), [...] *a perícia é uma tecnologia porque é a aplicação dos conhecimentos científicos da contabilidade.*

Segundo a Lei n.13.105/2015 do Código do Processo civil o juiz receberá ajuda de um perito quando para provar um fato, depender de conhecimento técnico ou científico. Pelo fato de o magistrado não possuir os conhecimentos específicos, a perícia lhe trará confiança e melhor entendimento para auxiliar em sua lide.

Para Costa (2017, p. 1), [...] *a cadeira da perícia contábil engloba todos os conhecimentos científicos da contabilidade.*

Desta maneira, podemos ter o entendimento que a Perícia Contábil exige conhecimento profundo da matéria a ser periciada, deixando de lado o conhecimento empírico, mas demonstrando uma opinião técnica sobre o que foi estudado.

## **Especialistas na Área Contábil**

Por se tratar de análises patrimoniais, para execução desses trabalhos na área contábil, são necessários conhecimentos técnicos e específicos garantindo a melhor verificação e comprovação das informações a serem levantadas, visto que toda execução do trabalho pericial segue um planejamento e normas regidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade.

*Trate-se do trabalho realizado por profissional habilitado e especialista no assunto. Essa definição permanece até os dias atuais, cada vez mais o perito é um especialista em determinado assunto.* (MULLER; TIMI; HEIMOSKI, 2017. p. 1)



Para melhor entendimento, essa opinião técnica é na verdade um especialista na área contábil, que possui abrangência em seu conhecimento para elaboração de uma perícia, além de seguir com todas as normas da NBC TP 01 para atuar profissionalmente.

Sá (2019) ressalta que é a Perícia Contábil é um exame de especialista que visa expor uma opinião técnica sobre determinada discussão.

### **Instrumento Comprobatório**

A perícia é um trabalho fundamental nas ações judiciais, visto que o laudo pericial funciona como instrumento comprobatório, e é através deste trabalho técnico que são levantadas todas as provas necessárias para dissolução perante o juiz.

Conforme Costa (2017, p. 6), [...] *Prova: necessária a subsidiar à justa dissolução do litígio ou constatação de um fato mediante laudo pericial contábil.*

O sentido amplo da palavra prova é demonstrar que uma afirmação ou fato são verdadeiros por meios de evidências ou comprovação. Agora se buscarmos seu entendimento pelo Código Civil no Art.212 teremos como definição que o fato jurídico pode ser provado por confissão, documento, testemunha, presunção ou perícia.

Segundo Muller; Timi; Heimoski (2017, p.1), [...] *a perícia é uma das formas de prova em processos judiciais, como colocam o art. 212 do Código Civil 1 e o art. 159 do Código Processual penal.*

A conclusão da perícia é expressa nas considerações finais apresentadas no laudo pericial, que busca fundamentar todas as provas levantadas, informações e documentos apresentados. Desta maneira a opinião técnica emitida na conclusão da perícia estará embasada numa pesquisa comprobatória dos fatos levantados.

Muller; Timi; Heimoski (2017) reforçam a importância da prova como uma reconstrução dos fatos acontecidos, sendo uma comprovação legal da autenticidade e veracidade das informações.

### **Confiabilidade ao Poder Judiciário**

Para que todo o trabalho executado garanta confiabilidade ao poder judiciário, a perícia deve seguir a NBC TP 01, que define todas as etapas para

elaboração final do parecer ou laudo pericial. Além de seguir todas essas normas, o decreto Lei nº 9.295/46, define que o contador esteja devidamente registrado e habilitado no conselho regional de contabilidade.

Toda Perícia Contábil exige além do conhecimento técnico do perito, certificações, habilitação profissional, e normas para realização do seu trabalho, para que haja uma confiabilidade do juiz ao executar sua decisão final como base na conclusão da Perícia Contábil Judicial.

Segundo Sá (2019, p. 4) [...] *a perícia tem o pleno alcance da realidade, ou seja, deve perseguir a realidade.*

Todas essas normas garantem melhor análise, verificação e apuração dos fatos constante no auto do processo, servindo como sustentação documental para emissão de opinião técnica.

O papel do perito exige extrema responsabilidade na execução de seu trabalho, e o perfil profissional é regido pela NBC PP 01, proporcionando maior confiabilidade ao poder judiciário.

Segundo Muller; Timi; Heimoski (2017) seu dever é gerar confiabilidade do júízo, atuando como um auxiliar nos assuntos técnicos e específicos da contabilidade, sendo necessário dotar de habilidades, experiências e conhecimento profundo da matéria a ser analisada.

### **Auxílio nas Decisões Judiciais**

*A perícia é fonte de prova. O principal objetivo da perícia é a prova, é servir como elemento para uma decisão, seja comum ou controversa (quando há divergência de opinião entre as partes).* (MULLER; TIMI; HEIMOSKI, 2017. p. 22)

Conforme a NBC TP 01 especifica que a Perícia Contábil é um conjunto de procedimentos técnicos e científicos que subsidiam elementos de prova para auxiliar na decisão e solução do litígio mediante o laudo ou parecer contábil, sendo de competência exclusiva de um contador devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

Segundo Muller; Timi; Heimoski (2017, p. 1) [...] *A propósito, a perícia constitui-se em uma das provas mais importantes para o convencimento do juiz.*

Conforme o item 32 da NBC TP 01, para fundamentar as conclusões da Perícia Contábil todos os procedimentos de exame, vistoria, indagação, investigação,

arbitramento, mensuração, avaliação e certificação, são levantamentos de dados que comprovam com total veracidade os fatos ocorridos e a apuração da realidade.

### **Impacto nas Ações Judiciais**

O impacto da Perícia Contábil nas ações judiciais é muito abrangente, e presente no poder judiciário, atuando como apoio nas decisões judiciais. Sua necessidade esta diversificada em diversos ramos de discussão.

Alves (2017) identifica essa necessidade quando há evidências de irregularidades administrativas, negligencias, erros, adulterações, fraudes, falha nos registros contábeis, entre outros.

A Perícia Contábil Judicial busca convicção do juiz em relação a veracidade do litígio, demonstrando os fatos ocorridos, motivos, explicando de forma clara e objetiva a opinião técnica declarada no laudo pericial.

*Na perícia, todavia, o risco tem muito mais significado, pois pode levar a uma opinião errônea, produzindo uma falsa prova, com lesão ao direito de terceiros. (SÁ, 2019, p. 17)*

Conforme evidenciado, a Perícia Contábil Judicial atua auxiliando nas discussões judiciais, buscando esclarecer sempre a verdade dos fatos, diante do grande impacto que pode causar ao emitir uma opinião errada.

Para Sá (2019, p. 17) [...], *o perito não pode errar, tem para isto que precaver – se de todos os meios a seu alcance.*

São diversas as aplicações em que se pode aplicar uma perícia judicial, e essa diversidade identifica seu impacto e responsabilidade nas ações, como: a)Alimentos (ação ordinária), b)Apuração de Haveres, c) Busca e apreensão, d)Apuração de lucros ou perdas acumuladas, e)Apuração de patrimônio, f)Recuperação judicial, g)apropriação de bens, h)Dissolução societária, i)Embargos, j)Penhoras, k)Falências, l)Lucros cessantes, m)Prestação de contas, n)Inventários.

### **Estudo de Caso**

As partes citadas nesse estudo de caso se referem a embargante Tecnologia em Informação Ltda – MV&P localizada na Cidade de Araçatuba, e o embargado, Prefeitura Municipal de Araçatuba.

O embargado requer os pagamentos de devidos tributos de ISSQN referente a operações realizadas em outros municípios. A empresa Embargante alega que esses tributos cobrados são indevidos, pois foram atividades realizadas em outros municípios e algumas das notas geradas encontra-se canceladas.

Os tributos cobrados pelo embargado se referem ao exercício de 2003 a 2006. Para provar a veracidade dos fatos e legitimidade da cobrança, o embargado ensejou na justiça uma ação requerendo o pagamento dos tributos não recolhidos.

Para auxiliar o juiz foi necessário a realização de uma Perícia Contábil, que apurou as informações apresentadas e as notas fiscais do período referente ao ISSQN.

O laudo pericial contábil visou o esclarecimento quanto aos valores devidos sobre a Ação de Embargos à Execução Fiscal, apurando se existe saldo devedor e qual o seu valor devido. Cabe ressaltar que a função do laudo é auxiliar o Meritíssimo Juiz com elementos probatórios e confiáveis para uma melhor decisão do poder judiciário.

A execução da perícia buscou apurar a ocorrência dos fatos geradores e suas origens na prestação de serviço, se isentando da aplicabilidade das normas legais, sendo a mesma de competência e mérito do Juiz sobre a interpretação da Lei.

Segundo o entendimento da perícia realizada, a cobrança do imposto ISSQN no valor de R\$ 432.170,90 referentes ao período de 2003 a 2006 é indevida, conforme exposto no mesmo, foi verificado todas as notas fiscais e excluídas as notas canceladas.

A conclusão da perícia se apoia na competência tributária, cujo as ocorrências dos fatos geradores estavam sobre o Decreto Lei 406/68 que declara que o mesmo ser do município onde está situado o estabelecimento, e com a revogação pela Lei Complementar 116/03, que determina a relação tributária o município de ocorrência do serviço prestado.

Conforme os anexos elaborados, foram elencadas no anexo I as nfs e os valores do tributo referente ao período com todas as cidades onde os serviços foram prestados. No anexo II recomendo tirar essa parte do artigo porque não há os anexos. foram elencadas as nfs e valores do ISSQN com serviços prestados somente na cidade de Araçatuba.

No anexo LIX refere – se o valor devido entre 2003 a 2006 separado por cidade. No anexo LX o real valor devido do imposto para a cidade de Araçatuba conforme o entendimento da perícia pelo Decreto Lei 406/68 e a Lei Complementar 116/03, apurando desta maneira um valor total devido de R\$ 21.322,41 que atualizado pela Tabela de Prática da Fazenda Pública no valor de R\$ 29.328,10.

A sentença relata que a embargante tem sede na cidade de Araçatuba e segundo a Lei Complementar 116/03 no seu artigo 3º estabelece que a competência para a cobrança do ISSQN é devida no local de estabelecimento do prestador, exceto nas hipóteses que não competem neste caso.

No entendimento do poder judiciário ainda se faz necessário esclarecer que o estabelecimento prestador é o local onde o contribuinte desenvolva atividade, e que configure unidade econômica. Ainda ressalta caso semelhantes a este para endossar sua decisão contrária ao entendimento da perícia.

Neste caso, a Embargante não apresentou documentação comprobatória sobre a existência de lojas físicas na cidade aonde ocorreu a prestação de serviço, e que este ponto não foi alvo da Perícia Contábil solicitada.

Conforme os documentos apresentados, não há comprovação de existência de unidade econômica em outros municípios, considerando devido o débito tributário.

## **Conclusão**

No processo de execução fiscal movido pelo Município de Araçatuba exige – se o pagamento de R\$ 432.170,90 referente a serviços prestados pela empresa entre os exercícios de 2003 a 2006. A embargante com sede na cidade contesta a cobrança, devido a prestação de serviços que vem sendo executada, ter ocorrido em outros municípios

Em posse do laudo pericial entregue ao poder judiciário para dissolução do caso, a opinião técnica do perito será analisada, esclarecendo os quesitos apresentados para o auxílio na decisão do juiz, respondendo assim se o trabalho Pericial Técnico Contábil nesta ação foi relevante para a conclusão do caso.

O Laudo Pericial Contábil atua como elemento de prova e a Perícia Contábil realizada identificou todas as notas fiscais de serviços prestadas e a origem da

ocorrência do fato gerador, fator determinante para apurar o nascimento e a origem da obrigação tributária.

Neste caso, o entendimento da Lei Complementar n.116/2003 em seu artigo 3º e 4º estabelece a cobrança do imposto o local aonde se desenvolva a atividade econômica, sendo de competência da embargante comprovar unidades físicas em outros locais distintos a sua sede.

A Perícia Contábil identificou a origem da prestação de serviços cobradas no caso, elaborando anexos que elencam todas as notas fiscais, valores, e origens da prestação de serviços

Embora o entendimento da legislação seja divergente entre magistrado e perícia, confirmamos o Pressuposto Teórico, visto que todo o trabalho pericial contábil realizado exigiu conhecimento técnico e específico na área, fator importante para identificação dos valores realmente devidos, perante a necessidade de identificar o nascimento da obrigação tributária e auxiliar na dissolução do litígio.

### **Referências Bibliográficas**

ALVES, Aline. **Perícia Contábil I**. Porto Alegre: Sagah, 2017.

BANDEIRA, José R. R.. **Código De Ética Profissional E Disciplinar Do Conselho Nacional Dos Peritos Judiciais Da República Federativa Do Brasil**. Disponível em: <<https://conpej.org.br/codetica.pdf>> Acesso em: 03 Ago.

CFC. Emenda dá nova redação à NBC TP 01 - **Perícia Contábil**. Descrição dá nova redação à NBC TP 01 - Perícia Contábil. Conselho Federal De Contabilidade. Diário Oficial da União. 19 mar. 2020.

COSTA, João C. D.. **Perícia Contábil: Aplicação Prática. 1 ed. São Paulo: Atlas,2017.**

MÜLLER, Aderbal N., Sônia R. R. ., Vanya T. M. H.. **Perícia Contábil**. São Paulo: Saraiva, 2017.

SÁ, Antônio L.. **Perícia Contábil**. 11.ed. São Paulo: Atlas, 2019.

# Lucro Presumido x Lucro Real: análise do melhor regime tributário para uma indústria moveleira de pequeno porte em Birigui

*Presumed Profit x Real Profit: analysis of the best tax regime for a small furniture industry in Birigui.*

Diego Teixeira Albino<sup>1</sup>  
Gabriel Silveira Muniz Pinto<sup>2</sup>  
Celso Roberto Dias<sup>3</sup>  
Cleide Henrique Avelino<sup>4</sup>  
Fabiane Cristina Spironelli<sup>5</sup>

## RESUMO

Cada dia mais o Planejamento Tributário se torna uma ferramenta essencial no âmbito das organizações, pois por meio dele é possível reduzir os gastos com tributos além de ser possível verificar qual o regime tributário mais adequado para cada empresa. Desta maneira, o artigo foi elaborado com o objetivo de demonstrar a importância da gestão tributária e comparar os regimes de Lucro Real e Lucro Presumido, demonstrando suas vantagens, assim verificando qual trouxe mais retorno financeiro e o que melhor se enquadrou as características de uma indústria de pequeno porte da cidade de Birigui.

**Palavras-chave:** Lucro Presumido, Lucro Real, Planejamento Tributário

## ABSTRACT

Each day more Tax Planning becomes an essential tool in the context of organizations, because through planning it is possible to reduce tax expenses besides being possible to check the most appropriate tax regime for each company. In this way the article was prepared with the objective of demonstrating the importance of tax management and comparing Real Profit and Presumed Profit regimes, demonstrating its advantages, so checking which brought the most financial return and what best fits the characteristics of a small furniture industry in the city of Birigui.

**Keywords:** Presumed Profit, Real Profit, Tax Planning.

## Introdução

O Planejamento Tributário é um método que objetiva encontrar meios

---

<sup>1</sup> Acadêmico do 8º termo do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium –UniSalesiano Campus Araçatuba.

<sup>2</sup> Acadêmico do 8º termo do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium –UniSalesiano Campus Araçatuba.

<sup>3</sup> Contador; Especialização em Administração Empresarial; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

<sup>4</sup> Contadora; Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças, Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium –UniSalesiano Campus Araçatuba.

<sup>5</sup> Contadora; Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças, Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium –UniSalesiano Campus Araçatuba.

contábeis e fiscais para reduzir o valor pago a título de tributos sobre cada operação ou produto.

Esse planejamento busca a administração do pagamento de tributos, ou seja, de impostos, taxas e contribuições sobre cada operação ou produto buscando sempre que essa gestão traga o máximo de retorno para a instituição. Essa forma lícita de economia se chama elisão fiscal, que diferentemente da evasão fiscal, a empresa estará totalmente em conformidade com a lei.

A pesquisa teve como objetivo principal avaliar a importância do Planejamento Tributário, realizando uma análise do melhor regime, estando delimitado entre o Lucro Real e o Lucro Presumido, demonstrando as características que cada uma proporciona, aplicando em uma indústria moveleira de pequeno porte de Birigui.

Foi definida a seguinte pergunta problema: no planejamento tributário, ao compararmos o Lucro Real e lucro Presumido, é possível apurar qual o regime mais favorável para uma empresa do ramo moveleiro? Já no pressuposto teórico, ficou determinado que com a realização do planejamento tributário é possível identificar o regime que proporciona o maior retorno financeiro para a organização.

Os métodos utilizados para a realização do artigo foram Pesquisas Bibliográficas e análise do Estudo de Caso sobre o regime de tributação da empresa, se embasando nas demonstrações financeiras.

### **Conceito de Planejamento Tributário**

A concorrência no mercado brasileiro e mundial aumenta a cada dia, e a alta carga tributária no Brasil faz com que os gestores das empresas precisem buscar ferramentas para conseguir superar todas as dificuldades que aparecem no decorrer dos anos.

Os gestores procuram sempre métodos de diminuir os seus gastos e maximizar o lucro das organizações, atualmente um procedimento muito utilizado para atingir estes objetivos é o planejamento tributário.

O Planejamento Tributário é o procedimento realizado para obter um controle dos tributos, ou seja, dos impostos, das taxas e das contribuições de melhoria que a incidem sobre a instituição.



*Com o planejamento, é possível antever e, até mesmo, evitar a incidência tributária; ou modificá-la pela materialidade ou lapso temporal, fazendo com que determinada medida de hipótese de incidência seja mais benéfica em tempos propícios (SILVA; FARIA, 2017, p. 15).*

Fica claro que o planejamento tributário é uma maneira lícita de diminuir a carga tributária, sua finalidade é verificar qual o método de apuração e o de recolhimento de tributos mais eficaz, e conseqüentemente o regime tributário que melhor se enquadra nas características da empresa.

### **Benefícios para as empresas**

Ao realizar o Planejamento Tributário é possível notar todos os benefícios que as organizações tem com sua aplicação. Dentre eles podemos destacar:

A diminuição na carga de tributos por meio da análise do histórico tributário e financeiro, conseqüentemente reduz os gastos da instituição e aumenta a sua competitividade no mercado de modo a sobrar recursos para mais o investimento em outras atividades.

Haverá uma prevenção da ocorrência de autuações do fisco pois, com um maior controle sobre os impostos, a probabilidade de levar multas é menor.

O regime tributário será escolhido de forma mais precisa, verificando qual se encaixa melhor nos processos da empresa. Desta forma, haverá menos burocracia nas obrigações acessórias, logo o tempo será otimizado e as atividades serão realizadas de forma mais efetiva.

Outro grande benefício do Planejamento Tributário é que com sua aplicação será mais fácil realizar simulações futuras, análises de diversos cenários que podem acontecer com a organização, ilustrando momentos bons e ruins, estando os gestores desta maneira mais preparados para todos os momentos podendo tomar decisões antecipadas que serão mais eficientes para a saúde financeira da instituição.

Conforme Crepaldi (2019, p. 05) [...] *A perfeita gestão fiscal alcança a redução de custos, ocasionando reflexos positivos na situação financeira e econômica da empresa*[...]

### **Elaboração do Planejamento tributário**

A realização desta ferramenta não é tão simples como muitos empreendedores pensam. Para fazer um Planejamento Tributário eficaz é necessário antes ter um bom controle operacional, ou seja, ter informações como, qual o faturamento se pretende obter, quais produtos ou serviços são oferecidos, quais as despesas operacionais, a margem de lucro que se busca, entre outras informações da área operacional.

Outro ponto importante para a realização do Planejamento Tributário é a busca por um profissional qualificado, para que o trabalho seja realizado de forma correta.

*Um profissional qualificado não somente indicará o melhor critério para apurar os tributos como também afastará a empresa de contingências fiscais, pois as multas fiscais são elevadas e, em alguns casos, propiciam até a liquidação da empresa. (CREPALDI, 2019, p. 48)*

Posto isso, considera-se que o melhor Planejamento Tributário é aquele realizado após um estudo de diversos fatores da organização, e por um profissional qualificado, pois apenas um especialista no assunto irá conseguir verificar qual o regime tributário mais adequado e qual trará benefícios para a empresa, assim buscando os melhores métodos para conseguir diminuir a carga tributária e conseqüentemente obter uma lucratividade maior.

### **Objetivos do planejamento tributário**

Para entender a verdadeira utilidade da gestão tributária, é importante entender os três principais objetivos: Evitar que determinado tributo incida; reduzir o valor recolhido a título de impostos; adiar o pagamento de algum tributo.

Evitar que determinado tributo incida acontece quando se adota procedimentos que impedem o que causa o fato gerador do tributo, como aproveitar uma regra de isenção de impostos da sua cidade, se ela existir, adequando a sua empresa às exigências.

Reduzir o valor recolhido a título de impostos é possível após uma criteriosa análise das regras de cada imposto a ser pago, identificando medidas a serem tomadas que irão ajudar a diminuir o total a recolher.

Adiar o pagamento de algum tributo ocorre quando não se consegue evitar o pagamento de obrigação tributária, tem a alternativa de retardá-la. Algumas ações permitem postergar os pagamentos de tributos sem que haja multas.

### **Lucro Presumido**

Outro método de apuração do o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL é pelo regime de Lucro Presumido, sendo uma forma simplificada de se determinar o valor base a ser tributado das pessoas jurídicas que não estiverem obrigadas a apuração do lucro real.

Crepaldi afirma que (2019, p. 172),

*[...] Recebe o nome de presumido exatamente porque nesse regime o Imposto de Renda (IR) não é calculado sobre o lucro efetivo. Tanto o IRPJ como a CSLL são calculados sobre uma base presumida de lucro, que é um determinado percentual da receita bruta. [...]*

Como o nome indica, o Lucro Presumido é baseado na presunção do lucro da empresa em determinado período, ou seja, em vez de recolher os tributos baseados no real lucro apurado no período, é feito uma estimativa de acordo com as características da empresa.

As empresas que normalmente optam por tal regime, tem características em comum, como: margens de lucro acima dos limites de presunção, poucos custos operacionais, pouca despesa com folha salarial, e possuir mercadorias no regime de substituição tributária.

As vantagens do Lucro Presumido é que esse regime tem seus cálculos mais simplificados em relação ao lucro real, evitando recolhimentos incorretos, se lucro da empresa for superior a presunção há uma vantagem tributária, permite o aproveitamento de crédito sobre IPI e ICMS e alíquotas menores para PIS e COFINS.

### **Alíquotas, Modos de Apuração e Prazos**

Para se ter o valor presumido do lucro, é necessário seguir uma tabela que apresenta alíquotas que variam entre 1,60% e 32,00% sobre o faturamento. A Lei n. 9.249/1995 estabelece, em seu art. 15, os percentuais de presunção que serão aplicados sobre a receita bruta das empresas, de acordo com sua atividade.

Após a realização da presunção do lucro, então é feito o cálculo do IRPJ, sendo aplicado a alíquota de 15% sobre o valor base, e mais adicional de 10% sobre o valor acima de R\$ 60.000,00 do valor da presunção do trimestre. Para a CSLL é cobrado 9% para os seguimentos com alíquotas de 1,6% a 16% da tabela da presunção, e 32% para os segmentos cujo lucro presumido é de também 32%.

Crepaldi ressalta que (2019, p. 172),

*A legislação tributária dispõe que no lucro presumido as empresas recolhem o PIS de 0,65% e a Cofins de 3,00%, sobre o valor da receita bruta, não podendo deduzir nenhuma despesa dessa receita, com exceção das devoluções de venda, abatimentos ou vendas canceladas.*

A apuração dos tributos a serem recolhido é feito trimestralmente, nos períodos encerrados nos dias 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de cada ano-calendário.

O contribuinte tem até o último dia do mês seguinte ao mês de apuração para efetuar o pagamento em quota única, ou em até três parcelas mensais e sucessivas.

### **Empresas autorizadas a optar**

- a) Estão possibilitadas de escolher o lucro presumido, as pessoas jurídicas não obrigadas ao regime de lucro real, cuja receita total no ano calendário anterior, tenha sido inferior ou igual a R\$ 78.000.000,00 ou a R\$ 6.500.000,00 por mês. Estando vetado a empresas que:
- b) Que tiveram receita bruta superior a R\$ 78.000.000,00 no ano-calendário anterior;
- c) Que tiverem atividades de bancos comerciais, de investimento, de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, entre outras do setor financeiro;
- d) Autorizadas pela legislação tributária, que queiram aproveitar benefícios fiscais relativos à isenção ou redução do IR;
- e) Que tenham lucros, rendimentos ou ganhos de capital no exterior;
- f) Que tenham suspenso ou reduzido o pagamento do imposto durante o ano-calendário, inclusive efetuados pagamentos por estimativa;

- g) Que explorem atividade de prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, administração de contas a pagar e a receber, entre outras.

## **Lucro Real**

Um dos regimes aplicados no Brasil é o Lucro Real, que é um modelo de apuração para IRPJ e a CSLL, sendo esse o mais complexo, o que mais traz obrigações para as empresas e o que tem as maiores alíquotas de impostos.

Conforme Crepaldi (2019, p. 125),

*[...] A apuração do IRPJ pelo lucro real é mais comumente feita por médios e grandes contribuintes, dada a sua relativa onerosidade, pois os controles contábeis exigidos são mais amplos que os demais sistemas de tributação (lucro presumido, arbitrado ou Simples).*

No Lucro Real o cálculo é feito por meio do valor do lucro líquido apurado, aumentando ou diminuindo o valor conforme ajustes permitidos pela legislação vigente.

De acordo Crepaldi (2019, p. 120),

*Quando a pessoa jurídica optar pelo regime de tributação pelo lucro real, deverá conservar em ordem, pelo prazo de cinco anos da emissão ou escrituração, os livros, documentos e papéis relativos à sua atividade, ou que se refiram a atos ou operações que modifiquem ou possam vir a modificar sua situação patrimonial.*

O Lucro Real é um regime que traz ainda mais responsabilidades para as empresas que adotam ele, além de trazer alíquotas maiores de certos tributos e maiores obrigações com o fisco, mas também em contrapartida traz certas vantagens que os outros não tem.

Com o Lucro Real é possível fazer a compensação de prejuízos fiscais, além de se aproveitar créditos de Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS, se houve prejuízo fiscal no período apurado (anual ou trimestral) a empresa não pagará tributos;

## **Alíquotas, Modos de Apuração e Prazos**

Esse regime de tributação possui alíquotas diferentes em relação aos outros, de maneira que o IRPJ tem sua base fixada em 15% e a CSLL em 9% respectivamente

sobre o lucro real apurado. Já o PIS, é calculado sobre 1,65% e o COFINS é 7,6%. Além destas alíquotas para empresas que tiverem um lucro apurado acima de R\$ 20.000,00 por mês sobre o período analisado deverão pagar um adicional de 10% sobre esse valor que estiver acima deste limite.

Existem dois modos de apuração do Lucro Real, anualmente e trimestralmente, onde o lucro anual é o mais usado e vantajoso de forma que ao apurar somente no final do período, se houver algum lucro será pago o valor respectivo, mas se houver prejuízo fiscal não se pagará imposto, já sua desvantagem é que não é possível pagar o imposto de renda de forma parcelada como seria possível no modo trimestral; já o Lucro Real trimestral é a forma menos utilizada já que se houver prejuízo em um trimestre ele só poderá ser compensado em 30% do Lucro Real.

*A apuração pelo lucro real trimestral só é recomendada quando a empresa apresenta resultados relativamente uniformes durante o ano. Quando há sazonalidade em suas operações, em que em um mês ocorre lucro e em outro prejuízo, esse prejuízo só é compensado no limite de 30% do lucro do período, ou seja, provocando maior desembolso do IRPJ e da CSLL (CREPALDI,2019, p. 128).*

Para a apuração do Lucro Real as empresas precisam seguir alguns prazos diferentes, e são eles: Para empresas optantes pelo lucro real trimestral as datas são nos dias 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro, para as que escolheram o anual a data é 31 de dezembro de cada ano. Na data da extinção da pessoa jurídica, em casos de incorporação, fusão ou cisão da pessoa jurídica, deverá ser na data do ocorrido.

### **Empresas Obrigadas a se enquadrar Lucro Real**

Por ser um regime tributário distinto existem empresas que estão obrigadas a se enquadrar no Lucro Real, dentre elas podemos destacar:

- a) Empresas cujo receita bruta anual for superior a R\$ 78.000.000,00 ou de R\$ 6.500.000,00 multiplicado pelo número de meses do período, quando inferior a 12 meses;
- b) Organizações do setor financeiro tais como bancos, cooperativas de crédito, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras de títulos, valores mobiliários e câmbio, entre outras;
- c) Negócios que exerçam atividade de factoring;

- d) Que obtiveram lucros, ganhos de capital ou rendimentos que tenham sua origem no exterior;
- e) Empresas que possuam benefícios fiscais, em relação à redução ou isenção de imposto.

## Estudo de Caso

O Estudo de Caso foi realizado em uma indústria de pequeno porte da cidade de Birigui, sendo essa organização do ramo moveleiro, e essa empresa está ativa a 4 anos, e vem buscando de consolidar no mercado.

A sua principal atividade econômica consiste na fabricação e venda de móveis com predominância em madeira, e para a realização dessas atividades ela conta com colaboradores com mais de 20 anos de experiência no setor.

Os principais produtos da empresa são gabinetes de cozinha e banheiro, que são pré-estabelecidos em seu catálogo, e os seus clientes são predominantemente lojas de materiais de construção do estado de São Paulo.

A partir dos dados divulgados da empresa, referente ao ano-calendário de 2019, foram aplicados os cálculos do IRPJ, da CSLL, o PIS e o COFINS, ambos sendo executados nos regimes de tributação de Lucro Real e Lucro Presumido. Baseando-se nos resultados obtidos é possível identificar o regime mais viável a ser adotado pela organização.

## Apuração do Lucro Presumido

**Tabela 1:** Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – Lucro Presumido

IRPJ						
	Fatur. Trimestrial	L. Presumido 8%	IRPJ 15%	Ad. IRPJ 10%	IRPJ Total	
1º Trimestre	R\$ 866.758,25	R\$ 69.340,66	R\$ 10.401,10	R\$ 934,07	R\$ 11.335,17	
2º Trimestre	R\$ 754.025,99	R\$ 60.322,08	R\$ 9.048,31	R\$ 32,21	R\$ 9.080,52	
3º Trimestre	R\$ 652.314,84	R\$ 52.185,19	R\$ 7.827,78	R\$ -	R\$ 7.827,78	
4º Trimestre	R\$ 941.843,83	R\$ 75.347,51	R\$ 11.302,13	R\$ 1.534,75	R\$ 12.836,88	
Anual	R\$ 3.214.942,91	R\$ 257.195,43	R\$ 38.579,31	R\$ 2.501,02	R\$ 41.080,34	

Fonte: Estudo de Caso (2020)

O IRPJ aplicado ao Lucro Presumido, conforme a atividade da empresa em estudo, tem uma alíquota de 8% em presunção sobre o faturamento do trimestre, e sobre esse valor se incide uma alíquota de 15% mais adicional de 10%.

**Tabela 2:** Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – Lucro Presumido

<b>CSLL</b>			
	<b>Fatur. Trimestral</b>	<b>Base Calc. CSLL 12%</b>	<b>CSLL 9%</b>
<b>1º Trimestre</b>	R\$ 866.758,25	R\$ 104.010,99	R\$ 9.360,99
<b>2º Trimestre</b>	R\$ 754.025,99	R\$ 90.483,12	R\$ 8.143,48
<b>3º Trimestre</b>	R\$ 652.314,84	R\$ 78.277,78	R\$ 7.045,00
<b>4º Trimestre</b>	R\$ 941.843,83	R\$ 113.021,26	R\$ 10.171,91
<b>Anual</b>	<b>R\$ 3.214.942,91</b>	<b>R\$ 385.793,15</b>	<b>R\$ 34.721,38</b>

Fonte: Estudo de Caso (2020)

A CSLL aplicado ao Lucro Presumido, tem uma alíquota de 12% em presunção sobre o faturamento do trimestre, e sobre esse valor se incide uma alíquota de 9%.

**Tabela 3:** PIS e COFINS – Lucro Presumido

<b>PIS E COFINS</b>			
	<b>Receita Bruta</b>	<b>PIS 0,65%</b>	<b>Cofins 3%</b>
<b>1º Trimestre</b>	R\$ 866.758,25	R\$ 5.633,93	R\$ 26.002,75
<b>2º Trimestre</b>	R\$ 754.025,99	R\$ 4.901,17	R\$ 22.620,78
<b>3º Trimestre</b>	R\$ 652.314,84	R\$ 4.240,05	R\$ 19.569,45
<b>4º Trimestre</b>	R\$ 941.843,83	R\$ 6.121,98	R\$ 28.255,31
<b>Anual</b>	<b>R\$ 3.214.942,91</b>	<b>R\$ 20.897,13</b>	<b>R\$ 96.448,29</b>

Fonte: Estudo de Caso (2020)

O PIS e COFINS calculados no Lucro Presumido, tem alíquotas de 0,65% e 3% respectivamente sobre a receita trimestral da empresa.

#### Apuração do Lucro Real

**Tabela 4:** Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – Lucro Real

<b>IRPJ</b>		
	<b>Lucro Liq. Trimestral</b>	<b>IRPJ 15%</b>
<b>1º Trimestre</b>	R\$ 21.255,06	R\$ 3.188,26
<b>2º Trimestre</b>	R\$ 17.515,61	R\$ 2.627,34
<b>3º Trimestre</b>	R\$ 15.604,02	R\$ 2.340,60
<b>4º Trimestre</b>	R\$ 19.554,59	R\$ 2.933,19
<b>Anual</b>	<b>R\$ 73.929,28</b>	<b>R\$ 11.089,39</b>

Fonte: Estudo de Caso (2020)

O IRPJ aplicado ao Lucro Real, conforme a atividade da empresa em estudo, tem uma alíquota de 15% sobre o lucro apurado no trimestre, mais 10% de adicional quando aplicável.



**Tabela 5:** Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – Lucro Real

<b>CSLL</b>				
	<b>Lucro Liq. Trimestral</b>		<b>IRPJ 9%</b>	
<b>1º Trimestre</b>	R\$	21.255,06	R\$	1.912,96
<b>2º Trimestre</b>	R\$	17.515,61	R\$	1.576,40
<b>3º Trimestre</b>	R\$	15.604,02	R\$	1.404,36
<b>4º Trimestre</b>	R\$	19.554,59	R\$	1.759,91
<b>Anual</b>	<b>R\$</b>	<b>73.929,28</b>	<b>R\$</b>	<b>6.653,64</b>

Fonte: Estudo de Caso (2020)

A CSLL aplicado ao Lucro Real, tem uma alíquota de 9% sobre o lucro apurado do trimestre, conforme o ramo de atividade.

**Tabela 6:** PIS – Lucro Real

<b>PIS</b>					
	<b>Receita Bruta</b>	<b>PIS 1,65%</b>	<b>Compras Trimest.</b>	<b>Aprov. PIS</b>	<b>Vlr. a Recolher</b>
<b>1º Trimestre</b>	R\$ 866.758,25	R\$ 14.301,51	R\$ 573.359,70	R\$ 9.460,44	R\$ 4.841,08
<b>2º Trimestre</b>	R\$ 754.025,99	R\$ 12.441,43	R\$ 469.529,20	R\$ 7.747,23	R\$ 4.694,20
<b>3º Trimestre</b>	R\$ 652.314,84	R\$ 10.763,19	R\$ 460.893,09	R\$ 7.604,74	R\$ 3.158,46
<b>4º Trimestre</b>	R\$ 941.843,83	R\$ 15.540,42	R\$ 579.323,36	R\$ 9.558,84	R\$ 5.981,59
<b>Anual</b>	<b>R\$ 3.214.942,91</b>	<b>R\$ 53.046,56</b>	<b>R\$ 2.083.105,35</b>	<b>R\$ 34.371,24</b>	<b>R\$ 18.675,32</b>

Fonte: Estudo de Caso (2020)

O PIS tem alíquota de 1,65% sobre a receita bruta do trimestre, podendo realizar o aproveitamento de crédito conforme o valor das compras no trimestre, reduzindo o valor a recolher.

**Tabela 7:** COFINS – Lucro Real

<b>COFINS</b>					
	<b>Receita Bruta</b>	<b>Cofins 7,6%</b>	<b>Compras Trimest.</b>	<b>Aprov. COFINS</b>	<b>Vlr. a Recolher</b>
<b>1º Trimestre</b>	R\$ 866.758,25	R\$ 65.873,63	R\$ 573.359,70	R\$ 43.575,34	R\$ 22.298,29
<b>2º Trimestre</b>	R\$ 754.025,99	R\$ 57.305,98	R\$ 469.529,20	R\$ 35.684,22	R\$ 21.621,76
<b>3º Trimestre</b>	R\$ 652.314,84	R\$ 49.575,93	R\$ 460.893,09	R\$ 35.027,87	R\$ 14.548,05
<b>4º Trimestre</b>	R\$ 941.843,83	R\$ 71.580,13	R\$ 579.323,36	R\$ 44.028,58	R\$ 27.551,56
<b>Anual</b>	<b>R\$ 3.214.942,91</b>	<b>R\$ 244.335,66</b>	<b>R\$ 2.083.105,35</b>	<b>R\$ 158.316,01</b>	<b>R\$ 86.019,65</b>

Fonte: Estudo de Caso (2020)

O COFINS sobre o Lucro Real também tem seu cálculo realizado sobre o faturamento do trimestre, sendo aplicado uma alíquota de 7,6%, e como no PIS também é possível o aproveitamento do crédito obtido com as compras trimestrais.

**Tabela 8:** Comparação entre os regimes

<b>TOTAL DOS IMPOSTOS L. PRESUMIDO</b>			
<b>IRPJ</b>	R\$	41.080,34	<b>R\$ 193.147,14</b>
<b>CSLL</b>	R\$	34.721,38	
<b>PIS</b>	R\$	20.897,13	
<b>CONFINS</b>	R\$	96.448,29	
<b>TOTAL DOS IMPOSTOS L. REAL</b>			
<b>IRPJ</b>	R\$	11.089,39	<b>R\$ 122.438,00</b>
<b>CSLL</b>	R\$	6.653,64	
<b>PIS</b>	R\$	18.675,32	
<b>CONFINS</b>	R\$	86.019,65	
<b>DIFERENÇA ENTRE REGIMES</b>			<b>R\$ 70.709,14</b>

Fonte: Estudo de Caso (2020)

Conforme a tabela 8, temos os valores a recolher do IRPJ, CSLL e PIS/COFINS referente ao ano-calendário de 2019, baseando-se no lucro presumido, somando os impostos temos um valor de R\$ 193.147,14. E de acordo com o Lucro Real temos os valores a recolher do IRPJ, CSLL e PIS/COFINS referente ao ano-calendário de 2019, somando os impostos, temos um valor de R\$ 122.438,00.

É nítido notar que após os cálculos, o regime de Lucro Real é o melhor a ser escolhido, pois o valor total a ser recolhido referente aos tributos do Lucro Presumido e Lucro Real são de R\$ 193.147,14 e R\$ 122.438,00 respectivamente, assim a diferença entre os dois fica em R\$ 70.709,14.

Essa diferença entre a tributação dos regimes se deve ao fato do regime do Lucro Real utilizar o valor do lucro antes dos impostos, assim descontando as despesas da base de cálculo, já que uma empresa do ramo industrial tende a ter despesas mais elevadas. E também pelo aproveitamento de crédito sobre o PIS/COFINS em relação as compras, assim compensando toda a burocracia a mais do regime.

Após a realização da apuração dos tributos e análise dos mesmos, é evidente que a decisão mais acertada pela instituição é pela troca do regime de tributação, optando pelo lucro real ao invés do atualmente praticado, e para tal escolha foi apresentado os dados obtidos com o Estudo de Caso.

## **Conclusão**

Através desse artigo foi possível evidenciar a importância da realização de um planejamento tributário, de forma que a empresa obtenha o maior retorno econômico.

Por meio da pesquisa bibliográfica, foi identificada a importância de um bom planejamento e como realiza-lo, e as características e vantagens dos regimes de Lucro Real e Presumido.

Através dos dados financeiros obtidos de uma empresa moveleira de pequeno porte, foi realizada a comparação dos valores tributados, aplicando os dois regimes sobre os valores publicados no balanço patrimonial e demonstrativo do resultado do exercício.

Após a análise do Estudo de Caso, o pressuposto teórico foi confirmado e os objetivos alcançados, pois com a apuração dos valores obtidos encontra-se uma diferença considerável entre as tributações.

É inquestionável reconhecer que com a realização do planejamento tributário é possível encontrar o melhor regime para a organização, trazendo vantagens referente as obrigações acessórias e principalmente gerando o melhor retorno financeiro.

### **Referências Bibliográficas**

CREPALDI, Silvio. **Planejamento tributário teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

DE FARIA, Ramon A. C.: DA SILVA, Filipe M. **Planejamento Tributário**. 1. ed. São Paulo: Sagah, 2017. Disponível em:  
<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595020078/cfi/1!/4/4@0.00:52.5>>. Acesso em: 23 mar. 2020.

# A importância da análise dos índices de estrutura e rentabilidade como ferramenta de gestão para tomada de decisões

*The importance of analyzing structure and profitability rates as a management tool for decision making*

Eder de Oliveira Lopes<sup>1</sup>  
Igor Garcia Ramos<sup>2</sup>  
Walcir Gonçalves de Lima<sup>3</sup>  
Cleide Henrique Avelino<sup>4</sup>  
Fabiane Cristina Spironelli<sup>5</sup>

## RESUMO

A Análise das Demonstrações Contábeis são ferramentas fundamentais que evidenciam a situação econômica, financeira e patrimonial das empresas, tanto para os agentes internos quanto para os agentes externos, além de permitir uma visão estratégica ampla dos negócios para os gestores. As Análises das Demonstrações Contábeis geram resultados informativos aos quais auxiliam seus gestores para a tomada de decisões, onde dados de exercícios passados podem ser analisados, comparados e interpretados a valores atuais, de forma clara e objetiva, possibilitando a identificação dos pontos negativos, para que assim ocorra um planejamento empresarial que os reverta em aspectos positivos para a organização visando objetivos empresariais futuros.

**Palavras-Chaves:** Análise, Gestores, Tomada de decisões.

## ABSTRACT

The analysis of accounting statements is a fundamental tool that shows the economic, financial and capital situation of companies, both for internal agents and for external agents, as well as allowing a strategic view of the business for managers. The Analysis of Accounting Statements generate information results that help their decision-making managers, in which past exercise data can be analyzed, compared and interpreted to current values in a clear and objective way, enabling the identification of negative points, so that business planning takes place that reverses them in positive aspects for the organization aiming at future business objectives.

**Keywords:** Analysis, Managers, Decision making.

## Introdução

Nesse trabalho foi abordado o tema relacionado à Análise das demonstrações contábeis e a importância que representam para as empresas, pois as estas são

---

<sup>1</sup> Acadêmico do 8º termo do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

<sup>2</sup> Acadêmico do 8º termo do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

<sup>3</sup> Contador; Mestre em Contabilidade Avançada; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

<sup>4</sup> Contadora; Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

<sup>5</sup> Contadora; Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

importantes ferramentas que auxiliam os gestores na tomada de decisões, atuando como um instrumento de informação possibilitado aos gestores uma visão econômica e financeira ampla da empresa.

A importância dos índices de estrutura e rentabilidade, como ferramenta de gestão para a tomada de decisões, vem informar que os índices contábeis são resultados obtidos por meio da análise contábil de uma empresa.

Os Índices são informações produzidas por meio do trabalho desenvolvido pelo setor contábil, no qual a diversidade de relatórios e as informações geridas pela contabilidade é organizada e submetida a análises estratégicas que possam beneficiar a adoção de estratégias seguras para o desenvolvimento de um negócio. Nesse sentido, esse trabalho busca demonstrar no seu objetivo geral a relevância da análise das demonstrações contábeis para as empresas. Contudo, a análise das demonstrações contábeis é uma técnica que realiza a decomposição, comparação e interpretação dos demonstrativos financeiros da empresa visando extrair informações para obter um diagnóstico sobre a situação econômica e financeira da empresa em determinado tempo e em comparação com os concorrentes.

Quando são analisadas as demonstrações contábeis e financeiras de uma empresa, passam a ter valor como informação e deixam de ser apenas uma reunião de dados. O objetivo deste trabalho é obter e diagnosticar através da análise das demonstrações contábeis, informações que auxiliaram na gestão da empresa JBS S/A para tomada de decisões. Foram realizados uma pesquisa bibliográfica e um estudo de caso através de um levantamento de informações patrimoniais da empresa JBS S/A do período de 2018 e 2019, foi realizado a análise do balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício da controladora.

## **Histórico**

A Análise das Demonstrações Contábeis é tão antiga quanto a própria Contabilidade, iniciou se aproximadamente a (4.000 a.C.), no entanto podemos encontrar os primeiros inventários de rebanhos em sua forma primitiva, começou de forma em que o homem voltava sua atenção para a principal atividade econômica da época, o pastoreio e a preocupação com a variação da riqueza, ou seja, a variação do rebanho.

*E por se exigir, de início apenas o Balanço para a Análise é que se introduz a expressão Análise de Balanços, que perdura até nossos dias. Com o tempo,*

*começou-se a exigir outras demonstrações para análise e para a concessão de crédito, como a Demonstração do Resultado do Exercício; todavia, já foi conhecida, em certo período, como Balanço Econômico (Balanço de Resultado), a denominação Fluxo de Caixa já foi conhecida como Balanço Financeiro; então, tudo era Balanço. (MARION, 2019, p. 19).*

Porém, para constatar o surgimento da análise das demonstrações contábeis de forma sólida, é no final do século XIX quando os banqueiros americanos começaram a solicitar as demonstrações contábeis de início as empresas que desejavam contrair empréstimos e financiamentos.

### **Demonstrações Contábeis**

As demonstrações contábeis, também conhecidas como demonstrações financeiras, fornecem valiosas informações sobre a situação patrimonial e financeira das empresas, que sejam úteis a um número de usuários em suas avaliações e tomadas de decisão econômica.

*Tem, portanto, por objetivo, revelar, a todas as pessoas interessadas as informações sobre o patrimônio e os resultados da empresa, a fim de possibilitar o conhecimento e a análise de sua situação patrimonial, econômica e financeira. (BRAGA, 2009, p. 65)*

As demonstrações contábeis são utilizadas principalmente, pelos administradores para prestar contas sobre os aspectos públicos de responsabilidade da empresa, perante acionistas, credores, empregados, governo e comunidade em geral.

### **Balanço Patrimonial - BP**

O balanço patrimonial é a demonstração contábil mais importante em que se pode visualizar o equilíbrio do patrimônio, devendo ser elaborado com precisão para obter dados permitindo que seus interessados possam extrair informações precisas que mostrem a real situação da empresa.

*O Balanço Patrimonial tem por objetivo demonstrar a situação do patrimônio da empresa, em determinada data- normalmente, ao término de cada exercício social. A lei societária recomenda que as contas do balanço sejam classificadas segundo os elementos do patrimônio que elas representem, sendo agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da empresa. (BRAGA, 2009, p. 70)*

O Balanço Patrimonial é a demonstração que apresenta todos os bens e direitos da empresa, denominado Ativo, assim como as obrigações, Passivo Exigível em uma determinada data, verificando a diferença entre Ativo e Passivo chamada como Patrimônio Líquido, remetendo a ideia de quanto o capital foi investido pelos proprietários da empresa, quer através de recursos trazidos de fora da empresa, quer gerados por esta em suas operações e retidos internamente.

### **Demonstração do Resultado do Exercício - DRE**

A demonstração do resultado do exercício - DRE é um relatório contábil destinado a evidenciar a composição do resultado formado num determinado período de operações da empresa, a DRE, e uma demonstração que evidencia o resultado econômico, a partir das receitas que subtraem -se as despesas para que possa indicar o lucro ou prejuízo apurado pela empresa no desenvolvimento de suas atividades.

Pois segundo Matarazzo (2010, p. 30) [...] *a demonstração do resultado é o resumo do movimento de certas entradas e saídas no balanço, entre duas datas, não importa se uma receita ou uma despesa tem reflexos em dinheiro, basta apenas que afete o Patrimônio Líquido.*

Por se tratar de uma demonstração que retrate apenas o fluxo econômico é uma importante ferramenta de análise para gerar informações para a tomada de decisões.

### **Análise das Demonstrações Contábeis**

A Análise das Demonstrações Contábeis é uma técnica utilizada para obter um diagnóstico real da situação patrimonial, econômica e financeira da empresa analisada com o intuito de complementar e auxiliar no momento da tomada de decisões, para obter assim um planejamento estratégico específico para a organização obter o sucesso estimado naquele momento.

Segundo Iudicibus (2008,p, 5) [...] *a análise de balanços como a arte de saber extrair relações úteis, para o objetivo econômico que tivemos em mente, dos relatórios contábeis tradicionais e de suas extensões e detalhamentos, se for o caso. Conforme verificou-se, a análise de balanços é uma arte de extrair informações e relações, via*

demonstrações financeiras e seus detalhamentos afim de conseguir alcançar um benefício econômico futuro.

Para tanto, o maior objetivo da análise das demonstrações financeiras é fornecer aos usuários das mesmas a obter um melhor entendimento da situação econômica, financeira e patrimonial a qual se encontra, para sim conseguir realizar seu planejamento estratégico para obter o caminho mais adequado que a empresa deve seguir para obter o benefício econômico futuro desejado.

### **Índices de Liquidez**

Ao gerir uma empresa, os administradores e gestores, buscam realizar análises das demonstrações contábeis por meio de indicadores que demonstre como a empresa está se comportando.

*Os Índices de Liquidez são utilizados para avaliar a capacidade de pagamento, isto é, constituem uma apreciação sobre se a empresa tem capacidade para saldar seus compromissos. Essa capacidade de pagamento pode ser avaliada, considerando: longo prazo, curto prazo ou prazo imediato (MARION, 2007, pág.83).*

Os índices de liquidez demonstram a capacidade da empresa de liquidar suas obrigações assumidas, ou seja, a capacidade de liquidar suas dívidas.

### **Liquidez Corrente – LC**

*Direitos realizáveis a curto prazo, comparado com suas obrigações a serem pagas no mesmo período, sendo que, [...] quanto maior a liquidez corrente mais alta se apresenta a capacidade da empresa em financiar suas necessidades de capital de giro. (ASSAF NETO, 2007, p.191).*

$$\text{Liquidez Corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

A liquidez corrente tem por finalidade medir a capacidade que a empresa tem em liquidar suas dívidas a curto prazo, para a LC quanto maior o índice for o resultado, melhor a situação financeira da empresa.

### **Liquidez Seca - LS**



Liquidez Seca, de acordo com Silva (2006, p.314) [...] *indica quanto a empresa possui em disponibilidades, aplicações financeiras a curto prazo e duplicatas a receber, para fazer face a seu passivo circulante*. Portanto, este índice demonstra o quanto a empresa possui de ativos para cada R\$1,00 de obrigações de curto prazo.

$$\text{Liquidez Seca} = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Esse índice de liquidez indica o quanto a empresa possui de bens e direitos realizáveis a curto prazo excluindo os estoques para liquidar suas dívidas a curto prazo, indicando o resultado desse índice quanto maior melhor a situação financeira da empresa.

### **Liquidez Imediata - LI**

O índice de liquidez imediata demonstra a capacidade da empresa de liquidar suas obrigações imediatamente, sobre o qual considera-se apenas os ativos e direitos de curto prazo como caixa, saldos bancários e aplicações financeiras, excluindo os estoques e valores a receber.

*O índice de liquidez imediata representa o valor que dispõe imediatamente para saldar dívidas de curto prazo. As disponibilidades representam os recursos que já estão convertidos em dinheiro com caixa e bancos ou que poderiam ser convertidos em dinheiro com grande liquidez, como as aplicações financeiras de liquidez imediata. BRUNI (2011, p.132)*

O índice de liquidez imediata tem a função de demonstrar o quanto a empresa possui com recursos disponíveis para saldar suas dívidas a curto prazo de forma imediata ou instantânea.

$$\text{Liquidez Imediata} = \frac{\text{Disponível}}{\text{Passivo Circulante}}$$

### **Liquidez Geral - LG**

Os índices de liquidez geral é um índice para avaliar a capacidade da empresa, de acordo com seus ativos, de honrar com seus compromissos.

*O índice de liquidez geral possui o propósito de estudar a saúde financeira da empresa no longo prazo. Basicamente, compara todas as possibilidades de realizações de ativos da empresa, sem incluir aqueles essencialmente necessários para a manutenção da entidade, com todas as obrigações de fato existentes da empresa [...], representa a relação entre os Ativos realizáveis de fato, que poderiam ser convertidos em dinheiro como os ativos circulantes e as aplicações realizáveis a longo prazo, com os Passivos onerosos, que demandarão o desembolso de recursos financeiros para sua quitação. (BRUNI, 2011, p.125)*

Para a LG , quanto maior o índice melhor pois demonstra a capacidade que a empresa tem de liquidar suas dividas a curto e a longo prazo utilizando todos recursos do ativo circulante e realizável a longo prazo.

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

### **Índices de Rentabilidade**

Os índices de rentabilidade evidenciam de forma eficiente, através de indicadores de desempenho, se uma empresa foi rentável ou não, possibilitando aos sócios e gestores informações que mostram o quanto renderam os investimentos efetuados pela empresa, ou seja, o retorno e o lucro obtido pela empresa.

*Os coeficientes de rentabilidade servem para medir a capacidade econômica da empresa, isto é, evidenciam o grau de êxito econômico obtido pelo capital, investido na empresa. São cálculos com base em valores extraídos da Demonstrações do Resultado do Período (Exercício) e do balanço Patrimonial. (RIBEIRO, 2018, p. 219)*

Os índices de rentabilidade são calculados com base em informações que são extraídas do balaço patrimonial e da demonstração do exercício - DRE, para medir a capacidade econômica da empresa.

### **Giro do Ativo - GA**

Esse índice é conhecido como índice de rotatividade, sendo um dos principais índices geradores da rentabilidade, sua interpretação deve ser direcionada para verificar se o volume das vendas realizadas no período foi adequado em relação ao capital total investido na empresa, ou seja, através desse índice pode determinar quantas vezes a empresa consegue transformar o seu ativo em vendas.

Conforme Matarazzo (2010) [...] o GA indica o quanto a empresa vendeu para cada \$1,00 de seu investimento total. No entanto para esse índice quanto maior o resultado, melhor para a situação econômica da empresa, pois quanto maior for as vendas a empresa terá recursos para investir no seu ativo.

$$GA = \frac{\text{Vendas Líquidas}}{\text{Ativo Total}}$$

### **Margem Líquida - ML**

A margem líquida é um índice que mostra o percentual de lucratividade de uma empresa, ou seja, indica a capacidade que a empresa tem em gerar lucro em relação as vendas, esse indicador revela o quanto obteve de lucro líquido para cada \$1,00 vendido.

$$ML = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas Líquidas}}$$

*Esta medida leva em conta inclusive o resultado não operacional e os tributos sobre o lucro e representa o que sobra da atividade da empresa no final do período. Tradicionalmente é a mais usada e é do interesse do sócio da empresa. (PEREZ; BEGALLI, 2009, p. 264)*

Esse índice é tradicionalmente um dos mais utilizados para avaliar o quanto a empresa obteve de lucro líquido em relação as vendas, quanto maior o percentual desse índice, melhor a situação econômica da empresa.

### **Rentabilidade do Ativo - RA**

Esse índice é conhecido como retorno sobre o investimento e mostra o quanto a empresa obteve de Lucro Líquido em relação ao ativo total, ou seja, através deste pode se verificar o tempo necessário para que haja retorno dos capitais totais, próprios e de terceiros investidos na empresa.

*A RA é uma medida da capacidade da empresa em gerar lucro líquido e assim poder capitalizar-se. É ainda uma medida do desempenho comparativo da empresa ano a ano. (MATARAZZO, 2010, p. 114)*

A RA é um índice que demonstra a capacidade que a empresa possui em gerar lucro líquido através dos investimentos totais, seja eles de capital próprio, ou de investimentos de capital de terceiros.

$$RA = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}}$$

### **Rentabilidade do Patrimônio Líquido - RPL**

A interpretação deste índice serve para verificar qual é o tempo necessário para obter o retorno do capital próprio investido na empresa, ou seja, quanto tempo os proprietários terão de volta o valor do capital pela qual investiram na empresa.

*A Rentabilidade do Patrimônio Líquido revela qual foi a taxa de lucratividade obtida pelo capital próprio investido na empresa, isto é, quanto a empresa ganhou de lucro líquido para cada \$ 1,00 de capital próprio investido. (RIBEIRO. 2018, p. 223)*

A RPL indica o rendimento que a empresa obteve em relação aos investimentos feitos pelos sócios, ou seja, para cada 1,00 real que a empresa gerou de lucro líquido, o quanto os sócios tiveram de retorno em comparação ao investimento realizado.

$$RPL = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

### **Estudo de Caso**

A JBS S/A é uma empresa multinacional que foi criada no Brasil e é reconhecida como uma das líderes globais da indústria de alimentos, com sede localizada na cidade de São Paulo, a Companhia está presente em mais de 10 países. Em todos os países que a empresa atua, seguem as mesmas diretrizes em relação aos aspectos de sustentabilidade, inovação, qualidade e segurança dos alimentos, com a adoção das melhores práticas, sempre pautados pela mesma Missão e Valores. Foi feita a Análise dos Índices de Liquidez da empresa JBS S/A para demonstrar todos os seus índices e identificar qual foi a diferença que ocorreu nesses dois anos,

para a tomada de decisões de seus gestores para o próximo ano.

**Tabela 01:** Resultado apurado nos índices de liquidez da empresa JBS/ S.A.

Cálculo dos Índices de Liquidez	31/12/2018	31/12/2019	Diferença
Liquidez Corrente	1,2555	1,1094	(0,1461)
Liquidez Seca	0,9334	0,7604	(0,1730)
Liquidez Imediata	0,2834	0,2552	(0,0282)
Liquidez Geral	1,1328	1,2533	0,1205

Fonte: Estudo de Caso, 2020.

### **Liquidez Corrente - LC**

Conforme calculado no índice de liquidez corrente, pode verificar-se que para cada 1,00 de dívida que a empresa possui a curto prazo, ela dispõe em 2018 R\$ 1,26 e em 2019 R\$ 1,11 de recursos próprios, demonstrando que a empresa tem a capacidade de liquidar suas dívidas a curto prazo e ainda sobra dinheiro.

A empresa apresentou uma redução em 2019 comparação ao ano de 2018 de R\$ 0,15 e mesmo tendo uma redução no índice de liquidez corrente a empresa ainda conseguiria liquidar suas dívidas a curto prazo.

### **Liquidez Seca - LS**

O índice de liquidez corrente em comparação ao índice de liquidez seca, a diferença entre eles é que o índice de LS demonstra a capacidade que a empresa tem em liquidar suas dívidas a curto prazo excluindo o estoque, pode se verificar que em 2018 a empresa possuía R\$ 0,93 e em 2019 R\$ 0,76 para cada 1,00 de dívida de curto prazo que a empresa tem, ela não conseguiria quitar totalmente suas dívidas.

Considerando os resultados obtidos verifica se que a empresa depende dos seus estoques para quitar totalmente suas obrigações a curto prazo.

### **Liquidez Imediata - LI**

Conforme apurado nos resultados obtidos pode se verificar o quanto a empresa dispõe para quitar suas dívidas a curto prazo de forma imediata, a empresa possuía em 2018 R\$ 0,28 e em 2019 R\$ 0,26 de recursos disponíveis para cada 1,00 de dívida a curto prazo. Considerando os valores apurados pode se verificar que a empresa não conseguiria quitar de forma imediata suas dívidas.

## Liquidez Geral - LG

No índice de liquidez geral conforme apurado através de cálculos verifica-se que para cada 1,00 de dívida que a empresa possui a curto e a longo prazo ela dispõe em 2018 de R\$1,13 e em 2019 R\$ 1,25 para pagar suas dívidas. Em ambos os anos verificou-se que a empresa apresentou um resultado favorável onde pode analisar que a empresa conseguiria liquidar suas dívidas a curto e a longo prazo e ainda sobrar dinheiro.

Foi feita a Análise dos Índices de Rentabilidade da empresa JBS S/A, para demonstrar todos os seus índices e verificar a diferença dos dois anos para a tomada de decisões de seus gestores para o próximo ano.

**Tabela 02:** Resultado apurado nos Índices de Rentabilidade da empresa JBS/ S.A.

Indicadores de Rentabilidade	31/12/2018	31/12/2019	Diferença
Giro do Ativo (GA)	0,1206	0,1480	0,0274
Margem Líquida (ML)	0,0762	0,2567	0,1805
Rentabilidade do Ativo (RA)	0,0092	0,0380	0,0288
Rentabilidade do Patrimônio Líquido (RPL)	0,0220	0,0822	0,0602

Fonte: Estudo de Caso, 2020.

## Giro do Ativo - GA

Conforme apurado nos índices de rentabilidade, nota-se que o índice do Giro do ativo indica o quanto a empresa vendeu para cada R\$ 1,00 de seu investimento total, através do resultado apurado pode se verificar que foi demonstrando em 2018 R\$ 0,12 e em 2019 R\$ 0,15 de cada 1,00 de Ativo total investido gerando se em volume das vendas.

## Margem Líquida - ML

A margem líquida demonstra o lucro que a empresa está tendo em relação ao seu faturamento, ou seja, o quanto a empresa obteve para cada R\$ 1,00 vendido.

Conforme apurado nos resultados, a empresa apresentou em 2018 R\$ 0,08 e em 2019 R\$ 0,26 demonstrando o quanto ela teve de lucro para cada 1,00 vendido,

e verifica que em 2019 teve um aumento significativo de R\$ 0,18 em relação ao ano de 2018 considerando um resultado melhor.

### **Rentabilidade do Ativo – RA**

O índice de rentabilidade do ativo apresenta o quanto a empresa obteve de lucro líquido em relação ao ativo total, conforme demonstrado e apurado nos resultados em 2018 de R\$ 0,01 e em 2019 R\$ 0,04 o quanto a empresa obteve de lucro líquido para cada 1,00 investido no ativo da empresa.

### **Rentabilidade do Patrimônio Líquido – RPL**

O índice de RPL demonstra qual foi o retorno para os sócios da empresa a partir do investimento realizado, analisando os valores apurados no índice de rentabilidade do patrimônio líquido verifica-se que para cada 1,00 de dinheiro investido pelos sócios na empresa ela obteve em 2018 R\$ 0,02 e em 2019 R\$ 0,08, em relação ao investimento o retorno foi pequeno, mas em 2019 a empresa obteve um crescimento e dando um retorno maior do que o ano de 2018.

### **Análise dos Índices Financeiros**

Analisando os índices de liquidez da empresa verifica-se que a empresa em 2019 perdeu sua capacidade de pagamento a curto prazo em relação ao ano de 2018, conforme indica os índices de LC, LS, LI a curto prazo não mostrando um resultado favorável para a empresa em comparação ao ano anterior. No entanto, o índice de liquidez geral mostra que a empresa deu um resultado melhor em sua capacidade de pagamento a longo prazo.

Apesar da perda da capacidade de pagamento, a empresa não terá problema de pagar suas dívidas, porque o único índice que teve uma redução foi o índice de liquidez imediata, pois a empresa não vai deixar dinheiro parado em suas contas. A JBS não tem nenhuma dificuldade para realizar os pagamentos a longo prazo mesmo o índice de liquidez imediata dar um resultado menor. Os índices de liquidez que se observa as diminuições ocorridas entre o ano de 2018 para 2019, foram devidos aos acréscimos das dívidas (passivo), com isso, foram maiores do que os acréscimos dos bens ativos.

Ao verificar os índices de rentabilidade, obtém-se informações que são favoráveis para empresa, pois ocorreu uma evolução entre 2018 e 2019. Conforme o resultado obtido, a empresa aumentou sua lucratividade e, estando em uma situação favorável em relação a capacidade de pagamento, os índices de rentabilidade mostra uma melhora em relação aos investimentos pelos sócios e na capacidade de melhora nas vendas, sendo possível verificar que a empresa terá uma melhora a longo prazo. Os acréscimos ocorridos nos índices de rentabilidade que se observa entre os anos de 2018 e 2019, na GA foi devido às vendas terem sido maiores em relação ao ativo e na ML, RA e RPL ocorreu de forma semelhante, o lucro líquido teve um resultado maior em relação ao ativo e ao PL trazendo uma melhora na rentabilidade da empresa.

A JBS S/A, de acordo com os seus índices de rentabilidade, é uma empresa rentável, que provavelmente muitas pessoas interessam comprar ações dela tendo em vista o que ela obteve de resultado desses índices.

## **Conclusão**

Este trabalho demonstrou a importância dos índices financeiros para a empresa JBS S/A e a forma como eles contribuem para os gestores na tomada de decisões em diferentes aspectos para que possam definir estratégias e objetivos futuros, ao realizar as análises com os índices de liquidez e rentabilidade. Conclui-se que a empresa é rentável e lucrativa, a qual resulta em um retorno satisfatório para os seus investimentos realizados pelos sócios, visto que os índices resultaram em crescimento para o ano de 2019 em comparação ao ano de 2018.

Em vista disso, os resultados evidenciaram que a empresa está em evolução, pois resulta em resultados favoráveis em relação ao índice de liquidez demonstrando que a empresa consegue pagar as suas dívidas a curto e a longo prazo com seu saldo de ativos e ainda resultando em saldos para investimentos futuros.

Todos os objetivos almejados para este estudo de caso foram alcançados e trouxeram resultados satisfatórios devido a utilização de indicadores que possibilitam informações claras e objetivas que poderão ser de grande importância para os gestores da empresa JBS S/A na tomada de decisões.

O pressuposto teórico foi confirmado após as análises dos índices escolhidos de liquidez e rentabilidade da empresa, respondendo à pergunta problema que



norteou o Estudo de Caso realizado que a análise das demonstrações contábeis é de grande importância para empresa JBS S/A para tomada de decisões frente aos resultados obtidos.

### **Referências Bibliográficas**

- ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Analise de Balanços**. Ed. Atlas, 2007;
- BRAGA, Hugo R.. **Demonstrações Contábeis: estrutura, análise e interpretação**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- BRUNI, Adriano L.. **A Análise Contábil e Financeira**. Ed. Atlas, 2011;
- JUNIOR, José H. P.; BEGALLI, Glaucos A.. **Elaboração e análise das demonstrações contábeis**. 4 ed. São Paulo: Atlas,2009.
- IUDÍCIBUS, Sergio. **Análise de Balanços**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- MARION, José C.. **Análise das Demonstrações Contábeis**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- MARION, José C.. **Análise das Demonstrações Contábeis: Contabilidade Empresarial**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- MATARAZZO, Dante C.. **Análise financeira de Balanços**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- RIBEIRO, Osni M.. **Estrutura e Análise de Balanços**. 12. ed. São Paulo. Saraiva,2018.
- SILVA, José P.. **Análise Financeiras das Empresas**. 8.ed. São Paulo: Atlas,2006.

# A importância da Perícia Contábil em uma Ação de Prestação de Contas ao Poder Público

*The Importance of Accounting Expertise in a Public Accountability Action*

Grazielle de Lima Aizia<sup>1</sup>  
Miriã Messias Fermino<sup>2</sup>  
José Ylson Sanitá<sup>3</sup>  
Cleide Henrique Avelino<sup>4</sup>  
Fabiane Cristina Spironelli<sup>5</sup>

## RESUMO

A presente pesquisa bibliográfica tem por finalidade evidenciar que a Perícia Contábil em uma ação de prestação de contas ao Poder Público é uma ferramenta capaz de reunir informações relevantes para orientar a decisão judicial e, assim, concluir o processo. Tais informações são resultado de uma série de análises técnico-científicas sobre os fatos e elementos apresentados nos autos do processo judicial. A Perícia Contábil, em uma ação de prestação de contas ao Poder Público, é solicitada quando há presunção de uma administração indevida dos recursos financeiros repassados à entidade beneficiadora por parte do ente público. Sua execução é essencial para esclarecer as reais circunstâncias dos fatos e garantir que nenhuma das partes envolvidas no processo seja prejudicada.

**Palavras-chaves:** Perícia, Contabilidade, Prestação de Contas, Setor Público.

## ABSTRACT

The present bibliographic research aims to show that the accounting expertise in an accountability action to the Public Power is a tool capable of gathering relevant information to guide the judicial decision and thus, conclude the process. Such information is the result of a series of technical-scientific analyzes of the facts and elements presented in the court proceedings. The accounting expertise in an accountability action to the Public Power is requested when there is a presumption of an improper administration of the financial resources transferred to the beneficiary by the public entity. Its execution is essential to clarify the real circumstances of the facts and to ensure that none of the parties involved in the process is harmed.

**Keywords:** Expertise, Accounting, Accountability, Public Sector.

## Introdução

Por meio de pesquisas bibliográficas e análise do estudo de caso, o presente artigo apresenta a importância da Perícia Contábil em uma ação de prestação de contas ao Ente Público e sua contribuição para a conclusão de processos judiciais. Como delimitação temática do presente trabalho, definiu-se a importância da Perícia Contábil em uma ação de prestação de contas ao Poder Público, que tem por

---

<sup>1</sup>Acadêmica do 8.º termo de Ciência Contábeis do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

<sup>2</sup>Acadêmica do 8.º termo de Ciência Contábeis do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

<sup>3</sup>Contador, Advogado, Professor Universitário, de Pós-Graduação e MBA; Especialização em Perícia Contábil; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

<sup>4</sup>Contadora, Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

<sup>5</sup>Contadora, Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

finalidade esclarecer os fatos que foram apresentados no processo e fornecer uma avaliação detalhada capaz de formar bases sólidas para orientar a decisão judicial.

O objetivo geral definido foi o de abordar a importância da Perícia Contábil para a conclusão de processos judiciais, e como objetivo específico foi determinado a importância da Perícia Contábil nas ações de prestação de contas ao Poder Público em relação aos repasses realizados às entidades.

Desenvolveu-se no artigo a seguinte pergunta-problema: A realização da Perícia Contábil em uma ação de prestação de contas ao Poder Público permite maior transparência das informações? Por consequência, apresentou-se como pressuposto teórico a seguinte afirmação: a realização da Perícia Contábil em uma ação de prestação de contas ao Poder Público permite maior transparência das informações, pois verifica se os recursos financeiros repassados à entidade foram aplicados de forma adequada, atendendo ao que fora estabelecido no contrato.

O estudo de caso analisado refere-se a um processo judicial envolvendo a Prefeitura Municipal de Araçatuba e uma instituição do município. A formação da cidade de Araçatuba ocorreu em 1908. A obra teve início devido à Estrada de Ferro Noroeste Brasil, que impulsionou a colonização da região na época. Entretanto, foi apenas em 1917 que Araçatuba atingiu a categoria de distrito e sua emancipação da comarca de Penápolis somente foi concretizada em 1921.

## **Perícia Contábil**

A Perícia Contábil consiste em um domínio da contabilidade, que visa auxiliar o magistrado ao conceder informações relevantes e essenciais para a solução do processo judicial.

As Normas Brasileiras de Contabilidade (2020) mencionam que,

*A perícia contábil é o conjunto de procedimentos técnico-científicos destinados a levar à instância decisória elementos de prova necessários a subsidiar a justa solução do litígio ou constatação de fato, mediante laudo pericial contábil e/ou parecer pericial contábil, em conformidade com as normas jurídicas e profissionais e com a legislação específica no que for pertinente. (NBC, 2020)*

O método ocorre através de estudos detalhados que buscam reunir evidências condizentes com a verdade sobre os fatos apresentados no processo judicial, não admitindo teses ou suposições. Tais informações são consequência de

uma análise profunda sobre o processo e visam esclarecer as reais circunstâncias do caso.

Portanto, o principal objetivo da Perícia Contábil é apresentar a realidade sobre o objeto examinado, revelando com transparência a verdade contábil ao magistrado, o que permite entendê-la como um meio de prova importante para conclusão de processos judiciais.

### **Laudo Pericial Contábil**

A requisição de uma Perícia Contábil ocorre em processos judiciais que necessitam de maiores esclarecimentos para serem concluídos. O magistrado, então, nomeia um perito-contador habilitado perante os órgãos do Conselho Regional de Contabilidade e Conselho Nacional de Peritos Contadores para executar a Perícia Contábil e emitir o laudo pericial oficial.

Entende-se que o profissional convocado para realização da Perícia deve possuir domínio sobre a matéria a ser analisada, assim como conhecimentos específicos sobre assuntos pertinentes ao caso.

Pressupõe-se, também, que o perito seja capaz de pesquisar, examinar, analisar, sintetizar e fundamentar a prova no laudo pericial oficial e no parecer pericial contábil, quando elaborado por um assistente técnico.

O profissional deve, ainda, dispor de um gênio científico dotado de capacidade crítica apta a compreender corretamente a realidade dos fatos e, assim, ser capaz de satisfazer às exigências judiciais, sendo seu trabalho de extrema importância, pois conduz uma série de processos e etapas que expõem a verdade do caso indicado, revelada sob uma ótica técnico-científica.

O laudo pericial oficial é a manifestação escrita da opinião do perito sobre o caso apresentado. Nele estão expostas as principais circunstâncias que conduziram o profissional a chegar à sua conclusão.

O documento é considerado uma fonte rica de informações que podem auxiliar o processo de conclusão do litígio.

Para garantir a integridade de seu trabalho, o perito-contador deve estar atento às legislações vigentes que possam envolver o processo, podendo definir as doutrinas e metodologias científicas que serão utilizadas como parâmetro.

Contudo, o procedimento não deve ser decidido por coação e, sim, com base em prerrogativas do Código de Processo Civil e em obediência aos princípios éticos contábeis. Essa preocupação assegura a veracidade das informações apresentadas pelo perito, assim como de sua opinião final.

As Normas Brasileiras de Contabilidade (2020) mencionam que,

*O laudo pericial contábil e o parecer pericial contábil são documentos escritos, que devem registrar, de forma abrangente, o conteúdo da perícia e particularizar os aspectos e as minudências que envolvam o seu objeto e as buscas de elementos de prova necessários para a conclusão do seu trabalho.*

A emissão do laudo oficial é, portanto, o encerramento de uma série de análises, exames e averiguações que buscam reunir informações essenciais de todo o processo analisado.

O laudo é a opinião final que o perito obteve sobre o conflito por meio de seus estudos sobre o caso. É a informação principal e mais relevante que o perito produzirá e que subsidiará a decisão do juiz.

Destaca-se, entretanto, que o magistrado tem livre arbítrio para concordar ou não com a opinião manifestada pelo perito. Ainda assim, tal fator não desmerece a perícia realizada, assim como o laudo oficial emitido.

De acordo com o art. 479 do CPC/2015,

*O juiz apreciará a prova pericial de acordo com o disposto no art. 371, indicando na sentença os motivos que o levaram a considerar ou a deixar de considerar as conclusões do laudo, levando em conta o método utilizado pelo perito.*

Desta forma, tanto a perícia como o laudo oficial serão utilizados pelo magistrado como fontes de informações valiosas para o esclarecimento e desfecho do processo.

### **Prestação de Contas**

A prestação de contas é um esclarecimento que se exige quando ocorre a utilização de um determinado bem, material ou financeiro, que pertence a uma terceira pessoa. Assim, o administrador, após desfrutar do bem, necessita prestar contas ao proprietário sobre a maneira como transcorreu a utilização de seu pertence.

Desta forma, a prestação de contas pode ser entendida como um conceito de dupla definição, pois representa um direito para o titular do bem e um dever para o administrador que utilizou o bem.

*A ação de prestação de contas divide-se em dois momentos, o de exigir a prestação de contas e o de dar as contas, incluindo-se ainda a hipótese de recusa e impugnação de quem esteja obrigado a recebê-las. Presume-se que estes momentos dividem-se o primeiro o reconhecimento da justiça de que existe o direito do litigante em receber a prestação de contas e o segundo a determinação da justiça para que se proceda à prestação de contas. (HOOG, 2010, p.71).*

Como se infere na melhor doutrina, para o cabimento da ação de prestação de contas é necessária existência de vínculo jurídico, não necessariamente contratual ou expresso, a partir do qual se reflita autorização para recebimento de dinheiro, realização de pagamentos ou administração de patrimônio de terceira pessoa.

Por sua vez, é de se ter presente que o processo de prestação de contas se processa sob a égide de um procedimento especial dividido em duas fases distintas, sendo a primeira a responsável por definir o dever de prestação de contas, e a segunda, se positiva a primeira, destina-se à prestação de contas em si, apurando-se o *quantum debeatur* do débito ou do crédito (RT 495/233).

Quando não há a prestação de contas voluntária por parte do administrador, o proprietário tem o direito de exigí-la, podendo recorrer a medidas judiciais para solicitar maiores informações sobre o aproveitamento de seu recurso.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu parágrafo único do artigo 70,

*Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária. (BRASIL, 1988).*

Desta forma, a exigibilidade de prestar contas é uma maneira legal que busca garantir que as partes do contrato não sejam lesadas financeiramente ou tenham prejuízos patrimoniais.

## **Ação de Prestação de Contas ao Setor Público**

O dever de prestar contas à Administração Pública surge quando há presunção de uma administração inadequada dos recursos financeiros repassados às entidades, devido a falhas morais ou inobservância dos termos estabelecidos no contrato.

Vale ressaltar que as regras de prestação de contas estão definidas e compartilhadas em manuais, comumente disponibilizados por órgãos da Administração Pública, e que cada contrato acordado entre o ente e a entidade beneficiadora possui uma forma particular de ser executado.

Segundo o Manual de Prestação de Contas da cidade de Araçatuba (2012),

*A prestação de contas é peça fundamental para dar transparência na aplicação dos recursos públicos, constituindo-se em importante mecanismo de controle da administração pública e dos órgãos fiscalizadores para verificar se os recursos públicos foram aplicados com a observância do interesse comum da sociedade, com a análise dos custos de desenvolvimento e atendimento da legislação. (ARAÇATUBA, 2012).*

Sendo assim, fica evidente a importância da prestação de contas para cumprimento do contrato firmado de modo a demonstrar a maneira como ocorreu a utilização dos recursos repassados, e assim, contribui para garantir que nenhuma das partes seja prejudicada.

A ação de prestação de contas, quando destinada a suprir a carência de informações de entes públicos, fundamenta-se em uma documentação comprobatória, que pode conter, entre outros documentos, transferências bancárias, emissão de notas fiscais de produtos ou serviços, pagamentos de despesas, faturas, extratos bancários, cheques emitidos e contratos acordados com terceiros.

Além disto, a entidade deve apresentar quando da prestação de contas seus relatórios e demonstrativos contábeis. Através das demonstrações, o perito é capaz de assegurar a legitimidade das dívidas, dos estoques e saldos, da apuração de abuso por dolo ou fraude, da validade das despesas e receitas, do dano ao fundo de comércio, da falsidade da escrita fiscal ou comercial, da responsabilidade social e ambiental, entre outros.

O Manual de Prestação de Contas da cidade de Araçatuba (2012) menciona que,

*A Comissão Deliberativa analisará a compatibilidade dos gastos apresentados na prestação de contas, levando-se em conta a complexidade do projeto, o orçamento detalhado apresentado pelo proponente, os produtos e/ou serviços adquiridos e contratados, pautando-se em valores praticados no mercado em atendimento aos princípios da razoabilidade e economicidade que regem a Administração Pública, podendo rejeitar os valores que comprovadamente desatenderem o interesse público. (ARAÇATUBA, 2012).*

Assim sendo, na hipótese de tais documentos apresentados não serem suficientes para atender às necessidades da administração pública, ou na possibilidade de os mesmos não comprovarem a integridade da utilização dos recursos repassados, o ente poderá solicitar uma intervenção judicial, na qual, frequentemente, o juízo requisita a realização de uma Perícia Contábil para proporcionar maiores esclarecimentos sobre o caso.

### **Estudo de Caso**

O estudo de caso refere-se a um processo judicial movido pela Prefeitura Municipal de Araçatuba contra uma organização cultural do município, em que o órgão executivo contesta a entidade por suposto dano material ao patrimônio público.

A administração do município alega que a instituição cultural se tenha utilizado dos repasses financeiros de forma inadequada, apontando irregularidades nos documentos apresentados quando da prestação de contas por parte da entidade.

Os recursos repassados estariam destinados à realização de um evento com data predeterminada, entretanto, a Prefeitura receia que os mesmos possam ter sido destinados para outros fins.

Fora estabelecido um contrato entre as partes, e a Prefeitura disponibilizou o Manual de Prestação de Contas (2012) para orientação da entidade a respeito da maneira correta de efetuar a devida prestação de contas sobre os recursos repassados.

A entidade estava ciente de que a movimentação de tais recursos financeiros deveria ser comprovada mediante apresentação de cheques nominais e individualizados.

Vale ressaltar que a Prefeitura Municipal de Araçatuba realizou o repasse financeiro através de uma conta corrente específica e a organização cultural aprovou as despesas do evento.



Segundo o Manual de Prestação de Contas (2012), disponibilizado pelo órgão, o procedimento deveria ser realizado através da apresentação de dois documentos principais, sendo um relativo à realização do objeto e o outro relativo à movimentação financeira referente aos pagamentos das despesas.

Ainda segundo o Manual de Prestação de Contas (2012), não seriam admitidos como documentos fiscais recibos, pedidos, notas de balcão ou qualquer outro documento que não estivesse nas formalidades legais. Os campos das notas fiscais deveriam estar preenchidos sem descrições genéricas e os comprovantes estar datados em compatibilidade com o período da realização do projeto ou um dia antes da data de previsão para a sua execução.

O pagamento das despesas deveria ser efetuado através de cheques nominais ao favorecido, juntamente com as notas fiscais, ou através de transferências bancárias com cópia dos comprovantes.

Como fora solicitado, a entidade se prontificou a apresentar ao órgão executivo os respectivos documentos, comprovantes, notas fiscais, entre outros.

A Prefeitura, entretanto, não aprovou os documentos apresentados, alegando irregularidades nos mesmos. Com isso, o órgão recorreu à justiça para garantir que seus direitos não estivessem sendo lesados por parte da organização.

O desenrolar do processo necessitou de maiores esclarecimentos, portanto foi solicitada a realização de uma Perícia Contábil para apurar a verdade científica do caso.

Para tanto, ficou a cargo do perito nomeado a elaboração do laudo oficial que fornecesse informações capazes de orientar a decisão final e, assim, finalizar o processo.

Para a realização da Perícia, o perito contábil executou a leitura e análise dos documentos contidos nos autos do processo, dentre eles os recibos de compra, notas fiscais, extrato de contas bancárias, entre outros.

Através de suas análises, o perito pôde realizar um levantamento das despesas que a entidade em processo obteve durante o período em questão.

Seus estudos apontaram que existiam apenas três notas fiscais que se encontravam corretas e pagas mediante emissão e comprovante de pagamento, como solicitava o Manual de Prestação de Contas (2012).

Entretanto, havia notas fiscais e documentos emitidos com datas incompatíveis ao evento que ocorreu entre os dias 5, 12 e 19 de janeiro.

Além disso, o perito constatou a existência de um recibo de pagamento sem documento de identificação e observou que, de acordo com os extratos bancários analisados, entre os dias 22 de novembro de 2012 e 12 de março de 2013, não há emissão de cheques para as despesas aprovadas, mas, sim, retiradas em espécie com valores distintos.

O perito afirma, com base em sua análise, que não houve a devida prestação de contas ao Poder Público, o que pode abrir espaços para a ocorrência de fraudes na utilização de verbas.

Sendo assim, sua conclusão foi favorável à Prefeitura do município e teve como ressalva o Artigo 22 da Lei Municipal de Araçatuba 7.422/2011 que garante a devolução do repasse caso não seja comprovado de forma coerente à aplicação do repasse.

Sua opinião, porém, não foi compartilhada na decisão judicial. O magistrado alega que não há evidências concretas de que os repasses foram utilizados de forma inadequada.

A autoridade ainda ressaltou, em sua sentença, que a entidade em questão se trata de uma pequena associação sem fins lucrativos e que, no laudo oficial, o perito-contador confirma que, mesmo com datas posteriores ao evento, todas as notas fiscais apresentadas constam materiais ligados à realização do projeto.

O encerramento do processo judicial ocorreu em setembro de 2020, sendo a decisão final favorável à entidade organizadora do evento. O pagamento de honorários advocatícios foram, portanto, corrigidos para a data atual e exigidos da Prefeitura do município.

## **Conclusão**

Para a conclusão do presente artigo que buscou apresentar evidências sobre a importância de uma perícia contábil em uma ação de prestação de contas ao Poder Público, foram realizadas pesquisas bibliográficas e a análise do estudo de caso abordado.

Através de tais pesquisas, foi possível afirmar que a Perícia Contábil é o procedimento mais eficiente para atingir a verdade dos fatos. O método é capaz de

demonstrar os possíveis equívocos contidos na prestação de contas ao Poder Público e, assim, elucidar o conflito entre as partes envolvidas.

Destaca-se, também, a importância da atuação do perito-contador em esclarecer as controvérsias do processo através de suas análises, estudos e perspectiva técnico-científica sobre o caso apresentado.

Portanto, a Perícia Contábil em uma ação de prestação de contas ao Poder Público é uma ferramenta imprescindível para a solução do processo judicial. Sua análise objetiva sobre o caso proporciona maior transparência das informações, apresentando uma interpretação minuciosa sobre o conteúdo que envolve o processo e expondo a opinião do perito-contador sobre a situação.

### Referências Bibliográficas

ARAÇATUBA. Cria o Manual de Prestação de Contas 2012. **Secretaria Municipal Da Cultura De Araçatuba**. Disponível em:

<<https://pt.slideshare.net/secretariacult/manual-de-prestao-de-contas>>. Acesso em 20 fev. 2020.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 19, de 1998. Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária. **Constituição Federal**, Brasília, 5 out. 1988, Seção 9, Art. 70. Disponível

em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em 12 mar. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Da Prova Pericial. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 16 mar. 2015, Seção 10, Art. 479. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm)>. Acesso em 12 mar. 2020.

BRASIL. NBC TP 01, de 27 de fevereiro de 2015. Dá nova redação à NBC TP 01 – Perícia Contábil. **Conselho Federal de Contabilidade**. Disponível em:<[https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2016/02/NBC\\_TP\\_01.pdf](https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2016/02/NBC_TP_01.pdf)>. Acesso em 5 mar. 2020.

HOOG, Wilson A. Z. **Ação de Prestação de Contas e a função da Perícia Contábil na formação do conjunto probatório**. Disponível

em:<<https://coad.jusbrasil.com.br/noticias/2152247/acao-de-prestacao-de-contas-e-a-funcao-da-pericia-contabil>>. Acesso em 5 mar. 2020.

\_\_\_ **Forma adequada para a prestação de contas**: art. 551 do CPC/2015, perícia contábil. Disponível em:

<<http://www.zappahoog.com.br/artigos/02%20Forma%20Adequada%20da%20Prest.%20de%20Contas.pdf>>. Acesso em 22 fev. 2020.

\_\_\_ **Perícia contábil em ações de Prestação de Contas.** 4. ed. Curitiba: Juruá, 2016.

MAGALHÕES, Antonio D. F. **Perícia Contábil.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

# DIREITO

# A conciliação e a mediação: análise da incidência na ação de alimentos

*Conciliation and Mediation: analysis of the incidence in food action*

Pâmela de Mello Adolfo<sup>1</sup>  
Magaly Bruno Lopes<sup>2</sup>  
João Geraldo Nunes Rubelo<sup>3</sup>  
Helton Laurindo Simoncelli<sup>4</sup>

## RESUMO

É alto o índice de propositura de ações de alimentos e respectivas revisionais. Nelas, o procedimento adotado torna quase que obrigatória a audiência de tentativa de conciliação e mediação. Por isso, importante analisar alguns problemas: poucas pessoas sabem o que é essa audiência; os conciliadores e mediadores não atuam todos os dias, carecendo de prática, e, conseqüentemente, falhas começam a ocorrer; há conflito enraizado entre as partes; não há produção de provas; não há aplicação do princípio do melhor interesse do menor; entre outros. Desse modo, a conciliação e a mediação acabam não cumprindo a sua finalidade precípua, que é a de amenizar a demora da chegada do resultado e, por conseguinte, diminuir o número de processos.

**Palavras-chave:** Conciliação e Mediação. Direito de Família. Ação de Alimentos.

## ABSTRACT

There is a high rate of filing food actions and respective revision. In them, the procedure adopted makes it almost mandatory to hear conciliation and mediation attempts. Therefore, it is important to analyze some problems: few people know what this audience is; conciliators and mediators do not act every day, lacking practice, and, consequently, failures begin to occur; there is a deep-seated conflict between the parties; there is no production of evidence; there is no application of the principle of the best interest of the child; among others. In this way, conciliation and mediation do not end up fulfilling their primary purpose, which is to ease the delay in reaching the result and, therefore, reduce the number of cases.

**Keywords:** Conciliation and Mediation. Family right. Food Action.

## Introdução

A Conciliação e a Mediação são formas alternativas de resolução de conflitos, baseadas na autocomposição, uma vez que as partes de um processo judicial têm, no início da ação, a oportunidade de encontrarem juntas a solução para aquele determinado conflito, sem a intervenção do Juiz-Estado, mas com o auxílio de um terceiro, que é o mediador ou conciliador.

Pode se dizer, assim, que são meios mais adequados para a solução de conflitos na área cível, quando comparada a uma sentença proferida pelo Estado-Juiz, pois um acordo formulado pelas partes, com o auxílio de um terceiro imparcial – o conciliador ou mediador – terá muito mais chances de se perpetuar. No entanto,

<sup>1</sup> Acadêmico do 10º termo do curso de Direito no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSalesiano Campus Araçatuba.

<sup>2</sup> Professora do curso de Direito no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSALESIANO - Campus de Araçatuba.

<sup>3</sup> Filósofo e Mestre em Geografia. Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSALESIANO de Araçatuba.

<sup>4</sup> Coordenador de curso de Direito e Mestre em Direito do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSALESIANO de Araçatuba.

quando se trata de direito de família, especialmente quanto ao direito a alimentos, as questões costumam ser mais complexas, dado o vínculo já existente entre as partes, além de espiral de conflitos que já costuma existir muito antes da propositura da ação.

Neste aspecto, vale dizer que a ação de alimentos é o processo judicial que ocorre quando as partes de uma relação de parentesco – pai e filho, por exemplo – não conseguem entrar em um acordo, por si sós, quanto ao valor da obrigação alimentar.

Isso geralmente acontece porque a obrigação alimentar surge quando há a separação dos genitores da criança ou adolescente que necessitará dos alimentos. E como quem representará o menor nesta questão será o genitor que permaneceu com a guarda, a obrigação alimentar acaba tornando-se uma disputa entre os ex-cônjuges ou ex-companheiros, esquecendo-se, assim, de que o direito aos alimentos é do menor, filho do ex-casal.

Diante dessa disputa existente entre os genitores do menor, há que se analisar se a mediação e a conciliação realizadas nas ações de alimentos trazem benefícios ou malefícios para o menor, que é quem necessita e tem direito aos alimentos.

Para a composição do trabalho, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, usando, como instrumentos e fontes para a coleta de dados, a legislação, a doutrina e as jurisprudências relacionadas ao tema em questão, além de artigos e matérias presentes em sites conhecidos.

## **Teoria do Conflito**

De forma simplificada, o conflito pode ser definido como uma crise na relação entre indivíduos, o que é considerado próprio da vida em sociedade.

Por óbvio que cada ser humano possui suas experiências individuais, pontos de vista e compreensão de mundo próprios, de modo que, quando dois ou mais indivíduos estão diante da mesma situação, a relação entre eles acaba sendo afetada por suas diferenças.

Logo, pode-se dizer também que o conflito ocorre quando um dos indivíduos da relação deseja que a outra pessoa aja conforme o seu desejo, mas esta pessoa se recusa a fazê-lo. As diferenças geram, portanto, questões a serem solucionadas.

Quando estamos diante de um conflito, o sistema nervoso impulsiona um mecanismo chamado de luta ou fuga, que consiste na liberação de adrenalina e consequente apresentação de reações negativas, como: transpiração, taquicardia, ruborização, elevação do tom de voz, irritação, raiva, hostilidade, descuido verbal, entre outros.

No entanto, se treinarmos nosso cérebro, podemos associar os conflitos como algo positivo, de modo que o mecanismo de luta ou fuga não seria mais desencadeado, já que não enxergaríamos mais o conflito como uma ameaça. Nessa hipótese, outras reações teriam a oportunidade de aparecer, tais como o equilíbrio, a serenidade, a compreensão, a simpatia, a consciência verbal, dentre outras reações positivas.

A seguir, podemos visualizar palavras opostas: Guerra/Paz; Briga/Entendimento; Disputa/Solução; Agressão/Compreensão; risteza/Felicidade; Violência/Afeto; Raiva/Crescimento; Perda/Ganho e processo/Aproximação. Ao colocarmos isso em prática – entender que o conflito não é algo negativo –, nossas atitudes diante de uma situação conflituosa tendem a mudar, a serem mais racionais e empáticas: Reprimir comportamentos/ Compreender Comportamentos; Julgar/ Analisar Intenções; Atribuir Culpas/ Resolver; Responsabilizar/ Buscar Soluções; Polarizar Relação/ Ser proativo para resolver; Julgar o caráter/ Despolarizar a relação; Caricaturar comportamentos/ Analisar personalidade e Gerir suas próprias emoções.

No entanto, se treinarmos O cérebro e o ensinar que o conflito não é algo ruim, mas natural e positivo, ou ao menos potencialmente positivo, podemos agir de acordo com as ações da segunda coluna. Isto é, podemos agir de modo racional e empático.

Se não usarmos a teoria do conflito para mudarmos nosso comportamento diante de situações conflituosas, corremos o grave risco de cair nas garras dos Aspirais de Conflitos.



As Espirais de Conflitos se caracterizam pela criação de um círculo vicioso de ações e reações entre dois ou mais indivíduos. Isto é, a reação de um indivíduo “B” a cada ação do indivíduo A torna-se mais agressiva do que a ação propriamente dita, que a precedeu, criando, assim, um novo ponto de disputa.

Diante desse cenário, muitas vezes as partes envolvidas no conflito mal se lembram porque deram início àquela contenda.

Abaixo temos um exemplo acerca da espiral de Conflitos:

*Por exemplo, se em um dia de congestionamento, determinado motorista sente-se ofendido ao ser cortado por outro motorista, sua resposta inicial consiste em pressionar intensamente a buzina do seu veículo. O outro motorista responde também buzinando e com algum gesto descortês. O primeiro motorista continua a buzinar e responde ao gesto com um ainda mais agressivo. O segundo, por sua vez, abaixa a janela e insulta o primeiro. Este, gritando, responde que o outro motorista deveria parar o carro e “agir como um homem”. Este, por sua vez, joga uma garrafa de água no outro veículo. Ao pararem os carros em um semáforo, o motorista cujo veículo foi atingido pela garrafa de água sai de seu carro e chuta a carroceria do outro automóvel. Nota-se que o conflito desenvolveu-se em uma espiral de agravamento progressivo das condutas conflituosas. No exemplo citado, se houvesse um policial militar perto do último ato, este poderia ensejar um procedimento de juizado especial criminal. Em audiência, possivelmente o autor do fato indicaria que seria, de fato, a vítima; e, de certa forma, estaria falando a verdade uma vez que nesse modelo de espiral de conflitos ambos são, ao mesmo tempo, vítima e ofensor ou autor do fato (MANUAL DE MEDIAÇÃO JUDICIAL, 2016, p. 54).*

Nota-se, portanto, que se o motorista que foi cortado tivesse gerido suas emoções e tentado compreender o outro, imaginando, por exemplo, que ele poderia estar atrasado, o conflito não teria ganhado forma, nem tampouco se transformado em uma espiral.

Por isso é importante que a teoria do conflito seja difundida. As pessoas precisam saber que é possível educar o cérebro para conseguir tomar atitudes melhores diante de situações que não as agradam, evitando, assim, que um conflito seja gerado. Esse seria o melhor método para diminuir as demandas no Poder Judiciário.

### **A Conciliação e a Mediação: conceito, semelhanças e diferenças**

O novo Código de Processo Civil (BRASIL, 2015) trouxe como inovação o incentivo ao uso de formas alternativas de resolução de conflitos, como a Mediação e a Conciliação, com a finalidade precípua de tentar desafogar o Poder Judiciário e amenizar a morosidade do alcance à Justiça.

Mas há também a finalidade secundária – tão importante quanto à precípua –, que é o fato de a Mediação e a Conciliação darem chance de as partes resolverem quase, sozinhas seus próprios problemas, logo no início do processo, sem a intervenção de um Juiz, mas sempre com a ajuda de um terceiro, que é o conciliador ou o mediador.

Nas palavras de Vezzulla (1998, p. 16), estes dois institutos podem ser definidos como:

*[...] técnicas de resolução de conflitos não adversarial, que, sem imposições de sentenças ou de laudos e com um profissional devidamente formado, auxilia as partes a acharem seus verdadeiros interesses e a preservá-los num acordo criativo em que as duas partes ganhem.*

Nota-se, pois, que na audiência de conciliação e mediação não são tratadas questões de mérito, mas tão somente incentivado um diálogo entre as partes para que elas mesmas possam resolver o conflito pelo qual estejam passando. Por isso, não há a análise de quaisquer elementos de provas nem a imposição de sentenças.

Com relação ao que as distingue, a principal diferença entre a mediação e a conciliação está definida no art. 165, §§ 2º e 3º, do CPC/2015 (BRASIL, 2015). Na conciliação, enquanto o conciliador pode sugerir soluções para o conflito, na mediação o mediador deve apenas auxiliar os interessados a compreender as questões e os interesses em conflito, de modo que eles possam, pelo restabelecimento da comunicação, identificar, por si próprios, soluções consensuais que gerem benefícios mútuos.

Nesse sentido, e para facilitar a compreensão, vê-se, a seguir, a conceituação de dois doutrinadores acerca da conciliação e da mediação, Para Magalhães (2008, p. 28):

*O terceiro interventor (conciliador) atua como elo de ligação [sic]. Sua finalidade, (...), é levar as partes ao entendimento, através da identificação de problemas e possíveis soluções. Ele não precisa ser neutro [diferentemente do mediador], ou seja, pode interferir no mérito das questões. O conciliador não decide o conflito, ele pode apenas sugerir decisões; a decisão cabe às partes.*

E assim complementa Rodrigues Júnior (2007, p. 50)

*A mediação é um processo informal de resolução de conflitos, em que um terceiro, imparcial e neutro, sem o poder de decisão, assiste às partes, para que a comunicação seja estabelecida e os interesses preservados, visando ao estabelecimento de um acordo. Na verdade, na mediação, as partes são*

*guiadas por um terceiro (mediador) que não influenciará no resultado final. O mediador, sem decidir ou influenciar na decisão das partes, ajuda nas questões essenciais que devem ser resolvidas durante o processo.*

Assim, importante ressaltar que o procedimento de uma audiência de conciliação é o mesmo que uma de mediação, tendo como única diferença a influência que o conciliador e o mediador terão entre as partes. Isto é, enquanto o conciliador pode indicar possíveis soluções para o conflito, o mediador deve apenas conduzir o diálogo entre as partes.

O art. 165 do CPC (BRASIL, 2015) aconselha, ainda, que o conciliador atue preferencialmente nos casos em que não houver vínculo anterior entre as partes, e que o mediador, por sua vez, atue nos casos em que houver vínculo anterior entre os envolvidos.

Neste aspecto, a conciliação acaba sendo mais indicada para os conflitos objetivos, como por exemplos os acidentes de trânsito. Por conseguinte, nos conflitos subjetivos, em que há uma relação entre os envolvidos ou desejo de que tal relacionamento perdure – como por exemplo nas ações de família –, a mediação é a mais indicada.

De todo modo, tanto na conciliação quanto na mediação, alguns princípios de direito precisam ser observados.

### **Obrigação alimentar e dever familiar**

A obrigação alimentar é devida apenas quando há quebra do vínculo familiar pela separação entre os cônjuges ou companheiros e, conseqüentemente, entre pais e filhos menores.

Isto porque, enquanto a família está unida, não há que se falar em obrigação alimentar, mas sim em dever familiar, que é o dever de sustento e mútua assistência previstos no art. 1.566, III e IV (para os cônjuges) e no art. 1.724 (para os companheiros), ambos do Código Civil (BRASIL, 2002). São, portanto, devidos incondicionalmente.

Os artigos 1.695 a 1.697 do Código Civil (BRASIL, 2002), por sua vez, tratam da obrigação alimentar, a qual decorre do parentesco. Ou seja, a obrigação alimentar é devida aos ascendentes, aos descendentes e também aos parentes colaterais, até 2º grau (irmãos), que não morem juntos. A razão de tais artigos é o princípio da solidariedade familiar. Assim, a título de exemplo, se o pai que pagava pensão

alimentícia para um dos filhos vem a falecer, este filho poderá cobrar alimentos do irmão mais velho, que tenha seu próprio sustento. Ou, ainda, de seus avós.

Havendo, portanto, distinção entre obrigação alimentar e dever familiar, as regras e princípios devem ser aplicadas de maneiras diferentes a cada um dos casos. Daí porque pais que pagam pensão alimentícia não querem dispender de um valor tão alto, mas que com certeza o gastariam com o filho se não tivesse havido a separação, a quebra do vínculo.

### **A tentativa de Mediação nas ações de alimentos**

No despacho inicial, o Juiz, além de verificar os requisitos da petição inicial e, se for o caso, fixar os alimentos provisórios, também designará audiência de tentativa de conciliação ou mediação, com data e horários já estabelecidos.

Como vimos, a Mediação ou Conciliação ocorrem logo no início do processo e consistem em as partes, com o auxílio de um terceiro – mediador ou conciliador – tentarem resolver seus problemas sozinhas, isto é, sem a intervenção e eventual sentença do juiz.

E, embora haja aquela distinção entre a mediação e a conciliação, na prática ela não causa grandes efeitos, de modo que acabam se confundindo e se tornando um só instituto: a audiência de tentativa de conciliação ou mediação.

Usaremos aqui, todavia, o termo Mediação, já que esta seria a maneira adequada de realização do acordo, uma vez que nas ações de alimentos há vínculo anterior entre as partes - art. 165, §3º, do CPC - (BRASIL, 2015).

Conforme verificado, a Mediação foi criada com a finalidade precípua de diminuir a quantidade dos processos judiciais e amenizar a morosidade dos que estão em trâmite.

Além disso, de um modo geral, também beneficia as partes litigantes, no sentido de que permite que elas resolverem seus conflitos de forma mais célere, bem como que tenham a oportunidade de entrar em um acordo, em vez de correr o risco de uma eventual sentença ser benéfica para apenas uma das partes.

No entanto, quando falamos da mediação na ação de alimentos, há algumas questões a serem analisadas, tais quais veremos a seguir.

### **Conflitos entre os pais**

Nas questões familiares, o conflito não costuma ser algo passageiro, que existe apenas enquanto dura o processo. Pelo contrário, ele parece não ter fim, esquecendo-se, muitas vezes, o motivo primário que o deu origem. É, como vimos no item 1.1.1, uma espiral de conflitos, que apenas cultiva a mágoa.

Em entrevista à Revista Consultor Jurídico, ao ser questionada sobre qual foi a maior dificuldade encontrada nos oito anos realizando mediação no âmbito do Direito da Família, Dias (2015, s/p) responde que foi a mágoa e o ressentimento. Vejamos:

*É a mágoa, o ressentimento. Todos sonham com amor eterno e tendem a culpar o parceiro pelo fim do relacionamento. É uma forma de compensar a dor da perda com um sentimento de vingança. É a mãe dizendo para o pai que não vai mais deixá-lo ver o filho porque houve a separação. Ou o marido traído dizendo que não vai pagar pensão para o filho..*

Assim, podemos afirmar que, enquanto que em outras áreas o conflito surge e é resolvido por meio do processo, encerrando-se após o trânsito em julgado da decisão, ou mesmo através de um acordo, o conflito familiar, na maioria das vezes, se estende até depois de o processo já ter se encerrado, pois já existia desde muitos antes de ação ser proposta.

Especificamente quanto à questão alimentar, sabemos que o problema é maior. Tanto é que é só alguém falar que irá reclamar ou ter que pagar pensão alimentícia que as pessoas, de um modo geral, ficam alvoroçadas, no sentido de já saberem o quanto o assunto é delicado e complicado.

Isto porque, após a separação ou divórcio, por exemplo, os casais não costumam manter uma boa relação. A guarda geralmente fica com a mãe e o pai já sabe que terá que pagar os alimentos. Em geral, a mãe quer que o pai dê o máximo possível para o filho a título de alimentos, enquanto que o pai quer dar o mínimo ou o suficiente por medo de o dinheiro ser usado não só pelo filho, mas também pela ex-cônjuge.

O conflito é ainda maior quando a criança que reclama os alimentos foi gerada por um encontro casual entre seus genitores, pois, se até os casais que se amaram um dia chegam a brigar feio após a separação, imagina os que sequer se amaram e que, muitas vezes, encontraram-se uma única vez na vida.

Por esses motivos, a mediação na ação de alimentos, na maioria das vezes, acaba não tendo resultados proveitosos, seja porque não se chega a um acordo, seja porque o acordo não será cumprido a longo prazo.

Nesse sentido, adverte Rosa (2012, p. 128) sobre a mediação:

*Esse mecanismo age apenas na aparência do conflito, de forma que efetivar a pacificação entre as partes torna-se inviável, uma vez que o motivo verdadeiro que gerou aquele litígio continua a existir, mas apenas é oculto. Dessa forma, a decisão que é tomada, por vezes não satisfaz as partes, visto que os verdadeiros interesses por trás da demanda não são atendidos. Isso gera inúmeros recursos e novos processos, dando continuidade ao conflito.*

Assim, pode ocorrer que, durante a sessão de mediação, dado todo o conflito existente entre os pais, estes acabem se esquecendo de que o principal objetivo da ação é satisfazer as necessidades do menor envolvido.

Neste ínterim, é mais certo que o princípio do melhor interesse do menor seja preservado se a questão for decidida por um juiz, com toda a produção de provas necessária e a também a opinião do Ministério Público sobre a questão.

Através do trinômio alimentar (necessidade – possibilidade – proporcionalidade), o juiz saberá dosar o *quantum* necessário que o menor precisa receber, sem, contudo, extrapolar as possibilidades de seu genitor.

Ademais, se fosse a intenção das partes realizarem um acordo, teriam o feito informalmente, sem ajuda de um terceiro. Logo, se chegam ao ponto de ingressar com uma ação, é porque realmente necessitam que o Juiz-Estado intervenha no conflito.

### **Risco de parcialidade do mediador**

Embora o mediador aprenda no curso de capacitação que uma de suas principais características durante a sessão precisa ser a imparcialidade, sabemos que, sendo ele humano, pode pecar no cumprimento dessa regra, às vezes mesmo sem perceber.

Isso ocorre principalmente na ação de alimentos, pois, tendo duas partes presentes na sessão de mediação, o mediador acaba tomando partido do genitor que está representando o interesse do menor.

E não há como culpá-los, pois todos nós, humanos, tendemos a ficar ao lado da parte mais fraca em um conflito. Além disso, como bem dito, o mediador não o

faz conscientemente, mas sim por um instinto natural. Por mais que tenha lhe sido ensinado a maneira certa de agir, isto ainda requer prática, o que acaba sendo complicado para os mediadores, já que geralmente não atuam todos os dias, dado o grande número de mediadores e conciliadores e a baixa quantidade de Centro de Resolução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC.

Os juízes, por outro lado, têm um trabalho quase que incessante, de modo que lhes é mais fácil a prática diária da imparcialidade e, conseqüentemente, se sua aplicação.

Por isso, as ações de alimentos ganham um melhor resultado quando este é dado por um juiz, que, além de quase absolutamente imparcial, também analisará o mérito da questão.

### **Mediador coator**

Outra questão que insta ser mencionada é fato de alguns mediadores acabarem sendo coatores, no sentido de coagir as partes a chegarem a um acordo. Não que o façam de má fé, mas, sim, por acreditarem que aquele será o melhor resultado.

No entanto, além de não poderem fazer isso, também não contam com as ferramentas necessárias para poderem chegar a um resultado. Isto porque na audiência de mediação as únicas informações disponíveis, além da petição inicial, são o que as partes dizem. E, sem produção de provas, não há como saber quem está dizendo a verdade.

Há casos, por exemplo, que o mediador coage uma das partes a aceitar o acordo de determinado valor de prestação alimentar, argumentando que em uma sentença judicial a referida parte poderia sair muito mais prejudicada. Geralmente fazem isso por creditarem que sabem quem é a parte que está mentindo e qual é a que está dizendo a verdade. Portanto, como já mencionado, os mediadores não se tornam coatores de propósito, mas sim por acreditarem que estão fazendo a coisa certa.

Assim sendo, este também se torna outro motivo para a sentença de um juiz ser mais aconselhável, dado sua experiência.

### **Não obrigatoriedade da presença de advogado**

Muito se discute se a presença de advogados na audiência de mediação ou conciliação deveria ser ou não obrigatória. Isto porque, nos termos do art. 334, §9º, do Código de Processo Civil (BRASIL, 2015), na sessão, as partes deveriam ser acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos.

No entanto, o plenário do Conselho Nacional de Justiça – CNJ pacificou a questão ao decidir que a presença do advogado das partes na sessão de conciliação ou mediação não é obrigatória, já que, se o fosse, tornar-se-ia incompatível com a busca por uma justiça mais célere e menos burocrática (Migalhas, site).

Por outro lado, em 2017 foi aprovado o Projeto de Lei nº 5.511/16, que prevê a obrigatoriedade da presença do advogado nos meios de autocomposição, tal como a conciliação e a mediação. Caso torne-se lei, contudo, a regra valerá não somente para as mediações judiciais, mas também para as extrajudiciais.

Independentemente do exposto acima, o maior problema é que, nas sessões de mediação, a parte que geralmente vai desacompanhada de advogado é a parte ré.

Assim, no caso das ações que foram propostas pelo menor, quem irá sem advogado é o devedor de alimentos, costumeiramente configurado na pessoa do pai. E o problema é que, como já dito, os mediadores costumam, inconscientemente, tomar partido da parte mais fraca, que o menor que precisa dos alimentos e que está representado por advogado.

Dessa forma, estando o devedor de alimentos sem a orientação e defesa técnica de um advogado, fica mais fácil que as irregularidades – como a parcialidade e a coação – tendam a ocorrer e se concretizar.

Neste aspecto, entende-se, pois, que a maior preocupação não deveria ser a de decidir se a presença do defensor é obrigatória ou não, mas sim a de orientar, instruir e ensinar as pessoas sobre a audiência de conciliação.

Há pessoas, por exemplo, que chegam a uma audiência de mediação, realizada no CEJUSC, sem saber ao certo o que se trata aquilo, e, para piorar, por vezes pensam que o mediador é o juiz, o que apenas colabora para se submeterem a acordos que não irão cumprir.

## **Considerações Finais**

O presente estudo teve como objetivo geral analisar a incidência da audiência de tentativa de conciliação e mediação nas ações de alimentos, a fim de



descobrir se esses meios de autocomposição são benéficos ou não para este tipo de ação.

Conforme restou demonstrado, de um modo geral a conciliação e a mediação apresentam muitos benefícios.

Para o Estado, representa uma forma de amenizar a demora dos processos judiciais e, conseqüentemente, ir, de modo gradativo, diminuindo a quantidade de processos em trâmite. Isto é, quanto mais processos se resolverem logo no início da ação, através da audiência de conciliação e mediação, menos processos haverá tramitando nas varas judiciais.

Já com relação às partes, os benefícios podem ser os mais diversos possíveis, tais como: diminuição do tempo que gastariam para resolver o conflito, bem como dos custos que teriam até se chegar à sentença e a eventuais recursos; resultado satisfatório para ambas as partes; e possibilidade de resolverem seus problemas não só na via judicial, mas também na vida pessoal.

Por outro lado, quando analisamos a tentativa de mediação no âmbito das questões familiares, especialmente nas que envolvem alimentos, alguns efeitos nocivos tendem a surgir.

Acaba-se esquecendo que a razão do conflito é encontrar um meio para garantir o necessário para o menor, por vezes ainda recém-nascido. Em vez disso, acaba-se tornando uma disputa entre os genitores do menor, como se eles fossem ganhar ou perder alguma coisa.

Assim, juntando-se a espiral de conflitos que existe entre os pais, a probabilidade de os mediadores serem parciais e/ou coagirem as partes, bem como a ausência de advogado da parte ré – na maioria dos casos –, já que não é obrigatória a presença de defensor, tudo isso contribui para que a audiência de mediação seja prejudicial na ação de alimentos.

Portanto, considerando todos esses fatores, e ainda o histórico patriarcal brasileiro, verifica-se que, nas ações de alimentos, a audiência de tentativa de conciliação ou mediação não deveria ser obrigatória. Isto é, não deveria ser um requisito da petição inicial ter que se manifestar quanto a sua realização ou não, mas, pelo contrário, deveria ser facultativo, no sentido de que a manifestação ocorreria apenas se realmente fosse o desejo da parte autora tentar a autocomposição.

É certo que a obrigação alimentar não precisa ser apenas resolvida na via judicial, pois, ao se separarem, os ex-cônjuges ou companheiros podem realizar um acordo informal com relação ao valor que será pago de pensão ao filho menor.

Quando isso não ocorre é porque existe algum conflito entre as partes que a impossibilitam de decidirem isso de modo amigável. Logo, se elas ingressam com uma ação judicial de alimentos, é porque a realização de um acordo não é possível, de modo que dificilmente sairá um acordo na tentativa de mediação. Ou, ainda que se realize algum, ele provavelmente não perdurará, o que ocasionará uma nova ação de alimentos.

Concordamos, então, que não haverá benefícios nem para o Estado nem para as partes: a quantidade de processos continuará aumentando e a audiência de tentativa de mediação apenas atrasará o procedimento da ação de alimentos.

Por óbvio é cômodo que tudo continue como está, mas se for para levar o princípio do melhor interesse do menor a sério, o ideal seria que não houvesse mais a obrigatoriedade da tentativa de conciliação e mediação no início do processo de ação de alimentos.

Ou, ainda, uma outra possível solução, que já abrangeria quase todas as áreas do direito, seria seguir o modelo Argentino de mediação: só se pode iniciar uma ação no Poder Judiciário se comprovado que antes tentou-se a mediação extrajudicial. O grande diferencial desse modelo é que a conciliação e a mediação passam a fazer parte da cultura do país, sendo, por conseguinte, do conhecimento de todos.

### **Referências Bibliográficas**

CÂMARA. Câmara aprova participação de advogados na solução consensual de conflitos. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/524015-camara-aprova-participacao-de-advogados-na-solucao-consensual-de-conflitos/>. Acesso em: 29 set. 2020.

CONJUR. Restrições da Lei de Mediação atrapalham sua aplicação no Direito de Família. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2015-jul-13/entrevista-maria-berenice-dias-advogada-direito-familia>. Acesso em: 29 set. 2020.

MAGALHÃES, Rodrigo A.. **Arbitragem e convenção arbitral**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2008, p. 28

MANUAL DE MEDIAÇÃO JUDICIAL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. 6ª edição, 2016, p. 54.

MIGALHAS. CNJ: presença de advogados em mediação ou conciliação não é obrigatória. Disponível em: <https://migalhas.uol.com.br/quentes/290659/cnj-presenca-de-advogados-em-mediacao-ou-conciliacao-nao-e-obrigatoria>. Acesso em: 29 set. 2020.

PLANALTO. **Código Civil de 2002**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10406compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm). Acesso em: 18 mar. 2020.

PLANALTO. **Código de Processo Civil de 2015**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm). Acesso em: 18 mar. 2020.

RODRIGUES JÚNIOR, Walsir E. **A prática da mediação e o acesso à justiça**. Belo Horizonte: Del Rey, 2007, p. 50.

ROSA, Conrado P.. **Desatando nós e crianças laços: os novos desafios da mediação familiar**. Belo Horizonte: Del Rey, 2012, p. 128.

VEZZULLA, Juan C.. **Teoria e prática da mediação**. Curitiba: Instituto de mediação e arbitragem no Brasil, 1998, p. 16.

# A pensão por morte na busca da justiça social

*The death pension in the pursuit of social justice*

Amanda Tedesco Mendonça<sup>1</sup>

Fernando Rosa Júnior<sup>2</sup>

João Geraldo Nunes Rubelo<sup>3</sup>

Helton Laurindo Simoncelli<sup>4</sup>

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo decodificar o benefício da pensão por morte no Regime Geral de Previdência Social e seu papel na busca da justiça social, uma vez que o Estado, através da Seguridade Social, é detentor da responsabilidade de proteção da população, por meio da assistência social, saúde e previdência social. Nesse sentido, desde o advento da atual Constituição (BRASIL, 1988), esta já vivenciou significantes reformas, todas sob o fundamento pela busca do equilíbrio financeiro e atuarial do sistema, resultando em sua maioria na limitação e redução de benefícios previdenciários. Dessa forma, ao analisar as recentes alterações, busca interpretar os verdadeiros propósitos do governo com as novas medidas adotadas, os principais danos causados e a recente desmotivação de novos contribuintes.

**Palavras – chave:** pensão por morte; previdência social; seguridade social.

## ABSTRACT

The present work aims to decode the death pension benefit in the General Social Security Regime and its role in the search for social justice, since the State, through Social Security, has the responsibility to protect the population, through social assistance, health and social security. In this sense, since the advent of the current Constitution (BRAZIL, 1988), it has already undergone seven reforms, all based on the search for the financial and actuarial balance of the system, resulting mostly in the limitation and reduction of social security benefits. Thus, when analyzing the recent changes, it seeks to interpret the true purposes of the government with the new measures adopted, the main damages caused and the recent demotivation of new taxpayers.

**Keywords:** death pension; social Security; social Security.

## Introdução

A Constituição Federal (BRASIL, 1988) destinou ao Estado o dever de proteção e igualdade social de sua população através de três importantes seguimentos instituídos pela Seguridade Social, os quais visam o suporte e amparo da sociedade e exibe um papel essencial no combate à desigualdade.

A previdência social se caracteriza como único pilar da Seguridade que detém caráter contributivo, uma vez que, sem as contribuições dos indivíduos

---

<sup>1</sup> Acadêmico do 10º termo do curso de Direito no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSalesiano Campus Araçatuba.

<sup>2</sup> Professor e Mestre do curso de Direito no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSALESIANO - Campus de Araçatuba.

<sup>3</sup> Filósofo e Mestre em Geografia. Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSALESIANO de Araçatuba.

<sup>4</sup> Coordenador de curso de Direito e Mestre em Direito do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSALESIANO de Araçatuba.

ativos, não seria possível a existência da assistência destinada aos inativos e afligidos por circunstâncias impeditivas ou incapacitantes no mercado de trabalho.

Nesse sentido, caso o indivíduo, dotado da qualidade de segurado, venha a sofrer uma contingência que o impeça de manter sua subsistência, o mesmo poderá obter amparo através de benefícios previdenciários. Ainda, na hipótese de não se encontrar sob esta qualidade, é possível a proteção assistencial através dos programas de auxílio e intervenção, bem como, caso preenchido os requisitos, a concessão do Benefício de Prestação Continuada. Por fim, há o direito à saúde, sem quaisquer discriminações, uma vez que o mesmo é uma garantia fundamental independente de contribuição, filiação ou condição social.

Em foco, a pensão por morte é vista como um dos primeiros benefícios da legislação pátria. Neste benefício, a contingência sofrida é o fato gerador morte, onde a grande preocupação vem a ser a manutenção dos dependentes do segurado falecido, contudo, para alcançar a efetiva justiça social, ora buscada em seus princípios, é preciso realizar uma análise da realidade fática dos dependentes, evitando que a atual taxatividade da legislação previdenciária crie obstáculos para concessão de direitos fundamentais devidamente instituídos pela Lei Maior (BRASIL, 1988).

### **O Estado como protetor social**

A ideia trazida pela Seguridade Social é o funcionamento equilibrado da economia na sociedade, através de uma distribuição de renda suficiente para suprir o mínimo existencial. A vigente Constituição Federal (BRASIL, 1988) traz em seu artigo 194 o conceito de Seguridade Social, *compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.*

É essencial esclarecer que a desigualdade social perdura desde o primórdio da humanidade, razão por qual o homem sempre necessitou do amparo do Estado, principalmente quando diante de um cenário onde o indivíduo se encontra impossibilitado de prover sua subsistência, seja por idade ou patologia. De maneira a evidenciar a atuação do Estado na proteção social,

---

*Quando nasce um ser humano, a segurança social logo vem compensar os encargos adicionais dos progenitores. Liberta pai e mãe da vida profissional para prestarem os primeiros cuidados ao recém-nascido, subsidiando-lhes*

*licenças de maternidade e paternidade. Segue apoiando as famílias no esforço educativo posto em cada filho. Ajuda os adultos a enfrentar consequências da doença e do desemprego, fazendo as vezes do rendimento perdido, contribuindo para pagar cuidados de saúde ou subsidiando ações de valorização profissional. Na aposentação por velhice ou na invalidez, substitui-se definitivamente aos rendimentos do trabalho. E, na morte, sobrevive-nos, para apoiar os que ainda estejam a nosso cargo. (MENDES, 2011, p. 13)*

Conclui-se, assim, que a Seguridade Social é o meio por qual o Estado em si assegura a proteção da população quando diante de situações incapacitantes e impeditivas no mercado de trabalho, se tornando grande aliado na busca do bem-estar e justiça social.

### **As alterações na legislação previdenciária e a contínua necessidade de Reforma**

Nesta década, o Direito Previdenciário foi alvo de numerosas mudanças. Com Governo Dilma foi editada a Medida Provisória 664 (BRASIL, 2014) cujo foi posteriormente convertida na Lei 13.135 (BRASIL, 2015), essa alteração trouxe grandes danos a aqueles que vieram a necessitar de amparo em decorrência de contingências. A lei estabeleceu significativas restrições que impedem o acesso aos benefícios, trazendo consigo, um rol taxativo de dependentes, bem como estabeleceu condições e prazos até então não existentes na legislação previdenciária.

Nesse contexto, oportuno mencionarmos não parecer certo que as alterações na seara previdenciária decorram de medidas provisórias, uma vez que em sua maioria visam a retirada de direitos mínimos e não oferecem em contrapartida um tempo hábil para uma discussão adequada entre parlamentares e aqueles que são diretamente atingidos pelas mudanças.

Posteriormente, com novel alteração constitucional (BRASIL, 2019) e o advento da Lei 13.846 (BRASIL, 2019), o acesso não só permaneceu restrito e limitado como também gerou grande redução nos valores dos benefícios, evidenciando um completo retrocesso, principalmente no que tange ao benefício pensão por morte, ora objeto do presente trabalho. Dessa forma, notório que as alterações somente viabilizam desafogar os cofres públicos, sem qualquer preocupação com o papel fundamental da Seguridade e Previdência Social.

O ex-ministro da Previdência Social, se manifestou quanto as mudanças,

*A emenda constitucional 103 de 2019, representa uma vitória parcial daqueles que desprezam os mecanismos públicos de proteção. E é uma continuação de outras medidas tomadas desde o golpe de estado promovido pelas elites empresariais mais conservadoras em 2016. Junto com a Emenda 95 de 2016, representam a prevalência do mercado perante a construção de uma Nação efetivamente inclusiva. (BERZOINI, 2020, s/p)*

A proposta da Reforma da Previdência surgiu sobre o discurso de um desequilíbrio financeiro provocado pelas mudanças sociais. Segundo apresentado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), após análise do fluxo de caixa do INSS, a previdência havia acumulado um déficit de R\$ 226,9 bilhões até o ano de 2016, revelando grave prejuízo aos cofres da previdência social, *as receitas previdenciárias cresceram 43% e as despesas, 47%, no período de 2007 a 2016, enquanto o déficit aumentou 54%*, isso em razão do maior número de gastos sem o devido crescimento proporcional de suas receitas, o que gerou necessidade de efetivos ajustes, contudo, é certo mencionar que supracitada reforma deveria ter observado princípios como o da dignidade da pessoa humana, o não retrocesso e a prevenção do déficit.

Aqueles contrários à Reforma, impugnaram os cálculos apresentados pelo Governo, bem como criticaram todo processo e utilização da Desvinculação das Receitas da União (DRU) nos anos anteriores. Nas palavras de Kertznan (2020, p. 16) [...] *o que se chama de déficit poderia ser denominado, com mais propriedade, de restituição de receitas previdenciária, se tivesse havido o registro contábil dos recursos desviados da previdência social no passado.*

Dessa forma, a fim de avaliar a real necessidade de mudanças e quais efetivamente deveriam ser tomadas, houve a Comissão Parlamentar de Inquérito da Previdência, tendo como relator o senador Hélio José. A referida CPI adotou a posição de inexistência de um déficit na previdência, emitindo discordância com os dados apresentados pelo TCU e declarou como principal problema de gestão a má administração e a ineficaz/inexistente fiscalização.

O relator da CPI evidenciou um elemento a ser considerado na busca de reais alternativas: a falta de cobrança dos sonegadores e a anistia. Seja sonegação por conta das empresas quanto por conta de trabalhadores autônomos, a dívida ativa estava estimada em 500 bilhões de reais até 2017, conforme observado pelos procuradores da Fazenda Nacional através do sonegômetro. Isso sem acrescentar os

danos financeiros provocados por fraudes e apropriações indébitas que poderiam chegar a trilhões.

De todo exposto, possível concluir que ambas as contas apresentadas pelas partes, favoráveis e contrárias a Reforma, são dotadas de instabilidades. Contudo, correto afirmar a ainda efetiva necessidade de reforma nos moldes previdenciários e assistenciais, bem como idealizar uma melhor forma de uso dos recursos, tendo em vista a constante mutação dos riscos sociais.

### **A pensão por morte e os dependentes**

Com o óbito do segurado contribuinte, surge para seus dependentes o direito da percepção de um benefício, para amparo e manutenção financeira familiar. Ou seja, a pensão por morte se trata de um benefício destinado aos dependentes, onde o fenômeno gerador da relação jurídica advém do falecimento do segurado e o risco social a ser amparado é o sustento e estabilidade financeira dos dependentes.

O referido benefício é previsto constitucionalmente, além de se encontrar amparado nos artigos 74 a 79 da Lei 8.213 (BRASIL, 1991), nos artigos 105 a 115 do Decreto 3.048 (BRASIL, 1999) e nos artigos 364 a 380 da Instrução Normativa 77 (BRASIL, 2015).

Com a apuração do valor do benefício, este será concedido e dividido aos dependentes do segurado, contudo, importa distinguir os dependentes e a forma de proteção social abordada pela Constituição Federal (BRASIL, 1988) e a Lei 8.213 (BRASIL, 1991), uma vez que nitidamente distintas.

A *Lex Maxima* em seu artigo 201, inciso V, estabelece a pensão por morte ao *cônjuge ou companheiro e dependentes*. Contudo, ao abordar os dependentes, a LBPS (BRASIL, 1991) estabelece um rol taxativo. *In verbis*:

*Art. 16. São beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado: I - o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave; II - os pais; III - o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave.*

Nessa linha, os dependentes de primeira classe (inciso I), possuem dependência econômica presumida por força da lei, salvo no que se refere aos ex-



cônjuge/companheiro e os equiparados a filhos. Dessa forma, os integrantes das classes posteriores devem comprovar a condição de dependentes econômicos do segurado falecido.

Ainda, quanto as classes, existem duas regras para a percepção do benefício. A regra vertical e a regra horizontal. A regra vertical se trata do fato de que havendo dependente em classe superior, *exclui do direito às prestações das classes seguintes*, nos moldes do § 1 do mesmo dispositivo (BRASIL, 1991), enquanto a regra horizontal se caracteriza pela concorrência em igualdade daqueles que se encontram na mesma classe, havendo rateio da prestação do benefício.

Assim, resta claro que a LBPS (BRASIL, 1991) não alcança o devido amparo e proteção dos dependentes, uma vez que em suas próprias disposições prevê exclusões e restrições limitando o acesso aos benefícios, em visível discordância com os preceitos constitucionais. Por exemplo, na hipótese de um segurado, cujo sua esposa possui privilegiada situação econômica, embora o mesmo mantenha o sustento da casa de sua mãe, a existência de um dependente de primeira classe exclui a percepção do benefício pelos eventuais dependentes de classes inferiores (CORREIA E SANTOS, 2005, p. 375). Outra hipótese é a de netos que vivem com seus avós suprimindo a relação de pais e filhos.

Outro importante exemplo, se trata da expressa exclusão do menor sob guarda do rol de dependentes da LBPS (BRASIL, 1991), o qual foi retirado da legislação previdenciária desde a Lei 9.528 (BRASIL, 1997), auferindo completa discordância com os preceitos constitucionais e o dever de amparo e proteção positivados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990).

Dessa forma, a ausência de análise concreta e fática da relação dos dependentes e efetiva dependência econômica traz à tona o distanciamento da justiça social, haja vista que muitas vezes não se ampara aqueles que realmente necessitam.

Para De Migueli (2019, p. 45), [...] *a solução correta para dirimir o conflito seria a possibilidade de, no mínimo, haver a divisão do valor do benefício entre os dependentes do segurado*. Assim, de maneira a garantir que nenhuma lei contrarie as finalidades e princípios constitucionais, é necessária uma postura proativa do Poder Judiciário. Ou seja, deve o magistrado, após dependência comprovada, se abster da ideia de preponderância de um grupo em relação aos demais, reconhecendo a

dependência instituída constitucionalmente e impedindo que haja obstáculos para concessão de direitos fundamentais.

### **Duração e cessação do benefício para o cônjuge**

No que diz respeito a duração e cessação do benefício para conjugue e companheiro, este se encontra positivado no inciso V do mesmo artigo, nas alíneas “a”, “b” e “c”, com redação dada pelo Decreto 10.410 (BRASIL, 2020).

A prestação será paga por apenas quatro meses quando o segurado vir a óbito sem ter recolhido até 18 contribuições mensais ou se o casamento ou união estável for constituído há menos de 2 anos.

Importa destacar que a existência de no mínimo dois anos para concessão de um benefício mais “duradouro” é um completo desrespeito pelo segurado e seus familiares, uma vez que o evento morte é repentino e presumir que o cônjuge/companheiro se encontrará em perfeito equilíbrio financeiro após a percepção de apenas quatro parcelas, demonstra um total despreparo nos moldes previdenciários.

Em continuidade, a alínea “c” do respectivo dispositivo esclarece a duração do benefício para aqueles cujo possuem casamento ou união estável superior a dois anos de existência e que tenha vertido 18 contribuições mensais ou mais (uma vez que os dois requisitos mencionados são cumulativos). Sendo assim, preenchidas as exigências, o prazo máximo dos benefícios obedecerá a seguinte regra: durará por até três anos aos dependentes menores de 21 anos de idade; até seis anos se a idade dos dependentes variar de 21 a 26 anos; até 10 anos se a idade dos dependentes variar de 27 a 29 anos; por até 15 anos se a idade dos dependentes variar de 30 a 40 anos; por até 20 anos se a idade dos dependentes variar de 41 a 43 anos; se tornando vitalícia aos dependentes que possuírem 44 anos ou mais.

A justificativa utilizada para a implementação das referidas durações dos benefícios foi estimular que indivíduos com plena capacidade produtiva voltassem a se inserir no mercado de trabalho, contudo, é de pleno conhecimento que as oportunidades no mercado não são igualitárias, tampouco justas, pois, haveria mesma condições de oportunidades uma empresária e uma dona de casa com baixa escolaridade, mesmo que dotadas de mesma faixa etária?

Lembrando, que no caso de conjugue ou companheiro inválido ou deficiente (conforme alínea “a”), o benefício será mantido enquanto perdurar a condição de invalidez ou deficiência. Ainda, a regra de 18 contribuições mensais mínimas ou de dois anos de matrimônio ou união estável não se aplicam quando o falecimento suceder de doença profissional, acidente do trabalho ou de qualquer natureza, hipótese em que também será utilizada as normas dispostas acima, na alínea “c”.

### **As alterações inseridas na alíquota e cotas do benefício**

A alíquota da pensão por morte sofreu grandes alterações desde sua criação. A Lei Orgânica da Previdência Social (BRASIL, 1960) em seu artigo 37 instituiu o início da pensão com uma cota de 50% do valor da aposentadoria recebida pelo segurado ou daquela que ele haveria direito, acrescida de cotas de 10% por dependente até alcançar o limite de 100%. Com a regulamentação da Lei 8.213 (BRASIL, 1991), a parcela inicial foi aumentada para 80% igualmente acrescida de cotas de 10% para cada dependente, limitada a 100%. Com a Lei 9.032 (BRASIL, 1995), que deu nova redação a Lei de Benefícios da Previdência Social (BRASIL, 1991), alterou a alíquota da pensão por morte para 100% sendo posteriormente mantida pela Lei 9.528 (BRASIL, 1997).

A Emenda Constitucional 103 (BRASIL, 2019), em seu artigo 23, trouxe a nova metodização do benefício, *in verbis*:

*Art. 23. A pensão por morte concedida a dependente de segurado do Regime Geral de Previdência Social ou de servidor público federal será equivalente a uma cota familiar de 50% (cinquenta por cento) do valor da aposentadoria recebida pelo segurado ou servidor ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, acrescida de cotas de 10 (dez) pontos percentuais por dependente, até o máximo de 100% (cem por cento).*

Ao analisar a nova cota inicial é visível o retrocesso a qual o benefício passou, uma vez que se encontra semelhante aos moldes adotados em 1960, tornando claro que o foco das propostas governamentais possuem motivação unicamente financeira, sem se ater aos objetivos da previdência social e se estes estando obtendo êxito na proteção social.

Em continuidade, o valor da pensão por morte é calculado sobre o hipotético valor da aposentadoria por invalidez que o segurado teria direito se inválido. Com isso, anteriormente a novel alteração constitucional (BRASIL, 2019), para obter o

valor da prestação era preciso obter uma média de 80% dos maiores salários de contribuição do segurado em períodos posteriores a julho de 1994 e após o descarte de 20% dos menores, se apurava o valor. Agora, com a nova regra, não se ignora 20% dos menores salários de contribuição, obtendo uma média sobre 100% dos valores recebidos pelo segurado.

Com a média apurada, se aplica o percentual de 60% somados de 2% por ano de contribuição adicional aos 20 anos para homens e 15 anos para mulheres, para por fim realizar o critério do artigo 23 da referida Emenda, iniciando com uma cota familiar inicial de 50% mais 10% por dependentes, limitados a cinco (para obtenção de 100%).

Outrossim, antes da Emenda Constitucional 103/2019, com a extinção da cota de um dependente que dividia o benefício com demais de mesma classe, seu valor se revertia em favor aos dependentes restantes, prevalecendo o valor de 100% do benefício. Agora, com a nova redação, havendo a extinção da referida cota, este valor não será repassado em favor dos demais.

Exemplificando, caso uma mulher, segurada, com 13 anos de contribuição, com média contributiva de R\$ 5.000,00, vá a óbito (sem qualquer relação com acidente de trabalho) deixando dois dependentes de primeira classe, o valor de sua pensão será apurado em 60% de R\$ 5.000,00 (uma vez que sua contribuição não foi superior a 15 anos para o adicional de 2% por ano), resultando em R\$ 3.000,00. Deste valor, haverá soma de 50% de cota inicial, mais 10% por dependente, ou seja,  $R\$ 3.000,00 \times (50\% + 10\% + 10\%)$ , chegando a um valor de R\$ 2.100,00, o qual será dividido entre os dois dependentes, saindo um valor de R\$ 1.050,00.

Assim, caso um de seus dependentes tivesse sua cota extinta, como por exemplo em razão de completos 21 anos do filho, o valor será recalculado, retirando os 10%, ficando  $R\$ 3.000,00 \times (50\% + 10\%)$ , resultando R\$ 1.800,00 para o dependente restante.

A título de comparação, caso o óbito tivesse ocorrido antes da Reforma, haveria descarte de 20% dos salários contribuição mais baixos, obtendo uma média maior que os R\$ 5.000,00 hipotéticos, bem como um aproveitamento de 100% do valor, ou seja, o valor para cada dependente seria de R\$ 2.500,00 e com a extinção da cota de um, reverteria em favor do outro.

## Conclusão

Em foco, ao dissertar sobre o benefício em questão, a Lei Maior (BRASIL, 1988) estabelece apenas dois grupos de dependentes, sendo: cônjuge/companheiro e os demais. A extensa expressão, por sua vez, permite significar dependentes como aqueles necessitam de auxílio econômico após o fato gerador morte. Contudo, a Lei de Benefícios (BRASIL, 1991), ao prever classes distintas em um rol taxativo, estabelece exclusões e restrições impedindo que a Previdência Social obtenha sucesso no amparo e proteção social dos familiares.

Assim, de maneira a garantir que nenhuma lei contrarie as finalidades e princípios constitucionais, é necessária uma postura proativa do Poder Judiciário. Ou seja, para que haja êxito nas finalidades da Previdência Social é preciso que a legislação previdenciária não seja a única fonte da busca pela proteção, uma vez que se encontra com retrocessos e pontos a serem sanados. Devendo o magistrado reconhecer a dependência abrangente disposta pela *Lex Maxima* (BRASIL, 1988), se abstendo da existência e preponderância entre classes e visando a real e total proteção social.

Desse modo, a proposta deste trabalho é declarar a importância da análise fática da realidade dos dependentes, pois, não é razoável os elencar em um rol rígido ignorando a existência de figuras que realmente necessitem do amparo após o óbito do segurado.

Ainda, com o decorrer deste estudo, foi possível observar que as alterações realizadas na prestação pensão por morte visaram unicamente reduzir o valor do benefício e obstaculizar o direito fundamental dos dependentes do segurado falecido. Pois, conforme trabalhado alhures, para aqueles cujo o evento morte tenha ocorrido até 12/11/2019, a RMI adotada seria de 100% do valor da aposentadoria percebida ou a que teria direito se acometido por invalidez, ignorando 20% dos menores salários de contribuição, contudo, aqueles cujo evento morte ocorrer após 13/11/2019, na vigência e eficácia da novel alteração constitucional (BRASIL, 2019) não há o descarte dos 20%, sendo necessário auferir uma média salarial de 60% somados de 2% por ano de contribuição adicional aos 20 anos para homens e 15 anos para mulheres, para pôr fim realizar o critério do artigo 23 da referida Emenda, iniciando com uma cota familiar inicial de 50% mais 10% por dependentes,

limitados a cinco. Inclusive, com a nova redação, havendo a extinção da cota de um dependente, este valor não será repassado em favor dos demais.

A redução no valor do benefício não só é drástica e abrupta como também não é isonômica, afinal, não é correto uma regra geral que estabeleça tamanho retrocesso no valor do benefício dos dependentes ignore as desigualdades que permeiam todo o país.

O mesmo se diz a respeito da duração de benefícios positivada pela Lei 13.135 (BRASIL, 2015), a qual, sob pretexto de estimular o pensionista a retornar ao mercado de trabalho, embora tenha adotado critérios igualitários, não se atentou ao valor e classe social dos beneficiários, bem como ao papel primordial da Seguridade que é a luta contra desigualdade social através do amparo e manutenção dos indivíduos acometidos por contingências.

As mudanças inseridas no ordenamento configuram grande regressão aos direitos previdenciários, uma vez que limita o acesso ao benefício e não oferece o devido tratamento isonômico aos beneficiários, ignorando suas condições sociais, como renda e escolaridade. Dessa forma, é possível constatar que as alterações introduzidas na legislação previdenciária violam grandes princípios inerentes a Seguridade e Previdência Social, como a universalidade de cobertura e de atendimento e a vedação ao retrocesso, os quais deveriam ser considerados como norte ao legislador a fim de evitar grandes danos a sociedade.

Dessa forma, tornar mais rígido o acesso aos benefícios é um pressuposto para a inserção dos reais dependentes serem colocados à margem da sociedade. Ainda, a predisposição do atual modelo é provocar grande desinteresse dos atuais e novos contribuintes, uma vez que provoca um esgotamento do sistema de proteção público e nos gera o questionamento quanto à adesão de modelos privados de previdência.

Por consequência, é notável que a Lei 13.135 (BRASIL, 2015) e novel alteração constitucional (BRASIL, 2019) juntamente com a Lei 13.846 (BRASIL, 2019), são dotadas de desigualdades, contradições com a própria Constituição Federal (BRASIL, 1988) e omissões, haja vista que distanciou a concessão de novas aposentadorias, reduziu benefícios e ignorou novos aspectos sociais a serem normatizados, trazendo assim o questionamento se as referidas alterações são

realmente capazes de permitir que o Estado atenda sua função enquanto protetor e segurador social.

Por isto, para uma efetiva resposta de quais mudanças deveriam ter sido e ser adotadas, é preciso analisar e questionar primeiramente as causas por qual o presente sistema de amparo social não está obtendo êxito na proteção dos vitimados, incapacitados e dependentes, para por fim, juntamente a técnicos e especialistas, idealizar um modelo justo que respeite os princípios constitucionais, bem como a impeça o vivente retrocesso e igualmente obedeça critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

### Referências Bibliográficas

BRASIL. **Constituição Federal** (1988). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 10 ago 2020

BRASIL. **Planos de Benefícios da Previdência Social** (1991). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8213cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm)>. Acesso em: 10 ago 2020

BRASIL. **Emenda Constitucional** n. 103 (2019). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm)>. Acesso em: 10 ago 2020

CAMPOS, Weverton. **Sonegação atinge marca de 500 milhões em 2017**. Disponível em: <<http://www.sindifiscal-es.org.br/noticias/515/sonegacao-atinge-marca-de-r-500-bilh%C3%B5es-em%202017.html#:~:text=Sonega%C3%A7%C3%A3o%20significa%20menos%20escolas%2C%20menos,bens%20de%20consumo%20e%20servi%C3%A7os.>>>. Acesso em: 09 ago 2020.

CASTRO, Carlos A. P.; LAZZARI, João B.. **Manual de Direito Previdenciário**, 23<sup>a</sup> Edição. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2020.

COGOY, Daniel M. *et al.* **Comentários à Reforma da Previdência**. Curitiba: Editora Juruá, 2020.

CORREIA, Marcus O. G.; SANTOS, Marisa F.. **Em Busca do Conceito Constitucional de Dependência**. Revista da Previdência Social, Curitiba, v. 2, n. 16, junho/2005.

DE MIGUELI, Priscilla M. S.. **Pensão Por Morte e os Dependentes do Regime Geral de Previdência Social**. Curitiba: Juruá Editora, 2019.

MENDES, Fernando R.. **Segurança Social: o futuro hipotecado**. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2011.

SERAU JUNIOR, Marco A.; FAZIO, Luisa H. M.. Exigência mínima de 2 anos de casamento ou união estável nas novas regras da pensão por morte promovidas pela Medida Provisória nº 664/2014. **Revista Síntese Direito Previdenciário**, São Paulo, n. 65, p. 33, março/2015.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Levantamento na Previdência**. Disponível em:

<[https://portal.tcu.gov.br/data/files/AA/F4/22/85/29CCC51036FB7CC52A2818A8/001.040-2017-0%20-%20Levantamento%20na%20Previd\\_ncia%20\\_2\\_.pdf](https://portal.tcu.gov.br/data/files/AA/F4/22/85/29CCC51036FB7CC52A2818A8/001.040-2017-0%20-%20Levantamento%20na%20Previd_ncia%20_2_.pdf)>.

Acesso em: 09 ago. 2020.



# A Viabilidade do Contrato de Namoro para não caracterização de União Estável

*The Feasibility of the Dating Contract for not Characterizing a Stable Union*

Henrique da Rocha Silva<sup>1</sup>  
João Francisco de Azevedo Barreto<sup>2</sup>  
João Geraldo Nunes Rubelo<sup>3</sup>  
Helton Laurindo Simoncelli<sup>4</sup>

## RESUMO

O contrato de namoro ainda é um tema muito recente no ordenamento jurídico brasileiro, sendo por isso, desconhecido por muitos, além de não possuir jurisdição própria na legislação. Um relacionamento de namoro começa com uma relação afetiva de carinho e união que uma pessoa mantém com outra, seja do mesmo sexo ou do sexo oposto, e a partir de então, a forma como a relação se aprofunda é que se faz concluir sobre qual o real interesse do casal: continuar o namoro, evoluir para a união estável ou para o matrimônio. O contrato de namoro, a grosso modo, pode ser confundido com um negócio jurídico realizado entre o casal.

**Palavras-chave:** Casal; Contrato de namoro; Relacionamento; União Estável.

## ABSTRACT

The dating contract is still a very recent topic in the Brazilian legal system, and for this reason, it is unknown by many, in addition to not having its own jurisdiction in the legislation. A dating relationship starts with an affectionate and loving relationship that a person has with another person, whether of the same sex or the opposite sex, and from then on, the way the relationship deepens is that one concludes about what the relationship is. the couple's real interest: to continue dating, to evolve into a stable union or marriage. The dating contract, roughly speaking, can be confused with a legal transaction between the couple.

**Keywords:** Couple; Dating contract; Relationship; Stable union.

## Introdução

O conceito popular de namoro vem se aperfeiçoando cada vez mais ao longo dos anos, assim como a maneira de namorar. Atualmente, diversas são as formas de constituir tal relacionamento, sendo quase esquecido o namoro popular do século XX. Pode-se ter como exemplo, os namoros à distância, que, com o avanço da tecnologia, tornam-se cada vez mais comuns.

O conceito de namoro pode variar muito de pessoa para pessoa, e ainda hoje não existe uma definição doutrinária e legal para tal termo, entretanto, alguns

---

<sup>1</sup> Acadêmico do 10º termo do curso de Direito no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSALESIANO – Campus de Araçatuba.

<sup>2</sup> Prof. do curso de Direito no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSALESIANO – Campus de Araçatuba.

<sup>3</sup> Filósofo e Mestre em Geografia. Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSALESIANO – Campus de Araçatuba.

<sup>4</sup> Coordenador do curso de Direito e Mestre em Direito do Centro Universitário Católico Auxilium – UniSALESIANO – Campus de Araçatuba.

relacionamentos confundem-se muito com o conceito de união estável que, no Brasil é um regime quase tão grande, se não maior, que o do casamento.

O contrato de namoro é, de certa forma, um tema muito novo se comparado com outros do mundo jurídico, porém, já tem causado muitas perguntas sem respostas na grande maioria dos interessados. A origem histórica do contrato de namoro no Brasil ainda é desconhecida, mas teve suas primeiras aparições no Estado do Rio Grande do Sul. A procura por esse tipo de contrato aumentou de forma considerável nos últimos anos, fazendo com que esta seja uma matéria de discussão tão grande que talvez seja necessário criar uma nova lei específica para discutir tal caso.

Assim como um contrato qualquer entre pessoas buscando um determinado objetivo, o contrato de namoro não é diferente, pode-se dizer até de maneira grosseira, que é uma forma de não ser enganado na relação entre os parceiros. A vontade de duas partes em realizar um negócio jurídico define claramente a formação dos contratos. Os elementos do contrato de namoro são semelhantes, se não iguais, aos elementos de um contrato comum, trazendo o nome das partes, profissão. Mas sua principal finalidade é afastar-se, no todo, da união estável.

O regime de bens é algo muito discutido nos contratos de namoro, assegurando-se neste a separação total de bens, diferente da união estável, que tem como regime a comunhão parcial dos bens do casal, não é à toa que o público alvo dessa nova modalidade de contrato são as pessoas com patrimônio adquirido.

No início, foi analisado sobre os contratos presentes no atual ordenamento jurídico brasileiro, a formação dos contratos, suas classificações e, principalmente, as espécies de contratos presentes no Código Civil (BRASIL, 2002). Logo após a análise detalhada dos contratos, buscou-se explorar a união estável e seus requisitos caracterizadores, bem como a evolução histórica e seu enquadramento no Código Civil (BRASIL, 2002), trazendo ainda os requisitos e objetivos da referida união. Por fim, analisando o contrato de namoro em si, destacou-se os diferentes tipos de namoros presentes na atualidade, bem como sua evolução e como não confundir uma relação de namoro com uma união estável, os requisitos caracterizadores do namoro qualificado e as vantagens e desvantagens em assinar um contrato de namoro.

Independentemente da escolha feita entre os casais, jamais deve-se esquecer dos motivos pelos quais estes começaram uma relação amorosa, seja namoro ou união estável. Através de pesquisas doutrinárias, pode-se chegar à conclusão de qual a melhor escolha a se fazer. Diante do exposto, partiu-se da necessidade de compreender e analisar o Contrato de Namoro, atentando-se para a explicação das causas que motivam sua criação e suas consequências para ambos os lados da relação.

Destarte, elaborou-se o presente trabalho acadêmico, utilizando-se do método indutivo, consistindo em chegar ao conhecimento ou demonstração do máximo de questões discutidas, através de fatos particulares, comprovados, colhendo ao final uma conclusão lógica, através de informações bibliográficas, consulta e leitura de textos, livros, artigos, dentre outras dissertações sobre o tema, chegando à compreensão do mesmo.

## **Dos contratos**

O contrato é a principal fonte de obrigação entre duas ou mais partes que desejam realizar um negócio jurídico, ou seja, é a vontade humana criando direitos e obrigações. De forma mais específica, é um acordo de vontades dentro da lei com diversas finalidades, sendo essas as de transferir, comprar, vender, resguardar e até mesmo extinguir obrigações. Os contratos podem ser bilaterais (duas partes) ou plurilaterais (várias partes).

Para Gonçalves (2016, p 22):

*O contrato é uma espécie de negócio jurídico que depende, para sua formação, da participação de pelo menos duas partes. É, portanto, negócio jurídico bilateral ou plurilateral. Com efeito, distinguem-se, na teoria dos negócios jurídicos, os unilaterais, que se aperfeiçoam pela manifestação de vontade de apenas uma das partes, e os bilaterais, que resultam de uma composição de interesses. Os últimos, ou seja, os negócios bilaterais, que decorrem de mútuo consenso, constituem os contratos. Contrato é, portanto, como dito, uma espécie do gênero negócio jurídico.*

Seguindo essa mesma linha de pensamento, Roppo (1947, p.7) complementa:

*Contrato é um conceito jurídico: uma construção da ciência jurídica elaborada (além do mais) com o fim de dotar a linguagem jurídica de um termo capaz de resumir, designando-os de forma sintética, uma série de princípios e regras de direito, uma disciplina jurídica complexa. [...] Bem*

*pelo contrário, os conceitos jurídicos [...] reflectem sempre uma realidade exterior a si próprios, uma realidade de interesses, de relações, de situações económico-sociais, relativamente aos quais cumprem, de diversas maneiras, uma função instrumental.*

O mais importante elemento para a formação contratual é a manifestação da vontade, sendo este o momento em que o indivíduo deixou de apenas pensar no negócio jurídico e passou a executá-lo. A vontade das partes divide-se em proposta e aceitação.

Conceituando a proposta (ou oferta), diga-se que é a vontade de uma das partes para que com a outra findem um negócio jurídico estudando as probabilidades, sem iniciarem um contrato. A proposta é o ato inicial para se formar um contrato, e nela devem constar todos os elementos necessários do negócio jurídico, como preço, forma de pagamento etc.

Partindo para o conceito de aceitação, esta é a concordância com os termos da proposta, ou seja, é a manifestação da vontade do destinatário aceitando todos os termos estabelecidos na proposta. A aceitação pode ser tanto expressa, quanto tácita, conforme o caso. Após passar pelas duas fases essenciais, o negócio jurídico estará concluso.

O lugar da celebração do contrato será aquele em que a proposta foi feita, assim, de acordo com o art. 435 do Código Civil, [...] *reputar-se-á celebrado o contrato no lugar em que foi proposto.* (BRASIL, 2002)

O atual Código Civil (BRASIL, 2002) disciplina 23 (vinte e três) contratos típicos, divididos em 20 (vinte) capítulos. Entretanto, muitos são os tipos contratuais existentes no Brasil, sendo um dos mais recentes o Contrato de Namoro.

Diante de tantas novas variações contratuais, é preciso que, para algumas, sejam criadas leis especiais, e para outras, é permitido as formas atípicas, de acordo com o Código Civil, mais especificamente em seu artigo 425, preceituando que [...] *é lícito às partes estipular contratos atípicos, observadas as normas gerais fixadas neste Código.* (BRASIL, 2002)

Como todo negócio jurídico, os contratos também possuem um ciclo vital. Eles nascem de uma vontade entre as partes, produzem seus efeitos em sua carreira e terminam com o adimplemento da prestação. A forma mais natural de se extinguir um contrato é pela execução, pois uma vez executado o contrato, todos os direitos e obrigações dos contraentes estarão extintos.

A extinção contratual nem sempre dar-se-á quando o mesmo atinge seu fim, pois várias são as causas que acarretam a chamada “extinção anormal”, sendo aquela em que ocorre sem que as obrigações contratuais tenham sido cumpridas, não deixando o contrato atingir seu fim.

### **União estável**

No passado, a união entre um homem e uma mulher sem o matrimônio era chamada de “concubinato”, ou “união livre”, sendo aquele em que o casal vive sob o mesmo teto, como se casados fossem, todavia, sem as mesmas formalidades do casamento. A palavra concubinato possui origem latina, *concubere*, que significa “dividir o leito” ou “dormir com”, entretanto surgiu no direito romano com a união entre os patrícios e os plebeus.

As relações de um homem com sua concubina não eram proibidas, muito menos consideradas como devassas, ocorrendo paralelas ao casamento, ligando assim o nome concubina à prostituta ou amante. Entretanto, logo o concubinato começou a ser mal visto pelos olhos da sociedade, devido ao crescimento contínuo do cristianismo na era medieval, que tornou oficial e de caráter religioso o casamento. A partir da idade média, ou idade das trevas, como também é conhecida, o concubinato perdeu sua força e fama, deixando as concubinas com uma visão negativa e de repúdio perante a sociedade.

Partindo para o século XIX, os tribunais franceses, forçados pelos protestos das concubinas, começaram a analisar os direitos patrimoniais que elas tinham após a dissolução da relação, e em 1883, pela primeira vez, as concubinas conseguiram o direito de ter para si uma parte dos bens deixados pelo amante morto. Em 1910 outra conquista importante ocorreu na França para as concubinas, sendo este o pagamento de indenização a elas, para que não fiquem desamparadas quando houvesse o término da relação com seu parceiro.

Simplificando, o companheirismo adotado acima, conforme aponta a ilustríssima autora Diniz, [...] *consiste numa união livre e estável de pessoas livres de sexos diferentes, que não estão ligadas entre si por casamento civil.* (DINIZ, 2015, p. 409) O concubinato pode romper-se a qualquer instante, independentemente do tempo junto entre as pessoas, pois possui uma liberdade maior para descumprir os deveres a eles estabelecidos.

Todavia, é importante diferenciarmos o concubinato da união estável, pois no primeiro os efeitos patrimoniais que ocorrem sobre ele é o de uma sociedade de fato, já o segundo foi protegido como direito de família após a Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu art. 226, § 3º (BRASIL, 1988), mas reconhecido como entidade familiar apenas no Código Civil de 2002 em seu art. 1.723 (BRASIL, 2002).

*Art. 226, CF/88. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. [...]*

*§ 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento. (BRASIL, 1988).*

As famílias brasileiras mudaram seu sentido, ao mesmo tempo que a visão da sociedade também mudou na forma como encará-las. O Código Civil (BRASIL, 2002) vem se adaptando a essa nova realidade, formando um novo direito de família a partir da Constituição Federal (BRASIL, 1988). Com todas essas mudanças, a expressão “concubinato” também precisou ser reconhecida, e hoje é utilizada no Código Civil em seu artigo 1.727 (BRASIL, 2002) para designar o relacionamento que envolve pessoas já casadas, que quebram a fidelidade conjugal, ou seja, [...] *as relações não eventuais entre o homem e a mulher, impedidos de casar, constituem concubinato.* (BRASIL, 2002)

O autor Venosa resume a união estável como sendo [...] *um fato do homem que, gerando efeitos jurídicos, torna-se um fato jurídico* (VENOSA, 2015, p. 43), exemplificando, a relação de concubinato, ainda presente na sociedade, produz efeitos não apenas no âmbito do matrimônio, mas também no mundo jurídico de seus autores.

A União Estável foi inserida no livro de Família do Código Civil (BRASIL, 2002), mais especificamente nos arts. 1.723 a 1.727, porém alguns efeitos dessa união são encontrados em outros capítulos. O novo ordenamento reconhece [...] *como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família.* (BRASIL, 2002)

Por se equiparar ao casamento, os princípios e normas deste último também são aplicados a união estável de forma tácita. Assim como na Lei de 9.278/96 (BRASIL, 1996), o artigo 1.726 do Código Civil (BRASIL, 2002) diz que [...]

*a união estável poderá converter-se em casamento, mediante pedido dos companheiros ao juiz e assento no Registro Civil.* (BRASIL, 2002).

Ademais, atual Código Civil, (BRASIL, 2002) bem como qualquer outra lei esparsa ainda em vigor, nada trata do elemento temporal para caracterizar a união estável, como era aduzido na Lei nº 8.971/94 (BRASIL, 1994) que exigia um lapso temporal de 5 (cinco) anos.

A união estável possui direitos e deveres que o casal precisa cumprir para que seja reconhecida. O próprio Código Civil traz essa obrigação no art. 1.724 (BRASIL, 2002), aduzindo que [...] *as relações pessoais entre os companheiros obedecerão aos deveres de lealdade, respeito e assistência, e de guarda, sustento e educação dos filhos.* (BRASIL, 2002) De modo geral, não existe diferença entre essas obrigações com as do casamento, sendo assim, para cada dever existirá um direito de conduta compatível.

Madaleno (2018, p. 1462) aduz que:

*Em sede de união estável a lei não prevê nenhuma sanção pela quebra de qualquer um dos deveres impostos aos conviventes, inexistindo a possibilidade de serem invocadas causas culposas para caracterização da impossibilidade da comunhão de vida dos conviventes. Na união estável a dissolução unilateral da convivência sempre se deu por simples vontade de rompimento de qualquer um dos conviventes, dispensado de justificar a insuportabilidade da vida em comum em razão de alguma conduta desabonatória ou de quebra de qualquer dever imposto por lei aos companheiros.*

Buscando equiparar a União Estável com o Casamento, o legislador adotou o regime de bens de comunhão parcial para o casal que deseja realizar essa modalidade de união, assim, dispõe o art. 1.725 do Código Civil (BRASIL, 2002) que [...] *a união estável, salvo contrato escrito entre os companheiros, aplica-se às relações patrimoniais, no que couber, o regime da comunhão parcial de bens.* (BRASIL, 2002) Resumindo, os bens adquiridos na constância da união pertencem ao casal, exceto se existir um contrato escrito alegando o contrário.

O autor Gonçalves (2017, p. 632/633) explica:

*Determinando o novo diploma que se apliquem às relações patrimoniais dos companheiros, “no que couber”, as regras do regime da comunhão parcial de bens, a sua incidência se dá não só no tocante à partilha dos bens da entidade familiar, senão também no que concerne à administração dos aludidos bens. Assim, cada parceiro administrará livremente seus bens particulares, cabendo a administração do patrimônio comum a qualquer um dos companheiros [...].*

No tocante a sucessão, o Código Civil (BRASIL, 2002) diz expressamente que os direitos sucessórios limitam-se aos bens adquiridos na vigência da união (CC, art. 1.725, *caput*).

### **Contrato de namoro**

O namoro pode trazer vários significados para um casal, mas a forma de interpreta-lo é que diferencia uma relação da outra na sociedade moderna. Pode-se dizer que a relação afetiva de carinho e união que uma pessoa mantém com outra, seja do mesmo sexo ou não, já caracteriza o namoro, pelo simples desejo que estas manifestam em ficarem juntas descobrindo novas experiências (sentimentais ou sexuais) e comprometendo-se um com o outro em diversos requisitos, como a fidelidade e confiança através de um sentimento de paixão intensa.

Não podemos confundir, porém, uma relação de namoro com uma relação de ficar ou curtir, conforme a língua popular brasileira nos traz, esses últimos também são uma relação afetiva entre pessoas, mas sem o compromisso de fidelidade ou durabilidade. O envolvimento entre os indivíduos pode ser mais superficial, como uma troca de beijos, ou mais íntimo, como em caráter sexual, porém a curto prazo, podendo ser de um dia ou uma semana.

Com a evolução da tecnologia, surgiu uma nova possibilidade de namoro, são os chamados namoro a distância, onde o casal não precisa necessariamente estar na mesma cidade, ou cidade próxima, fala-se aqui em países e até mesmo continentes. Os meios de comunicação uniram as pessoas a um ponto que elas não precisam mais sair de casa para nada, ou quase nada, até mesmo para manter uma relação de namoro, suprimindo todas as necessidades de afeto e companheirismo que um “casal normal” possui.

Para Hiestand (2016, p. 42):

*O termo namoro evoluiu ao longo do tempo para significar algo diferente do que costumava significar. No passado, namoro não denotava uma categoria de relacionamento tanto quanto descrevia uma atividade. Ao contrário das gerações anteriores, que entendiam namoro como referindo-se a algo que um rapaz e uma moça faziam (isto é, saíam para um encontro), o conceito moderno de namoro amiúde se refere a algo que eles são (ou seja, namorado e namorada). Em outras palavras, o termo é usado para distinguir os relacionamentos românticos dos relacionamentos não românticos.*



Diante das várias formas de relação afetiva e com o convívio cada vez mais próximo dos casais, houve-se a necessidade de criar um dispositivo que pudesse resguardar a escolha do casal em manter um namoro saudável, sem se preocupar com detalhes, como divisão de bens no caso de um possível término. Pensando nisso, criaram-se os chamados contratos de namoro, que procuram sanar toda e qualquer dúvida dos casais para, futuramente, eximir problemas judiciais que os mesmos possam ter, não caracterizando a relação de namoro como sendo uma relação de união estável.

Os contratos de namoro não possuem uma data certa de criação, assim como tudo no mundo do Direito: foi pensado, criado e sofreu diversas mudanças, a partir da livre disposição das partes. Sentindo-se a necessidade de criar normas que o diferissem das relações matrimoniais do casamento ou da união estável. Ainda hoje, não há na legislação brasileira normas específicas que determinam tal tema, porém a sociedade se transforma com grande avanço, apostando suas fichas iniciais no denominado contrato de namoro.

O namoro qualificado muito se assemelha com a união estável, pois ambos são uma relação amorosa mais séria e costumam ser duradouros. Possui elementos marcantes como estabilidade e convivência contínua, além da fidelidade que o casal deve mostrar um para com o outro; todavia, uma relação de namoro qualificado não gera direito algum entre as partes. Em uma relação em que o casal está comprometido socialmente deve-se existir a vontade das partes em querer ficar juntas, pois sem isso, o convívio entre duas pessoas, seja no namoro, união estável ou qualquer outra relação matrimonial, torna-se irreal.

O tempo que um casal está junto não influencia sobre a diretriz da relação, visto que não há uma posição concreta de até quanto tempo um relacionamento é namoro e a partir de quando é união estável. Diferente do matrimônio, que assume essa posição a partir da assinatura das partes no livro de registro disponibilizado nos cartórios de registros civis.

Outro elemento essencial para caracterizar uma relação, seja de namoro ou união estável, é a fidelidade entre o casal. É imprescindível que o pacto de fidelidade exista, pois assim o casal demonstra o entrelaçamento da união. Existem alguns tipos de namoro que se diferenciam dos demais, como o namoro a distância e o de relação aberta. Neste último, o compromisso de fidelidade é relativizado; entretanto

as relações abertas não estão presentes apenas no namoro, pois essa escolha parte de cada casal, e não da relação adotada por eles, sendo possível existir relação de união estável ou de casamentos abertos.

O ato de viver sob o mesmo teto com outra pessoa é chamado de coabitação. Quando o casal decide coabitar juntos, diversos são os deveres de fidelidade e assistência mútua que devem ter. A coabitação também é um elemento importante nas relações de convivência entre o casal, entretanto, não é obrigatório no namoro qualificado, sendo considerado, na realidade como um elemento de distinção da união estável.

Diante de tantas semelhanças, a diferença mais comum, se não a única diferença, entre o namoro qualificado e a união estável encontra-se no objetivo de constituir família, que é elemento essencial na união estável, conforme o art. 1.723 do Código Civil (BRASIL, 2002) nos traz, vejamos:

*Art. 1.723. É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição da família.*

Esse elemento não se encontra no namoro, devido ao fato de que neste o casal apenas pretende se conhecer melhor antes de partir para o próximo passo, que é o noivado e futuramente o casamento, ou até mesmo evoluir o namoro para a união estável.

Por se tratar de uma espécie de contrato que regula um tipo de relacionamento, devido ao fato deste levar o termo “namoro” em seu nome, pode-se dizer que o contrato de namoro não deixa de ser um contrato bilateral entre duas partes que regulam um negócio jurídico. Cabe ainda dizer que, os casais elevaram o relacionamento deles a um nível contratual tão grande que, ao aderirem o contrato de namoro, o sentimentalismo fica de lado e as emoções de uma relação jurídica tomam conta das pessoas envolvidas.

Poder-se-ia dizer que o contrato de namoro é apenas mais uma espécie de contrato que deve ser regulado pelo Código Civil (BRASIL, 2002); porém, vale lembrar que, o relacionamento não é um negócio jurídico. Não é possível assim, classificar o contrato de namoro como um novo regime de união nos moldes do direito de família, pois a forma como ele é estruturado tem um suporte jurídico de

um contrato *inter partes* atípico.

Nem sempre o contrato de namoro é bem recepcionado no relacionamento, e os motivos dessa não recepção podem ser diversos, seja porque é um tema novo dentro do Direito, e que é conhecido por poucas pessoas, ou porque talvez exista uma certa “desconfiança” no relacionamento. De qualquer forma, assinar um documento com esse objetivo deve ser pensado e repensado, inclusive por eventuais prejuízos sentimentais que esse documento possa apresentar na vida do casal.

Segundo os autores Cardoso; Cardoso (2016, p. 10):

*Namoro é descoberta. Vocês têm que descobrir um ao outro e se deixar descobrir — mas sem tirar as roupas! É a descoberta do que está dentro de vocês, com o intuito de chegar à definição de prosseguir para o casamento ou terminar. É a busca e a troca do máximo de informações para tomar uma decisão inteligente sobre o futuro do relacionamento.*

O namoro é uma doação entre o casal, onde eles devem desenvolver a amizade, sonhos, divisão dos problemas, crescimento e multiplicação de alegrias. De certa forma, o casal deve desenvolver o amor firme e duradouro, pronto para superar cada obstáculo.

Aos poucos, o modo como o namoro se apresentava antigamente está sendo esquecido pela sociedade moderna. Conforme a citação acima, o namoro é uma descoberta em busca de evoluir. Os costumes que perfazem uma relação amorosa não se enquadram nos moldes de ser necessário realizar um contrato para só então o casal se sentir seguro para começar a descobrir-se.

Por fim, o autor Hiestand (2016, p. 47) complementa:

*Afinal, o que exatamente é um relacionamento de namoro? Quando jovens, pensávamos no conceito de namoro, mas não éramos capazes de defini-lo em termos objetivos. Mas o casamento, a sabedoria da idade e muito tempo seguindo na direção errada num beco sem saída tem uma maneira de dar clareza nessas coisas. Na verdade, um relacionamento de namoro é nada mais que uma miragem, um relacionamento de fumaça e imagens que promete ser algo mais do que é realmente.*

É irrefutável que o contrato de namoro pode trazer diversas seguranças jurídicas para o patrimônio individual do casal; no entanto, um negócio jurídico não é uma relação amorosa e um namoro não deve ser apenas uma relação exclusiva de negócios.

## Considerações finais

A respectiva pesquisa serviu-se do método indutivo, com o intuito de explorar e explicar as questões problemáticas relativas ao tema, fazendo o uso do máximo de informações bibliográficas possíveis.

O namoro tradicional está desaparecendo, logo, é fato que os relacionamentos amorosos do século XXI precisam ser interpretados por uma perspectiva diferente do século passado. Todavia, essa nova perspectiva não pode ser confundida com a união estável.

O contrato de namoro surgiu para satisfazer uma sociedade dinâmica e individualista, que busca afastar mais e mais a configuração familiar por meio de uma relação contratual, visto que, a formação familiar sólida não é mais um requisito fundamental na atual sociedade, tal como nos séculos passados.

A principal diferença entre o namoro qualificado e a união estável diz respeito ao objetivo de constituir família, o chamado *animus familiae*. É notável que podem estar presentes diversos elementos igualitários entre ambos, mas se constituir família não restar consubstanciado, é certo o reconhecimento apenas do namoro qualificado.

No olhar prático, é difícil evidenciar se há ou não o objetivo de constituir família. Tal ponto é relevante apenas quando o casal demonstra tacitamente a intenção do reconhecimento dessa modalidade de união. Assim, a união estável torna-se cada vez mais instável e confusa, fazendo com que os casais se agarrem às novas ideias que aparecem no mundo jurídico, representado neste trabalho pela relação contratual. Um dos principais motivos que fez o contrato de namoro ganhar força na atualidade é a própria união estável, com seus elementos imprecisos, a inexistência de período de convivência e coabitação e, por fim, o objetivo de constituir família sem nem mesmo ter a necessidade de gerar filhos.

No desenvolvimento da pesquisa, apontou-se que o avanço da tecnologia aproximou mais as pessoas e as redes sociais constituem a mais importante forma de relação entre os indivíduos, criando os namoros a distância. Mas pequenas coisas, como postagens românticas induzindo que o relacionamento será para sempre, não caracteriza a união estável.

Competirá aos interpretes da lei analisarem quais são as características do namoro simples, qualificado e da união estável, focando na ideia de vontade do casal

em constituir uma família ou não, tentando ainda evitar o enriquecimento ilícito de uma parte da relação amorosa em detrimento da outra, afinal, os bens adquiridos no período da relação podem ter sido fruto de esforço comum ou não do casal.

O contrato de namoro possui falhas e brechas como todo outro contrato existente no mundo jurídico, mas defender e afastar os requisitos caracterizadores da união estável é, e continuará sendo um trabalho árduo aos legisladores.

Diante do estudo dos requisitos e funções dos contratos; dos conceitos e requisitos da união estável e do conceito, características e aspectos positivos e negativos pertinentes ao tema contrato de namoro, entende-se que existe uma invalidade do contrato de namoro no ordenamento jurídico brasileiro.

Por certo, o namoro e a união estável são situações de fato que podem vir a ocorrer sem a apresentação de qualquer documento escrito que os reconheça. Caso estejam presentes os requisitos e as características da união estável, não haverá o que se falar em namoro simples ou qualificado. Mas, deixando de estar presente o requisito mais caracterizador da união estável, que é o objetivo de constituir família, o namoro prevalecerá na relação de casal.

Conclui-se assim que, o contrato de namoro nada mais é do que um acordo que não deve ter validade no mundo jurídico, visto que é eivado de nulidade para tentar fraudar a atual sistema jurídico brasileiro. Apenas a situação fática do dia-a-dia será capaz de mostrar e acusar a existência de união estável ou de namoro qualificado.

### **Referências Bibliográficas**

BRASIL, Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, 05 out. 1988, p. 1, Seção 1.

BRASIL, Lei n. 8.971, de 29 de dezembro de 1994. Regula o direito dos companheiros a alimentos e à sucessão. **Diário Oficial da União**, Brasília, 30 dez. 1994, p. 21041, Seção 1.

BRASIL, Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**, Brasília, 10 jan. 2002. p. 1, Seção 1.

CARDOSO, Renato; CARDOSO, Cristiane. **Namoro Blindado - O Seu Relacionamento à Prova de Coração Partido**. - Brasil: Editora Thomas Nelson Brasil, 2016.

DINIZ, Maria H.. **In: Curso de direito civil brasileiro:** direito de família. 30<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. v.5.

GONÇALVES, Carlos R.. **In: Direito civil brasileiro:** contratos e atos unilaterais. 13<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. v.3.

\_\_\_\_\_. **In: Direito civil brasileiro:** direito de família. 14<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. v.6.

HIESTAND, Gerald; THOMAS, Jay. **Sexo, namoro e relacionamentos: uma nova abordagem.** 1<sup>a</sup>. ed. Brasília, DF: Editora Monergismo, 2016.

MADALENO, Rolf. **Direito de família.** 8<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

ROPPO, Enzo. **O contrato.** Coimbra: Biblioteca Nacional de Portugal, 1947.

VENOSA, Sílvio S.. **In: Direito civil:** direito de família. 15<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Atlas, 2015. v.6.

# Crime organizado: aspectos históricos e repressivos no sistema jurídico brasileiro

*Organized crime: historical and repressive aspects in the Brazilian legal system*

Igor Rodrigues da Silva<sup>1</sup>  
Valéria Cristina de Oliveira<sup>2</sup>  
João Geraldo Nunes Rubelo<sup>3</sup>  
Helton Laurindo Simoncelli<sup>4</sup>

## RESUMO

O presente estudo tem como tema principal o crime organizado e o sistema jurídico brasileiro, buscando dessa maneira aprofundar estudos já existentes do tema de acordo com o Código penal brasileiro, baseando-se nas doutrinas, jurisprudências, legislações e outros estudos sobre a criminalização desse tipo de atividade criminosa. O estudo faz uma retomada histórica de como surgiram as primeiras organizações desse tipo de prática e analisa o tratamento jurídico comparando a Convenção de Palermo e as Leis brasileiras Nº 12.694/12, a de Nº 13.850/13, bem como as propostas de mudanças no atual pacote anticrime. A relevância deste estudo se dá pela importância de constantes revisões para uma modalidade criminal mutável e que acompanha frequentemente os avanços tecnológicos e a globalização agravando ainda mais os males para sociedade, pois essas organizações atuam como verdadeiras empresas do crime que corrompem o Estado de direito criando um poder paralelo na sociedade.

**Palavras-chave:** Crime Organizado, Sistema Jurídico brasileiro, pacote anticrime.

## ABSTRACT

The present study has as its theme organized crime and the Brazilian legal system, thus seeking to deepen existing studies of the theme in accordance with the Brazilian Penal Code, based on doctrines, jurisprudence, legislation and other studies on the criminalization of this type of crime. criminal activity. The study takes a historical look at how the first organizations of this type of practice emerged and analyzes the legal treatment comparing the Palermo Convention and the Brazilian Laws No. 12,694 / 12, that of No. 13,850 / 13, as well as the proposals for changes in the current anti-crime package. The relevance of this study is due to the importance of constant reviews for a changeable criminal modality that frequently accompanies technological advances and globalization, further aggravating the evils for society, as these organizations act as true crime companies that corrupt the rule of law creating a parallel power in society.

**Keyword:** Organized Crime, Brazilian Legal System, anti-crime package

## Introdução

---

<sup>1</sup> Acadêmico do 10º termo do curso de Direito no centro Universitário Católica Salesiano Auxilium - UniSalesiano Campus Araçatuba/SP.

<sup>2</sup> Mestre em direito pelo centro universitário Toledo. Docente do Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium - UniSalesiano Campus Araçatuba.

<sup>3</sup> Filósofo e Mestre em Geografia. Docente do Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium - UniSALESIANO de Araçatuba

<sup>4</sup> Coordenador do Curso de Direito do Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium - UniSalesiano - Araçatuba/SP, Mestre em Direito - Direitos e Garantias Individuais - ITE, Advogado.

O crime organizado é um dos principais problemas que afeta o Estado e a sociedade de uma maneira geral. Essa não é uma modalidade nova de crime, no entanto, com os atuais avanços tecnológicos e a globalização, é nítida a evolução de organizações criminosas e as práticas de crime cada vez mais audaciosas e que corrompem toda uma sociedade, seja pelos praticantes e cúmplices, seja pelas as vítimas diretas ou indiretas desse tipo de prática criminosa.

As organizações criminosas surgiram por volta do século XVI, a sua finalidade não era única exclusiva de cometer crimes e sim de lutar contra as arbitrariedades do Estado, os movimentos populares deram a iniciativa para um movimento organizacional.

A situação foi se agravando com o decorrer do tempo em função do crime ter buscado tecnologias sofisticadas para sua atuação, enquanto o Estado não se modernizou no combate, inclusive com criação de mecanismos de leis que permitam uma atuação mais precisa do poder público, tanto no combate quanto na prevenção. Dessa maneira, o crime organizado gera uma desordem social, criando uma espécie de poder paralelo, com suas próprias “regras” e condutas.

É noticiado diariamente esse tipo de prática criminosa que envolve desde pessoas humildes de residências periféricas como as favelas dos grandes centros até grandes políticos e empresários com organizações que praticam crimes do colarinho branco. Pretende-se analisar o contexto histórico das organizações criminosas e a evolução da prática de crimes por meio desse tipo de organização no mundo e no Brasil, passando a analisar características de organizações conhecidas no mundo como a Organização asiática Yakuza, os piratas e a máfia italiana. Por fim a última análise é sobre o campo das organizações criminosas com as mudanças previstas no atual pacote anticrime, apresentando as ações atuais no combate dessas organizações como a transferência de lideranças de presídios, a operação Lava Jato, a atuação do GAECO – Grupo de Atuação Especial de combate ao Crime Organizado, além de apresentar uma reflexão de como combater o crime organizado e as considerações finais desse artigo.

## **História**

O crime organizado é um dos principais problemas que afeta o Estado e a sociedade de uma maneira geral. Essa não é uma modalidade nova de crime, no



entanto com os atuais avanços tecnológicos e a globalização, é nítida, a evolução de organizações criminosas. As organizações criminosas surgiram por volta do século XVI, as quais a finalidade não era única exclusiva de cometer crimes e sim de lutar contra as arbitrariedades do Estado. Os movimentos populares deram a iniciativa para um movimento organizacional. o crime organizado não deve ser verificado como algo atual, e sim a consequência dos fatores sociais que envolvem a história da sociedade. O crime organizado não deve ser verificado como algo atual, e sim a consequência dos fatores sociais que envolvem a história da sociedade (PACHECO, 2011), "O crime é muito mais elemento desestabilizador do que resultado da desordem social." (NETO, 2006, p.100). As organizações criminosas muitas vezes procuram o poder público para garantir que benefícios como impunidade possa se garantidos, são os próprios agentes públicos os integrantes dessas organizações criminosas que tem como finalidade, além de garantir as benesses para o grupo, praticar os crimes de corrupção, desvio de verbas públicas, lavagem de dinheiro. Fica evidente um dos pressupostos para a caracterização da organização criminosa, que é obter lucro de qualquer natureza.

A associação de pessoas para com a finalidade espúria de praticar de crimes não é nova. Na França, durante o reinado de Luís XV, havia um grupo com características do crime organizado. Segundo Mingardi (1998, p. 79), Louis Mandrin, o Reis dos Contrabandistas, que foi preso na França em 1755, era quem liderava a quadrilha composta por centenas de homens e que tinha como atividade ilícita o contrabando.

Salienta-se que o principal estudo sobre as organizações criminosas é dentro das máfias, que vem do dialeto siciliano inspirado em mhyah, que em árabe significa audácia, outros afirma que no ano de 1282, os italianos lutavam contra a invasão francesa, surgindo assim um movimento e um provérbio Morte Alla Francia Italia Anela (morte aos franceses é desejo da Itália) ou MAFIA. Entretanto, a primeira referência oficial foi em 1838, em um tribunal na Sicilia. Já o termo mafioso foi usado pela primeira vez em 1863, na peça I Mafiusidi La Vicária, para se referir aos integrantes da organização criminosa. entre os séculos IX a XIII, procurando refúgio da opressão que sofria de árabes, franceses e espanhóis, que surgiu uma sociedade secreta com heranças sicilianas.

Entre as principais máfias da Itália destacam-se: A Sacra Corona Unita que domina a região de Puglia, composta por 47 famílias, 1.600 membros e com rendimentos de 1,7 bilhões de euros que advém do tráfico de drogas, extorsão, usura, contrabando de cigarros, jogos e fraude à comunidade europeia. Já a Camorra tem influência na Campania, é formada por 7.200 membros e 82 mil colaboradores externo, sendo que os rendimentos estimados dessa máfia são de 5,2 bilhões de euros resultado do tráfico de drogas, extorsões, financiamentos ilícitos, contrabando de cigarros, loterias clandestinas e participação em obras públicas.

Não menos imponente, a máfia Cosa Nostra Siciliana que atua na região da Sicília é integrada por 186 famílias, 5,4 mil membros e 65 mil colaboradores externos. Sua organização é verticalizada e mantém conexão com outras máfias pelo mundo. Tem como atividade principal o tráfico internacional de drogas, atividades de lavagem de dinheiro, extorsão, prostituição e participação em obras públicas gerando um rendimento de 12.8 bilhões de euros.

Também, cabe ressaltar, a máfia Ndrangheta que atua principalmente na Calábria, sendo que seus rendimentos são estimados em 44 bilhões de euros que provém tradicionalmente de sequestro visando o resgate, extorsões e também o tráfico de drogas. Tem em sua organização cerca de 160 famílias, 6 mil membros e 72 mil colaboradores externos.

Contudo, a Itália não é a única a ter em seu solo marcas das organizações criminosas. Nos países asiáticos a máfia se faz presente. Exemplo recorrente é o caso da Máfia Yakuza Japonesa, que surgiu em meados do século XVII e possui mais de 103.000 membros divididos em quatro famílias, geralmente os membros dessa organização tem o corpo tatuado com uma técnica artesanal em sinal de bravura, a estrutura da máfia japonesa é piramidal, ou seja, um líder no topo e demais posições abaixo e por ter natureza hierárquica há um rito de iniciação, entretanto alcançar posições dentro dessa estrutura é algo muito demorado. Suas principais atividades estão associadas ao narcotráfico, extorsão e prostituição, sendo que essa organização tem conexão com outras máfias pelo mundo, tem formação exclusivamente masculina, porquanto consideram as mulheres fracas e incapazes de lutar como homens. (LIMA, 2014).

Outra máfia que aterroriza diversos países é a Tríade chinesa, surgiu no século XVII e atua principalmente na Malásia, Hong Kong, Taiwan e Singapura. Entre

suas principais atividades estão o tráfico de drogas, roubo, extermínios, prostituição, extorsão e pirataria. Sua estrutura é hierárquica possuindo chefe cabeça de dragão, subchefe, chefe de recrutamento, vínculos de comunicação, segurança mastro vermelho, administrador financeiro leque do papel branco e a base “soldados”. As tríades podem chegar a ter mais de 30.000 membros e além da china continental, as tríades atuam no Canadá, em diversas cidades dos Estados Unidos, bem como Espanha, França, Austrália entre outros países.

Por fim, há a máfia colombiana que tem como atividade única o narcotráfico. São reunidos em cartéis com centenas de membros e com uma estrutura rígida em pirâmide. O Cartel de Cali, Medellín e Cartel do Norte del Valle são os mais importantes cartéis da Colômbia e tem como finalidade aumentar as atividades e o lucro do narcotráfico.

Os Piratas, conforme Pacheco (2011), por sua vez, tinham uma organização ainda mais estável, contando com o apoio de algumas nações, e uma estrutura de trabalho que possuía receptadores para as mercadorias roubadas e até portos seguros.”, ou seja, alguns Estados financiavam e apoiavam os saques feitos pelos piratas. (PACHECO, 2011, p. 23). O primeiro a usar o termo pirata para descrever aqueles que pilhavam os navios e cidades costeiras foi Homero, na Grécia antiga, na sua Odisseia.

Os piratas são aqueles que pilham no mar por conta própria. A pirataria e o corso entraram em declínio nos séculos XIX e XX, mas ainda existem. Ataques piratas ocorrem, por exemplo, perto da costa da Somália e no mar da China Meridional. Porém, os piratas de hoje não navegam mais em navios, e sim em lanchas velozes e pequenas canhoneiras. Muitos salientam que o crescimento do crime organizado no Brasil tenha surgido no período colonial e se agravando até a proclamação da república, existem outras vertentes que salienta que no século XIX e XX surgiu o movimento do cangaço, grupo este que se concentrava no sertão nordestino e era comandado por Virgulino Ferreira da Silva vulgo Lampião, o referido grupo possuía todas as características de uma organização criminosa, suas principais atividades era ataques a pequenas vilas e extorsão, muitas das vezes também o grupo recebia auxílio de fazendo e políticos corruptos, esse auxílio consistia em munição. (LIMA, 2014, p. 474).

No ano de 1979 no estado do Rio de Janeiro na cidade de Ilha Bela, surge a organização criminosa Comando vermelho. Não se tem estimativas do número de integrantes dessa organização, mas a mesma está presente em diversos estados do Brasil. (PACHECO, 2011).

Saindo do Estado do Rio de Janeiro, no estado de São Paulo existe a maior organização criminosa do país, o PCC- Primeiro Comando da Capital, surgida no ano de 1993 pelos presos do presídio de Taubaté, com a finalidade de mitigar cada vez mais a opressão sofrida pelos presos e também se vingar da morte dos 111 presos ocorrida na Casa de Detenção de São Paulo, fato que ficou conhecido como “Massacre do Carandiru”. Uma das ações mais conhecidas do PCC ocorreu em 2001, com os ataques coordenados de 29 rebeliões por todo o estado, 19 presos mortos, ataques a militares e ônibus incendiados. Como forma de arrecadar receita para a organização, é cobrada uma taxa mensal dos integrantes da organização criminosa independentemente se estiver preso ou não, o recolhimento dessa mensalidade é pra auxiliar futuros crimes e também as famílias dos integrantes.

No Brasil, além do Comando vermelho e PCC, existem outras 83 organizações criminosas conforme dados da inteligência da Polícia Federal e Secretária de Segurança Pública, não se pode falar que as organizações criminosas estão associadas com a pobreza e favela, elas têm sua estrutura de pirâmide ou vertical, ou seja, dificilmente que está na base conhece quem está no topo. (TOLENTINO NETO, 2012). A primeira legislação a tratar de organização criminosa foi a revogada lei no 9.034, de 03 de maio de 1995, para a qual, de acordo com Gomes e Cervini (1997), o legislador, ao mencionar quadrilha e bando no art.1o, queria apenas dar conceitos mínimos para organização criminosa.

O autor deixa claro que a lei foi idealizada para combater a criminalidade sofisticada e não a criminalidade simples. É importante mencionar o decreto no 5.015, de 12 de março de 2004, que promulgou a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, conhecida como Convenção de Palermo, a Convenção de Palermo não poderia ser usada como definição de um tipo legal para o crime organizado, observando princípio da legalidade, a criação ou definição de crime só pode ser realizada através de lei interna. Em 24 de julho de 2012, surge a lei no 12.694 (BRASIL, 2012), que trazia a conceituação para fins processuais. Somente com o advento da lei no 12.850, de 02 de agosto de 2013 (BRASIL, 2013),

foi que ordenamento jurídico nacional dispôs de uma definição para organização criminosa.

### **Entendendo as organizações criminosas**

A lei nº 12.850/2013 busca trazer a aceção para o entendimento sobre o assunto previsto em seu artigo 1º, § 1º que assevera:

*Considera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional (BRASIL, 2013).*

Se houver o emprego de arma de fogo, a situação dos envolvidos na organização criminosa irá ser prejudicada cada vez mais, pois o artigo 2º, parágrafos 2º, 3º e 4º (BRASIL, 2013). Assim, as penas são aumentadas até a metade se na atuação da organização criminosa houver emprego de arma de fogo (§ 2o), tendo em vista pra aqueles que estão na organização criminosa exercendo o poder de comando, sendo individual ou até mesmo coletivo, mesmo que não pratique os atos de execução, (§ 3o) As sanções serão agravadas para quem exerce o comando, individual ou coletivo, da organização criminosa, ainda que não pratique pessoalmente atos de execução. (PACELLI, 2013).

O § 4o, art. 2º (BRASIL, 2013), preceitua que a pena será aumentada de um sexto a dois terços (NUCCI, 2013), nas seguintes situações: a) houver a participação de criança ou adolescente; b) concurso de funcionário público, valendo-se a organização criminosa dessa condição para a prática de infração penal; c) se o produto ou proveito da infração penal destinar-se, no todo ou em parte, ao exterior; d) se a organização criminosa mantiver conexão com outras organizações criminosas independentes; e) se as circunstâncias do fato evidenciarem a transnacionalidade da organização,

Quando houver participação de funcionário público ou indícios que este integra organização criminosa, o juiz poderá assim determinar seu afastamento cautelar do cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração, quando a medida se fizer necessária à investigação ou instrução processual (§ 5o). (BRASIL, 2013). Caso haja indícios de participação nos referidos crimes de servidor público

que seja policial, a Corregedoria de Polícia instaurará inquérito policial e comunicará ao Ministério Público, que designará membro para acompanhar o feito até a sua conclusão (§ 7o). Se for comprovada tal participação do servidor público em esquema de organização criminosa, o magistrado por meio de sentença transitado em julgado, produzindo seus efeitos para o funcionário, conforme prevê (§ 6o), o mesmo perderá o cargo, função, emprego ou mandato eletivo e a interdição para o exercício de função ou cargo público pelo prazo de oito anos subsequentes ao cumprimento da pena. (BRASIL, 2013)

Classificação da organização criminosa: é delito permanente, por se prolongar tempo; formal, o resultado natural não é importante para sua consumação; comum, pode ser praticado por qualquer indivíduo; plurissubjetivo, obrigatoriamente deve haver pluralidade de pessoas, no caso mais de quatro; comissivo, necessidade de conduta e unissubsistente permite sua prática por um único ato. (NUCCI, 2013). Serão permitidos os meios de obtenção da prova em qualquer fase da persecução penal: a) colaboração premiada; b) captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos; c) ação controlada; d) acesso a registros de ligações telefônicas e telemáticas, a dados cadastrais constantes de bancos de dados públicos ou privados e a informações eleitorais ou comerciais; e) interceptação de comunicações telefônicas e telemáticas, nos termos da legislação específica; e) afastamento dos sigilos financeiro, bancário e fiscal, nos termos da legislação específica; f) infiltração, por policiais, em atividade de investigação; e g) cooperação entre instituições e órgãos federais, distritais, estaduais e municipais na busca de provas e informações de interesse da investigação ou da instrução criminal.

Cabe ressaltar sobre as milícias, um grupo paramilitar que nada mais é do que um grupo organizado que praticam atividades na qual eles foram designados pra exercer dentro do Estado, esses grupos tem por si só práticas como a cobrança de segurança, explora o poder bélico que tem para intimidar a população que eles pretendem exercer seu domínio, buscando a finalidade de proporcionar violências.

### **Reflexão do tema na atualidade**

O pacote anticrime trouxe algumas mudanças no cenário atual que vivemos; a lei 13.964/2019 assevera que os líderes de organização criminosa armada, terá que iniciar o cumprimento de suas penas nos presídios de segurança máxima, essa

é modalidade de cumprimento de pena para as pessoas que exercem tal liderança, não devendo assim ser entendido para os demais integrantes da organização criminosa Lei 13.964/2019 incluiu no artigo 2º os §§ 8º e 9º (BRASIL, 2019). Não existe possibilidade de uma progressão de regime, e também a possibilidade de direitos a quem está cumprindo a prisão § 9º. (GANEM, 2020).

A colaboração premiada ainda continua sendo um negócio jurídico processual, tendo em vista que as partes em um acordo colaboram para se ter os meios de obtenção de prova, não teve alteração é um conceito já estabelecido na lei 12.850/2013 (BRASIL, 2013), e que persiste no atual pacote anticrime. Tendo em vista que houve alteração nos procedimentos que a lei 12.850/2013 assim asseverava do artigo 3º-A.

Toda a investigação que busca dismantelar as organizações criminosas, busca de alguma forma utilizar os meios da colaboração premiada, pois ela em si coopera para todos os procedimentos investigatórios e atingem o interesse público visionando sempre tal finalidade. Artigo 4º. (BRASIL, 2019) a colaboração premiada tem suas finalidades regulamentas os meios para ocorrerem sua celebração devem ter seus limites sempre preservados, a confidencialidade é um requisito, também necessita da decisão judicial para o levantamento do sigilo. Artigo 3ºB.

Quando ocorrer a proposta de colaboração premiada, é necessário a presença de um advogado durante a colaboração para que ela assim ocorra artigo 3º-C. Durante a colaboração é necessário salientar os fatos investigados e os fatos ilícitos na íntegra, tendo em vista que o advogado deve ter sua participação nas tentativas da delação premiada, sempre sendo resguardando os limites para que tal procedimento seja realizado dentro da legalidade artigo 3º-C.

A lei 13.964/2019 (BRASIL, 2019) salienta que na colaboração premiada não basta que a pessoa que for assim colaborar, seja um líder ou esteja no comando da organização criminosa, basta que ele trouxesse a conhecimento das autoridades situações e infrações que nem o Ministério Público anteriormente soubesse, Mas se o Ministério Público obtivesse um prévio conhecimento de infração, não será possível de abandonar o oferecimento da denúncia.

A prisão cautelar também será em estabelecimento penal diverso de demais corréus, tendo em vista que o pacote anticrime trouxe tal possibilidade, do mesmo modo que era na lei das organizações criminosas, mas com o pacote anticrime essa

possibilidade agora é prevista também nas prisões cautelares lei 13.964/2019, o inciso VI. (GANEM, 2020). Será vedado ao magistrado trazer publicidade se houver a tentativa de acordo ou o acordo em si, e também a vedação dessa publicidade se estende aos depoimentos de quem for colaborar e antes do oferecimento da denúncia, o sigilo deve estar sempre presente artigo 7º. A infiltração de agentes é também um meio de obtenção de prova, mas com a Lei 13.964/2019 (BRASIL, 2019), traz a possibilidade de essa infiltração ser realizadas nos procedimentos virtuais, ou seja, realizada pela internet.

Todas as informações da operação que liga a infiltração do agente devem ser dirigidas ao magistrado, sempre assim mencionando “operação de infiltração”, pois se entende que o legislador de tal maneira abordou tanto de infiltração física quanto virtual artigo 10-B. Todo o infiltrado não poderá ser responsabilizado criminalmente, desde que não ocasione excessos afins de benefícios próprios, mas o objetivo da infiltração é assegurar mais segurança para atuação policial, mesmo se o infiltrado utilizar um nome falso, ele estará realizando todas as condutas em prol da investigação, sendo a infiltração na modalidade real ou virtual artigo 10-C, artigo 10-D.

Deve ocorrer a necessidade da medida, sendo necessário o requerimento do Ministério Público e a representação do delegado, se o infiltrado utilizar- se de nomes ou até mesmo apelidos das pessoas investigas e o local da infiltração, há a possibilidade de criação de banco de dados com todas as informações necessárias, se por ventura, ocorrer uma criação de identidade fictícia durante os moldes dessa infiltração pela internet do agente artigo 11, no seu caput. (GANEM, 2020).

### **Combate ao crime organizado**

Embora existam várias instituições de combate à criminalidade, como por exemplo, o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - GAECO, cabe salientar que o crime organizado vem expandindo com o passar do tempo suas atuações, os grupos estão cada vez mais estruturados, fazendo com que alinha de conexão com outras pessoas espalhadas pelo mundo crescesse cada vez mais, o crime organizado transcendeu seus objetivos fazendo alcançar até o mundo político. Com o avanço do lapso temporal foi verificado que o combate a todas as organizações criminosas, necessitaria de uma política criminal muito eficiente, na



verdade análise da política criminal iria além do que uma simples prisão de um integrante ou de uma liderança, mas conforme isso era estudado verificou-se que o caminho mais certo pra combater o crime organizado é seguindo o dinheiro, pois o que sustenta toda organização criminosa desde entrada de um integrante até a atuação final são os recursos financeiros, e abalando toda essa estruturas financeiras teriam um resultado mais eficiente.

Sem recurso financeiro, a própria organização criminosa não tem como pagar seus integrantes, financiar suas atividades presentes e futuras, pagar servidores públicos que esteja envolvido com o crime organizado, sendo assim conseguindo abalar essa estrutura financeira a mitigação das organizações criminosa seria maior. (BOTTINI, 2017).

Seguindo o exemplo da maior organização criminosa no Brasil, o maior combate contra o PCC não foi a prisão de seus líderes, mas sim a descoberta de toda uma rede de financiamento que essa organização criminosa possuía, essa descoberta trouxe a conhecimento das autoridades, que o funcionamento dessa rede econômica era feito através de simulações de ganhos por meio de postos de gasolinas.

Outro exemplo é o da operação Lava Jato, toda a investigação de autoria e materialidade, só foi possível através de informações que autoridades suíças enviaram ao Brasil de movimentações bancárias que ajudaram em todas as investigações, fazendo com que todos os bloqueios bancários e financeiros dessas organizações criminosas limitassem ainda mais a ação de seus integrantes para a prática de crimes ou de alguma atividade ilícita, o crime organizado possui um sistema financeiro muito grande, e o ataque nesse sistema ajuda a precaver novas ações criminosas. O principal crime que é cometido entre as organizações criminosas é a lavagem de dinheiro, esse termo foi usado pelas as autoridades estrangeiras, para assim descobrir de onde era proveniente os recursos ilícitos de algumas máfias dos anos 30 do século XX, naquele tempo as máfias se utilizavam de lavanderias, empresas estas que se encontravam em uma situação deficitária, mas que eram usadas para driblar a atenção das autoridades em uma futura investigação se despertasse alguma desconfiança.

Todo lucro que essas máfias obtinham era justificados como se fosse o lucro daquela atividade nas empresas de lavadeiras, com o passar do tempo houve uma

modernização, pois o crime organizado se utilizava de compras e vendas de imóveis com valores diferentes estipulados pelo mercado imobiliário, em empréstimos, e outras práticas que visassem esconder o dinheiro proveniente dos crimes.

Na década de 70 os países aplicaram leis que penalizavam os recursos e bens provenientes de crimes, onde o integrante de uma organização criminosa ou o criminoso em si, passou a ser responsabilizado criminalmente não só pelas ações oriundas no crime, mas por também tentar ocultar os valores dos recursos advindo da prática desses crimes. Como exemplo, tem-se também a questão de servidores públicos que aceitam a propina e as esconde e em contas de laranjas dinheiro advindo do crime, esse servidor responde pela corrupção passiva e também a lavagem de dinheiro pois o mesmo tenta ocultar o dinheiro oriundo do crime.

No Brasil a concepção desse crime foi só aceita no ano de 1998 e, essa época, a lei tem se mostrado cada vez mais eficiente para a repressão financeira das organizações criminosas que existem pelo país. (BOTTINI, 2017). Já que foi constatado por meio dessa observação salientada nos parágrafos anteriores, que o meio mais viável de combate ao crime organizado, consiste no seguimento do dinheiro que a organização criminosa movimenta, então verificamos que essa movimentação pode consistir na lavagem do dinheiro, sendo assim. para se combater a lavagem do dinheiro, é necessário que o Poder Público, utilize-se de meios capazes pra realizar o monitoramento de todo o dinheiro, mas não se pode realizar qualquer medida de forma isolada, deve-se usar de meios colaborativos com todas as instituições que tenham capacidade de promover o auxílio para as autoridades competentes, autoridades estas pertencentes ao Poder Judiciário.

Todas as instituições que consigam seguir a movimentação do dinheiro do crime organizado, devem exigir de todos os seus profissionais, o levantamento de informações sobre a qualificação de seus clientes no caso de instituição bancária, ou seja, incluem-se também o dinheiro eletrônico e movimentações virtuais.

### **Considerações finais**

Inicialmente, o trabalho apresenta uma evolução histórica do crime organizado ressaltando tratar-se de um dos grandes males do Estado que corrompe toda a sociedade. Verificou-se que as organizações criminosas, na análise desse histórico, não é uma prática criminal recente, muito pelo contrário na França,

durante o reinado de Luís XV, já havia um grupo com características do crime organizado. Louis Mandrin, o “Reis dos Contrabandistas”, que foi preso na França em 1755, era quem liderava a quadrilha composta por centenas de homens e que tinha como atividade ilícita o contrabando. Neste contexto, apesar da diferença do modo agir destas organizações criminosas para as atuais, fica evidente um dos pressupostos para a caracterização da organização criminosa, que é obter lucro de qualquer natureza.

Neste trabalho, ao analisar o contexto histórico, foram apresentadas famosas organizações criminosas, com suas principais características e práticas, tais como a organização asiática da Yakuza, os Piratas e a Máfia Italiana. Ao analisarmos a origem do crime organizado no Brasil, verificou-se que pode estar ligada aos problemas ocorridos desde o Período Colonial, passando pelo império e se agravando com a Proclamação da República, a origem dos crimes organizados no Brasil ao movimento denominado Cangaço, pois no século XIX e XX, no sertão nordestino surgiu o movimento liderado por Virgulino Ferreira da Silva (o Lampião).

Na contemporaneidade verificou-se que o crime organizado existente é composto, principalmente por facções formadas nos presídios brasileiros, com destaque para o CV Comando Vermelho e o PCC Primeiro Comando da Capital, ambas com seus principais líderes comandando de dentro dos principais presídios do Brasil. Também foi asseverado sobre as milícias. Foi analisada as modificações entre a convenção de Palermo, a Lei 12.694/12 e a Lei 12.850/13 asseverando que se considera organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional” (BRASIL, 2013). A composição de quatro ou mais pessoas, de forma estruturada, com divisão de tarefas, obtendo vantagem de qualquer natureza com a prática de infrações com penas máximas superiores a quatro anos ou de caráter transnacional.

Dessa maneira organização criminosa é a associação de agentes, com caráter estável e duradouro, para o fim de praticar infrações penais, devidamente estruturadas em organismo preestabelecido, com divisão de tarefas, embora

visando ao objetivo comum de alcançar qualquer vantagem ilícita, a ser partilhada entre seus integrantes. Outra característica da organização criminosa é a hierarquia. Na maioria das vezes há uma hierarquia nas atribuições de funções, em algumas organizações é chamado de sintonia, em outras chefias. Mas em todo o caso deve haver essa hierarquização para se concretizar o crime organizado, normalmente as pessoas que desempenham as tarefas não tem o conhecimento da liderança principal é uma análise geral.

Já a associação criminosa é o que antigamente denominava como o crime de quadrilha e bando era utilizado para tipificar a conduta de agentes que se associavam para cometimentos de crimes, tendo em vista que a nova lei 12.850/2013 deu um novo enquadramento para essa conduta, trazendo consigo a distinção de organização criminosa e associação criminosa.

O artigo 288 do Código Penal assevera que: Associarem-se 3 (três) ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes. A pena do crime de associação criminosa é de reclusão, de (1) um a (3) três anos. O parágrafo único ainda salienta que a pena se aumenta até a metade se a associação é armada ou se houver a participação de criança ou adolescente. Por fim a análise sobre o campo das organizações criminosas com as mudanças previstas no atual pacote anticrime, apresentando as ações atuais no combate dessas organizações como a transferência de lideranças de presídios, a operação Lava Jato, a atuação do GAECO – Grupo de Atuação Especial de combate ao Crime. Portanto, pode-se concluir que para além de estudos desse tema, precisamos de ações dos governantes e do poder público para combater e prevenir o crime organizado, acabando com toda sua estrutura financeira, mas principalmente passar uma mensagem de esperança para sociedade de que o crime organizado não compensa.

### **Referências bibliográficas**

BRASIL. DECRETO Nº 5.015, DE 12 DE MARÇO DE 2004. **Promulga a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5015.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5015.htm)>. Acesso em: 28 set2020.

\_\_\_\_\_. LEI Nº 12.694, DE 24 DE JULHO DE 2012. Dispõe sobre o processo e o julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por organizações criminosas; altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940

Código Penal, o Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Cód. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12694.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12694.htm)>. Acesso em: 28 set. 2020.

\_\_\_\_\_. LEI Nº 12.850, DE 2 DE AGOSTO DE 2013. Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei no 9.034, de 3, Brasília- DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm)>. Acesso em: 28 set 2020.

GOMES, L. F., Sanchez, R. C.. **Crime Organizado Enfoques criminológicos, jurídicos (lei 9.034/95) e político-criminal**. 2ª Edição. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

LIMA, Renato B. **Legislação Criminal Especial**. 2ª edição. Salvador. Ed. Juspodivm, 2014;

MINGARDI, Guaracy. **O estado e o crime organizado**. São Paulo: IBCCRIM : Complexo Jurídico Damásio de Jesus, 1998.

NETO, O. B. **Introdução à segurança pública como segurança social: uma hermenêutica do crime**. Salvador: Editoração Eletrônica, 2006.

NUCCI, G. D. S. **Organização Criminosa**. 2ª edição. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Ltda, 2017.

PACHECO, Rafael. **Crime organizado: medidas de controle e infiltração policial**. 1ª edição. Curitiba. Ed. Juruá, 2011.

TOLENTINO NETO, Francisco. **Histórico do Crime Organizado**. In: MESSA, Ana Flávia e CARNEIRO, José Reinaldo Guimarães (coord.). Crime Organizado. São Paulo: Saraiva, 2012.

# Despenalização ou Descriminalização do artigo 28 da Lei nº 11.343/06

*De-criminalization or decriminalization of Article 28 of Law No. 11,343/06*

Leonardo Molina Pereira<sup>1</sup>  
João Georgeton Barbosa da Silva<sup>2</sup>  
João Geraldo Nunes Rubelo<sup>3</sup>  
Helton Laurindo Simoncelli<sup>4</sup>

## RESUMO

O presente estudo tem como finalidade analisar a Despenalização ou Descriminalização do artigo 28 da Lei nº 11.343/06, com ênfase na criminalização do usuário de drogas. Este é o artigo, trouxe o conceito de drogas, assim como toda a evolução histórica; as mudanças que ocorreram da Lei anterior para a Lei atual e a criação do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD). Assim como trouxe os princípios norteadores da Lei de Drogas, e a questão a criminalização dada aos usuários de droga, o proibicionismo e a política de redução de danos, o crime visto como infração de menor potencial ofensivo e as discussões formadas sobre Despenalização, Descriminalização e a Inconstitucionalidade do artigo 28 da Lei nº 11.343/06.

**Palavras – chave:** Despenalização; Descriminalização; Políticas Públicas sobre Drogas.

## ABSTRACT

This study aims to analyze the Decriminalization or Decriminalization of article 28 of Law No. 11.343/06, with an emphasis on the criminalization of drug users. This is the article, it brought the concept of drugs, as well as all the historical evolution; the changes that occurred from the previous law to the current law and the creation of the National System of Public Policies on Drugs (SISNAD). Just as it brought the guiding principles of the Drug Law, and the issue of criminalization given to drug users, prohibitionism and the harm reduction policy, crime seen as an offense with less offensive potential and the discussions formed on Decriminalization, Decriminalization and the Unconstitutionality of Article 28 of Law No. 11.343/06.

**Keywords:** Decriminalization; Decriminalization; Public Policies on Drugs.

## Introdução

O presente estudo acadêmico tem como finalidade uma análise da Despenalização ou Descriminalização do artigo 28 da Lei nº 11.343/06, com ênfase no motivo da criminalização do usuário de drogas e as alterações trazidas pela lei, juntamente com discussões pertinentes nos Tribunais Superiores e exemplos

---

<sup>1</sup> Acadêmico do 10º termo do curso de Direito no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSalesiano Campus Araçatuba.

<sup>2</sup> Professor e Mestre do curso de Direito no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSALESIANO - Campus de Araçatuba.

<sup>3</sup> Filósofo e Mestre em Geografia. Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSALESIANO de Araçatuba.

<sup>4</sup> Coordenador de curso de Direito e Mestre em Direito do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSALESIANO de Araçatuba.

trazidos por outros países sobre a descriminalização e seus efeitos positivos na sociedade.

O referido artigo se faz importante tendo em vista o alto índice crescimento dos usuários de droga no país, ocasionado, em sua maior parte, por não haver efetivo investimento pelo Estado em campanhas de conscientização e financiamentos para o tratamento dos dependentes, a fim de diminuir o uso de drogas.

Se mostra como principal dirigente pela quantidade de usuários de drogas no país, o Estado, por ser detentor de responsabilidade de controlar as drogas no Brasil, garantindo o bem estar social e a saúde pública. De acordo com o posicionamento dos Tribunais Superiores, a respeito da posse de drogas para o consumo pessoal, até o momento atual ocorreu a despenalização.

A intimidade e a vida privada dos indivíduos, de acordo com o artigo 5º, inciso X da Constituição Federal, consolidam a ideia de inconstitucionalidade do artigo 28, que já está sendo discutida no Supremo Tribunal Federal, através do Recurso Extraordinário 635.659, onde três dos onze ministros já estão a favor da descriminalização, e até mesmo recomendam-se a adoção do critério seguido por Portugal, visto que em 2001 descriminalizou todas as drogas e até hoje vem causando grandes resultados positivos, sendo referência em políticas públicas para se lidar com o uso abusivo das drogas.

Por isto se entende que a legislação atual precisa de mudanças, pois a cada dia que passa o mercado de drogas deixado ao tráfico movimenta grande quantidade de dinheiro no país, dinheiro este que poderia ser investido em campanhas de conscientização e usado para financiar o tratamento dos dependentes, a fim de diminuir o uso de drogas, obtendo assim uma evidente proteção aos direitos individuais e a saúde pública.

### **Histórico da Lei nº 11.343/06 (Lei de Drogas)**

As drogas são substâncias que provocam mudanças de comportamento, tanto físicas quanto psíquicas. No Brasil, droga refere-se as substâncias ilícitas que provocam dependência e afetam o comportamento do indivíduo, sendo proibidas por lei a comercialização e a produção. E as substâncias lícitas, que são permitidas por lei, como o álcool, o tabaco e os medicamentos gozam de livre circulação no comércio.

Atualmente, no país, as drogas estão listadas na Portaria n.º SVS/MS 344/98 do Ministério da Saúde (BRASIL, 1998). Conforme enfatizado por Velho (1999, p.276), [...] *é fundamental compreender que o uso de drogas não deve ser examinado isoladamente, sendo passo indispensável a sua contextualização*. Portanto, conclui-se que há diferenças entre cada substância conhecida como drogas, e os efeitos causados por cada uma delas, de acordo com o seu consumo/dependência.

As Drogas fazem parte da sociedade desde os primórdios. O combate às Drogas no Brasil e no mundo iniciou-se há séculos atrás. De acordo com os registros, a primeira legislação referente a drogas existente no Brasil surgiu durante as Ordenações Filipinas em 1603 (BRASIL, 1603), onde teve vigência em matéria civil e criminal até ser revogado pelo Código Civil brasileiro de 1916; (BRASIL, 1916).

O código criminal de 1830 (BRASIL, 1830), sancionado no Brasil, foi o primeiro código pós-independência de Portugal, onde substituiu as Ordenações Filipinas até o código penal republicano de 1890 (BRASIL, 1890), que tinham por objetivo proibir a livre comercialização e circulação de substâncias venenosas, trazendo o primeiro texto legal sobre a comercialização de substâncias venenosas.

Não havia uma legislação antes de 1914 (BRASIL, 1914) tutelando exatamente o significado de drogas como hoje em dia no Brasil. A primeira substância tratada como droga na qual teve uma repercussão geral foi o ópio.

Segundo Batista (1997, p.79), [...] *a política de drogas brasileira começou neste momento a obter um formato mais definido, na direção do “modelo sanitário”, o qual prevaleceria até a década de 50*.

O Decreto Lei nº 891, de 1938 (BRASIL, 1938), inspirado na Convenção de Genebra de 1936 (BRASIL, 1936), teve como objetivo dar maior ênfase aos acordos internacionais a respeito das drogas, apresentou quais eram as substâncias consideradas entorpecentes, impôs regras para o uso e comercialização, equiparando as condutas dos traficantes aos usuários.

Sucedeu então, o Código Penal de 1940 (BRASIL, 1940), na qual de acordo com Carvalho (2007, p.12) começou a tratar do “proibicionista sistematizado”, com a finalidade de diminuir a comercialização e o uso de drogas.

Durante esse momento histórico, já se iniciou a cobiça sobre a descriminalização do uso das drogas, visto que, o Supremo Tribunal Federal e a



jurisprudência majoritária da época, já atentavam que só se aplicavam sanções aos vendedores de drogas, vulgo traficantes, mas não eram aplicadas aos usuários.

Compreende-se que o legislador uniu, em um só crime, o tráfico e o porte de drogas, descriminalizando o uso. A intenção do legislador era meramente em continuar a tratar o usuário de drogas como enfermo, seguindo à risca o modelo sanitário. De acordo com Carvalho (2007, p.12) [...] *a mudança trata da conduta do usuário como dependente e a do traficante delinquente.*

A última Lei vigente na época foi substituída pela Lei 6.368/76 (BRASIL, 1976), na qual foi colocada em artigos distintos a conduta do usuário e do traficante. Essa legislação incorreu um certo avanço, visto que criou um delito próprio para a posse de entorpecentes, separando-a do tráfico e tornando a pena mais branda. Foi determinado a pena de 6 meses a 2 anos e multa, onde em alguns casos o usuário poderia valer-se do benefício da Suspensão Condicional do Processo.

Antes, a figura do traficante e usuário se encontravam-se em um mesmo diploma legal, não havendo distinção entre um e outro.

A lei referida acima não diferenciava aquele que semeava, cultivava ou colhia as plantas produzidas e destinadas à preparação de substâncias psicotrópicas voltadas a consecução do produto para o consumo pessoal.

A partir daí, no ano de 1988, adveio a nova e atual Constituição Federal (BRASIL, 1988), promulgando a Lei nº 11.343, de 2006 (BRASIL, 2006) e revogando a Lei anterior nº 6.368/1976 (BRASIL, 1976). Essa lei constitui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), na qual sofreu uma alteração recente pela nova Lei nº 13.840, de 2019 (BRASIL, 2019) para dispor sobre as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas, assim como determina outras providências. Se encarrega de prevenir do uso indevido; a atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas e, a repressão da produção não autorizada e o tráfico ilícito de drogas.

O órgão SISNAD serve para auxiliar a lei 11.343, de 2006 (BRASIL, 2006), em relação ao usuário, referente aos meios de aplicação das medidas que serão impostas a ele.

Em substituição à linha repressiva adotada anteriormente, a atual Lei de Drogas afasta a possibilidade de aplicação de pena privativa de liberdade ao crime de porte de drogas para consumo pessoal. Ou seja, não existe a aplicação da pena

privativa de liberdade ao usuário surpreendido na posse de drogas, de acordo com a lei atual.

O tratamento dado ao usuário foi totalmente modificado, não submetendo o mesmo as penas privativas de liberdade; aplicando advertências sobre os efeitos das drogas, tais como, prestação de serviços à comunidade, medidas socioeducativas, frisando a ressocialização do mesmo.

Até dado momento, o usuário foi equiparado ao traficante; possuindo agora cada qual o seu artigo na lei, onde o usuário foi favorecido por não possuir em seu texto legal a pena privativa de liberdade, aplicando advertências sobre os efeitos das drogas.

A partir do momento em que se extinguiu a aplicação de pena privativa de liberdade ao usuário, a doutrina passou a defender a descriminalização da conduta do mesmo. De acordo com Gomes (2013, p.111), *[...] do momento em que se aboliu a possibilidade de aplicação de pena privativa de liberdade ao usuário, doutrina abalizada passou a defender a descriminalização da conduta, ora considerando-a infração penal sui generis.*

O Supremo Tribunal Federal - STF julgou que pelas razões do crime de uso não prever penas restritivas de liberdade, não implicam uma descriminalização da conduta, mas sim, uma despenalização do tipo.

Mostra-se, no entanto, que existe um certame a respeito deste assunto, sobre a descriminalização ou despenalização do artigo 28, da Lei nº 11.343, de 2006 (BRASIL, 2006).

### **Princípios Norteadores da Lei nº 11.343/06 (Lei de Drogas)**

Os princípios nos remetem a uma ideia de início, onde realiza uma análise da legitimidade da conduta do usuário frente as vontades constitucionais do Estado Democrático de Direito.

Os princípios regulam as atividades jurídicas e coordenam o sistema jurídico para uma melhor fluidez em prol da humanidade; limitando e conduzindo os legisladores, os julgadores e o executores, sendo o ponta pé inicial para que novas leis sejam criadas, banidas e executadas, configurando os limites regimentais e peremptórios.

Há muitos princípios que circulam o ordenamento jurídico e que devem

nortear os operadores do direito na aplicação da lei ao caso concreto.

O surgimento da proporcionalidade serviu como meio para limitar as ações dos governantes. Se antes era garantido a totalidade do poder do soberano, atualmente serve para controlar os seus atos.

Um dos critérios instituídos como mais relevante, é o princípio da proporcionalidade. O princípio da proporcionalidade também é conhecido por princípio da razoabilidade, onde não se autoriza que as prioridades ponderadas pela Constituição Federal sejam lesionadas ou até mesmo despejadas por algum ato administrativo, judicial ou legislativo que ultrapasse os limites e progrida sem a aprovação dos direitos fundamentais.

A proporcionalidade em sentido estrito, é uma analogia feita entre o delito praticado e a medida aplicada, sem excessos quanto a punição determinada. Exige-se que entre o meio protegido e o fim planejado exista uma relação de proporção, ou seja, não se pode aceitar uma enorme delimitação para um fim de pouca importância.

O princípio da ofensividade ou lesividade conduz a todos que não se deve responsabilizar atos que não violam bens jurídicos tutelados. É uma norma que garante a incapacidade da estruturação do ilícito, ou quando se mostrar o fato ofensivo, lesivo, ou perigoso ao bem jurídico tutelado.

Assim como em outros princípios, o da lesividade não está direcionado apenas ao legislador, mas também ao julgador da norma incriminadora, na qual deverá analisar, através da eventualidade de um fato tido como criminoso, se ocorreu real lesão ou perigo concreto de lesão ao bem jurídico tutelado.

Com outras palavras, o legislador deve deixar de qualificar como crime ações incapazes de ferir ou de colocar em perigo concreto o bem jurídico de outros, na qual é defendido pela norma penal. Tratando-se do consumo de drogas, o agente (usuário), no entanto, não expõe a perigo concreto o bem jurídico tutelado pelo regulamento, qual seja a saúde pública.

O surgimento do princípio da alteridade vem complementando o princípio da ofensividade, na qual estabelece que o indivíduo não pode sofrer penalidade por causar dano à si mesmo. É o caso do usuário de drogas, assim como a tentativa de suicídio e a autolesão, por não causarem danos a bens jurídicos de terceiros.

O elemento que incorre nas condutas previstas no artigo 28 da Lei

11.343/2006 (BRASIL, 2006), está causando mal à própria saúde, o que não fundamenta uma intercessão repressora do Estado na esfera de sua vida particular. Mostra-nos, portanto, que há uma violação ao princípio da alteridade, por parte do referido artigo.

O princípio da insignificância consiste em uma ordenação política criminal, na qual não deve dar notoriedade a comportamentos incapazes de ferir bens juridicamente protegidos. Este princípio elimina a tipicidade do fato.

Apesar de elencadas determinadas condutas, não se especifica a quantidade suficiente da substância que o indivíduo deve portar para que seja configurado tal crime. Portanto, o simples fato de estar portando drogas para o consumo pessoal, já configura o delito; punindo-o mesmo que de maneira moderada.

Encontra-se estabelecida na Constituição Federal a dignidade da pessoa humana como regulamento jurídico, agindo como uma limitação para o desempenho do Estado e da Sociedade, resguardando a singularidade e a liberdade da pessoa contra qualquer tipo de intercessão.

Os direitos fundamentais progrediram com a intenção de resguardar o indivíduo em sua dignidade; no entanto se torna essencial destacar o conceito desses valores e promover a autonomia da sociedade.

A Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988) foi criada com o intuito de instituir um Estado Democrático de Direito determinado a sustentar o exercício de todos os direitos e garantias sociais e individuais, bem como a liberdade, o bem estar, a igualdade e a segurança, sem discriminações, comprometida nacionalmente e internacionalmente com uma solução pacífica dos litígios.

O princípio da intervenção mínima determina que o direito penal deve proceder somente nas situações imprescindíveis, que sejam realmente graves “ultima ratio”, garantindo a seguridade jurídica. Tal princípio é remetido ao legislador, assegurando que legisle de modo cauteloso, pois a produção de leis no direito penal deve ser feita de maneira seletiva, evitando que se banalize o conceito de crime e que restrinja a aplicação da pena.

Ao criminalizar o porte de drogas como sendo gravemente prejudicial aos bens jurídicos e a saúde pública, fica evidenciado que existe um desrespeito em relação a este princípio, uma vez que a conduta do agente não manifesta adequada

capacidade lesiva à sociedade, não justificando a interferência do Estado na vida privada deste indivíduo.

O princípio da isonomia, também conhecido como princípio da igualdade, faz referência ao conceito de que está diretamente conectado a concepção de justiça. Está de acordo com a expressão prevista no caput do artigo 5º, da CF (BRASIL, 1988): “*todos são iguais perante a lei*”.

A todo momento, este princípio é violado e como resultado gera na sociedade um sentimento de conturbação e desobrigação. Logo, o princípio da igualdade deverá ser posto de maneira em que se alcance a sua total integralidade, não somente perante a Lei, mas também a todo o Direito e a justiça. Salientando a necessidade de acatamento do Direito Penal, somente assim poderá alcançar uma verdadeira e concreta igualdade e justiça, à luz deste princípio e de um Estado Democrático de Direito.

### **Tratamento Penal e Decisão dos Tribunais referentes a Lei nº 11.343/06 (Lei de Drogas)**

Com a introdução da Lei nº 11.343/06 (BRASIL, 2006), fundou-se no meio estudantil, grande debate sobre o artigo 28 da Lei de Drogas, onde é tratada a figura do usuário. A referida discussão surgiu mediante a aplicabilidade de medidas restritivas de direito, visto que, atualmente não se aplica mais penas privativas de liberdade a este tipo crime; onde se tem como ideia buscar a descriminalização, portanto a *abolitio criminis*.

O uso da droga não foi tipificado pelo legislador caso o agente já estivesse sobre os efeitos da mesma, mas sim, buscou sancionar aquele em que traz consigo ou transporta para posterior uso.

Não existe uma quantidade determinada para que o juiz firme seu embasamento, distinguindo o usuário do traficante. Portanto, é o julgador quem examina o caso concreto em geral e procura ajustar à conduta do agente em algum dos tipos penais, não tendo como base uma quantia estabelecida.

As sanções aplicadas pelo Juiz possuem prazo não superior a 5 meses aos primários, e não superior a 10 meses aos reincidentes. Para servir de ocupação e recuperação dos usuários, podem ser imposta prestação serviços à comunidade, se assim entender o Juiz, sem fins lucrativos para os mesmos.

Busca-se ressaltar a possibilidade de reincidência nos casos diretamente pertencentes ao crime previsto no §4º, do artigo 28 da Lei nº 11.343/06 (BRASIL, 2006), ao qual dobra o prazo estipulado pelo §3º, do artigo 28 da Lei nº 11.343/06 (BRASIL, 2006) que é aplicado aos primários.

Sobre o artigo 28 da Lei nº 11.343/06 (BRASIL, 2006), em seu texto legal não apresenta pena de reclusão ou detenção, e, todavia, é visto como crime.

O debate atingiu até mesmo o Supremo Tribunal Federal (STF), onde a entidade julgadora compreendeu como simples despenalização da norma, ou seja, a norma descrita no artigo 28 da Lei nº 11.343/06 (BRASIL, 2006), continua sendo crime, apenas não será imposta pena de reclusão ou detenção.

Portanto, o artigo 28 da Lei nº 11.343/06 (BRASIL, 2006), acaba criando um novo conceito de crime, onde até mesmo o próprio Supremo Tribunal Federal (STF) foge à regra geral elaborado pelo artigo 1º da Lei de Introdução ao Código Penal, Decreto - Lei 3.914/41 (BRASIL, 1941).

Após a alteração da lei, foi dada atenção ao usuário, buscando sua reinserção na sociedade, para que o mesmo pudesse ingressar em clínicas de reabilitação, no lugar de cumprir pena privativas de liberdade.

A diferença entre drogas lícitas ou ilícitas se deu por cabimento político, sem prerrogativas médicas que as definissem como definitivas. Se qualquer pessoa se sentisse livre para tomar as suas decisões a respeito do uso de drogas, caso fosse permitido, provavelmente teriam mais curiosidade em saber se a droga causaria alguma reação e, o sujeito não mais seria considerado um criminoso.

Se houvesse uma melhor fonte de informações a respeito da ressocialização do indivíduo, e meios para que qualquer pessoa pudesse prestar auxílio imediato; o acesso a esses tipos de clínicas especializadas seria de interesse comum entre esses indivíduos.

No Brasil, adotou-se uma política de redução de danos, funcionando como uma estratégia da saúde pública destinada aos usuários que não podem ou não querem parar de usar as drogas. Por descrição, seu objetivo é pautado na prevenção aos danos causados, do que no uso de drogas em si.

A grande maioria não precisa de tratamento, mas para que minimizem os riscos de permanecerem usando drogas e por consequência causar danos a eles mesmos ou a outros, é primordial a prestação de informações sobre as políticas de

redução de danos, favorecendo os sujeitos, e mantendo a saúde pública em segurança.

Este assunto gera muito impacto nas pessoas ao se depararem com o comportamento dos usuários, causado pelo uso de drogas; pois não possuem nenhum embasamento por haver grande falta de informações a respeito da ressocialização dos indivíduos, e meios que garantem que qualquer pessoa pudesse prestar auxílio imediato.

O crime do uso de entorpecentes é de menor potencial ofensivo, sendo designado a responsabilidade da competência ao Juizado Especial.

Os dois institutos existentes do direito penal que se pontua na determinada Lei para uma melhor compreensão a respeito da natureza jurídica sobre o uso das drogas, são a despenalização e a descriminalização de condutas.

De maneira bem sucinta, é entendido a despenalização como o instituto jurídico que extingue a punibilidade de um fato, que ainda é visto como um crime; já a descriminalização é entendida como o instituto jurídico que através de um ato se extingue o crime.

A Lei nº 11.343/06 (BRASIL, 2006), extinguiu a natureza penalizadora ao deixar de prever as penas privativas de liberdade e restritivas de direitos, mesmo o sujeito sendo reincidente. Ademais, não deixou de ser considerado crime, visto que as penas alternativas elencadas têm aplicação imediata, sancionando o sujeito juridicamente e socialmente.

O simples fato de o Estado proteger interesses coletivos e deixar de lado os individuais, permite que sancione o indivíduo por mínima quantidade de drogas, elencando a ele a condição de criminoso.

Por consequência, o artigo 28 da Lei nº 11.343/06 (BRASIL, 2006), viola a intimidade; a vida privada e, a liberdade individual prevista no inciso X, do artigo 5º da Constituição Federal (BRASIL, 1988), sendo contrário aos princípios da alteridade, ofensividade e dignidade humana.

Como já visto, existe uma grande discussão a respeito da concordância do artigo 28 da Lei nº 11.343/06 (BRASIL, 2006), com a Constituição Federal. Tal questão chegou ao Supremo Tribunal Federal (STF), e a discussão da matéria se encontra presente no Recurso Extraordinário 635.659, questionando a constitucionalidade do referido artigo, analisado sob a perspectiva de sua

discordância com as garantias constitucionais da vida privada e intimidade do agente.

Foi apresentado pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo o Recurso Extraordinário, alegando a inconstitucionalidade do artigo 28 da Lei nº 11.343/06 (BRASIL, 2006), por violar o artigo 5º, X, da Constituição Federal (BRASIL, 1988), no momento em que um indivíduo foi condenado por portar 3g de maconha para uso pessoal.

A manifestação sobre o referido Recurso foi apresentada favoravelmente pela votação para descriminalização por apenas três ministros do Supremo Tribunal Federal - STF, onde o ministro Gilmar Mendes se posicionou a favor da descriminalização de todas as drogas e, os ministros Luiz Edson Fachin e Luís Roberto Barroso se posicionaram a favor da descriminalização, limitando ao porte e uso apenas em relação a maconha, permanecendo a restrição das demais drogas ilícitas. Barroso ainda defende a porcentagem de até 25 gramas de maconha para se distinguir o tráfico do uso de drogas, no entanto, atualmente ainda não existe um limite específico para diferenciar a quantidade relativo ao traficante e ao usuário.

O voto do ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes no Recurso Extraordinário foi pela inconstitucionalidade do artigo 28 da Lei nº 11.343/06 (BRASIL, 2006), pois, de acordo com seu entendimento, a criminalização se trata de uma repreensão incompatível feita ao usuário.

A partir daí foi declarado inconstitucional, pelo ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, o artigo 28 da Lei nº 11.343/06 (BRASIL, 2006), dando provimento ao Recurso Extraordinário. No entanto, deve-se manter a legislação atual até que se implemente legislação específica com natureza administrativa, tornando válida a sua regulamentação.

O voto do ministro do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin no Recurso Extraordinário foi pelo parcial provimento do recurso sobre a inconstitucionalidade do artigo 28 da Lei nº 11.343/06 (BRASIL, 2006), pois de acordo com seu entendimento, somente a maconha deveria ser objeto da descriminalização.

O voto do ministro do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso no Recurso Extraordinário foi pelo parcial provimento do recurso sobre a inconstitucionalidade do artigo 28 da Lei nº 11.343/06 (BRASIL, 2006), pois de acordo com seu entendimento, somente a maconha deveria ser objeto da



descriminalização.

Para que se possa distinguir os usuários dos traficantes, é importante determinar parâmetros objetivos, reduzindo assim a arbitrariedade da autoridade judicial e policial.

Após essas considerações, pontua-se que seria necessários seis votos favoráveis dos onze ministros para que se tenha aprovação, no entanto, ainda necessitam de mais três votos favoráveis para que haja o provimento do Recurso a respeito do porte de maconha para consumo pessoal. O referido Recurso ainda se encontra em andamento, no entanto, é necessário que o Poder Legislativo adote medidas que regulamentem de maneira que pacifique o tema em questão; pois até o momento, ocorreu apenas a despenalização com a implementação da atual Lei nº 11.343/06 (BRASIL, 2006), em seu artigo 28.

## **Conclusão**

A atual pesquisa mostra a realidade pautada sobre o artigo 28 da Lei nº 11.343/06 (BRASIL, 2006). Conforme já apresentado, ocorreu mudanças consideráveis da Lei nº 6.368/76 (BRASIL, 1976) para a Lei nº 11.343/06 (BRASIL, 2006), cujas as penas estipuladas em seus dispositivos sofreram reduções passando de detenção para alternativas.

Diante da quantidade absurda de usuários no Brasil, mostra-se necessário a correção da legislação, visto que foi mal elaborada. Apesar das alterações realizadas, devem ser concedidas à Lei políticas melhores, com um objetivo de controlar o uso e recuperar os usuários de drogas no país.

Por ser detentor de responsabilidade de controlar as drogas no Brasil, garantindo o bem estar social e a saúde pública, se mostra como principal dirigente pela quantidade de usuários de drogas no país, o Estado. Assim, entende-se que a sociedade carece de uma legislação atualizada para melhor atender as necessidades referidas.

Ademais, evidencia-se que a repressão não é o melhor caminho a ser seguido para controlar a propagação das drogas. Informações referentes às consequências do uso das drogas é o que não falta nos dias de hoje, e mesmo assim o número de usuários continua o mesmo, se não maior, ou seja, as medidas repressivas de combate ao uso de entorpecentes não são eficazes.

Portugal, em 2001 descriminalizou todas as drogas, e a abordagem que antes era de repressão, passa então a acolher e amparar os indivíduos, sendo conhecido este amparo como a dissuasão de toxicodependência e, até hoje, vem causando grandes resultados positivos, passando a ser referência em políticas públicas para se lidar com o uso abusivo das drogas.

Podemos aprender muito com as políticas públicas sancionadas por outros países, como Portugal, que adotou a descriminalização e até hoje vem causando grandes resultados positivos, passando a ser referência em políticas públicas para se lidar com o uso abusivo das drogas.

A criminalidade cresce a cada dia com este mercado de drogas deixado ao tráfico, onde se movimenta grande quantidade de dinheiro no país, dinheiro este que poderia ser investido em campanhas de conscientização e usado para financiar o tratamento dos dependentes, a fim de diminuir o uso de drogas, obtendo assim uma evidente proteção aos direitos individuais e a saúde pública.

### **Referencial Bibliográfico**

ALEXY, Robert. **Teoria da argumentação jurídica**: a teoria do discurso racional como teoria da justificação jurídica. Trad. Zilda Hutchinson Schild Silva, São Paulo: Landy editora, 2001, p. 90.

BARROSO, Luis R.. **Interpretação e aplicação da constituição**. 2006, p. 286.

BATISTA, Nilo. **Política criminal com derramamento de sangue**. In: Revista Brasileira de Ciências Criminais, nº 20. São Paulo: IBCCRIM/Revista dos Tribunais, 1997. p. 79

BITENCOURT, Cezar R. **Tratado de Direito Penal**: Parte Geral, 1. 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 36.

BRASIL. Decreto no 11.481 de 10 de fevereiro de 1915. **Diário Oficial da União, Poder Executivo, Rio de Janeiro**, RJ, 10 de fevereiro de 1915, Seção 1, p. 3597. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11481-10-fevereiro-1915-574770-republicacao-98061-pe.html>>. Acesso em: 08 maio 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário nº 635659. Recorrente: Francisco Benedito de Souza. Recorrido: Ministério Público do Estado de São Paulo. Relator Ministro Gilmar Mendes. São Paulo, 22 de fevereiro de 2011. Voto Ministro Gilmar Mendes, 2015. Disponível em: < <https://www.conjur.com.br/dl/re-posse-drogas-para-consumo-voto-gilmar.pdf> >. Acesso em: 11 out. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário nº 635659. Recorrente: Francisco Benedito de Souza. Recorrido: Ministério Público do Estado de São Paulo. Relator Ministro Gilmar Mendes. São Paulo, 22 de fevereiro de 2011. Voto Ministro Edson Fachin, 2015. Disponível em: < [http://www.mppr.mp.br/arquivos/File/Projeto\\_Semear/Integra\\_voto\\_Ministro\\_Fachin.pdf](http://www.mppr.mp.br/arquivos/File/Projeto_Semear/Integra_voto_Ministro_Fachin.pdf) >. Acesso em: 11 out. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário nº 635659. Recorrente: Francisco Benedito de Souza. Recorrido: Ministério Público do Estado de São Paulo. Relator Ministro Gilmar Mendes. São Paulo, 22 de fevereiro de 2011. Voto Ministro Luís Roberto Barroso, 2015. Disponível em: < <https://www.conjur.com.br/dl/leia-anotacoes-ministro-barroso-voto.pdf> >. Acesso em: 11 out. 2020.

BRASIL. (STF - RE: 430105 RJ, Relator: Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, Data de Julgamento: 13/02/2007, Primeira Turma, Data de Publicação: DJe-004 DIVULG 26-04-2007 PUBLIC 27-04-2007 DJ 27-04-2007 PP-00069 EMENT VOL-02273-04 PP-00729 RB v.19, n.523, 2007, 9. 17-21 RT v. 96, n. 863, 2007, p. 516-523). Disponível em: < <https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/14729580/questao-de-ordem-no-recurso-extraordinario-re-430105-rj> >. Acesso em: 10 jun. 2020.

CAMARGO, Chaves. **Culpabilidade e Reprovação Penal**. São Paulo: Sugestões Literárias, 1994, p. 27-28.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal Especial**. vol.4, 9ª Ed. Saraiva, 2014, p. 412.

\_\_\_\_\_. **Legislação penal especial: juizados especiais criminais: interceptação telefônica :crime organizado: drogas**. 6.ed. São Paulo: Ed. Damásio de Jesus, 2007, p. 134-135.

CARVALHO, Salo A.. **Política Criminal de Drogas no Brasil: estudo criminológico e dogmático**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007, p. 23.

CRISTÓVAM, José S. S.. **Colisões entre princípios constitucionais**. 2006, p. 217.

DALLARI, Dalmo A.. **Direitos Humanos e Cidadania**; 1ª edição (Coleção Polêmica), editora Moderna – São Paulo, 1998, p. 72.

FERRAJOLI, Luigi. **Direito e razão: teoria do garantismo penal**. Trad. Ana Paula Zomeret alii. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002, p. 374.

GAMA, Ricardo R.. **Nova Lei sobre drogas: Lei no. 11.343/2006 comentada**. 1. ed. Campinas: Russell Editores, 2006, p. 26.

GOMES, Luiz F.. **Lei de Drogas Comentada artigo por artigo: Lei 11.343/06, de 23.08.2006**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p.7

\_\_\_\_\_. **Lei de Drogas comentada**. 5ª Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013, p. 111

\_\_\_\_\_. **Norma e bem jurídico no direito penal** (Série As ciências criminais no século XXI: V.5). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001, p. 24.

\_\_\_\_\_. **Nova lei de drogas: descriminalização da posse de drogas para consumo pessoal**. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 11, n. 1236, 19 nov. 2006. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/9180>. Acesso em: 9 out. 2020. Página 216.

\_\_\_\_\_. **Lei de Drogas comentada**. 5ª Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013, p. 122

\_\_\_\_\_. **Direito Penal: introdução e princípios fundamentais**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.p. 443 – 444.

GRECO FILHO, Vicente. **Lei de Drogas anotada: Lei nº. 11343/ 2006**. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 01.

GRECO, Rogério. **Direito Penal do Equilíbrio: uma visão minimalista do Direito Penal**. 4ª ed. Niterói-RJ: Impetus, 2009, p. 26.

\_\_\_\_\_. **Curso de Direito Penal: parte geral**. Vol. I. 16. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2014. P. 52.

GUIMARÃES, Isaac S.. **Tóxico: Comentários, Jurisprudências e Prática** (à luz das leis 10.409/02 e 6.368/76). 3. ed. ver,atual e ampl. Curitiba: Juruá, 2004, p.25.26.

KARAM, Maria L.. **De crimes, penas e fantasias**. 2. Ed. Niterói: Lumen, 1993, p. 26.

\_\_\_\_\_. **Drogas ilícitas e globalização: A proibição causa a maioria dos danos associados às drogas**. Narconews. Rio de Janeiro, 18 mai. 2003.

\_\_\_\_\_. **Proibições, Riscos, Danos e Enganos, as drogas tornadas lícitas**. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2009. p. 30

KARAM, Maria L. **Proibições Riscos, Danos e Enganos as Drogas Tornadas Ilícitas**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009. 09p.

\_\_\_\_\_. **A Lei 11.343/2006 e os repetidos danos do protecionismo**. Boletim IBCCRIM, ano 14, nº 167, p. 7, out., 2006

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 12 ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 75.

# Família à luz da Evolução da biogenética: análise sobre a colisão do direito à personalidade e o direito à identidade

*Family in the light of the evolution of biogenetics: An analysis of the collision of the  
right to personality and the right to identity*

Anna Kathlen de Souza e Silva<sup>1</sup>  
João Francisco de Azevedo Barretto<sup>2</sup>  
João Geraldo Nunes Rubelo<sup>3</sup>  
Helton Laurindo Simoncelli<sup>4</sup>

## RESUMO

A crescente evolução das ciências, da biotecnologia e principalmente da engenharia biogenética possibilitou o desenvolvimento das técnicas de reprodução humana assistida, nas quais proporcionaram o surgimento de novas concepções para o Direito de Família. Será utilizada a revisão de bibliográfica sobre o tema. Nesse contexto, o presente trabalho possui a finalidade de analisar a evolução histórica e social do instituto familiar, buscando avaliar as transformações que vêm ocorrendo no parâmetro jurídico, ético e social, principalmente no que tange a filiação e no nascimento de novas estruturas familiares.

**Palavras-chave:** Família; Biogenética; Princípios, Técnicas de Reprodução Humana Assistida.

## ABSTRACT

The growing evolution of sciences, biotechnology and mainly of biogenetic engineering enabled the development of assisted human reproduction techniques, in which they provided the emergence of new conceptions for Family Law. In this context, the present work has the purpose of analyzing the historical and social evolution of the family institute, seeking to evaluate the transformations that have been occurring in the legal, ethical and social parameter, mainly regarding the affiliation and the birth of new family structures.

**Keywords:** Family; Biogenetics; Principles, Techniques of Assisted Human Reproduction.

## Introdução

O presente trabalho visa fazer uma análise jurídica acerca do instituto familiar frente à evolução da biotecnologia e da engenharia genética, principalmente no que tange a reprodução humana assistida. Nesse contexto, busca discutir alguns aspectos da utilização das técnicas de reprodução humana assistida e as principais consequências frente ao direito à identidade genética e o direito a filiação. Num primeiro momento abordaremos sobre a evolução do instituto familiar, as novas

---

<sup>1</sup> Acadêmica do 10º termo do curso de Direito no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSalesiano Campus Araçatuba.

<sup>2</sup> Prof. (a) do curso de Direito no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSALESIANO - Campus de Araçatuba.

<sup>3</sup> Filósofo e Mestre em Geografia. Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSALESIANO de Araçatuba.

<sup>4</sup> Coordenador de curso de Direito e Mestre em Direito do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSALESIANO de Araçatuba.

visões e os conceitos consagrados pelo Direito de Família contemporâneo, até então fundados nas posições arcaicas e patriarcais.

Neste momento, cabe acrescer que a Constituição Federal de 1988 trouxe uma profunda mudança no Direito de Família consagrando uma ideia pluralista de família, possibilitando o gozo do direito ao planejamento familiar e outros princípios basilares que possuem nexos com a dignidade da pessoa humana.

Por outro lado, adentraremos aos aspectos da reprodução humana assistida, suas espécies, as questões éticas e jurídicas que delas decorrem e sobre o instituto da filiação, o direito à identidade genética e as principais mudanças consagradas a partir da utilização das técnicas de reprodução humana assistida surgindo dessa forma, diversas estruturas familiares que se baseiam no afeto. Dentre as diversas técnicas que surgiram no século passado, as técnicas de reprodução humana assistida destacam-se pela amplitude que causaram no conceito de vida, tornando ainda mais necessário a fixação de limites às práticas científicas sem, contudo, bloqueá-las.

Nesse ínterim, retrataremos também sobre o disciplinamento da reprodução humana assistida no Brasil e em outros países, abordando nesse momento sobre a Resolução disciplinada pelo Conselho Federal de Medicina e os seus diversos dilemas.

Por fim, concluiremos abordando sobre o direito à identidade genética, o direito de filiação, os seus aspectos jurídicos, as distinções e as consequências que poderão trazer para o nosso ordenamento jurídico.

Cabe esclarecer que o presente trabalho não visa estabelecer uma posição fechada sobre o assunto, manifestando sobre o que é certo ou que é errado diante da célebre evolução das práticas científicas, mas apenas trazer uma análise de elementos que incentivem a reflexão e a discussão consciente sobre o abrangente tema, principalmente no que tange as diversas lacunas existentes no ordenamento jurídico, lacunas estas que trazem diversas inseguranças no âmbito social, ético e jurídico.

Mediante o exposto, cabe salientar que método utilizado neste presente trabalho é o dedutivo e bibliográfico, contemplando como fontes de pesquisa livros, sites científicos, educacionais e meramente informativos, artigos científicos,

legislações específicas e esparsas, enunciados e orientações jurisprudenciais e dentre outros.

### **Família à luz da evolução da biogenética**

A família é um instituto simbólico das relações sociais como um todo, tendo em vista que toda a vida tem origem numa família.

Não há ninguém no planeta que não proceda de uma geração anterior ou que não possua um certo parentesco, mesmo que distante de determinada família, sendo assim, é premissa básica e incontroversa que todo ser humano ao receber o dom da vida, está ligado de alguma maneira ao seio familiar, considerado como estrutura básica social.

A família é o lugar da construção social da realidade e conforme já dispõe a Declaração dos Direitos Humanos (ONU, 1948) o instituto familiar tem direito à proteção da própria sociedade e do Estado.

Já Saraceno (1997, p.14) nos ensina que [...] *a família é o lugar da construção social da realidade, tendo em vista que ela constitui os arquétipos sociais contribuindo na definição das formas e os sentidos da própria mudança social.*

Visto que a sociedade não possui como característica a imobilidade, instituições perecem, novas advêm de suas ruínas, como também se formam por novos preceitos basilares, nesse contexto, cabe esclarecer que a instituição família sofreu diversas alterações no âmbito social, econômico, religioso e jurídico.

E em decorrência da evolução do conceito do instituto em comento, é necessário que o Direito evolua no mesmo sentido, possibilitando um amparo jurídico desse instituto, uma vez que ele é o seu núcleo.

Com a evolução de diversos setores da sociedade, como por exemplo, a ciência, a medicina, a tecnologia e o surgimento das técnicas de reprodução humana assistida houve a abertura de um leque de possibilidades àqueles indivíduos que por algum motivo não conseguem procriar de forma natural. Diante desse novo panorama, surgem diversas questões que até então eram inimagináveis abrindo margens e inovações ao instituto familiar, às uniões homoafetivas e às famílias monoparentais, os quais tratam daquelas famílias que possuem a presença de um só genitor, homem ou mulher, no papel da criação, educação e manutenção da prole. Assim, observa-se que com o decorrer do tempo, o instituto familiar vem se

modificando, desconstruindo aquela estrutura familiar patriarcal, biológica e preconceituosa que possui base histórica desde a Grécia Antiga onde a única possibilidade de constituir uma família era pela união de 2 (duas) pessoas com sexo diferentes e através de um ato solene, qual seja o casamento.

Nos primórdios da história e até hoje observamos este comportamento e pensamento que a única finalidade do instituto familiar é a procriação, a satisfação do prazer, considerando o homem como o chefe e a mulher como aquela que possui apenas as responsabilidades domésticas e de cuidado dos filhos, nesta seara nos trazem enorme reflexos negativos e uma discrepância de direitos entre o homem e a mulher.

No que tange a lei, sempre foi limitado o instituto familiar identificando a família com o casamento, e só a partir da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) é que houve uma mudança de patamar, basta observar que a família é regulamentada em 1 (um) capítulo próprio na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), renovando nesse sentido o instituto familiar e consagrando que a família decorre de um vínculo afetivo e que leva a comunhão de vidas e embaralhamento de patrimônios.

Não é à toa que a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) é considerada a Constituição Cidadã, pois trouxe a consagração de diversos princípios, como por exemplo, a dignidade da pessoa. A família deixou de ser um fim e passou a ser meio, digamos nesse sentido que a família passou a ser algo instrumental pela qual as pessoas desenvolvem a sua personalidade na busca da realização pessoal. Essa realização pessoal é a felicidade, que também é um direito fundamental e em face das vicissitudes históricas, culturais e políticas tem-se compreendido que o direito de família é regido pelos princípios basilares da dignidade humana, da igualdade jurídica entre os cônjuges, da igualdade jurídica de todos os filhos.

A nova família, estrutura nas relações de autenticidade, afeto, amor, diálogo e em nada se confunde com o modelo tradicional, quase sempre próximo da hipocrisia, da falsidade institucionalizada e do fingimento. Mas a verdadeira igualdade tem sido realmente obtida no terreno meramente humano, das relações sociais, das tendências das novas gerações, dos novos casais que só aceitam como satisfatórias as relações fundadas sobre a reciprocidade e a igualdade, sobre a intensidade dos sentimentos e a veracidade dos propósitos.



Acresce ainda, que a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) trouxe a consagração do direito ao planejamento familiar, no qual assegura aos indivíduos o direito de decidirem se desejam ter filhos, a forma que pretendem ter filhos e outros critérios sem a interferência estatal.

Assim, todas as pessoas têm os mesmos direitos de formular e perseguir seus planos de vida desde que não firam direitos de terceiros. Paralelamente, consagra, a liberdade nas relações familiares, no entanto uma liberdade que deve ter como base a responsabilidade, conforme menciona Ferraz (2016, p.95):

*[...] tal liberdade, no entanto, no âmbito do planejamento familiar é uma liberdade responsável, posto que os indivíduos devem levar em consideração os direitos do filho que vai nascer, seus deveres para com eles e o bem comum.*

Com efeito, observa-se que a Constituição Federal (BRASIL, 1988) e as demais normas não consagram ou demonstram expressamente ou implicitamente uma distinção entre a família formada por reprodução humana assistida e a família formada por procriação natural, sustentam apenas o direito de ser formar uma família com base nos fundamentos e princípios constitucionais.

Imperioso ressaltar neste momento que, o Código Civil de 2002 (BRASIL, 2002) já regulamenta de uma forma minuciosa sobre a reprodução assistida a partir do artigo 1.597 do Código Civil (BRASIL, 2002). Neste sentido consagra a liberdade de construir uma comunhão de vida familiar, o poder familiar, o superior interesse da criança e do adolescente, a afetividade, a solidariedade familiar e que a preferência sexual não deve servir como critério de admitir, ou não, a formação de uma família com filhos, sob pena de infringir o sagrado cânone do respeito à dignidade humana, que conduz à vedação de qualquer forma de desigualdade e discriminação.

### **Biotecnologia, Bioética e o Biodireito**

A revolução da sociedade e a evolução da medicina e da tecnologia despertaram na comunidade científica e na sociedade contemporânea a preocupação com as consequências da utilização dessas descobertas e a necessidade de impor limites éticos ao conhecimento tecnológico e à engenharia genética, sem, contudo, impedir o progresso e a melhoria das condições de vida do homem.

Conforme ensina Van Potter, o pai da Bioética:

*[...] nem tudo que é cientificamente possível é eticamente aceitável, diante disso os avanços das ciências deveriam ser sedimentados com uma cultura mais humanitária com limites e finalidades na intervenção do homem sobre a vida, ou seja, no respeito aos valores humanos.*

Nesse sentido, tem se desenvolvido 3 (três) grandes áreas, a biotecnologia que segundo a ONU trata-se de qualquer aplicação tecnológica que utiliza sistemas biológicos, organismos vivos, ou seres derivados, para fabricar ou modificar produtos ou processos para utilização específica.

A bioética que é o mais novo e complexo ramo da ética filosófica, pois trata da responsabilidade em relação à humanidade do futuro e, ao mesmo tempo, considera a pessoa humana como detentora de direitos inalienáveis.

O biodireito (biolaw) que juntamente com a bioética efetua constantes estudos interdisciplinares com o objetivo de formar um conjunto de normas a dar soluções normativas a grandes dilemas decorrentes da biotecnologia. O biodireito contém os direitos morais relacionados à vida, à dignidade e à privacidade dos indivíduos e surge na esteira dos direitos fundamentais e, nesse sentido, inseparável deles.

Nesse sentido, é necessário que o desenvolvimento da biotecnologia e as demais áreas da ciência caminhem em conjunto com a bioética e o biodireito a fim de que haja um equilíbrio destas novas questões tecnológicas, científicas, sociais e jurídicas que vêm surgindo e desenvolvendo e principalmente uma contribuição para estabelecer os seus fundamentos na valorização e preservação da dignidade e vida humanas, hoje princípios constitutivos do nosso sistema.

Barboza (2003, p.27) esclarece que:

*O encaminhamento das soluções jurídicas para todos confrontos decorrentes desses fatos, ainda que distintos em sua causa e efeitos, deve encontrar um ponto comum em princípios éticos, notadamente na valorização e preservação da dignidade e vida humanas, hoje princípios constitutivos do nosso sistema. Por conseguinte, após a constitucionalização do Direito Civil, todas as respostas devem, necessariamente, estar embasadas nos princípios estabelecidos pela Constituição Federal pertinentes à matéria, dentre outros: dignidade da pessoa humana, respeito aos direitos fundamentais, direito à vida, paternidade responsável, melhor interesse da criança e do adolescente, vedação de qualquer tipo de comercialização na retirada das partes do corpo para fins de transplante, e preservação da integridade e diversidade do patrimônio genético.*

Por fim, cabe ressaltar que após a constitucionalização do Direito Civil, todas as respostas devem necessariamente estar embasadas nos princípios estabelecidos pela Constituição Federal (BRASIL, 1988) pertinentes à matéria, quais sejam: respeito aos direitos fundamentais, direito à vida, paternidade responsável, melhor interesse da criança e do adolescente, vedação de qualquer tipo de comercialização na retirada das partes do corpo para fins de transplante, e preservação da integridade e diversidade do patrimônio genético.

### **Reprodução Humana Assistida**

A reprodução humana assistida se desenvolveu no final da década de 70 com o nascimento do primeiro bebê proveta na Inglaterra. A reprodução assistida consiste em um conjunto de operações médicas que possuem o objetivo de possibilitar aos indivíduos que enfrentam a infertilidade, a esterilidade e outros aspectos que os impossibilitam de gerar uma criança a possibilidade de gerar novas vidas, ou seja, de procriar.

Nesse sentido, a questão da reprodução humana assistida vem ganhando espaço na nossa sociedade e atualmente, para quase todos os tipos de infertilidade ou esterilidade existe uma técnica apropriada e conforme dispõe a Organização Mundial da Saúde (OMS, 1948) a infertilidade é um problema de saúde global e nesse contexto necessita de concessão de recurso em países que sofrem com a escassez. Imperioso ressaltar ainda, que já existem diversos julgamentos no nosso ordenamento jurídico que deferem o acesso às essas técnicas reprodutivas.

Senão vejamos:

*DIREITO CONSTITUCIONAL E DO CONSUMIDOR. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PLANO DE SAÚDE. TÉCNICAS DE REPRODUÇÃO ASSISTIDA. PLANEJAMENTO FAMILIAR. ART. 35-C DA LEI 9.656/1998. COBERTURA DE PROCEDIMENTO DE FERTILIZAÇÃO IN VITRO. NECESSIDADE E IMPOSTERGALIDADE. PRESENÇA DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 273 DO CPC. DECISÃO MANTIDA. 1. Constitui direito fundamental, que decorre do planejamento familiar, a pretensão do casal ter filhos pela maneira convencional ou por meio de técnicas científicas de fecundidade e procriação. 2. Visando atender à dimensão objetiva desse direito fundamental, a Lei 11.935/2009 acrescentou o art. 35-C à Lei 9.656/1998, tornando obrigatório o atendimento, pelos planos de saúde, das ações que visem à concretização do planejamento familiar, tanto na feição contracepção quanto na concepção aí incluída a identificação de problemas de fertilidade e seus tratamentos, dentre eles a reprodução assistida, como a fertilização in vitro. 3. Demonstrada, no caso, a necessidade e a impostergalidade da realização desse procedimento de cobertura obrigatória pelos planos de saúde, deve ser mantida a decisão*

Nesse sentido, não cabe à sociedade e nem ao Estado condenar os indivíduos que optam pela reprodução assistida, mas pelo contrário, cabe ampará-los, como forma de empatia e de respeito do poder de decisão conferido a eles em questão de tamanha complexidade. Defender a liberdade de procriar é sustentar a existência do direito à fecundidade.

Outrossim, a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) contempla expressamente em seu artigo 226 §7º o direito fundamental de planejamento familiar, trazendo dessa forma a liberdade de constituir uma família. Sendo assim, não há nada de egoístico possuir o desejo de gerar o seu próprio filho, haja vista que isto possibilita a busca pela felicidade.

### **Modalidades das Técnicas Reprodutivas**

Atualmente há diversas técnicas de reprodução humana assistida, mas de modo geral cabe explicar que a inseminação artificial divide em inseminação artificial homóloga e inseminação artificial heteróloga.

A inseminação homóloga ocorre quando o material germinativo introduzido na mulher provém do seu próprio cônjuge ou companheiro. Convém ressaltar que a inseminação homóloga é a técnica que traz menor discussão na doutrina e jurisprudência, tendo em vista que mantém a paternidade biológica.

Por outro lado, a inseminação artificial heteróloga consiste na utilização do material germinativo de um terceiro doador o qual não deve ser identificado, conforme dispõe a Resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM, 2017). Cabe ressaltar ainda que o Código Civil (BRASIL, 2002) dispõe no artigo 1.597 que há presunção de que a criança foi concebida na constância do casamento, se houver prévia autorização do marido. Frise que a inseminação artificial heteróloga gera maiores inquietações jurídicas, haja vista que pode possibilitar a paternidade afetiva e vai de encontro com questões éticas e religiosas.

Por outro, encontramos a gestação por substituição que, trata-se de uma adaptação onde mulheres férteis disponibilizam o seu ventre para o desenvolvimento de um embrião. Essa técnica é coloquialmente denominada como “barriga de aluguel”, sendo assim não é uma técnica biológica. Diante dessa técnica

o Conselho Federal de Medicina (CFM, 2017). dispõe que essa técnica deve ser utilizada como última opção, a doadora temporária do útero deve possuir o parentesco 2º grau com a doadora genética e a gestação por substituição não deve ter fim lucrativo.

### **Resolução nº. 2.168/2017 do Conselho Federal de Medicina**

Mesmo diante da vastidão de normas jurídicas existentes no Brasil, a reprodução humana assistida não possui regulamentação específica, possibilitando nesse contexto o surgimento de diversos dilemas sociais, jurídicos, éticos e religiosos. Outrossim, a ausência de normas específicas que regulamentem devidas matérias, agrava-se ao constatar o raro pronunciamento jurisprudencial e os inúmeros projetos de lei elaborados.

Cabe ressaltar ainda, que a existência do Código Civil de 2002 (BRASIL, 2002) é insuficiente para solucionar as gamas de dilemas dessa matéria e, a Lei Federal nº. 11.105/2005, chamada Lei de Biossegurança (BRASIL, 2005) que trata de uma lei específica e dentre diversos assuntos regulamenta a utilização de células troncos de embriões gerados pela fecundação in vitro em pesquisas, a doação desses embriões e o seu modo de descarte. Deste modo, por mais que estas leis representem um avanço estão longe de ser um meio próprio para tampar as lacunas existentes.

Por outro lado, o que tem sido utilizado como bases para as relações jurídicas que surgem da reprodução humana assistida são as seguintes resoluções disciplinadas pelo Conselho Federal de Medicina (CFM, 2017), sendo que a resolução vigente é a nº. 2.168/2017.

Apesar de tais normas serem apenas de categoria ética profissional, são de suma importância para o desenvolvimento das clínicas de reprodução no Brasil e expressam ainda mais a necessidade de legislação específica no Brasil, tendo em vista que as resoluções do Conselho Federal de Medicina não passam de normas regulamentadoras de caráter interno (administrativo ou político). Deste modo a Resolução do CFM não possui força de lei em consonância com o que dispõe o artigo 59 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) e não vincula de qualquer forma legal as partes ou o juiz em eventual litígio legal.

Logo, as disposições dispostas na Resolução elaborada pelo Conselho Federal de Medicina (CFM, 2017) trazem uma grande insegurança jurídica e diversas

dúvidas, principalmente no que tange ao direito de identidade da criança gerada artificialmente, no direito ao sigilo resguardado ao doador e outros aspectos. Deste modo, é imperioso a necessidade de regulamentação jurídica da reprodução humana assistida, haja vista que as técnicas reprodutivas envolvem direitos fundamentais, como por exemplo a vida.

### **Reprodução Humana Assistida e o Direito Internacional**

Ao contrário do que ocorre no Brasil, os países como a Suécia, Estados Unidos, Portugal, Itália e Alemanha possui legislações bem desenvolvidas no que tange à reprodução humana assistida, todavia existe uma diversidade de posturas éticas e jurídicas que deriva essencialmente da grande influência de cultura, costumes, bem como das ideologias religiosas dominante de cada país.

A Suécia foi o primeiro país do mundo a regulamentar a inseminação artificial. Neste país há o reconhecimento do direito ao conhecimento da origem genética, o qual pode ser exercido após os 18 (dezoito) anos de idade, devendo os hospitais manter a identidade do doador registrada por 70 (setenta) anos.

O Estados Unidos foi um dos países que mais investe nas ciências biotecnológicas e nesse contexto traz uma grande flexibilização no que diz respeito a essa matéria. Cabe ressaltar ainda, que no EUA é resguarda-se a identidade do doador, nos casos de inseminação heteróloga, sendo que os dados do doador só serão revelados em dois casos: havendo motivos relevantes mediante serão revelados os dados mediante autorização judicial; e no caso do doador autorizar a sua identidade no ato da doação.

Entretanto, não há no Estados Unidos a vedação da comercialização dos óvulos e sêmen humano, tanto que em sites e em outros setores há a divulgação de características físicas e intelectuais dos indivíduos.

Em Portugal as normas são intermediárias, mas possuem sanções penais em caso de descumprimento das normas.

A Itália, por sua vez possui uma legislação mais rigorosa nesse sentido em razão da Igreja Católica e do Estado Vaticano, sendo que neste caso é considerada a legislação mais conservadora. Na Alemanha o acesso às técnicas de reprodução humana assistida é restrita às pessoas casadas, no entanto é reconhecido o direito a

dentidade genética, sem qualquer possibilidade de estabelecer vínculo jurídico de paternidade-filiação.

### **Direito à identidade genética**

O Conselho Federal de Medicina (CFM, 2017) estabelece o sigilo de identidade entre doadores e receptores como requisito para a realização da reprodução assistida heteróloga, de modo que somente as informações sobre o doador podem ser fornecidas aos médicos, em situações excepcionais, mantendo-se em sigilo sua identidade civil. Por esse motivo as clínicas devem manter um registro, permanente, de dados clínicos de caráter geral, características fenotípicas e uma amostra de material celular dos doadores.

E nessa contrapartida, há uma grande discussão quanto ao direito à identidade genética da criança gerada artificialmente, haja vista que o Direito ao conhecimento da identidade genética é entendido como direito de personalidade, adquirindo, pois, todas as características inerentes aos direitos ligados a dignidade da pessoa humana: intransmissibilidade, inalienabilidade, imprescritibilidade e indisponibilidade. Assim, o reconhecimento do direito ao conhecimento da identidade genética apresenta suma importância, uma vez que este representa a possibilidade de cada ser humano se conhecer integralmente, ter conhecimento e noção de sua origem, de sua própria história, aspecto inerente à própria essência, à individualidade pertinente a toda e qualquer indivíduo.

Não obstante a mera curiosidade torna-se de extrema importância o conhecimento da origem genética para fins de prevenção e tratamento de doenças genéticas ou ainda em casos de doenças somente solucionáveis através de compatibilidade sanguínea, conforme já prevê a Resolução nº 2.168/17 do CFM (CFM, 2017) ao dispor que as informações sobre doadores podem ser fornecidas aos médicos, por motivações médicas, no entanto resguardando sua identidade civil. Aqui está se resguardando o direito garantido constitucionalmente a vida.

Com efeito, o direito ao conhecimento da ancestralidade, da origem, da identidade pessoal, do impedimento do incesto, da preservação dos direitos matrimoniais e do cuidado para evitar enfermidades hereditárias, deve certamente justificar o direito da pessoa à sua identidade genética bem como de sobrepor ao direito ao anonimato do doador. Outrossim, pode-se encontrar motivação para o

conhecimento da ascendência biológica por fatores psicológicos, que podem ser desenvolvidos no futuro e determinar problemas por toda uma vida.

Desta forma, o direito ao conhecimento da origem genética está estritamente ligado ao direito de personalidade, que é um direito fundamental do indivíduo, sendo assim a criança gerada artificialmente pelo método da inseminação heteróloga não deve ter negado o seu direito de saber como foi gerado e de conhecer o seu patrimônio genético, haja vista que apenas diante dessas informações é que irá constituir a sua personalidade. Em outra vista, trata-se de um direito de personalidade, ainda que não esteja previsto de forma expressa, não como tapar olhos a esse direito. Sendo assim, não se pode impedir o acesso a esse direito, tendo em vista que trata de um direito personalíssimo, indisponível e intransferível.

Diante desse entendimento Barbas (2008, p. 29) dispõe que:

*[...] sem sabermos de onde provimos não é possível descobrir para onde vamos ou para onde pretendemos ir. Precisamos de ter consciência da nossa identidade; necessitamos da certeza da nossa proveniência genômica até para podermos ter dúvidas acerca de nós próprios.*

Diante deste patamar, resta claro que o direito à identidade genética deve ser fortalecido com o entendimento de que o direito à personalidade é um direito fundamental inerente a todo ser humano, estando ligado com o princípio da dignidade humana.

No entanto, cabe neste momento pontuar que o direito ao conhecimento da origem genética, não está obrigatoriamente com a presunção de paternidade e filiação, haja vista que diante da mudança panorâmica do direito de família, pai não é exclusivamente aquele que possui o mesmo material genético, mas aquele que construiu um espaço de afeto com a criança gerada.

Nesse mesmo sentido Lobo (2008, p.204) pontua que *[...] a certeza absoluta da origem genética não é suficiente para fundamentar a filiação, uma vez que outros são os valores que passaram a dominar esse campo das relações humanas.*

Imperioso neste momento apresentar a disposição do Provimento 52/2016, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), 2016), no §4º do artigo 2º:

*[...] o conhecimento da ascendência biológica não importará no reconhecimento de vínculo de parentesco e dos respectivos efeitos jurídicos entre o doador ou a doadora e o ser gerado por meio de reprodução assistida.*



Logo, o direito de conhecimento da origem genética não resguarda o direito de filiação, mas apenas o direito de descobrir a origem genética e outras informações ligadas a questões genéticas.

### **Considerações finais**

Diante do estudo da reprodução humana assistida, constata-se que há diversos pontos que devem servir de alertas, desde as influências que estas técnicas abarcam nas estruturas familiares aos limites éticos, sociais e jurídicos que, necessitam de uma definição mais concreta para que o desenvolvimento desta tecnologia ocorra de forma eficaz, caminhando assim em conjunto com os parâmetros legais estabelecidos constitucionalmente.

Abordar sobre a reprodução humana assistida, propicia adentrar em uma matéria polêmica e controvertida, que nos coloca frente a frente com diversas questões complexas, questões estas que necessitam de um olhar mais aprofundado, atento e até mesmo empático, haja vista que envolve vida, o direito fundamental mais defendido pela Constituição Federal 1988. (BRASIL, 1988).

Não há como impedir que a ciência evolua e este não deve ser o objetivo da sociedade, tendo em vista que o ser humano não possui como característica a inércia.

Diante disso, faz-se necessário o debate e a conscientização para que medidas possam ser tomadas, a fim de que sejam garantidos de forma plena todos os direitos e deveres que já se encontram resguardados na Constituição Federal, principalmente a dignidade da pessoa humana.

Sendo assim, o estudo de uma forma mais aprofundada sobre as técnicas de reprodução humana assistida, nos orienta a deixar de lado todos os pré-conceitos e limites que já estão estabelecidos em nossa consciência e pela sociedade e apenas diante desta atitude, seremos capazes de vislumbrar que as técnicas de reprodução humana assistida, tratam de métodos científicos, que buscam apenas auxiliar o alcance de desejos inflamados em diversos indivíduos em nossa sociedade, desejos esses que já são direitos expressamente resguardados na Constituição Federal. (BRASIL, 1988).

Outrossim, vislumbrar a evolução das ciências e as possibilidades que elas nos trazem, nos traz esperança de dias melhores, haja vista que todos os dias

deparamos com assuntos que são conceituados de uma forma errônea e injusta e nesse ínterim, cabe expressar que até mesmo a infertilidade já foi retratada efetivamente nos tempos primórdios como um castigo divino.

Cabe ressaltar ainda, que diante da evolução das ciências renova-se a sociedade e os conceitos estabelecidos, possibilitando uma influência no âmbito jurídico e a consagração de direitos essenciais que até então são deixados à margem da sociedade.

Dessa forma, cabe aos estudantes, doutrinadores, professores, legisladores e cidadãos se alertarem realmente vivenciarem em uma sociedade, na qual são assegurados os fundamentos e os princípios fundamentais da Constituição Federal 1988.

Em vista disso, conclui-se esclarecendo que, tendo em vista que o direito à identidade genética está ligado ao direito de personalidade e que trata de um direito irrenunciável e intransmissível, é inevitável que seja assegurado o direito à identidade genética da criança gerada artificialmente, principalmente nos casos de extrema necessidade. Ressalte-se ainda que, o direito a identidade genética não garante o direito a filiação, haja vista que este direito é baseado na afetividade e nos princípios que atualmente regulam o direito de família.

### **Referências Bibliográficas**

SARACENO, Chiara. **Sociologia da família**. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p.14.

FERRAZ, Ana C. B. de B. C.. **Reprodução Humana Assistida e suas Consequências nas relações de família. A filiação e a origem genética sob a perspectiva da repersonalização**. 2ª edição revista e atualizada. Juruá editora. 2016, p.95.

POTTER, Van R.. **Bioethincs: Bridge to the future**. New Jersey: PrenticeHall, 1970.

BARBOZA, Heloísa H.. **Novos temas de biodireito e bioética**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003, p. 27.

BRASIL. (2016). **Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios TJ-DF Agravo de Instrumento: AGI 20150020300330**. Relator: Maria Ivatônia, Data do Julgamento: 16 març. 2016. Disponível em <<https://tj-df.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/340028534/agravo-de-instrumento-agi-20150020300330>>. Acesso em: 26 de out. 2020.

BARBAS, Stela. **Investigação da Filiação**. In: ASCENÇÃO, José de Oliveira (coord.). Estudos de Direito da Bioética. V. II. Coimbra: Almeida, 2008, p. 29/72.

CNJ. (2016). **Provimento 52/2016, do Conselho Nacional de Justiça**. Disponível em: <<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2514>>. Acesso em: 27 out. 2020.

BRASIL. (2002). **CÓDIGO CIVIL DE 2002**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm)>. Acesso em: 26 out. 2020.

BRASIL. (1998). **Constituição Federal de 1998**. Brasília 5 out. 1998. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 27 out. 2020.

CFM. (2017). **Resolução nº 2.168, de 26 de Dezembro de 2017**. Conselho Federal de Medicina. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília-DF, 21 set.2017. Disponível em: <<https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2017/2168>>. Acesso em: 27 out. 2020.

# Ônus da prova no processo trabalhista no Brasil

*Burden of proof in labor proceedings in Brazil*

Paloma Gonçalves Fernandes<sup>1</sup>

Arnaldo Gaspar Eid<sup>2</sup>

João Geraldo Nunes Rubelo<sup>3</sup>

Helton Laurindo Simoncelli<sup>4</sup>

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar as principais características do ônus da prova em relação ao direito processual do trabalho. O estudo apresenta os aspectos gerais do processo e da justiça do trabalho, com ênfase na origem das provas, princípios e conceitos. Esse trabalho versa sobre o ônus da prova no processo do trabalho, cujo objetivo é demonstrar a sua grande importância na esfera trabalhista. A prova sempre teve e tem um papel fundamental para a resolução de conflitos, bem como, se sabe que a prova e seus tipos se alteraram muito ao longo do tempo, levando esses critérios em consideração, adentrando no campo processual, mantendo como foco a evolução da prova, abordando em questão as formas mais antigas de prova e procedimentos utilizados para a solução de lides. Para um melhor entendimento, mostraremos, a importância dos princípios norteadores das provas no processo do trabalho.

**Palavras – chave:** Provas; Processo do Trabalho; Ônus da Prova; Princípios; Direito; Direito Processual.

## ABSTRACT

This paper aims to present the main characteristics of the burden of proof in relation to procedural labor law. The study presents the general aspects of the process and labor justice, with an emphasis on the origin of the evidence, principles and concepts. This work deals with the burden of proof in the work process, whose objective is to demonstrate its great importance in the labor sphere. The test has always had and has a fundamental role in the resolution of conflicts, as well as, it is known that the test and its types have changed a lot over time, taking these criteria into consideration, entering the procedural field, keeping the evolution as a focus of the proof, addressing in question the oldest forms of proof and procedures used for the solution of disputes. For a better understanding, we will show, the importance of the guiding principles of the tests in the work process.

**Keywords:** Evidence, Labor Process, Burden of Proof, Principles, Right, Procedural

## Introdução

O objetivo deste artigo é mostrar a importância do ônus da prova no campo trabalhista, cuja elaboração foi baseada na metodologia das pesquisas bibliográficas em livros, artigos e jurisprudências pertinentes ao tema.

---

<sup>1</sup> Acadêmica do 10º termo do curso de Direito no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSalesiano Campus Araçatuba.

<sup>2</sup> Prof. do curso de Direito no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSALESIANO - Campus de Araçatuba.

<sup>3</sup> Filósofo e Mestre em Geografia. Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSALESIANO de Araçatuba.

<sup>4</sup> Coordenador de curso de Direito e Mestre em Direito do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSALESIANO de Araçatuba.

Visivelmente pode parecer simples, no entanto, o tema concernente ao ônus da prova requer muita atenção. Muitos têm o entendimento equivocado de que, como o Direito do Trabalho está fundamentado em princípios como o da proteção do hipossuficiente econômico e o do in dúbio, pro operário, em processo, na falta de prova, deve o juiz julgar em favor do trabalhador.

É de evidente importância ter em mente que Direito do Trabalho não é homogêneo ao Direito Processual do Trabalho. Enquanto, em direito material, na realidade deve o aplicador ou intérprete se utilizar dos princípios da proteção do operário, em direito processual, deve-se entender que outros são os princípios norteadores e, dentre eles, encontra-se o da igualdade das partes litigantes.

Dito isso, o ônus probatório é matéria de relevante importância, pois o seu conhecimento pelas partes no processo indica qual será a prioridade em levar as provas para o processo e a probabilidade de vitória em uma demanda. Para o juiz, trata-se de regras de julgamento e indicam como resolver a lide na ausência de provas quanto a fatos controvertidos.

Se a solução da controvérsia depende das provas produzidas e evidentes nos autos, quanto aos fatos apresentados pelas partes, e, se tais provas não ocorrerem, cabe ao juiz utilizar-se dos recursos existentes no ordenamento jurídico para concluir a prestação jurisdicional.

Neste momento entra a utilidade dos princípios gerais do direito do trabalho, porque é justiça especial, e cabe a ela resolver seus próprios problemas.

As questões vindas do ônus de prova se tornam complexas quando trazidas para a prática. O presente artigo busca desvendar a questão do ônus de prova em relação à sua aplicação no direito do trabalho e a sua inversão, ao lado dos estudiosos do assunto que apontam posições e caminhos na busca de respostas e também levam a outras indagações, face à importância que o tema traz consigo, diante das consequências que acarreta.

## **O Surgimento das Provas**

A Itália e os Estados Unidos foram os primeiros países a criminalizar a lavagem de dinheiro, sendo nos Estados Unidos que a prática de lavagem de dinheiro foi aprimorada e passou a tomar grandes proporções.

Entende-se que na antiguidade, o Direito não dispunha de uma legislação

ou código escrito. O Direito era transmitido através da forma verbal, pelos sacerdotes, através da tradição (do latim *traditio*, *tradere* = entregar, passar adiante), dando origem as primeiras decisões judiciais. Essas decisões no começo foram sendo aplicadas de forma contínua, cuja conservação caracterizou o costume. Este, por sua vez, ao longo do tempo encontrou a tipificação surgindo à lei, onde, mais adiante, foram unificados em códigos.

Gaio Júnior (2011) revela que nos povos que antecederam a civilização romana, sendo mais exato os povos da Babilônia, as leis Hammourabi autorizavam que o credor, caso esse não tivesse seus créditos satisfeitos pelo devedor, a forma era constranger o mesmo, podendo ser ampliado para sua mulher e filhos, havendo ainda a possibilidade de vende-los como também seus bens.

Nesta ascensão do direito os juristas da época (reis ou sacerdotes), clamaram as divindades adoradas pelos rudes para saberem quem obtinha a verdade, para que com essa manifestação divina, chegasse ao criminoso ou o responsável pela culpa de determinado (s) ato (s), que comandaria a sanção do mesmo.

*Quando este sistema de julgamento foi implantado, o direito já havia evoluído muito, tendo ultrapassado a fase de justiça privada, isto é, a "Lei do Talião" (dente por dente, olho por olho), impondo represália igual à ofensa (pena privada). A vingança, tornando-se fonte de insegurança e de intranquilidade, acabou substituída pela composição pecuniária, a princípio maior que o prejuízo, em regra o dobro, inicialmente com caráter facultativo (pena privada), como prescrevia, por exemplo, o Código de Ur-Namu, descoberto depois da última guerra, contido na "tabuinha de Istambul", muito anterior ao Hamurabi. ( GUSMÃO,1999, p.287)*

Theodoro Júnior (2008, p. 14) nos diz: *Após a queda do império Romano, houve, além da dominação militar e política dos povos germânicos, a imposição de seus costumes e de seu direito.*

Ocorreu, porém, que os germânicos, também denominado de bárbaros, obtinham noções jurídicas rudimentares e, com isso, o direito processual europeu sofreu enorme retrocesso na marcha ascensional iniciada pela cultura romana.

No início, nem mesmo compatibilidade de critérios existia, pois, entre os dominadores, cada grupo étnico seguia um rudimento próprio e primitivo de justiça, de acordo com seus costumes desumanos.

Numa segunda etapa, houve um enorme agravado no fanatismo religioso, levando os juízes a aderir absurdas práticas na administração da Justiça, como os

juízes de Deus, os combates judiciais, e as ordálias. Achava-se, então, que a deidade participava dos julgamentos e revelava sua vontade por meio do método cabalístico.

No que diz respeito aos métodos utilizados e sobre a influência da religião, meios esses já mencionados, onde os mais comuns apontados pela doutrina como sendo o juramento, as ordálias e o duelo.

A ordália era um tipo de prova judiciária utilizada para descobrir e determinar a parte inocente e a culpada, por um meio de funções de elementos naturais cujo resultado é entendido como vontade divina. Os combates também serviam como ardálias, usados para resolver as questões controversas ou qualquer outra situação que deveria ser provada a alguém, o ganhador do combate era declarado inocente e a parte perdedora restava a pena pelo crime. O juramento, por sua vez, baseava-se na invocação da divindade como sendo a testemunha do caso, o que poderia geral a punição do suspeito se desconfiasse que estivesse mentindo.

*As ordálias, também denominadas julgamentos ou juízos de Deus, foram utilizadas pelos germanos antigos e tinham por finalidade a descoberta de verdade mediante o emprego de expedientes cruéis e até mortais, como a 'prova de fogo', a 'prova das bebidas amargas', a 'prova das serpentes', a "prova da água fria" etc. (LOPES, 1999, p. 15-16)*

Na prova de fogo o suspeito era abrigado a tocar com a língua um ferro quente ou carregar uma barra de ferro em brasa ou, ainda, andar descalço sobre ferros quentes. A prova das bebidas amargas obrigava a mulher acusada de adultério a consumir bebidas amargas e fortes: se preservasse a naturalidade, seria considerada inocente; mas se mudasse a expressão facial ou se os olhos inchassem de sangue, seria considerada culpada.

Na prova das serpentes, o suspeito era arremessado no meio delas e se fosse mordido era considerado culpado. Já na prova da água fria lançava-se o suspeito em um recipiente de água: se flutuasse seria considerado inocente e se afundasse seria culpado.

Theodoro Júnior (2008) entende que nesse momento o processo era extremamente formal ou rigoroso e os meios de provas que poderiam ser usadas eram restritas as hipóteses legais, não tendo o juiz qualquer liberdade, era somente um executor, que analisava a existência ou não da prova. O processo bárbaro era acusatório que começava com a acusação do autor, que se sentia insultado ou afetado, sendo o ônus da prova do suspeito.

Os métodos eram tidos como cenas de bruxaria, jogos de azar, não tinha um julgamento coerente do (s) fato (s).

Gaio Júnior (2011) narra que o Direito Romano (este persuadido pelo Direito Grego), detinha três fases diferentes que o credor poderia ter o seu direito alcançado.

- a) a primeira possibilidade diz respeito ao Período Primitivo, chamado de Legis Actiones que abrange ao período do estabelecimento de Roma, ao ano de 149 a.C;
- b) o segundo é o Período Formulário, que é aprendido nos três primeiros séculos do Império;
- c) a da Cognitione Extraordinaria que girou entre os anos 200 e 565 de nossa era.

As primeiras fases eram chamadas de *ordo iudiciorum privatorum*, que era definido por um procedimento duplo, com a atuação de juízes privados e do Estado. Na última fase, este chamado de *cognitione extra ordinem*, entendeu-se a publicação do processo, juntando o procedimento em volta apenas do magistrado.

### **Princípios Norteadores Das Provas No Processo Trabalhista**

Os princípios fazem um papel fundamental na ciência jurídica. Para que algum ramo do Direito tenha sua autonomia científica reconhecida, sempre se busca a indicação de seus princípios específicos, conforme preleciona Sussekind (1999).

Desta forma, o Direito do Trabalho, também tem os seus princípios próprios, que, aliás, desempenham funções importantes para adequada regulação das relações laborais.

*[...] são 'verdades fundantes' de um sistema de conhecimento, como tais admitidas, por serem evidentes ou por terem sido comprovadas, mas também por motivos de ordem prática de caráter operacional, isto é, como pressupostos exigidos pelas necessidades da pesquisa e da práxis. (REALE, 1991, s/p)*

Deste modo, se pode compreender, assim, o importante papel dos princípios nas ciências, e em específico no Direito, por constituírem os seus alicerces, dando estrutura ao sistema.



É correto dizer que os princípios apresentam natureza normativa, não se tratando de meros enunciados formais. Isso é demonstrando quando se constata que dos princípios são extraídas outras normas, significando que aqueles têm a mesma natureza. Além disso, os princípios também exercem certa função reguladora das relações sociais, como ocorre com as demais normas jurídicas. Preleciona neste sentido, (BOBBIO, 1997).

Na verdade, o sistema jurídico contém normas, as quais representam um gênero, do qual são espécies as regras e os princípios. A diferença é que os princípios apresentam grau de abstração e generalidade superior quando comparados às regras, pois servem de inspiração para estas e de sustentação a todo o sistema.

As regras regulam apenas os fatos e atos nelas previstos, enquanto os princípios comportam uma série indefinida de aplicações. (GRAU, 1988).

Os princípios servem para integração do ordenamento jurídico, onde havendo ausência de disposição específica para regular o caso em questão, pode – se recorrer aos princípios gerais de direito, ou seja, quando há lacuna na legislação, conforme artigo 140 do CPC/2015 (BRASIL,2015) Art. 140. O juiz não se exime de decidir sob a alegação de lacuna ou obscuridade do ordenamento jurídico.

O direito não se limita apenas à lei, como fonte primária. A norma que analisamos permite o uso da analogia, dos costumes e dos princípios gerais do direito para auxiliar o magistrado na tarefa de pacificar os conflitos de interesse, sempre que a lei for omissa. A aplicação das ferramentas só é possível diante da omissão da lei. (MONTENEGRO FILHO, 2016).

Cabe salientar ao exposto, no artigo 4 da LINDB, Decreto Lei nº 4.657/1942 (BRASIL, 1942) Art. 4º: Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.

No direito do trabalho o artigo 8º, caput, da CLT, (BRASIL,1943) determina [...] *que as autoridades administrativas e a Justiça do Trabalho, na falta de disposições legais ou contratuais, devem decidir, [...] conforme o caso, pela jurisprudência, por analogia, por equidade e por outros princípios e normas gerais do direito, principalmente do direito do trabalho.* (MARTINS, 1998, s/p).

Como se pode notar, [...] *os princípios são importantes componentes do sistema, auxiliando decisivamente, na formação e na interpretação das normas jurídicas.* (SOUTO MAIOR, 2000, p. 290).

Efetivamente, ao solucionar determinado conflito social, cabe ao juiz, por meio do processo, aplicar o direito material presente no ordenamento jurídico. Como já demonstrado, os princípios de direito apresentam natureza normativa. Por isso, nada mais natural do que a sua incidência, juntamente com as regras, na pacificação do conflito trazido ao Poder Judiciário.

Além desse aspecto, ao se decidir com fundamento em princípios de Direito do Trabalho, seja por meio de sua função de interpretação de outras normas e fatos sociais, seja na integração de lacunas do ordenamento jurídico, o juiz estará aplicando a própria essência do Direito do Trabalho, ramo do direito que tem por objetivo atingir a melhoria das condições de vida do trabalhador, assegurar a sua dignidade e, com isso, a concretização da justiça social e a própria valorização do trabalho.

Como leciona Souto Maior, ([entre 2000 e 2017], p.25). [...] *os princípios jurídicos trabalhistas, são, por isso, a realização da justiça social, a irrenunciabilidade dos direitos e a continuidade da relação de emprego.*

Portanto, a aplicação dos referidos princípios, pelos juízes e tribunais trabalhistas, em suas decisões, na realidade, significa a concretização do direito fundamental de dignidade do trabalhador, do objetivo da valorização do trabalho e do ideal de justiça social.

Cumprido salientar que o instituto da prova no Processo do Trabalho é norteado por princípios.

*Em conclusão, a Ciência do Direito os princípios conceituam-se como proposições fundamentais que informam a compreensão do fenômeno jurídico. São diretrizes centrais que se inferem de um sistema jurídico e que, após inferidas, a eles se reportam, informando-o. (DELGADO, 2003, p.173)*

Ainda sobre essa questão, Rodrigues (2000, p.49) ressalta que:

*Os princípios do Direito do Trabalho constituem o fundamento do ordenamento jurídico do trabalho; assim sendo, não pode haver contradição entre eles e os preceitos legais. Estão acima do direito positivo, enquanto lhe servem de inspiração, mas não podem tornar-se independentes dele. (RODRIGUEZ, 2000, p. 49)*

Grande parte dos princípios aplicáveis ao Processo do Trabalho, (BRASIL, 1943) aplicam-se, também, a outros ramos do Direito, como o Direito Processual Civil, (BRASIL, 2015) uma vez que constituem princípios gerais. Porém, ao contrário

do que ensina a teoria monista que entende ser o Processo único, adotaremos a teoria dualista, que considera o Processo do Trabalho ramo autônomo, tendo características e princípios próprios.

### **Considerações finais**

O presente artigo aludiu a natureza jurídica da prova no processo do trabalho, evidenciando que a prova vem passando por uma série de mudanças históricas ao longo do tempo e sempre adotando as características de cada época. Nos primórdios da evolução humana, por exemplo, não existia prova, valendo a lei do mais forte e, num segundo momento, ocorre uma grande influência religiosa, cujas provas eram obtidas por veneno, fogo e água fervente.

Nos dias de hoje a prova, no seu sentido amplo, significa estabelecer a verdade, conseguir a certeza de alguma coisa.

Em razão disso, pode-se perceber alguns pontos históricos importantes em relação as provas e procedimentos processuais, no qual é possível reparar que desde a antiguidade já haviam tipos de provas específicas, como por exemplo, o procedimento que era adotado para saber se uma pessoa era ou não inocente ou culpada.

As provas e o processo passaram por uma enorme transformação, sendo a prova e o processo uma grande conquista para nossa sociedade, podendo garantir julgamentos mais justos e equilibrados.

De tudo que foi exposto no presente artigo, resta construída uma visão sobre os princípios do direito e processo do trabalho que tem influência legal no ônus da prova, pois os princípios se conceituam como proposições fundamentais que informam a compreensão do fenômeno jurídico, onde na instrução do ônus da prova o juízo tem amparo legal, portanto, para adentrar no ônus da prova é necessário o análise dos princípios, onde juízo deve pautar a sua decisão com fulcro na legalidade, no contraditório, igualdade, levando em conta também o *in dubio pro misero* e na aptidão para a prova.

É facultado ao juiz se pautar tanto em princípios que são próprios do direito material do trabalho quanto na apreciação do direito da demanda, facultando-se a ele poder importar o ônus da prova à parte que tenha melhores condições, se servindo do princípio da melhor aptidão da prova, ou melhor, atribuir a quem tem

maiores facilidades em elaborá-las, independente da parte que teria o ônus convencional.

Por fim, é de grande importância que se tenha em mente que Direito do Trabalho não é a mesma coisa de Direito Processual do Trabalho. No mesmo tempo em que, o direito material, deve realmente o aplicador ou intérprete se utilizar dos princípios da proteção do operário, em direito processual, se deve compreender que outros são os princípios norteadores e, entre estes, se encontram o da igualdade das partes litigantes.

### **Referências Bibliográficas**

BOBBIO, Norberto. **Teoria do Ordenamento jurídico**. 10 ed. Tradução de Maria Celeste Cordeiro Leite dos Santos, revisão técnica Claudio De Cicco. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997. P. 158 – 159

BRASIL. **Código de Processo Civil (2015)**. Disponível em  
:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm)>  
Acesso em 04 set 2020

BRASIL. **Decreto-Lei nº. 5.452**, de 1º mai. 1943. Consolidação das leis do trabalho. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del5452.htm)>. Acesso em 05 setembro 2020.

DELGADO, Mauricio G.. **Curso de direito do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Ltr, 2003, p 173

GAIO JÚNIOR, **Instrução de Direito Processual Civil**, - Belo Horizonte: Del Rey, 2011.

GRAU, Eros R.. **A ordem econômica na Constituição de 1988**. OP. CIT.,95

GUSMÃO, Paulo D.. **Introdução ao Estudo de Direito**, 26. Ed. Ver. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

LOPES, João B.. **A prova no Direito Processual Civil**, 1, Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

MARTINS, Sérgio P.. **Direito do Trabalho**, Atlas, 11 ed. 1999, p. 76.

MONTENEGRO FILHO, Misael. **Novo código de processo civil comentado**, Misael Montenegro Filho. São Paulo: Atlas, 2016).

REALE, Miguel. **Lições preliminares de direito**. 18 ed. São Paulo: Saraiva, 1991. P. 299

RODRIGUEZ, Américo P.. **Princípios de Direito do Trabalho**. 3. ed. São Paulo: LTR, 2000, p,49

SOUTO MAIOR, Jorge L.. **O direito do trabalho como instrumento de justiça social**. Op. Cit., p. 290.

SÜSSEKIND, Arnaldo. **Instituições de direito do trabalho**. 16<sup>a</sup> ed. São Paulo: LTr, 1997.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil** – Teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. 1 v. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

# Parentalidade Socioafetiva: Requisitos e Parâmetros para configuração

*Socio-affective parenting: Requirements and parameters for configuration*

Driéli Andressa Berton<sup>1</sup>  
Cibele Rodrigues<sup>2</sup>  
João Geraldo Nunes Rubelo<sup>3</sup>  
Helton Laurindo Simoncelli<sup>4</sup>

## RESUMO

A finalidade do presente trabalho científico é, através do método dedutivo, da pesquisa explicativa e do estudo bibliográfico fundado em idôneas obras do âmbito jurídico, demonstrar a necessidade de uma cuidadosa análise do caso em concreto para que a parentalidade socioafetiva seja configurada, em razão do vínculo *ad eternum* e das consequências que seus efeitos jurídicos podem ocasionar. Busca-se demonstrar que no momento da concretização do vínculo socioafetivo, torna-se imprudente usar dos requisitos para a efetivação de tal parentalidade como uma “fórmula”, ou seja, única para todas as situações, uma vez que cada uma padecerá de suas peculiaridades merecendo total proteção em respeito a princípios fundamentais garantidos aos indivíduos.

**Palavras – chave:** Direito de Família, parentalidade socioafetiva, vínculos afetivos.

## ABSTRACT

The purpose of this scientific work is, through the deductive method, the explanatory research and the bibliographic study based on suitable legal works, it demonstrates the need for a careful analysis of the specific case so that socio-affective parenting is configured, due to the *ad eternum* and the consequences that its legal effects may cause. It seeks to demonstrate that when the socio-affective bond is realized, it becomes imprudent to use the requirements for the realization of such parenting as a “formula”, that is, unique for all situations, since each one will suffer from its peculiarities deserving full protection in respect of fundamental principles guaranteed to individuals.

Keywords: Family Law, socio-affective parenting, affective bonds.

## Introdução

O instituto da família é considerado um dos aspectos sociais de mais magnitude no Direito de Família.

Em tempos passados, a família era constituída em consequência da realização do ato do casamento e vínculos consanguíneos entre pais e filhos. Todavia, em tempos atuais, em decorrência da evolução da sociedade e consequentes transformações no direito de família, nasceram novas modalidades de

---

<sup>1</sup> Acadêmica do 10º termo do curso de Direito no Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

<sup>2</sup> Profa. do curso de Direito no Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium – UniSALESIANO - Campus de Araçatuba.

<sup>3</sup> Filósofo e Mestre em Geografia. Docente do Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium - UniSALESIANO de Araçatuba.

<sup>4</sup> Coordenador de curso de Direito e Mestre em Direito do Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium - UniSALESIANO de Araçatuba.

núcleos familiares, dentre eles a família socioafetiva.

A família socioafetiva obtém sua caracterização fundamentada pela parentalidade socioafetiva, isto é, surge quando entre os seus membros existem conexões pautadas pelo afeto e sentimentos recíprocos cuja finalidade comum é a busca pela felicidade, sendo vedada qualquer discriminação entre os filhos, uma vez que os laços socioafetivos se sobrepõe aos laços biológicos.

A parentalidade socioafetiva pressupõe o afeto e a posse do estado de filiação como principais bases para sua efetivação. Pode se dar de maneira voluntária, quando realizada extrajudicialmente perante o cartório de registro civil das pessoas naturais respectivo, ou judicialmente quando se fizer necessário. Uma vez constituída a paternidade ou maternidade socioafetiva, essa não se reverterá, principalmente quando da separação do casal, pois uma vez solidificados, os laços afetivos não podem mais ser ignorados ou desconsiderados, criando direitos e deveres que devem ser observados.

Isto posto, destaca-se a importância da realização da presente pesquisa sobre a necessidade da análise, conforme cada caso em concreto, de Requisitos e Parâmetros para a configuração da parentalidade socioafetiva, em decorrência dos efeitos jurídicos gerados por esta, alcançando até mesmo a esfera patrimonial dos envolvidos.

## **Direito de Família**

Partindo da análise da evolução histórica do conceito de Família, é importante recordar que em séculos passados, esta era constituída somente com a realização do ato do matrimônio e vínculos consanguíneos entre pais e filhos, Porém, hoje em dia, em razão da evolução da sociedade e consequentes transformações no direito de família, nasceram novos tipos de entidades familiares, dentre elas a família socioafetiva.

Em razão dessa constante mudança social, atualmente o conceito que abarca a família, ensina que ela é considerada plural, democratizada e igualitária, podendo possuir características hetero ou homoparentais, laços biológicos e/ou socioafetivos representando a conexão de pessoas, que possuem em comum vínculos gerados em razão da convivência, baseados no afeto entre si.

Um motivo que teve grande influência para essa ideia de família unida por

laços afetivos e amor recíproco, foi a promulgação da Constituição Federal de 1988, que conferiu para a família, novas referências, amparadas em princípios e direitos condizentes com a evolução social, com isso, o núcleo familiar começou a ser visto por um novo cenário, valorizando a igualdade, afetividade e garantindo máximo respeito à dignidade da pessoa humana.

Desta forma, esclarece Madaleno (2018, p. 81/82):

*No entanto, esses outros padrões de agrupamento familiar passaram a perder essa característica marginal com a edição da Carta Política de 1988 que abriu o leque de exemplos distintos de núcleos familiares, cujos modelos não mais se restringiam ao casamento, à união estável e à família monoparental, simplesmente, porque o vínculo de matrimônio deixou de ser o fundamento da família legítima e, na época presente, embora ausente o laço matrimonial, com efeito, que ninguém ousa afirmar esteja afastada uma entidade familiar fora do casamento, porquanto esta se expandiu ao se adequar às novas necessidades humanas construídas pela sociedade.*

Dentre os princípios norteadores do direito de família, é válido destacar alguns deles como princípios basilares, como é o caso do princípio da Dignidade da Pessoa Humana: Previsto no artigo 3º, III, da Carta Magna, coloca a pessoa humana no centro da proteção do direito. No âmbito familiar, garante para a família máxima proteção, não importando sua origem, por isso, é também responsável pela respaldo jurídico da pluralidade de famílias, abraçando novos tipos de núcleos familiares que não só a família matrimonial ou informal.

*Portanto, o princípio da dignidade humana significa para o Direito de Família a consideração e o respeito à autonomia dos sujeitos e à sua liberdade. Significa, em primeira e última análise, uma igual dignidade para todas as entidades familiares. Neste sentido, podemos dizer que é indigno dar tratamento diferenciado às várias formas de filiação ou aos vários tipos de constituição de família. (PEREIRA, 2004, p. 72)*

Bem como o princípio da Igualdade: Previsto no art. 5º da Constituição, e dispõe que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, sendo que na esfera familiar, segundo artigos 226 e 227, também do Texto Maior, a igualdade veda qualquer distinção ou discriminação entre filhos havidos ou não do mesmo casamento, bem como confere igualdade ao tratar da responsabilidade dos cônjuges na manutenção do lar

Destaca-se, também, o princípio da Afetividade, marcado pela grande e constante evolução social do Direito de Família, implícito na constituição. Esta faz-se presente, por exemplo, na elevação dos laços afetivos sobre os biológicos de modo



a garantir integral proteção à criança e ao adolescente em relação à convivência familiar não derivada necessariamente da origem biológica, possuindo dignidade equiparada, reforçando a ideia de que a formação da família é diretamente ligada aos sentimentos e emoções dos indivíduos vinculando a relação parental.

Com isso, podemos dizer que a filiação não depende mais somente de conexões de origem biológica do pai para com a prole, uma vez que o fator determinante da paternidade encontra respaldo na afetividade, deixando a verdade biológica em segundo plano quando se fizerem presentes conexões afetivas, ou seja, o fator determinante é a vontade de reconhecer o indivíduo com filho em razão de convivência, amor, e sentimentos recíprocos entre si.

Com essa constante transformação, a família deixou de adotar como finalidade aquela característica unicamente patrimonial e reprodutiva, e passou a fundar-se na prevalência dos interesses afetivos, fato este ressaltado atualmente com o reconhecimento da união formada pela socioafetividade, procurando evidenciar cada vez mais esses tipos de ligações, intimamente conexas com sentimentos e emoções dentro de um núcleo familiar.

Por isto, é preciso exercer sobre a família um olhar pluralista, ou seja, que englobe as mais diversas espécies familiares, procurando sempre o componente que integre na construção do conceito de entidade familiar todas as relações entre pessoas decorrentes da afetividade. (DIAS, 2016)

Necessário se faz, portanto, compreender que a família possui um significado baseado na pluralidade e não na singularidade. O núcleo familiar pode ser reconhecido em diferentes formas de constituição, retratado por diversos tipos de famílias existentes no cenário brasileiro atual.

### **Relações de Parentesco**

O conceito de parentesco não se limita apenas às conexões entre pessoas que possuem ancestral em comum e consanguíneo, mas também inclui parentesco por afinidade e o parentesco por origem civil resultante da adoção. Em síntese, parentesco é uma relação que conecta os indivíduos entre si, descendentes uns dos outros, ou de autor em comum, de modo que cada cônjuge ou companheiro fica mais próximo dos parentes do outro ligados pela afinidade, ou estabelecido na adoção. (AZEVEDO, 2019)

A estrutura do parentesco em linha reta se dá perante ascendentes, quais sejam: pais, avós e bisavós e outros respectivamente, e descendentes, dentre eles: filhos, netos, bisnetos e demais respectivamente. Já em relação a linha colateral, a definição do parentesco se dá por meio de um ascendente comum, ponto de referência, entre todos os indivíduos da mesma família, como é o caso dos irmãos tendo em comum seus pais.

Quando se trata de afinidade, da mesma forma que o parentesco, esta também possui a configuração de direitos e deveres, fato este que se extrai da própria legislação infraconstitucional, pois nos dizeres do artigo 1.595 do Código Civil (BRASIL, 2002) se extrai o seguinte mandamento: *Cada cônjuge ou companheiro é aliado aos parentes do outro pelo vínculo da afinidade*. Logo, os laços por afinidades são originados pelo ordenamento jurídico, ocorrendo em consequência da conexão entre os indivíduos aos parentes um do outro reciprocamente.

O reconhecimento dos filhos é apontado no Código Civil, entre os artigos 1.607 e 1.617, pode ocorrer de duas maneiras, sendo elas, voluntaria e judicial.

Tal reconhecimento produz efeitos a partir do dia em que é realizado e concretizado formalmente no registro civil, sendo de característica erga-omnes, por isso, ninguém está autorizado a buscar ou provar o estado oposto ao estado inserido no registro. Para alterar essa situação, é imprescindível competente ação para anulação do registro. Geralmente, existem duas bases mais incidentes para o cancelamento do reconhecimento: o erro e coação. (RIZZARDO,2019). Todavia, é sempre preciso atenção para a existência de laços afetivos.

A verdade sociológica da filiação se constrói, revelando-se não apenas na descendência, mas no comportamento de quem expende cuidados, carinho e tratamento, quer em público, quer na intimidade do lar, com afeto verdadeiramente paternal, construindo vínculo que extrapola o laço biológico, compondo a base da paternidade. (RIZZARDO, 2019, p. 758)

Com a evolução da sociedade e os novos entendimentos sobre a concepção da família, à afetividade foi conferido respaldo, tanto na identificação dos vínculos familiares, quanto dos vínculos parentais. Portanto, o afeto passou a sobrepor-se sobre a verdade real. Devido a importância da vivência familiar, baseada no princípio da proteção integral juntamente com a posse do estado de filho, fez surgir

a denominada filiação socioafetiva. (DIAS, 2016)

O Código Civil (BRASIL, 2002) em seu artigo 1.593 reconhece o parentesco civil, considerado como um parentesco de outra origem, que não aquela consanguínea, caracterizado, portanto, não apenas pela constatação do Registro Público, mas, principalmente, pelo reconhecimento de fato da relação em que ele nasceu, ou seja, de uma convivência e tratamento constante e efetivo de filiação (RIZZARDO, 2019), como é o caso da paternidade socioafetiva, fundada na posse do estado de filho.

Esta não se funda em vínculos de natureza biológica, mas sim exclusivamente em fatores baseados na afetividade cultivada entre pais e filhos, não sendo admitida a discriminação quanto a origem da filiação, uma vez que essas relações socioafetivas encontram abrigo nos princípios da afetividade, igualdade entre os filhos bem como na dignidade da pessoa humana.

Por isso, nas relações de origem genética, para configuração do parentesco, é necessário além do vínculo biológico, o vínculo socioafetivo, baseado na vivência entre pais e filhos e desenvoltura dos papéis de modo a completar a relação parental. Em outras palavras, não há como se pensar em alguém que de fato desenvolve o papel de pai sem pensar no elo afetivo despendido para tanto. (GONÇALVES, 2017)

Com isso, repisa-se a ideia de que os vínculos biológicos, quando pais não possuem intenção de exercer seu papel de fato, tornam-se irrelevantes, prevalecendo os vínculos de cunho afetivo, onde haja o ânimo de reconhecer a próle como se sua fosse, assim como é o entendimento pacificado da doutrina conforme explanado.

### **Parentalidade Socioafetiva**

Preliminarmente, necessário se faz repisar que a parentalidade socioafetiva é uma realidade enraizada atualmente no cotidiano social, refletindo em decisões jurisprudenciais. Não há mais resquícios de dúvidas quanto à existência desse tipo parental, uma vez que por força de disposição expressa do Código Civil (BRASIL, 2002), o grau de parentesco pode ser advindo de “outra origem”, isto é, diverso daquele parentesco biológico.

Como resultado desse ingresso do vínculo afetivo no âmbito do direito de família, a parentalidade socioafetiva consiste na valorização dos laços fundados pelo

afeto, sobrepostos aos laços biológicos em uma relação familiar. Ou seja, é caracterizada pela filiação cujo pressuposto se dá a partir dos vínculos afetivos entre duas pessoas que não possuem conexões consanguíneas em uma relação pública.

Neste sentido, melhor explica Madaleno, (2018, p. 659):

*Acresce possuírem a paternidade e a maternidade um significado mais profundo do que a verdade biológica, onde o zelo, o amor filial e a natural dedicação ao filho revelam uma verdade afetiva, um vínculo de filiação construído pelo livre-desejo de atuar em interação entre pai, mãe e filho do coração, formando verdadeiros laços de afeto, nem sempre presentes na filiação biológica, até porque a filiação real não é a biológica, e sim cultural, fruto dos vínculos e das relações de sentimento cultivados durante a convivência com a criança e o adolescente.*

O reconhecimento da parentalidade socioafetiva firma ato irrevogável, haja vista que a convivência familiar duradoura e espontânea baseada nos sentimentos recíprocos tem por resultado a posse do estado de filho, espécie do gênero do estado da filiação corrobora para a declaração da parentalidade afetiva e o consequente registro de nascimento, que não pode ser simplesmente cancelado, cabendo para o filho, ação declaratória de tal relação jurídica, até mesmo incidental, para impedir ação que tenha por objetivo a desconstituição do registro. (LÔBO, 2018).

Ainda que o reconhecimento tenha se dado em decorrência de um erro, mas de alguma forma a posse do estado de filho foi concretizada na relação familiar, a parentalidade não poderá ser desfeita com base na afetividade. A amplitude da parentalidade socioafetiva não é pequena, necessitando esse instituto, de olhares atentos e cuidadosos quando do seu reconhecimento.

O CNJ (Conselho Nacional de Justiça) publicou, no dia 17 de novembro de 2017, o Provimento de nº 63, e em meio aos seus temas, buscou também disciplinar o procedimento que reconhece a paternidade ou maternidade socioafetiva na via extrajudicial, por intermédio dos Cartórios de Registro Civil das Pessoas naturais. Posteriormente em 14 de agosto de 2019, tal provimento foi alterado em razão da edição de outro provimento, a saber: 83/2019 que cuidou de aperfeiçoar os requisitos do reconhecimento extrajudicial da parentalidade socioafetiva.

Na ausência de possibilidade para o reconhecimento de maneira voluntária pela via extrajudicial, este poderá ter sua incidência pela via judicial, em ação declaratória de reconhecimento de paternidade ou maternidade socioafetiva. Também é admitido o ingresso da ação para o reconhecimento da parentalidade

socioafetiva post mortem do genitor, isto é, após a morte da mãe ou pai socioafetivos, quando fique claro comprovadamente que haviam presentes em decorrência da convivência familiar duradoura, o comportamento público típico de pais e filhos fundamentados pelas conexões afetivas.

Todo núcleo familiar quando constituído é detentor de direitos e deveres essenciais para a satisfação da convivência, seja no que se refere ao afeto, à prole, e também ao pleno exercício de necessidades básicas ligadas aos direitos fundamentais, garantidos constitucionalmente no art. 5º da Carta Magna. (BRASIL, 1988).

Em meio aos ditames da legislação infraconstitucional, extrai-se do artigo 1.634 do Código Civil (BRASIL, 2002) as responsabilidades direcionadas aos pais, a fim de guiar o exercício do poder familiar, de modo que a formação da personalidade da prole se baseie em importantes aspectos garantidores de uma vida digna e respaldada de preceitos fundamentais.

A obrigação de prestar alimentos merece destaque, uma vez que alcança imperativamente todos os parentes, haja vista que o parentesco em linha reta é infinito, o dever alimentar também. Pais, filhos, avós, netos, etc. têm obrigações mútuas entre si. O parentesco colateral atinge o quarto grau, e o dever de prestar alimentos se estende para além dos irmãos, incluindo tios, sobrinhos, tios-avós, sobrinhos-netos e primos, pois uma vez que a lei sucessória cobre integralmente todos os graus de parentesco, conforme disciplina o artigo 1.829 do Código Civil (BRASIL, 2002).

Outrossim, insta salientar que na esfera sucessória, partindo-se da premissa que o perflhado reconhecido passa a usufruir de todos os direitos garantidos como se filho fosse, resta claro que esses efeitos alcançados com a configuração da parentalidade atingiriam também a esfera patrimonial dos envolvidos, isto é, passam a gozar de direitos de ordem sucessória entre si estabelecidos pelo Código Civil (BRASIL, 2002), uma vez que ao tornarem-se ascendente ou descendentes uns dos outros, tornam-se por consequência herdeiros.

Partindo do fato principal de que uma das consequências do reconhecimento do vínculo socioafetivo é a conexão *ad eterna*, entre o genitor e o filho amparados pela afetividade, uma vez que tal vínculo como demonstrado não pode ser desconstituído, é preciso nos atentarmos que a parentalidade socioafetiva

somente deve ser configurada a partir da análise minuciosa do caso em concreto.

As consequências que podem ser geradas em razão de uma paternidade socioafetiva “mal” reconhecida devem ser postas em pauta, uma vez que o núcleo familiar influi diretamente para a formação da personalidade e caráter do filho, e a relação parental é de máxima relevância para concretizar essa evolução.

Para os casos judiciais que visam analisar a parentalidade socioafetiva em relação à menores de doze anos, é necessário cautela na instrução processual quando na análise dos parâmetros para a caracterização da conexão afetiva entre as partes, pois, a depender do caso em concreto podemos estar diante de uma situação que superficialmente aparente presentes todos os requisitos para a efetivação do vínculo socioafetivo, entretanto, na realidade da situação, não se trata de uma parentalidade fundada no afeto e na posse do estado de filho advindos da convivência familiar, mas sim de sentimentos que não foram enraizados e possuem característica momentânea, a exemplo, do padrasto que reconhece socioafetivamente como seu, o filho de sua esposa ou companheira, mas que findo o relacionamento afasta-se, conseqüentemente, da prole que dizia ser afetiva.

O lapso temporal, baseado na convivência contínua e duradoura, muitas vezes mencionado para justificar a existência do afeto, pode se tornar um requisito errôneo, haja vista que as partes podem conviver juntas por longos anos, mas não se amarem, logo não existindo motivo ensejador para o reconhecimento da parentalidade pautada no afeto. Isto porque, em que pese a intensidade e longo tempo do relacionamento afetivo entre padrasto ou madrasta e seus respectivos enteados, dessa relação, não surge necessariamente a parentalidade socioafetiva, pois não se caracteriza de fato a posse do estado de filiação. (LÔBO, 2018)

Sabendo que o perfilhado ao ser reconhecido passa a gozar de direitos como se filho fosse, terá também o quinhão de herdeiro na herança do genitor afetivo da mesma forma que o genitor afetivo passa a ser detentor de direitos no que tange aos deveres da filiação, necessário é que se evite que o reconhecimento da paternidade ou maternidade socioafetiva se funde por interesses prevalentemente patrimoniais. Tal realidade não pode ser ignorada, pois, no momento do reconhecimento da parentalidade socioafetiva, podem se fazer presentes os requisitos, entretanto, as intenções por trás deles não são baseadas no intuito da posse do estado de filiação em decorrência de laços e sentimentos afetivos.

Por este motivo, reforça-se ainda mais a necessidade de analisar os parâmetros para o reconhecimento da parentalidade socioafetiva, ante ao fato de que uma vez constituída, imputará também as partes, a estarem obrigadas umas com as outras no pagamento de pensão alimentícia, podendo acarretar consequências gravíssimas, como por exemplo ter seu patrimônio afetado ou sua liberdade privada em eventuais ações de execução de alimentos.

Na esfera extrajudicial, o provimento de nº 83/2019 cuidou de aprimorar os parâmetros para que se configure a parentalidade socioafetiva, todavia, ainda é preciso cautela, visto que, mesmo que o reconhecimento voluntário de maiores de 12 anos pressuponha concordância do perflhado, cada situação fática merece ser estudada com máximo zelo, afim de averiguar se esse consentimento não é resultado de uma influência predisposta visando um fim que não o reconhecimento da paternidade ou maternidade motivadas em razão da afetividade.

Destarte, outro fator merecedor de atenção no que tange à adequação dos parâmetros necessários para a configuração da parentalidade socioafetiva, se dá pelo motivo de que os efeitos jurídicos afetarão não só as partes principais da parentalidade socioafetiva, isto é, pais e filhos, mas também os novos parentescos criados em consequência desta faz-se necessário que haja uma instrução processual reforçada a fim de efetivar uma análise pormenorizada de cada caso em concreto, uma vez que confirme explanado no presente trabalho, os 69 requisitos para o reconhecimento da parentalidade socioafetiva não podem ser tidos como parâmetros absolutos, análogos a uma fórmula, que servirá de maneira genérica para todos os casos.

Cada situação padecerá de peculiaridades próprias e merece ter a concessão da chancela jurídica de forma íntegra, célere e eficaz, sem mascarar a realidade, protegendo e respeitando o afeto como pilastra basilar da posse do estado de filiação e concretização da parentalidade socioafetiva, que já muito progrediu, acompanhando a constante evolução do direito de família, não podendo dessa forma admitir seu regresso.

### **Considerações finais**

Com o presente trabalho, objetivou-se demonstrar que o tema explorado é de extrema importância, uma vez que é necessário fazer valer toda a evolução

obtida até o presente momento no Direito de Família, de forma a continuar consolidando os princípios basilares da dignidade da pessoa humana e afetividade, dentre outros princípios que norteiam esse universo das relações familiares.

O afeto é visto como elemento fundamental na caracterização dos vínculos de parentesco, uma vez que contribui diretamente para toda a formação física e mental dos filhos, garantindo apoio emocional, assim como efetivando condições de máxima dignidade necessárias a esse desenvolvimento.

Salienta-se que, ainda que não haja vínculos consanguíneos entre pais e filhos, restando presente os vínculos provenientes do afeto em decorrência da convivência familiar, resta configurada a parentalidade socioafetiva entre os envolvidos, ou seja, ocorrendo a efetivação da posse do estado de filho, pautada pelos sentimentos recíprocos entre as partes, gerando a partir daí direitos e deveres a serem observados para o integral e bom cumprimento dessa parentalidade.

Devido ao notório espaço que a afetividade ocupou no ordenamento jurídico brasileiro, no que tange ao Direito de Família e suas relações familiares, os vínculos biológicos não são mais considerados elemento fundamental para a configuração da parentalidade socioafetiva, de modo que aqueles vínculos fundados na existência do afeto entre os indivíduos devem sempre prevalecer como ponto principal para a incorrência do Direito de Família em seus âmbitos, destacando que, uma vez constituída, a parentalidade socioafetiva não mais poderá ser dissolvida, haja vista que o afeto foi perpetuado.

Não basta só a demonstração do erro no reconhecimento da paternidade e a inexistência da consanguinidade, pois, caso exista a concretização do afeto entre esse pai para com seu filho, isto é, reste demonstrada a posse do estado de filiação entre ambos, tal vínculo de parentesco não poderá ser desfeito, pois nele se faz presente a socioafetividade e eventual demanda que tenha como pretensão desconstituir esse laço parental, não surtirá sucesso.

No momento em que a relação socioafetiva é reconhecida, por consequência são gerados efeitos jurídicos que atingirão as partes envolvidas, no exercício de direitos e cumprimento de deveres entre si, repisando-se a ideia de que a parentalidade socioafetiva possui característica, ad eterna, tais efeitos também se farão presentes, não podendo os envolvidos esquivar-se destes. Evidenciando que os efeitos jurídicos gerados atingem não só a linha reta de parentesco, como também



pode alcançar a linha colateral se for o caso.

Conclui-se que todos os objetivos do presente trabalho foram alcançados ao demonstrar, por intermédio da análise doutrinária e jurisprudencial, que a Parentalidade Socioafetiva precisa de máxima atenção e cuidado quando da sua configuração, através da presença dos requisitos necessários, bem como do uso de parâmetros adequados para cada caso em concreto. Isto porque os decorrentes efeitos jurídicos podem acarretar graves interferências na vida das partes, principalmente em seu patrimônio, pois o vínculo familiar busca a efetivação de direitos e deveres recíprocos entre as partes conforme sua necessidade, não podendo elas eximirem-se de suas obrigações para com seus parentes, de modo a confirmar a hipótese anteriormente apresentada para este estudo.

### **Referências Bibliográficas**

AZEVEDO, Álvaro V.. **Curso de direito civil: direito de família** - 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

BRASIL, **Código Civil** (2002), In: Vade Mecum, São Paulo: Saraiva, 2018.

BRASIL, **Conselho Nacional de Justiça** – CNJ, Provimento nº 63 (2017). Disponível em:<[https://atos.cnj.jus.br/files//provimento/provimento\\_63\\_14112017\\_19032018150944.pdf](https://atos.cnj.jus.br/files//provimento/provimento_63_14112017_19032018150944.pdf)> Acesso em: 05 out. 2020.

BRASIL, **Conselho Nacional de Justiça** – CNJ, Provimento nº 83 (2019), Disponível em:<[https://atos.cnj.jus.br/files//provimento/provimento\\_83\\_14082019\\_15082019095759.pdf](https://atos.cnj.jus.br/files//provimento/provimento_83_14082019_15082019095759.pdf)> Acesso em: 05 out. 2020.

BRASIL, **Constituição Federal** (1988), Edição administrativa do Senado Federal 2015/2016.

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente** – ECA, Lei 8.069/90 (1990), In: Vade Mecum, São Paulo: Saraiva, 2018.

DIAS, Maria B.. **Manual de direito das famílias** – livro eletrônico. 4 ed. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2016.

GONÇALVES, Carlos R.. **Direito Civil Brasileiro** – 6 Direito de Famílias. 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

LÔBO, Paulo. **Direito civil** – 5 famílias. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

PEREIRA, Rodrigo da C. **Princípios Fundamentais e norteadores para a organização jurídica da Família**. Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba (2004). Disponível em:

[https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/2272/Tese\\_Dr.%20Rodrigo%20da%20Cunha.pdf](https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/2272/Tese_Dr.%20Rodrigo%20da%20Cunha.pdf)> Acesso em: 14 mar. 2020

RIZZARDO, Arnaldo. **Direito de Família** . 10 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

ROLF, Madaleno. **Direito de Família**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2018.

# PSICOLOGIA

# Aspectos na sociedade que influenciam na construção da “Utopia do Amor Materno” Uma Análise reflexiva

*Aspects in society that influence the construction of the “Utopia of Maternal Love” A reflexive analysis*

Ana Clara Baziqueto<sup>1</sup>  
Médley da Cunha Carneiro<sup>2</sup>  
Vivian Aline Preto<sup>3</sup>

## RESUMO

O amor materno é uma construção e existem diferentes formas e teorias de se compreender o fenômeno do amor materno. Esse estudo tem como objetivo, através de uma análise reflexiva, destacar aspectos históricos, culturais entre outros que influenciam nessa ideia de que mulheres devem sentir desejo por filhos e amor materno de forma genuína. O método foi de revisão através de análises de conteúdos de artigos e livros. Pode-se concluir que essa idealização da maternidade foi construída e raizada há séculos, por meio dos aspectos históricos que abrangem a cultura de cada local, assim como o reforço que as publicações médicas expunham sobre a compreensão do corpo feminino de modo científico.

**Palavras - Chave:** amor materno, feminilidade, Maternidade, Mulheres mãe.

## ABSTRACT

Maternal love is a construction and there are different ways and theories to understand the phenomenon of maternal love. This study aims, through a reflective analysis, to highlight historical, cultural and other aspects that influence this idea that women should feel genuine desire for children and maternal love. The method was a review through content analysis of articles and books. It can be concluded that this idealization of motherhood was built and rooted for centuries, through the historical aspects that cover the culture of each location, as well as the reinforcement that medical publications exposed on the understanding of the female body in a scientific way.

**Keywords:** maternal love, femininity, Maternity, Women mother.

## Introdução

Ao se falar sobre o que é o amor materno é esperado que o digam que este está relacionado ao um conjunto de valores que de acordo com a cultura e o tempo espaço é escolhido para dar significado a este sentimento. Existem diferentes formas e teorias de se compreender o fenômeno do amor materno, porém esta pode ser analisada pelas duas linhas de pensamento: Visão Objetivista de Linguagem e a

---

<sup>1</sup> Acadêmica do 10º termo do curso de Psicologia no Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium – Unisalesiano Campus Araçatuba.

<sup>2</sup> Acadêmica do 10º termo do curso de Psicologia no Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium – Unisalesiano Campus Araçatuba.

<sup>3</sup> Enfermeira Doutora, em ciências da saúde, (Especialista) em preceptoría do SUS hospital Sírio Libanês; docente do Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium – Unisalesiano Campus Araçatuba.

construtiva ou Pragmática. Para a primeira linha de pensamento o amor materno é considerado um objeto natural, sendo este um sentimento instintivo e universal a todas as mulheres, se dando este no momento em que a mulher se torna mãe. O pensamento Construtivo ou Pragmático compreende que o amor materno se desenvolve em consequência da relação entre a mãe e o seu filho (a), na qual da mesma forma que é construído pode ser desconstruído (MAGALÃES, 2012).

O olhar da psicanálise quanto a origem do amor materno está ligado ao vínculo afetivo entre mãe e bebê, estabelecido pela satisfação da amamentação ou pelo alívio do desconforto, o que distingue da linha de pensamento Construtivo Pragmático que acredita que a origem do amor materno se constrói independentemente de recompensas (TONY *et al*, 2004 *apud* MAGALHÃES, 2012 p.18).

Para adentrarmos ao tema do trabalho se faz a necessidade de uma definição do que é a utopia. A utopia nasce como um gênero literário criado por Tomas More, na qual ele narra sobre uma sociedade perfeita e justa. Ele emprega o termo utopia um significado negativo como *o não lugar*. Juntamente com o sentido negativo da palavra também se observa em seu discurso o sentido positivo da palavra que simultaneamente com o negativo traz o significado de utopia como lugar nenhum e lugar feliz. Sendo assim esse termo propõe uma ruptura com a totalidade da realidade que é desagradável e má e propõe outra, que seja mais agradável e boa (CHAUÍ, 2008).

O termo então cunhado por Tomas More, se transformou de apenas um título de livro para um termo que evoca o desejo da mudança de uma realidade desumana e opressora. A aqueles que não acreditam na possível mudança, o termo virou sinônimo de fantasia, desejo e loucura. Ao longo dos tempos, muitos outros escritores escreveram sobre a utopia e o que pode se observar das narrativas utópica é que existem várias características de outros tipos de utopia, e o que se prevalece sobre todas elas são a oposição entre a realidade e o ideal. Sendo assim a utopia pode ser classificada em escapistas e heroicas. A primeira se trata de uma utopia que indica o que é o certo e o errado, porém não existe uma ação para que se alcance um e evite o outro. Elas são divididas em três subtipos sendo a utopia de lugar- que falam de lugares (terras e países) que não podem ser encontradas em nenhum mapa; a utopia de tempo- tratando-se do passado e futuro como

desconhecidos e, portanto, oposto ao presente; e pôr fim a utopia de ordem eterna- que condiz com valores carregados pelos sujeitos, como por exemplo valores cristão. A utopia heroica diferentemente age de forma a colocar a idealização em prática (por meio da revolução ou criação artística. Estas possuem dois grupos distintos, os monásticos que não acreditam que a sociedade possa ser transformada e muito menos que o ideal de sociedade possa existir e então fecham-se em grupos para defenderem seus valores (como por exemplo grupos religiosos). O outro grupo são os utópicos políticos que forçam a realidade a se submeterem ao ideal por meio de leis que visam uma reforma que conceba um governo mais justo (POLAK, 2010).

Voltando a discussão do amor materno, ressalta-se que a função materna durante os séculos está ligada a valores sociais em detrimento do período histórico, de acordo com a época, a mulher será considerada em maior ou menor grau uma “boa mãe ou não”. A imagem que se perpetua durante o decorrer dos séculos é o da mãe como um ser preocupado com o seu (sua) filho (a), sacrificado a si mesma em nome deles. Com o movimento feminista as mulheres passaram a expressar seus desejos, trazendo à tona em seus discursos que nem toda mulher tem o desejo de ser mãe, quebrando a ilusão que a mulher nasceu para a maternidade e que está é algo inato a mulher. Com isso cria-se a ideia do mito do amor materno, onde discurso empregado as mulheres nasceram para ser mãe, que lhe é algo natural a elas e que só sendo mãe se completariam como mulher não é mais algo cabível a realidade, pois o amor materno não é inato, mas sim um amor que pode ser apreendido no decorrer da relação que existe entre mãe e bebê (GABATZ, 2013). Portanto quando se fala em utopia do amor materno desejasse discutir a ideia de o amor materno ser considerado um sentimento genuíno na qual toda mulher está destinada a sentir pela (o) filha (o).

Geralmente é esperado que o amor materno surja conforme o nascimento do bebê, mas nos deparamos com uma leva muito grande de mulheres que não se encaixam nesse perfil, pois ao se encontrarem com a criança em seus braços, não sentem necessidade e vontade de ficar com ela e até mesmo de amamentá-la. O amor materno é uma construção, pois não sendo natural, baseia-se numa espécie de compaixão. Nota-se que a maternidade se baseia no narcisismo, pois conforme a psicanálise, os pais da criança criam idealizações sobre a mesma, onde encontram frustrações quando contrariados (BERLINCK, 2014).

A alienação diante ao papel materno que vem há séculos sendo formado e moldado da mesma forma, normalmente deixava as mulheres sem escolha, como se as mesmas não pudessem evita-lo, pois seriam condenadas a moralidade. Da responsabilidade à culpa, julgavam todas as mulheres que não sabiam ou não conseguiam seguir com a maternidade “corretamente” como anormais, desequilibradas, egoístas e maldosas, esse fato era acolhido tranquilamente por algumas mulheres, mas algumas acabavam por ficar frustradas e infelizes (BADINTER, 1985).

A imagem de que a mulher tem amor materno inato foi propagada por gerações, na qual a mulher “deve” suprir todas as necessidades de sua prole, proporcionando afeto, proteção e cuidados múltiplos. A sociedade vem com esse discurso moralizador, cobrando das mulheres amor incondicional por seus filhos, fazendo com que elas se sintam obrigadas a sentir amor mesmo antes de conceber uma criança (TOURINHO, 2006).

Sabemos que esse assunto é algo que mexe muito com as pessoas em questão de valores morais, e conseguimos notar algumas mudanças ao decorrer dos anos com a influência da política e cultura. Ao analisar o assunto, fica claro que o amor materno não é natural, mas sim construído. (LEITE, 2018)

Diante ao apontado esse estudo tem como objetivo, através de uma análise reflexiva, destacar aspectos históricos, culturais entre outros que influenciam nessa ideia de que mulheres devem sentir desejo por filhos e amor materno de forma genuína. Assim, pode-se contribuir com a literatura que estuda o assunto, mulheres que buscam referências sobre o tema e profissionais que atuam junto a essas mulheres.

## **Método**

Essa revisão reflexiva tem o propósito de identificar aspectos históricos, culturais, religiosos e relacionados a saúde que influenciam na construção da utopia do amor maternal, a fim de promover uma compreensão diante a esse assunto por meio de análises de conteúdos de artigos e livro.

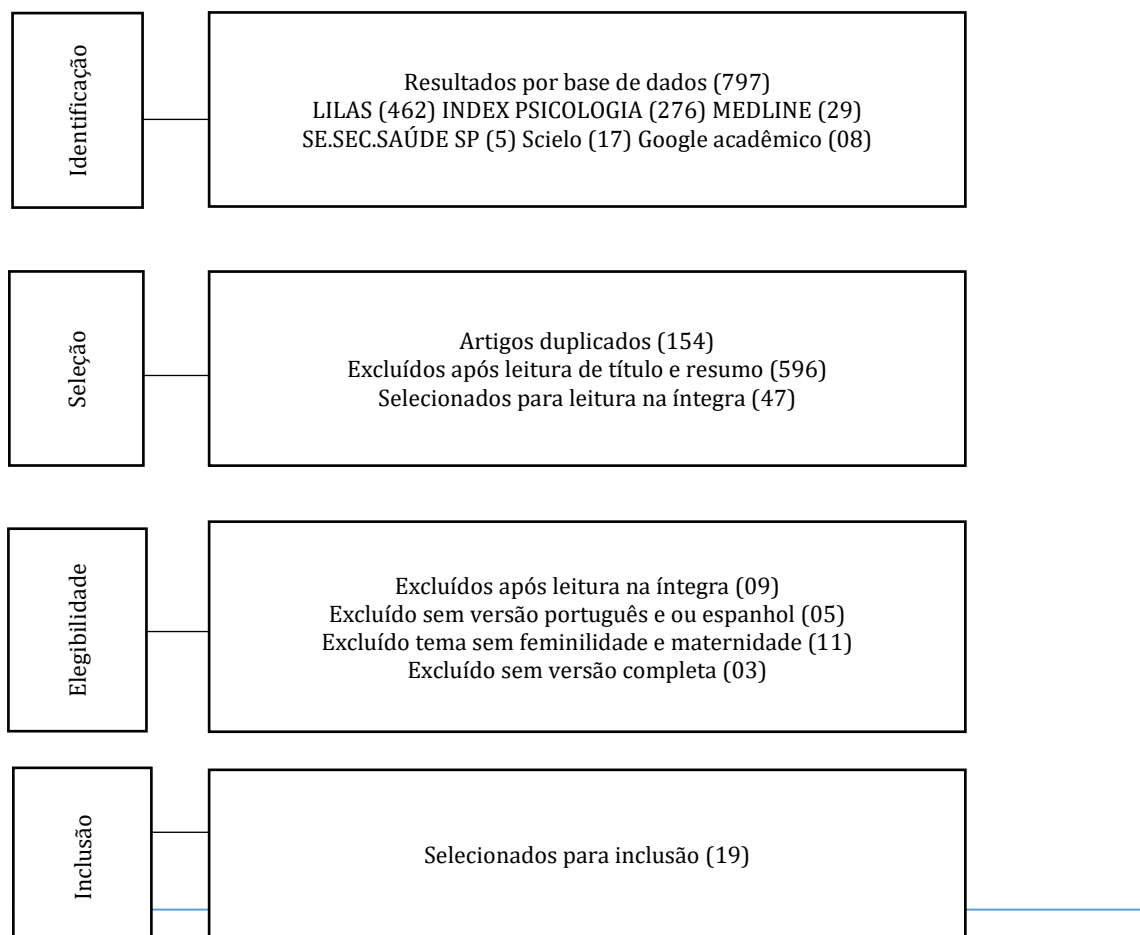
Um trabalho de revisão de literatura e ou revisão bibliográfica se refere ao emprego do autor que busca responder questionamentos mediante ao assunto que o mesmo aborda, buscando em trabalhos literários (artigos e livros) um referencial

teórico, com propósito da realização do levantamento de dados que possa leva-lo a uma reflexão e ou resposta ao questionamento levantado por ele sobre o assunto em questão que envolve o seu trabalho e ou seu interesse (ECHER, 2001).

Para realização deste artigo a questão norteadora que mobilizou as autoras a efetivação do mesmo foi compreender atreves de uma revisão reflexiva quais aspectos históricos, culturais entre outros que influenciam a ideia de que mulheres devem sentir desejo por filhos e amor materno de forma genuína?

Foi realizado o levantamento bibliográfico no último semestre de 2020 até o final do primeiro semestre de 2021. Foram selecionados artigos de 2001 a 2019. Os artigos selecionados foram retirados das seguintes bases de dados: Google acadêmico, LILACS, INDEX PSICOLOGIA, MEDLINE e Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo. Os descritores utilizados foram: instinto materno, amor materno, feminilidade, maternidade, maternagem e mulheres mães. Os artigos foram encontrados e selecionados por meio de títulos e resumos, e ao ler na íntegra, foram selecionados os artigos a serem usados

**Figura 1-** Fluxograma do processo de seleção dos artigos -2001 á 2019





Realizado a leitura, foram listados os seguintes critérios de inclusão: artigos originais que disponibilizaram o texto completo, artigos com a versão online de forma gratuita, artigos que abordassem o tema a utopia do amor materno. Como critério de exclusão: revisões e artigos que após leitura do título e resumo não estivessem de acordo com o tema, artigos que não estavam disponíveis em português ou espanhol, artigos que não abordassem o tema maternidade e feminilidade, artigos duplicados e artigos com textos incompletos.

## **Discussão**

Atualmente estudos realizados com mulheres que expressam o desejo a não maternidade são mulheres que possuem entre vinte e quarenta e cinco anos de idade. Estas são mulheres casadas e solteiras com grau de instrução de nível superior (mulheres que estão realizando seus mestrados e doutorados e ou são servidoras públicas). Tais mulheres compreende que a maternidade é uma opção da mulher e não mais uma inquisição a completude do que se compreende pela sociedade que seja a identidade feminina. Os estudos apontaram que mulheres que optaram por não terem filhos consideram sua vida profissional uma parte importante de suas vidas assim como a relação com os amigos e a família originária e que mesmo as que constituíram suas próprias famílias se consideram completas sem um filho (BARBOSA; ROCHA-COUTINHO, 2012).

Com a reorganização e reestruturação dos papéis sociais durante crises como por exemplo a revolução indústria que possibilitou que mulheres saíssem de casa para trabalhar e poderem ajudar no complemento da renda familiar. Com tal mudança as mulheres passaram a conquistar o seu espaço dentro da sociedade, a mesma com o ganho de seu trabalho poderia lhe proporcionar uma independência e autonomia maior para fazer o que desejasse. Novas possibilidades do existir do feminino para além da maternidade era algo que poderia ser alcançado. Nesse novo desenvolvimento do contexto histórico as mulheres passaram a planejar suas vidas e buscarem a sua liberdade financeira e ao desenvolvimento pessoal, buscando outras possibilidades de existir que fossem mais significativas, e que pudessem se sentir realizadas sem necessariamente terem um filho (MACHADO; PENNA; CALEIRO, 2019).

Tais mulheres que optaram pela não maternidade compreende a maternagem como uma experiência que pode ser fantástica, entretanto enfatizam que esse modo de existir (o ser mãe) traz responsabilidades que por vezes podem não ser compatíveis com as suas vidas profissionais. As mesmas relatam que a criança demanda um gasto maior tanto quanto no aspecto financeiro como a de tempo para o cuidado e o carinho e afeto que é essencial para o desenvolvimento deste. Com a escolha a não maternidade elas ressaltam que podem aproveitar mais para se desenvolverem a nível pessoal assim como progredir cada vez mais na função que exercem no trabalho. Para além da questão do desejo de uma carreira profissional bem sucedida, o desejo da não maternidade está relacionada a outros fatores como a história pessoal da mulher e a associação que ela faz entre desejar ter um filho e ter que lidar com o medo e insegurança de não ser suficientemente boa nessa função. Socialmente espera-se que a mulher seja uma boa mãe, funcionária e dona de casa, porém quando a mulher nega a maternidade como parte do seu projeto de vida está vista como egoísta, infértil e ou individualistas (FIDELIS; MOSMANN, 2013).

A opção da mulher a não maternidade é vista pela sociedade como um ato escandaloso. De acordo com Machado, Pena e Caleiro (2019), no século XVII ser mãe não era algo tão valorizado e foi somente a partir do século XVIII que os cuidados da mãe a sua criança foram considerados de extrema importância para a sua sobrevivência. Os valores, portanto, mudaram, a mulher passou a ser quem cuida e protege seu lar e seu filho com cuidado e *amorosidade, se tornando a rainha do lar*. Essa nova função dada as mulheres é que dá origem a todo um *culto à maternidade*, onde as mulheres são postas por conta do determinismo biológico como sendo as únicas pessoas que pudessem manter o bem estar de sua prole, assim atrelando a maternidade como condição a feminilidade.

Essa reviravolta da condição de ser mulher e mãe durante o século XVII para o século XIX teve muita influência cultural. Por ser uma época na qual as sociedades eram acometidas por várias doenças e uma alta taxa de mortalidade infantil, a maternidade era terceirizada, sendo estas criadas por amas de leites (escravas da fazenda) por volta dos três anos de idade, e caso sobrevivessem até essa idade as crianças iam morar na casa com seus genitores e ser educadas para se conviver em sociedade como filhos de fazendeiros que eram. Em meados de 1700, quando os

valores familiares e sociais eram reestruturados, a visão de terceirizar os cuidados maternos caiu por terra, trazendo a ideia do mito do amor e instinto materno, segundo o qual a maternagem seria inata e ligada exclusivamente ao sexo feminino, pois somente a mulher pode gerar e amamentar sua prole, o que ocasionalmente fez com que a sociedade pensasse que exclusivamente elas seriam capazes de cuidar e prover as necessidades de seus bebês (GRADVOHI, *et al*, 2014).

Atualmente, há várias pesquisas sobre o tema parentalidade, no qual os dados mostram que as mulheres ainda tendem a se envolver profundamente com seus filhos e o trabalho doméstico, mesmo quando estas trabalham em outras áreas para ajudar na economia familiar, diferente dos homens. Com a necessidade óbvia da divisão de afazeres, a crença de que a relação mãe/filho(a) é básica, fundamental e psicologicamente mais adequada para as fases de desenvolvimento infantil ainda é superior a qualquer ideia de que há a necessidade da conexão pai/filho(a). Com as mudanças na estrutura familiar, faz-se necessário a ampliação de estudos sobre a importância da figura paterna no contexto familiar e no desenvolvimento da criança, pois assim entenderiam que o papel do pai também tem grande significância como o da mãe, podendo trazer mudanças de comportamentos e pensamentos acerca dos homens contemporâneos, algo que não seria fácil pois essas ideias sobre a maternidade vem de séculos, e só o tempo conseguiria fazer com que as pessoas mudassem essa visão completamente (BORSA; NUNES, 2011).

Azevedo (2017) comenta que as mulheres contemporâneas se encontram em um impasse, no qual estão cada vez mais presentes em ambientes trabalhistas conquistando sua independência muitas vezes de forma a realizar um sonho, mas também sentem que estão deixando de constituir família, o que faz gerar um sentimento de tensão encontrado entre os valores atuais e os tradicionais, a quais ainda são cobradas pela família, religião e afins. As modificações na vida das mulheres vêm de demonstrando de uma forma acanhada, já que o sucesso profissional, dedicação aos filhos e familiares ainda são esperados delas, sendo importante destacar que a mídia é um dos principais agentes de divulgação e supervalorização das figuras maternas, deixando o papel do pai/homem em segundo plano.

Com os avanços na sociedade observa que muitas mulheres deixaram de associar a maternidade como algo necessário de acontecer. Um estudo realizado no

Rio de Janeiro com mulheres de faixa etária diferentes, constatou que a maternidade não é mais o principal motivo da realização feminina, segundo o artigo, a construção social está passando por diversas mudanças, na qual, era imposto que as mulheres tinham que optar por terem filhos, mas essa ideia vem se transformando e a maternidade já não é mais uma condição necessária para definir a mulher (BARBOSA; COUTINHO, 2012).

A pesquisa realizada pela universidade do Vale do Rio dos Sinos, notou que algumas mulheres acima de 45 anos que optaram por não terem filhos, sofrem até hoje com a pressão da sociedade. A carreira profissional é indicada como o principal motivo associado a não maternidade, destacando a característica de que todas passaram por relacionamentos conturbados. É possível notar com clareza nesta pesquisa que essas mulheres optaram por seguir suas carreiras e conseqüentemente, colocaram de lado a ideia de serem mães pelo fato de terem relacionamentos fracassados, portanto, escolhendo a não maternidade por terem outros planos de vida (FIDELIS; MOSMANN, 2013).

A opção pela carreira está provavelmente ligada ao desejo que a mulher coloca hoje sobre exercer uma profissão. O trabalho para as mulheres na sociedade contemporânea, surge como exigência e identidade individual, seria um meio de realização e autoafirmação. Em relação a mulher no contexto familiar moderno, se deu início com o desenvolvimento da sociedade capitalista, na qual se redefiniu as relações entre as classes e gêneros. Diante a maternidade, é importante ressaltar a ideia de Badinter (1985) de que o instinto materno não existe, e com o nascimento de um filho, provoca-se modificações na estrutura e dinâmica familiar, podendo ocasionar conflitos com o parceiro. A mulher diante a maternidade normalmente tende a se sentir mal, pois se estiver trabalhando há o desejo de estar junto a seu filho, mas se estiver em casa, sente-se incompleta, ansiando pela independência. A opção encontrada por muitos casais, é a divisão igualitária de tarefas, permitindo que ambos não se sintam sobrecarregados (OLIVEIRA; TRAESEL, 2008).

Ainda como forma de reforçar que a mulher e a maternidade são laços que devam ser eternos e condição primordial a feminilidade, a religião também conceitua e traz para seus seguidores que a maternidade é algo sagrado e tem uma grande significância para as mulheres e sua relação com Deus, já que somente elas tem a dom de gerar filhos esta tem também por obrigação manter os cuidados com

a sua criança, pois também é uma grande influenciadora da construção da identidade pessoal de seu filho e assim discerni-lo a qual caminho ele deva seguir (de acordo com os coiteiros religiosos o bom e o mau caminho). A religiosidade fala do amor materno como um amor genuíno, um amor que nasce e aumenta a cada dia, sendo um amor único e especial, no qual deve ser muito valorizado (CÂMARA, 2015).

O ideal de mãe que reverbera no subconsciente do senso comum é virgem Maria mãe de Jesus. Maria era a representação de como uma mãe boa deveria ser. Carinhosa, cuidadora, que tudo suporta e o faz calada. Ela é vista como um porto seguro, a quem se pode recorrer. Sendo ela a única que pariu sem dor, vista como a mulher “perfeita” e pura que conseguiu fugir do sofrimento do parto, na qual tal sofrimento é considerado pela comunidade religiosa como punição pelo pecado da luxúria cometido pela primeira mulher, na qual condenou todas as outras. A doutrina religiosa via ela como um parâmetro de referência para as mulheres, na qual a sociedade as impõe que sejam mães, atenciosas, cuidadoras, que se dediquem por inteiro aos seus filhos e que esta tem que realizar esse cuidado sem reclamar do trabalho materno, pois somente assim poderiam se redimir do pecado da luxúria, de terem tido relações sexuais (VASQUES, 2014).

No entanto nem todos eram seguidores das doutrinas religiosas e então também a medicina intervém na construção da maternidade trazendo os benefícios e a importância da relação e do contato da mãe e bebê e como poderia somente a mulher-mãe exercer a maternagem. Em 1760, os médicos da época fizeram publicações informando sobre a importância e dever do cuidado materno, na qual uma mãe só era vista como boa se fosse capaz de garantir a criança o cuidado necessário seja financeiro como emocional e higiênico para garantir a sua sobrevivência. Algo que acabou pressionando e sobrecarregando muitas mulheres que já eram submetidas a outros afazeres do lar, e na maioria das vezes sem a ajuda de seu companheiro (GRADVOHI, *et al*, 2014).

Com tudo a maternidade passou a ser tratado como uma política pública, onde os corpos das mulheres eram estudados e vistos somente como um organismo reprodutor. A mulher não era enxergada como um sujeito individualista, social e que tem desejos. Não se acreditavam que poderia coexistir em um mesmo corpo a mulher e a mãe, pois um ou outro se sobressairia e juntamente com a visão de mãe

ideal para o contexto religiosa ser mãe exigiria uma entrega total de si para o filho. Então a interferência no corpo da mulher pelos médicos era justificada por um *cientificismo higienista* que propunha uma educação do corpo feminino. A educação era direcionada a pautas que diziam as mulheres como elas deveriam se portarem com seus corpos e a como realizar os cuidados para com os seus filhos. A comunidade científica e as áreas médicas especializadas no corpo feminino justificavam o controlo do corpo da mulher através de discursos que tal “cuidado” com o corpo feminino era para evitar ações perigosas e consideradas ultrapassadas (VASQUES, 2014).

As publicações médicas e revistas reforçavam aquilo que os homens da sociedade e a igreja ditavam ser o papel da mulher. Os artigos escritos por médicos traziam para os leitores leigos um conhecimento científico que os memos tinham sobre o corpo feminino e se utilizavam destes para dizerem as mulheres o que é ser uma boa mãe. Escritos destes revelam que a mulher que era boa mãe era aquela que cuidava da casa, de seu marido e de seu filho de uma maneira devota. As obras legitimavam a existência de um saber científico de uma verdade *absoluta sobre o corpo feminino e a primeira infância*, assim eles sabendo como as mulheres deveriam agir para manterem seus filhos saudáveis e seguros (ARAUJO,2017).

Desta forma observa-se que mulheres x amor materno durante o percurso histórico e desenvolvimento humanos, assim como o da sociedade, tiveram conceitos e visões diversas de uma mãe ideal, cada qual com explicações e justificativas que contribui a argumentação de porquê mulheres serem as pessoas certa para cuidarem das crianças e fornecer a elas os recursos necessários para se desenvolverem e formar-se bons cidadãos.

## **Conclusão**

Tendo em vista os aspectos observados, é notável os fatos que levam as pessoas a terem a ideia de que mulheres devam sentir desejo por filhos e amor materno genuíno. Deste modo, chegamos à conclusão de que essa idealização da maternidade foi construída e raizada há séculos, por meio dos aspectos históricos que abrangem a cultura de cada local, assim como o reforço que as publicações médicas expunham sobre a compreensão do corpo feminino de modo científico. A religião foi outro fator analisado que influenciou nesta compreensão de mulheres

possuírem tais desejos e assim reproduzindo discursos que idealizavam a mulher mãe tudo o que ela precisa fazer para ser vista como uma boa mãe. Com o intuito de solucionar a questão que norteou esse trabalho, as reflexões feitas através da revisão da literatura de artigos que abordam o tema maternidade, feminilidade e mulheres que optam pela não maternidade.

concluiu-se que o sentimento e o desejo não maternagem é um construto histórico e social que teve como reforçadores aspectos culturais e científicos que produziram e reproduziram no subconsciente do senso comum o almejo de que todas as mulheres gostariam de procriar, bem como a sua responsabilização em fornecer a prole, condições ao seu desenvolvimento e se necessário para exercer esta função, abdicar de si mesma. Desta forma quando está não abarca as expectativas sociais e seu desejo não condiz com o que o meio espera dela, a mulher que opta pela não maternidade recebe repressões do seu meio social.

Em face do cenário atual, é observado o quão é importante que a sociedade deve ter acesso a essas informações sobre a maternidade, visto que ainda é cultural a ideia de a maternidade ser fundamental na vida de uma mulher, não oferecendo respeito as mulheres que não condizem com essa realidade e optam por não conceber filhos. Ainda que seja um assunto a ser muito discutido, é essencial essa mudança, pois é básico que as mulheres tenham o direito a escolha do que fazer com seus corpos.

### Referências Bibliográficas

ARAUJO, Aline de Souza. **Maternidade, medicina e vulgarização científica no século XIX**. Dissertação (mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro. 2017. Disponível em: <[https://www.seo.org.br > download > download](https://www.seo.org.br/download/download)>. Acesso em: 09 de ago. 2021.

AZEVEDO, Rhuama A. **“Amo meu filho, mas odeio ser mãe” Reflexões sobre a ambivalência na maternidade contemporânea**. Monografia (Especialização em psicologia) - Instituto de Psicologia, Porto Alegre, março de 2017. Disponível em: <[https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as\\_sdt=0%2C5&q=Amo+meu+filho%2C+mas+odeio+ser+m%C3%A3e%E2%80%9D+Reflex%C3%B5es+sobre+a+ambival%C3%Aancia+na+maternidade+contempor%C3%A2nea&btnG=#d=gs\\_qabs&u=%23p%3D2GVzgd4e37QJ](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=Amo+meu+filho%2C+mas+odeio+ser+m%C3%A3e%E2%80%9D+Reflex%C3%B5es+sobre+a+ambival%C3%Aancia+na+maternidade+contempor%C3%A2nea&btnG=#d=gs_qabs&u=%23p%3D2GVzgd4e37QJ)>. Acesso em: 01 de out. 2021.

BADINTER, Elisabeth. O Amor Ausente. In: **Um Amor Conquistado: O Mito do Amor Materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira S/A, 1985. P 25 – p 26.

BADINTER, Elisabeth. O Amor Forçado. In: **Um Amor Conquistado: O Mito do Amor Materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira S/A, 1985. P 237 – p 238.

BARBOSA, Patrícia Z.; ROCHA-COUTINHO, Maria L.. Ser Mulher Hoje: Visão de Mulheres Que Não Desejam Ter Filhos. **Psicologia e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3. 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/4gj5xxSFGxWmzmWBq3r534Q/?lang=pt>>. Acesso em: 22 de abr. 2021.

BERLINCK, Manoel T.. As Bases do Amor Materno, Fundamento da Melancolia. **Ver.latinoam.psicopatol.fundam**, São Paulo, vol.17, n.3, jul-set. 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-47142014000300403](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142014000300403)>. Acesso em: 12 nov.2020.

BORSA, Juliane C.; NUNES, Maria L. T. Aspectos psicossociais da parentalidade: O papel de homens e mulheres na família nuclear. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 29, n. 64, 2011. Disponível em:<[https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as\\_sdt=0%2C5&q=Aspectos+psicossociais+da+parentalidade%3A+O+papel++de+homens+e+mulheres+na+fam%3%ADlia+nuclear&btnG=#d=gs\\_qabs&u=%23p%3DZ\\_\\_Wa9FMy-IJ](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=Aspectos+psicossociais+da+parentalidade%3A+O+papel++de+homens+e+mulheres+na+fam%3%ADlia+nuclear&btnG=#d=gs_qabs&u=%23p%3DZ__Wa9FMy-IJ)>. Acesso em: 03 de set. 2021.

CÂMARA, Cátia C. R. Maternidade e Espiritualidade: aspectos simbólicos. **Paralellus**, Pernambuco, v.6, n.13, 2015. Disponível em: <<http://www.unicap.br/ojs/index.php/paralellus/article/view/573/612>>. Acesso em: 7 de maio de 2021.

CHAUÍ, Marilena. **Notas sobre Utopia**. Ciência e Cultura., Jul 2008, vol.60, no. spe1, p.7-12. ISSN 0009-6725. Disponível em:< <http://cienciaecultura.bvs.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/>>. Acesso em: 06 abr. 2021.

ECHER, Isabel C.. A Revisão de Literatura na Construção do Trabalho Científico. **Rev. Gaúcha Enferm**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 2-50, jul. 2001. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/15496314-A-revisao-de-literatura-na-construcao-do-trabalho-cientifico-literature-review-in-a-scientific-work.html>>. Acesso em: 20 out. 2021.

FIDELIS, Daiana Q.; MOSMANN, Clarisse P. A não maternidade na contemporaneidade: um estudo com mulheres sem filhos acima dos 45 anos. **Aletheia**, Canoas, n. 42, dez. 2013. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-03942013000300011](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942013000300011). Acesso em: 22 de abr. 2021.

GABATZ, Ruth I. B. *etal*. A Violência Intrafamiliar Contra A Criança E O Mito Do Amor Materno: Contribuições Da Enfermagem. **Rev Enferm UFSM**. Santa Maria, v.3, p. 563-562. 2013. Disponível em: < <https://periodicos.ufsm.br/index.php/reufsm/article/view/10990/pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2021.



GRADVOHI, Silvia M. O.; OSIS, Maria J. D.; MAKUCH, Maria Y. Maternidade e formas de maternagem desde a idade média a atualidade. **Pensando Famílias**, Porto Alegre, v.18, n.1, jun. 2014. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-494X2014000100006](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2014000100006)>. Acesso em: 7 de maio de 2021.

LEITE, Gisele. **Em Busca da Definição do Amor Materno**. Disponível em: <<https://www.jornaljurid.com.br/colunas/gisele-leite/em-busca-da-definicao-do-amor-materno>>. Acesso em: 12 nov. 2020.

MACHADO, Jaqueline S. de A.; PENNA, Cláudia M. de M.; CALEIRO, Regina C. L. Cinderela de Sapatinho Quebrado: maternidade, não maternidade e maternagem nas histórias contadas pelas mulheres. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v.43, n.123, p. 1120-1131, out-dez. 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/gNVpQTVHSW8GhbjfhbsNv8K/?lang=pt>>. Acesso em: 09 de ago. 2021.

MAGALHÃES, Mariana M.. **Sobre a Obrigatoriedade do Amor Materno: Um Estudo com Mulheres que optaram por não ter Filhos**. 2012. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) - Departamento de Psicologia do Centro de Ciências Humanas e Teologia da PUC-Rio. Disponível em: <[https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/19962/19962\\_3.PDF](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/19962/19962_3.PDF)>. Acesso em: 16 abr. 2021.

OLIVEIRA, Cibele R.; TRAESEL, Elisete S. Mulheres, trabalho e vida familiar: A conciliação de diferentes papéis na atualidade. **Ciências da saúde**, Santa Maria, v.9, n.1, 2008. Disponível em: [https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as\\_sdt=0%2C5&q=mulher%2C+trabalho+e+vida+familiar&btnG=#d=gs\\_qabs&u=%23p%3DLiHbd-Ame40J](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=mulher%2C+trabalho+e+vida+familiar&btnG=#d=gs_qabs&u=%23p%3DLiHbd-Ame40J). Acesso em: 22 de abr. 2021.

POLAK, José A. R.. **Era Uma Vez, Uma Utopia... Calunga: Um Romance Utópico**. 2010. Dissertação (pós-graduação em Letras) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/35032>>. Acesso em: 06 abr. 2021.

TOURINHO, Julia G. A mãe perfeita: idealização e realidade. **IGT na Rede**, Rio de Janeiro, v.3, n.5, ago. 2006. Disponível em: <http://igt.psc.br/ojs3/index.php/IGTnaRede/article/view/12>. Acesso em: 23 de abr. 2021.

VASQUES, Georgiane. Maternidade e Feminismo: Notas Sobre Uma Relação Plural. **Trilhas Da História**, Tres Lagoas, v. 3, n.6. jan-jun. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufms.br/index.php/RevTH/article/view/472>>. Acesso em: 02 out. 2021.

# Dependência de tela - A patologia do século XXI: uma revisão narrativa

*Screen addiction - The pathology of the 21st century: a narrative review*

Braian Bruno da Silva<sup>1</sup>  
Cássia Soares Leite<sup>2</sup>  
Ederson Ribeiro Costa<sup>3</sup>

## RESUMO

Com o avanço tecnológico em que a sociedade se encontra torna-se evidente o crescente número de adictos da própria tecnologia. Este trabalho realiza uma revisão da literatura existente sobre as dependências que surgiram em torno da tecnologia, fazendo uma contextualização de todas elas e as caracterizando em uma única patologia: a dependência de telas. Este artigo tem como objetivo reconhecer os impactos que a dependência de tela causa para os indivíduos, compreendendo este conjunto de novas patologias e as possíveis formas de enfrentamento. Apresenta as consequências, sociais, físicas e psicológicas que a dependência produz no indivíduo. O tratamento mais indicado é a psicoterapia, por ter eficácia comprovada. Os estudos recomendam a abordagem da terapia cognitivo comportamental, por ter muitos estudos com esse tema, porém, todas as abordagens são capazes de atuar com essa demanda.

**Palavras-chave:** Dependência de internet, dependência de tela, dependência tecnológica, habilidades sociais, tempo de tela.

## ABSTRACT

With the technological advance in which society finds itself, the growing number of addicts of the technology itself becomes evident. This work performs a review of the existing literature on the dependencies that have emerged around technology, making all of them contextualized and featuring them in a single pathology: the dependence on screens. This article aims to recognize the impacts that screen dependence causes for individuals, understanding this set of new pathologies and possible ways of coping. It presents the social, physical and psychological consequences that addiction produces on the individual. The most suitable treatment is psychotherapy, as it has proven effectiveness. Studies recommend the approach of cognitive behavioral therapy, as there are many studies on this theme, however, all approaches are capable of meeting this demand.

**Keywords:** Internet addiction, screen dependency, technological dependence, social skills, screen time.

## Introdução

Os avanços tecnológicos trouxeram grandes oportunidades para sociedade,

---

<sup>1</sup> Acadêmico do 9º termo do curso de Psicologia no Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba. E-mail: braianbrunos0@gmail.com

<sup>2</sup> Acadêmica do 9º termo do curso de Psicologia no Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba. E-mail: cassia.soares@hotmail.com

<sup>3</sup> Psicólogo, orientador, docente do curso de Psicologia no Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba. E-mail: ederson.prof@gmail.com

porém, surgiram alguns problemas em consequência do uso desenfreado de internet, entre eles está a dependência de telas.

Abreu (2013), faz uma contextualização histórica sobre o surgimento dos questionamentos em torno da dependência tecnológica em seu livro intitulado “Vivendo esse Mundo Digital”.

Abreu (2013), também relata que Thomas Hodgkin foi o precursor e realizou a identificação da dependência tecnológica, porém, foi Ivan Goldberg, na década de 1990, quem nomeou a dependência como patologia, que até então era desconhecida no meio científico. Goldberg caracterizou o transtorno de dependência tecnológica através de sintomas como ausência de realização das funções profissionais ou sociais para manter o acesso à internet. A partir disso surgiram inúmeros estudos e pesquisas para caracterizar o uso abusivo de internet.

Não há um consenso na nomeação desta patologia, sendo utilizado diversos termos, tais como, dependência de internet, uso compulsivo de internet, abuso de telas, compulsão de mídia digital. Neste trabalho será utilizado o termo dependência de telas, pois engloba diferentes tipos de tecnologia. Tal patologia pode ser definida como o uso abusivo de telas, tais como, celular, televisão, computador, jogos eletrônicos, entre outros dispositivos (ABREU, 2013).

O impulso em acessar as redes, a incapacidade de controle do uso de celulares e computadores e a obsessão pela vida virtual, abandonando a vida real são sintomas agravantes que relacionam-se à dependência tecnológica (FORTIM; ARAUJO, 2013).

O acesso às telas está acontecendo cada vez mais precoce, é notável a enorme quantidade de tempo em que as crianças desde muito pequenas são expostas à tela, como forma de entretenimento, e, com o passar dos anos, o tempo de acesso tende a aumentar (SIQUEIRA; FREIRE, 2019).

Paiva e Costa (2015), afirmam que a tecnologia causa impactos em diversas áreas da vida da criança, desde o convívio social escasso, até na influência exercida na saúde física e mental.

Porém, os danos não estão apenas relacionados à infância. Pessoas de todas as idades têm se rendido a dependência do uso de telas e tecnologias e os efeitos são inúmeros, há um comprometimento nas áreas sociais, físicas, psicológicas e até mesmo o desenvolvimento de patologias decorrentes do uso excessivo (SÁ, 2012).

A dependência de tela não é considerada um transtorno, pois não há classificações no DSM-V que a caracterizem como tal (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2013).

Entretanto, durante a elaboração do DSM-V cogitou-se acrescentar o transtorno de dependência de internet na lista de transtorno de dependência não relacionado a substância, pois era considerado uma classificação inovadora, porém a inclusão não ocorreu (ABREU; EISENSTEIN; ESTEFENON, 2013).

A partir de uma revisão bibliográfica fundamentada sobre o tema apresentado, o objetivo deste trabalho é reconhecer os impactos que a dependência de tela causa para os indivíduos, compreendendo esta nova patologia e as possíveis formas de enfrentamento e tratamento.

### **Material e Método**

Foi realizada uma revisão criteriosa da literatura existente em língua portuguesa visando contribuir para o desenvolvimento científico na área da psicologia sobre a temática proposta nesse trabalho.

Revisão de literatura, segundo Mancini & Sampaio (2006), tem como objetivo fazer uma análise e sintetização das informações presente nos estudos já existentes, a fim de contribuir para o desenvolvimento científico e clínico criando uma conclusão sobre o tema escolhido.

Para a realização deste trabalho foram utilizados como material, artigos científicos que contenham enfoque clínico sobre o assunto.

Notou-se a falta de material disponível para embasamento teórico, pois a dependência de tela é um tema pouco abordado na internet e nas pesquisas. Diante disso, os materiais encontrados tratam de maneira mais específica sobre vício de internet, jogos, ou recursos específicos de aparelhos smartphone. Com a escassez de material, não foi delimitado um período para a pesquisa, utilizando o que foi produzido em diversos anos.

Após a coleta de materiais, iniciou-se o processo de separação dos conteúdos relevantes para o trabalho, buscando nos artigos as possíveis causas que contribuem para o estabelecimento do vício e as consequências cognitivas, psicológicas e sociais nas pessoas que se tornaram dependentes do seu celular, computador, etc.

De acordo com o tema deste trabalho foram definidos cinco descritores científicos, sendo eles: Dependência de internet, dependência de tela, dependência tecnológica, habilidades sociais e tempo de tela. Tais descritores foram utilizados na busca por materiais nas seguintes bases de dados: BVS, SCIELO e Google Scholar. Nas pesquisas realizadas foram encontrados um total de 87.948 trabalhos. Para a seleção dos materiais que seriam utilizados foi estabelecido como critério de inclusão a ênfase na dependência, como conceito central entre os descritores. Sendo assim, a maior parte dos artigos encontrados não possuíam relação com o tema pesquisado, por este fato, após realizar a leitura do resumo dos artigos, 90% foram excluídos. Os artigos selecionados somaram um total de 70 artigos entre pesquisas e revisões de literatura. Em seguida foi realizada uma leitura e fichamento de cada um, priorizando artigos que realizassem pesquisas sobre o tema, e, em alguns casos, que apresentassem definições e possíveis tratamentos para a dependência de tela que está se desenvolvendo cada vez mais, o que resultou em um total de 32 trabalhos utilizados, entre eles: artigos, livros e dissertações.

## Resultados

Para a concretização deste trabalho o conteúdo foi organizado a partir das causas que desencadeiam a dependência, das consequências psicológicas e físicas, detalhando o que acontece em cada área, a partir do material coletado.

Nota-se que, apesar de haver uma preocupação sobre este novo tipo de dependência, são poucos os trabalhos existentes que fazem menção e aprofundam-se em estudar sobre a dependência de tela, suas causas, malefícios e possíveis tratamentos.

A seguir, apresenta-se uma tabela com os resultados obtidos nos artigos mais relevantes para a realização deste trabalho e, posteriormente, a comparação entre as décadas de 2001 a 2010 e de 2011 a 2020.

**Tabela I:** Artigos relevantes no período de 2001 a 2020

Autor(es)	Periódico	Aspectos relevantes
(FILHO, 2001)	Logos	O artigo faz uma contextualização histórica acerca da possibilidade de as tecnologias causarem vício, entre elas, a televisão.
(NICOLACI-DA-COSTA, 2003)	Psicologia Ciência e	A pesquisa possuía o intuito de compreender as razões pelas quais os indivíduos passam horas acessando à internet através de computadores.

	Profissão	Para isso utilizou-se de coleta de dados com 20 participantes, com idades entre 16 e 56 anos, que eram usuários experientes de Internet.
(LEITÃO; NICOLACI-DA-COSTA, 2005)	Psicologia em estudo	Foi realizado uma pesquisa qualitativa com terapeutas, das seguintes abordagens: psicanálise e gestalt. O intuito era compreender os impactos da internet no processo de subjetivação dos indivíduos que atendiam. Há concordância em afirmar que os indivíduos sentem prazer no espaço virtual, pois se enxergam como seres onipotentes.
(EYNG; MACHADO; REIS, 2006)	19º Congresso Internacional de Administração	Pesquisa exploratória descritiva realizada com 62 estudantes do 1º ano de Administração da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) sobre o impacto da internet no cotidiano de acadêmicos. Os resultados obtidos identificaram que a internet pode ser usada de forma positiva e negativa, o que influencia no desempenho dos acadêmicos.
(FORTIM; ARAUJO, 2013)	Academia Paulista de Psicologia	Pesquisa quali-quantitativa realizada com 189 usuários de internet de ambos os sexos, com idades entre 18 e 58 anos. Os autores fazem uma contextualização dos aspectos psicológicos que o uso patológico da internet pode gerar.
(TERROSO; ARGIMON, 2016)	Estudos e Pesquisas em Psicologia	A pesquisa foi realizada com adolescentes com idades entre 12 e 18 anos. Os resultados revelaram uma alta prevalência de dependência de internet entre os participantes, e os indivíduos que tiveram resultados que indicavam dependência, também apresentavam dificuldades em questões relacionadas a habilidades sociais.
(FARIAS, 2018)	Problemata:	Expõe sobre o vício em telas digitais, dialogando sobre a alienação do corpo do sujeito diante das telas digitais. Faz uma análise de como o vício estimula o sedentarismo, o que acarreta em diversos problemas de saúde.
(MANNO; ROSA, 2018)	POLÊMICA	Apresenta os possíveis motivos e algumas consequências que podem ocorrer devido à utilização exagerada da internet. Mostra como as relações e as formas de interação sofrem mudanças diante desse consumo desenfreado de tecnologia.

Filho (2001), em seu trabalho aponta que a televisão seria responsável por inserir os indivíduos em uma outra realidade, tornando-os incapazes de diferenciar o real da ficção. Transformá-los em seres passivos, submissos à autoridade e, ainda, provocar reações neurofisiológicas, tais como, alterações cardíacas, problemas oculares, hiperatividade, entre outros.

Nicolaci-da-Costa (2003), realizou um estudo sobre “usuários pesados” da Rede, tais usuários eram considerados pesados pois passavam mais de duas horas conectados à internet, por opção ou lazer. A principal tela acessada era o computador, que, normalmente, era utilizado por todos que moravam na residência.

Leitão & Nicolaci-da-Costa (2005), realizaram uma pesquisa com psicoterapeutas que utilizavam a internet e que tinham a possibilidade de comparar os atendimentos antes e após a difusão da internet. Alguns psicoterapeutas relataram não ter clareza sobre as consequências que poderiam vir a acontecer

devido ao aumento no número de casos em que o paciente passava muito tempo conectado.

Em 2006 já se encarava o excesso do uso de telas como uma possibilidade de desenvolver dependência. Os jovens estudantes, com idades entre 17 e 26 anos, utilizavam os computadores, em sua maioria, menos de 10 vezes por semana, sendo que 68% acessaram para fins de pesquisa. Porém, discutia-se sobre a conscientização e o uso racional da internet, pois entendiam que a tendência era avançar cada vez mais (EYNG; MACHADO; REIS, 2006).

No estudo realizado por Terroso & Argimon (2016), com 482 adolescentes com idade entre 12 e 18 anos, que cursavam o ensino fundamental e médio em 7 escolas, públicas e particulares, de um município do interior do Rio Grande do Sul. Foi aplicado uma ficha de dados sociodemográficos, um instrumento anônimo e auto aplicável nesta ficha, aplicaram também o Internet Addiction Test (IAT) e o Inventário de Habilidades Sociais para adolescentes (IHSA-Del-Prette) e concluíram que a dependência de internet está mais associada a um baixo repertório de habilidades sociais, apesar de encontrar-se associada a uma maior frequência de comportamentos afetivos e assertivos.

No estudo realizado por Lucena *et al* (2015), em uma população de 14 a 19 anos, estudantes da rede pública e privada do município de João Pessoa. Os resultados apontaram que a proporção do tempo excessivo de tela foi elevada, porém há variação de acordo com características sociodemográficas.

A pesquisa realizada por Fortim & Araujo (2013), sobre os aspectos psicológicos envolvidos no uso patológico da internet revelou que o indivíduo tem a sensação de controle estando diante da internet.

Méa, Biffe; Ferreira (2016), realizaram um estudo qualitativo com 150 adolescentes de 12 a 18 anos, pertencentes à uma escola pública do Rio Grande do Sul. Os resultados mostraram que os participantes possuem um risco de dependência de internet elevado e quanto maior o nível de dependência de internet, conseqüentemente elevaram os sintomas depressivos e de ansiedade.

Lemos; Santana (2012), realizaram um estudo acerca da dependência de jogos eletrônicos, o resultado mostrou que o sexo masculino possui maior índice e risco de tornar-se dependente. Os resultados apontam ainda que os jogadores

podem ficar violentos e impulsivos, mesmo que não esteja diante de um jogo que apresente violência.

Bergmann; Wagner (2015), apontam que o uso excessivo de celulares multitarefas têm desencadeado inúmeras mudanças nas relações sociais e na vida individual do usuário, além de interferir no desempenho acadêmico ou do trabalho. Além disso, há o vício em jogos eletrônicos e/ou jogo online, que levam o indivíduo a privar-se de necessidades básicas e utilizam esse vício com escape da ansiedade que enfrentam na vida real. O artigo ainda expõe que privar o adicto de acessar à internet não contribui para erradicar a dependência.

Fonsêca *et al* (2018), realizaram uma pesquisa com 234 universitários, utilizando de 5 instrumentos para avaliar a dependência das redes sociais. Analisando os resultados obtidos, nota-se que quanto maior o nível de dependência no uso das redes sociais, maior é o sentimento de solidão, ou seja, ambos estão correlacionados. Outro dado relevante é o fato de que a solidão contribui consideravelmente para a baixa autoestima.

Exemplo disso está na pesquisa realizada por Bispo *et al* (2018), em que utilizou o Internet Addiction Test (IAT) como instrumento de avaliação analisando as respostas de 48 questionários respondidos por alunos de cursos técnicos. Os resultados revelaram que entre 30% e 50% apresentam sinais de dependência. E mais de 50% dos participantes consideram que mantém um uso abusivo dos smartphones, o que influencia negativamente as horas de sono e o desempenho acadêmico.

Farias (2018), expressa em seu trabalho que há uma alienação do corpo diante do vício em telas. Aponta uma diminuição da lubrificação ocular, dores na coluna vertebral e doenças decorrentes da redução da mobilidade, o que tem contribuído para o aumento do sedentarismo.

Manno; Rosa (2018), afirmam que os indivíduos que mantêm uma relação psicótica com a internet, em sua maioria, apresentam acentuada fragilidade pessoal, tais como, baixa autoestima, dificuldade em lidar com a frustração, entre outras, e a internet surge como uma forma de evitar os medos e as ansiedades do mundo real e proporcionar prazer.

Ao analisar todos os resultados encontrados, nota-se que há uma diferença entre os aspectos observados na década de 2001 a 2010, em que no início a



preocupação com a dependência se dava por conta da televisão, porém em um intervalo de dois anos, já inicia-se a preocupação com o uso desenfreado da internet, que ainda era utilizada somente em computadores e, em sua maioria, para uso acadêmico e profissional. A comunicação se dava por e-mail, salas de bate papo, chats, etc.

Posteriormente, na década de 2011 a 2020, em que ainda vivenciamos um aumento drástico das tecnologias, o ser humano tem livre acesso às tecnologias desde a infância, o celular tornou-se extensão do corpo humano, o mundo virtual passou a ter mais vantagens do que o mundo real.

## Discussão

O termo dependência de tela foi usado neste trabalho porque engloba todas as dependências e possibilita explicar o assunto, abrangendo todos os inúmeros termos já utilizados no meio acadêmico.

Para compreender a patologia, deve-se evidenciar as causas que levam à dependência. Manno; Rosa (2018), estabelecem como causas a transformação de um comportamento normal em compulsão, a expressão de outros transtornos, a necessidade de compensar dificuldades encontradas no mundo real e, portanto, utilizam a tecnologia como fuga da realidade.

Os sintomas de que um indivíduo está acometido dessa dependência são caracterizados por ansiedade, mudanças de humor, agitação e manter-se por horas conectado, indiferente aos danos sofridos nas áreas psicológicas, social e física (TERROSO; ARGIMON, 2016).

Abreu *et al* (2008) e Abreu (2013), definem alguns critérios diagnósticos para o uso abusivo da tecnologia.

**Tabela II:** Critérios diagnósticos

Excessiva preocupação com a internet
Satisfação associada ao tempo conectado
Apresentar irritabilidade e/ou depressão a partir da suspensão do uso
Utiliza a internet como forma de regular a instabilidade emocional
Ultrapassa o tempo programado para manter-se conectado

Ter outras áreas da vida afetadas por conta do uso abusivo, como por exemplo, o trabalho e as relações sociais
Esforçar-se em vão para manter-se off-line
Mentir em relação à quantidade de horas diárias que passa conectado

Outros autores definem ainda que o indivíduo dependente tem preferência para a vida virtual, deixando de lado aspectos inevitáveis para a sobrevivência, tais como, alimentação, sono, entre outros (FORTIM; ARAUJO, 2013).

Todos nós precisamos nos relacionar com outras pessoas, isso é parte fundamental que sustenta nossa vida de maneira mais harmoniosa. O modo como o indivíduo se comporta no meio social, interagindo com ele é da mesma forma que estabelece as relações virtuais, ele é parte integrante de um processo, no qual atua como protagonista. Manno; Rosa (2018), afirmam que a associação em grupos é uma necessidade fundamental para os seres humanos, entretanto, no passado, as comunidades eram reais e geograficamente localizadas, porém, atualmente as pessoas pertencem às comunidades virtuais, vivendo “isoladas” e se escondendo.

Para um adicto da internet, os prejuízos sociais podem ser inúmeros, o indivíduo pode apresentar sinais de isolamento e possuir um número extremamente reduzido de colegas, contato conflituoso ou restrito com a família, timidez excessiva, inabilidade para criar novas relações, insegurança para tomar decisões, além de patologias como Transtorno de Ansiedade Social (TAS), Transtorno de Conduta e comportamento antissocial, pode ainda apresentar prejuízos econômicos, afetivo, profissional e impacto no nível de desempenho escolar (TERROSO; ARGIMON, 2016; MANNO; ROSA, 2018; SÁ, 2012).

Na internet o indivíduo cria uma personalidade e se mantém no controle das relações o que não se assemelha nem um pouco com as relações fora do mundo virtual. Ele cria um "estado" virtual onde pode agir em um novo papel através da criação de apelidos, que podem alterar características físicas como gênero, idade, raça, etc. Neste sentido, a internet pode ser considerada um “ambiente” livre, onde diferentes concepções de sujeitos transitam e interagem conforme o desejo de cada um (TERROSO; ARGIMON, 2016; GRAEML; VOLPI; GRAEML, 2004; SÁ, 2012; MANNO; ROSA, 2018; GONÇALVES; NUERMBERG, 2012).

Segundo Sá (2012), o sujeito recebe incontáveis estímulos da Internet e sob o efeito constante e acelerado de codificação, acaba sendo seduzido pelo meio, promovendo a dependência, Sá ainda afirma que o indivíduo ao se deparar com o mundo que sempre sonhou para si, em que o próprio indivíduo fica no controle dos seus desafios, gera um aumento na necessidade de isolar-se do meio off-line. A criação de uma persona on-line permite aos usuários uma saída segura para satisfazer necessidades psicológicas inadequadas. Contudo, a possibilidade de absorção mental deste novo personagem pode ter um papel negativo no funcionamento da vida real, interpessoal e familiar do indivíduo.

Quando o indivíduo “opta” por isolar-se ele deixa a família e os amigos, geralmente, em segundo plano, pois um “click” pode gerar novos relacionamentos, de amizade ou não, a qualquer momento e em qualquer lugar. Assim, o indivíduo retira suas mazelas e recalques da vida cotidiana e os resolve no “novo eu” (ou na fragmentação do “eu”), no “eu” virtual (SÁ, 2012).

Um consumo excessivo de Internet leva ao isolamento, que em muitos casos só é identificado como patológico quando se percebe à diminuição drástica da comunicação familiar, da dimensão do círculo social, perda do emprego e o surgimento da depressão, ansiedade e outras patologias que o indivíduo pode adquirir. Em suma, o isolamento é percebido quando o indivíduo tem prejuízos sociais graves (SILVA E SILVA, 2017; FORTIM; ARAUJO, 2013; THOMÉE *et al. apud* KHOURY, 2018).

O adicto pode sofrer uma série de prejuízos físicos e cognitivos, como por exemplo, uma alteração no processamento de informações que ocorre na área pré-frontal do cérebro, o que levará a pessoa a ter um baixo rendimento escolar. Segundo Thomée *et al.* (2011 *apud* KHOURY, 2018), a pessoa adicta pode apresentar consequências físicas e mentais como ansiedade, irritabilidade, agressividade, problemas de insônia, entre outros. Em casos extremos pode haver o surgimento de grande agitação motora, além de alterações de sono e apetite, lesões corporais por esforço repetitivo (LER), cansaço físico e mental, dores pelo corpo e problemas na visão. (GRIFFITHS, 2000; 2001; 2005 *apud* FORTIM; ARAUJO, 2013).

De acordo com Fortim; Araujo (2013), os prejuízos podem avançar para o trabalho, colocando a pessoa em risco de demissão por não ter autocontrole sobre o

uso do celular ou internet, além de causar prejuízos financeiros, geralmente, devido a compras online.

Alguns tipos de dependência como a pornografia, drogas, álcool, jogos de azar, possuem aspectos neuroquímicos que tornam o indivíduo dependente. Esses fatores neuroquímicos estão relacionados a elevação dos níveis de dopamina no cérebro com prejuízos no sistema de recompensa do indivíduo. Atualmente existem pesquisas realizadas através de imagens de ressonância magnética funcional (fMRI) que mostram claras mudanças neurofisiológicas na dependência virtual e que possivelmente a dependência está relacionada ao aumento dos níveis de dopamina no cérebro (GREENFIELD, 2011; YOUNG; ABREU, 2011).

A dependência é um comportamento compulsivo que visa a busca do prazer na tentativa de fugir do sofrimento. Ao sair desse mundo de fantasia, o inevitável choque com a realidade faz reforçar a opção pela virtualização como ambiente do prazer. Sendo assim, podemos dizer que o indivíduo dependente “cria” uma outra realidade para si, buscando viver em um mundo “confortável” aos seus olhos, pois o ambiente virtual oferece a possibilidade de evitação das frustrações pela via da vivência individual (MANNING; ROSA, 2018).

De acordo com Santos; Silva (2018), o terapeuta auxiliará o dependente ao aprendizado de novos comportamentos para lidar com estas situações antes evitadas, incluindo o estabelecimento de novas maneiras de interagir e funcionar socialmente.

Embora o conteúdo sobre tratamento na literatura ainda seja um pouco escasso e não padronizado, a psicoterapia é vista como um meio mais eficaz de tratamento sendo muito citada a Terapia Cognitivo Comportamental (TCC). Tal abordagem teórica foca nas crenças cognitivas e nas suas distorções, que acabam por desenvolver efeitos no comportamento. Sendo assim, a terapia cognitivo-comportamental treina o controle dos pensamentos e identifica aqueles que desencadeiam os sentimentos que causam as dependências, de modo a adquirir novas estratégias de coping e formas de prevenir a recaída (YOUNG *apud* ARRUDA, 2016).

Como sugestão para o modelo cognitivo comportamental Young *apud* Arruda (2016), sugere três fases da terapia cognitivo-comportamental: a modificação comportamental, a reestruturação cognitiva e a harm reduction therapy (HRT). A

modificação comportamental consiste em buscar os estímulos que desencadeiam o uso patológico, para posteriormente planejar as intervenções. Em seguida, a reestruturação cognitiva tem como finalidade dar fim a dependência, trabalhando os comportamentos distorcidos e a cognição do indivíduo, levando o mesmo a compreender o que está por trás dos pensamentos e cognições. O terceiro ponto tem como objetivo diagnosticar e tratar os motivos que estão subjacentes à dependência da internet. O terapeuta ainda pode pensar como alternativa psicoterapêutica, após avaliar a situação de seu cliente, o treinamento de habilidades sociais, trabalho de autoestima, autoconfiança.

Embora na literatura tenha sido apresentado como sugestão para o tratamento a utilização da TCC, outras áreas da psicologia têm pesquisado sobre o tema, como na abordagem teórica psicanalítica por Manno; Rosa (2018), na abordagem fenomenológica por Azevedo; Souza; Nascimento (2014), e também, na psicodinâmica por Pires (2008). Mesmo sendo possível encontrar materiais produzidos em outras abordagens teóricas da psicologia, ainda se faz necessário que os campos teóricos da psicologia pesquisem sobre o tema contribuindo para o aperfeiçoamento dos estudos já realizados, e o aumento da eficácia no tratamento da dependência de tela, podendo, futuramente, haver a inserção de uma classificação específica no DSM sobre a dependência de telas, visando a união de todas as diferentes classificações apresentadas em uma única denominação.

### **Considerações finais**

Este trabalho buscou apresentar uma nova patologia, englobando as diferentes nomeações de dependências e caracterizando todas como dependência de tela.

Essa nova patologia é crescente, o que causa muita preocupação, pois, como apresentado no decorrer deste trabalho, as consequências são inúmeras: física, sociais e psicológicas, o que acarreta em transformar a vida do sujeito como um todo.

O fato é que a tecnologia se apresenta como uma fuga da realidade, para o indivíduo que tem conflitos no mundo real, a tela é a oportunidade de criar uma nova realidade de acordo com seus desejos, sem precisar enfrentar possíveis situações problemas no mundo real.

Um tratamento efetivo será aquele capaz de “trazer” o indivíduo de volta à realidade e ajudá-lo a lidar com as dificuldades eminentes da vida. Esse trabalho pôde verificar a eficácia da psicoterapia para indivíduos que se encontram ou suspeitam ser dependentes de tela, o que nos leva à valorização do psicólogo para o diagnóstico e do tratamento daqueles que sofrem quaisquer um dos transtornos de tela.

Este trabalho contribui para a união de todas as dependências em uma única categoria: dependência de tela. Possui como limitações a dificuldade em encontrar informações relevantes sobre o tema, ressaltando a importância de novas pesquisas e estudos na área da psicologia.

### Referências Bibliográficas

ABREU, C. N.; EISENSTEIN, E.; ESTEFENON, S. G. B. (org.). **Vivendo esse Mundo Digital: Impactos na saúde, na educação e nos comportamentos sociais**. 1ª ed. Porto Alegre: ARTMED, 2013.

ABREU, C. N. *et al* Dependência de Internet e de jogos eletrônicos: uma revisão. **Brazilian Journal of Psychiatry**, v. 30, n. 2, p. 156–167, jun. 2008.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: **DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ARRUDA, A. C. M. **O Uso Excessivo da Internet e a sua relação com Sintomatologia Psicopatológica**. Tese (Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Fernando Pessoa. Porto, p. 126. 2016.

AZEVEDO, J. C.; SOUZA, C. H. M.; NASCIMENTO, G. Ciberdependência: o papel das emoções na dependência de tecnologias digitais. **Texto Livre: Linguagem e Tecnologia**, v. 7, n. 2, p. 148–161, 17 out. 2014.

BERGMANN, E.; WAGNER, M. F. Dependência de internet e prejuízo no comportamento. **Escola de Psicologia do IV Nível**. Faculdade Meridional (IMED), 2015.

BISPO, A. *et al* Uma Análise da Dependência de Internet em Alunos da Educação Profissional baseada no Internet Addiction Test (IAT). **Conapesc**. p. 11, 2018.

EYNG, I. S.; MACHADO, R.; REIS, D. R. **Tecnologia da informação e a internet: os impactos no meio acadêmico**. p. 8, set. 2006.

FARIAS, M. N. Vício pelas telas digitais: Contribuições do pensamento de Christoph Türcke para a educação corporal. **Problemata: Revista Internacional de Filosofia**,

v. 9, n. Extra 1, p. 159–178, 2018.

FILHO, J. F. TV, Internet e as homilias tecnofóbicas. **Logos**, v. 8, n. 1, p. 15–20, 2001.

FONSÊCA, P. N. *et. al.* Uso de redes sociais e solidão: evidências psicométricas de escalas. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 70, n. 3, p. 198–212, 2018.

FORTIM, I.; ARAUJO, C. A. Aspectos psicológicos do uso patológico de internet. **Boletim - Academia Paulista de Psicologia**, v. 33, n. 85, p. 292–311, dez. 2013.

GONÇALVES, B. G.; NUERNBERG, D. A dependência dos adolescentes ao mundo virtual. **Revista de Ciências Humanas**, v. 46, n. 1, p. 165–182, 23 out. 2012.

GRAEML, K. S.; VOLPI, J. H.; GRAEML, A. R. O Impacto do Uso (excessivo) da Internet no Comportamento Social das Pessoas. **Revista Psicologia Corporal**. v. 5, p. 6, 2004.

GREENFIELD, D. As propriedades de dependência do uso de internet. *In*: YOUNG, K. S.; ABREU, C. N. & cols. **Dependência de internet, Manual e Guia de Avaliação e Tratamento**. Porto Alegre. Artmed. 2011.

KHOURY, J. M. **Caracterização dos aspectos neuropsicológicos e fisiológicos da dependência de smartphone**. Tese (Doutorado em Medicina) - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, p. 185. 2018.

LEITÃO, C. F.; NICOLACI-DA-COSTA, A. M. Impactos da internet sobre pacientes: a visão de psicoterapeutas. **Psicologia em Estudo**, v. 10, n. 3, p. 441–450, dez. 2005.

LEMO, I. L.; SANTANA, S. M. Dependência de jogos eletrônicos: a possibilidade de um novo diagnóstico psiquiátrico. **Archives of Clinical Psychiatry (São Paulo)**, v. 39, n. 1, p. 28–33, 2012.

LUCENA, J. M. S. *et. al.* Prevalência de tempo excessivo de tela e fatores associados em adolescentes. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 33, n. 4, p. 407–414, dez. 2015.

MANCINI, M. C.; SAMPAIO, R. F. Quando o objeto de estudo é a literatura: estudos de revisão. **Revista Brasileira de Fisioterapia**. v. 10, n. 4, p. 361-472, out.-dez. 2006.

MANNO, M. V. M.; ROSA, C. M. Dependência da internet: sinal de solidão e inadequação social? **POLÊMICA**, v. 18, n. 2, p. 119–132, 18 out. 2018.

MÉA, C. P. D.; BIFFE, E. M.; FERREIRA, V. R. T. Padrão de uso de internet por adolescentes e sua relação com sintomas depressivos e de ansiedade. **Psicologia Revista**, v. 25, n. 2, p. 243–264, 9 dez. 2016.

NICOLACI-DA-COSTA, A. M. Ciberespaço: nova realidade, novos perigos, novas formas de defesa. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 23, n. 2, p. 66–75, jun. 2003.

PAIVA; N. M. N.; COSTA, J. S. A influência da tecnologia na infância: desenvolvimento ou ameaça?. **Psicologia.pt - O portal dos psicólogos**, 2015. Disponível em:

<<https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0839.pdf>>. Acesso em: 09 de agosto de 2020.

PIRES, S. Terapias psicodinâmicas no tratamento das adicções contemporâneas: relato de um caso de dependência de internet. **Revista Toxicodependências**, v. 14, p. 7, 2008.

SÁ, G. M. À frente do computador: a Internet enquanto produtora de dependência e isolamento. **Sociologia**, v. 24, p. 133–147, 2012.

SANTOS, D. A. N.; SILVA, R. S. Treinamento de habilidades sociais na dependência de internet: revisão narrativa. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas**, v. 14, n. 2, 2018.

SILVA, T. O.; SILVA, L. T. G. Os impactos sociais, cognitivos e afetivos sobre a geração de adolescentes conectados às tecnologias digitais. **Revista Psicopedagogia**, v. 34, n. 103, p. 87–97, 2017.

SIQUEIRA, A. C.; FREIRE, C. O. A influência da tecnologia no desenvolvimento infantil. **Revista FAROL**, v. 8, n. 8, p. 22–39, 13 jun. 2019.

TERROSO, L. B.; ARGIMON, I. I. L. Dependência de internet e habilidades sociais em adolescentes. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 16, n. 1, p. 200–219, jul. 2016.

YOUNG, K. S.; ABREU, C. N. & cols. **Dependência de internet, Manual e Guia de Avaliação e Tratamento**. Porto Alegre. Artmed. 2011.



# Os benefícios da utilização de Terapias e Atividades Assistidas por Animais em hospitais: uma revisão sistemática

*The benefits of using Animal Assisted Therapies and Activities in hospitals: a systematic review*

Brenda Barbosa do Nascimento<sup>691</sup>  
Elaine Barbosa dos Santos<sup>2</sup>  
Rebecca Maria Rocha Giordano<sup>3</sup>  
Flavia Cristina Santiago de Oliveira <sup>4</sup>

## RESUMO

A Terapia/Atividade Assistida por Animais consiste em intervenções desenvolvidas com o auxílio de um animal no processo terapêutico. Assim, o objetivo do trabalho foi analisar, por meio de revisão, benefícios ocasionados por essas intervenções em pacientes hospitalizados. Foi realizado levantamento bibliográfico em bases de dados com os descritores: Terapia Assistida por Animais; Terapia Facilitada por Animais de Estimação; Uso terapêutico de Animais de Estimação; com artigos nos últimos dez anos, em português, inglês ou espanhol. Foram selecionados artigos que preencheram os critérios de inclusão, e os resultados demonstraram que há evidências benéficas no uso das intervenções no Brasil e em outros países. A partir disso, concluiu-se que a TAA/AAA afeta positivamente a qualidade de vida dos hospitalizados.

**Palavras-chave:** Cinoterapia, Psicologia, Terapia Assistida por Animais, Terapia com Animais de Estimação

## ABSTRACT

Animal Assisted Therapy / Activity consists of interventions developed with the help of an animal in the therapeutic process. Thus, the objective of the study was to analyze, through a review, the benefits caused by these interventions in hospitalized patients. A bibliographic survey was carried out in databases with the descriptors: Animal Assisted Therapy; Therapy Facilitated by Pets; Therapeutic use of Pets; with articles in the last ten years, in Portuguese, English or Spanish. Articles that met the inclusion criteria were selected, and the results demonstrated that there is beneficial evidence in the use of interventions in Brazil and other countries. From this, it was concluded that TAA / AAA positively affects the quality of life of hospitalized patients.

**Keywords:** Animal Assisted Therapy, Cinotherapy, Psychology, Pets Therapy

## Introdução

---

<sup>1</sup>Graduada do curso de Psicologia no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSalesiano Campus Araçatuba.

<sup>2</sup> Graduada do curso de Psicologia no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSalesiano Campus Araçatuba.

<sup>3</sup> Graduada do curso de Psicologia no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSalesiano Campus Araçatuba.

<sup>4</sup> Psicóloga, Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem (UNESP-Bauru); Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSalesiano Campus Araçatuba.

A Terapia Assistida por Animais (TAA) é uma intervenção dirigida com objetivos específicos para indivíduos de qualquer faixa etária e diferentes limitações, o animal é utilizado como apoio em diversas especialidades, surgindo como um catalisador, modificando o ambiente, o cotidiano do tratamento, tornando-se uma possibilidade de expressão dos sentimentos dos pacientes e parte integrante do processo terapêutico. (MANDRA *et al*, 2019)

Normalmente é utilizada por profissionais da saúde que através de animais como co-terapeutas, participam do processo integrativo dirigido em busca do bem estar, aumentando a autoestima e compensando déficits afetivos das pessoas assistidas. Não se trata de uma prática para substituir terapias e tratamentos convencionais, mas sim um complemento, uma linha de pesquisa em atenção relacionada à diversidade, que busca melhorar a qualidade de vida das pessoas, como no caso de pacientes com deficiências físicas, sensoriais, mentais e motoras. (ABELLÁN, 2009)

Levinson escreveu o livro “Psicoterapia Infantil Assistida por Animais” onde são relatadas suas experiências com o seu cão Jingles e com os seus pacientes mais introvertidos, que perdiam as suas inibições e medos graças à presença do animal, que frequentemente e ao acaso estava na clínica, facilitando assim o manejo terapêutico. (ALTHAUSEN, 2006)

No Brasil, o primeiro registro da utilização de TAA foi da médica psiquiatra Nise da Silveira, que utilizou cães e gatos no tratamento de pacientes com transtornos psiquiátricos. Esse trabalho foi desenvolvido no centro Psiquiátrico Engenho de Dentro – Rio de Janeiro em 1955, época na qual ela nomeou os animais que realizavam esse tipo de trabalho como co-terapeutas, mas como sua terapia não era reconhecida, ela encerrou as atividades uma década depois. (VOLPI; ZADROZNY, 2012)

Considera-se de extrema importância conhecer o quadro clínico do paciente antes de ser inserida a TAA, observando se o quadro do indivíduo se apresenta com o sistema imunológico enfraquecido ou impossibilitado de entrar em contato com o animal. (MACHOVÁ *et al*, 2019) Ademais, a TAA apresenta algumas restrições aos pacientes com alergias desenvolvidas pelo contato com animais, complicações respiratórias e ferimentos expostos, além daqueles que demonstram insegurança ao

lidar com determinados co-terapeutas, ainda não havendo até o momento, estudos com dados teóricos profundos. (DOTTI, 2005)

A contribuição científica profissional da TAA é a melhora na saúde e na qualidade de vida dos pacientes envolvidos diretamente com a terapia, além da importância de sua ampliação. A intervenção de TAA nos hospitais e instituições promove a saúde e o bem estar ao homem por ter como uma possibilidade a expressão dos sentimentos dos pacientes sendo parte integrante do processo de tratamento. (KOBAYASHI *et al*, 2009)

É importante ter conhecimentos sobre os diferentes tipos de Intervenções Assistidas por Animais, o termo IAA é definido como qualquer intervenção que inclui intencionalmente animais como parte de um processo terapêutico ou de melhoria social. Classificam-se em dois tipos: Atividades Assistidas por Animais (AAA) englobando visitas, recreação e distração e a Terapia Assistida por Animais (TAA) que se destaca pelo envolvimento de pacientes com animais e profissionais da área da saúde como recurso terapêutico. (KRUGER; SERPELL, 2010)

### **Intervenções realizadas com cães**

As intervenções, especialmente as realizadas com cães (denominada cinoterapia) devido a sua sociabilidade, fácil adestramento e aceitação por parte das pessoas, vem chamando a atenção quanto aos resultados positivos em ambientes diversos, uma vez que a presença do cão pode favorecer o desenvolvimento de sentimentos positivos, troca de afeto e sensação de conforto e bem estar. (DOTTI, 2005)

A Atividade Assistida por Cães possui um caráter mais livre, com objetivo de recreação, onde as atividades são realizadas a fim de interação e melhora na qualidade de vida. Já a Terapia Assistida por Cães trabalha o desenvolvimento de questões sociais e terapêuticas, como os níveis de ansiedade e estresse do paciente reduzido após procedimentos dolorosos, a atividade física é estimulada e as relações interpessoais, o autocuidado e os parâmetros cardiovasculares são melhorados no contato e socialização com o cão, focando na estimulação de habilidades e capacidades pessoais, com mediação de profissionais da saúde. (PEREIRA *et al*, 2017)

Outros estudos apontam que a TAA apresenta diversos benefícios na vida de pacientes, sendo baseada no senso comum de que o contato entre animais e humanos pode proporcionar bem estar e auxílio na saúde física e mental dos pacientes, incluindo as crianças hospitalizadas, podendo ser utilizada como complemento aos tratamentos. (SAVALLI; ADES, 2016; LIMA; SOUZA, 2018)

Para cada circunstância em que o paciente está inserido é importante analisar os objetivos que serão obtidos através das IAAs, levando em conta o perfil do paciente e do animal, verificando a espécie, raça e característica comportamental que mais se adequa, não sendo utilizados animais com idades avançadas e fêmeas no cio. É um requisito obrigatório no perfil do cão terapeuta seu adestramento e a obediência dos comandos, além de ter receptividade à estranhos, não se incomodando com outras pessoas e animais ao redor, apresentando humor não agressivo e reagindo com segurança ao paciente em situações inesperadas. (KAWAKAMI; NAKANO, 2002; AIELLO, 2005; DOTTI, 2005; PEREIRA, 2017)

Em caso de pacientes acamados e idosos com dificuldades de se locomover, o perfil do cão mais adequado é de raça com porte pequeno e com comportamento tranquilo. Por outro lado, quando o objetivo é promover atividades locomotoras, evita-se cães que possam pular e cruzar o caminho do idoso, o que poderia provocar quedas. Já no perfil de cães para crianças, são priorizados cães ágeis de grande ou pequeno porte que promovem as atividades motoras e cognitivas. (SOUSA, 2016)

A raça do animal não é um empecílio para se tornar um cão co-terapeuta, podendo inclusive se trabalhar com cães sem raça definida. No entanto, saber a raça do animal permitiria conhecer melhor o comportamento e temperamento associados à raça. (AIELLO, 2005)

No Brasil, apesar dos poucos estudos realizados sobre o tema, o interesse e a utilização de animais na terapia por profissionais de saúde têm aumentado gradativamente. Contudo, a falta de regulamentação da prática limita a sua aplicação em alguns ambientes, como clínicas e hospitais. Sobre este assunto, o Projeto de Lei Nº 4.455 de 2012 (BRASIL, 2012a), dispõe sobre o uso da TAA nos hospitais públicos, conveniados e cadastrados no Sistema Único de Saúde – SUS e, o Projeto de Lei Nº 264 de 2012 (BRASIL, 2012b), dispõe sobre a prática da TAA. Por fim, considerando que o animal é utilizado como apoio em diversas especialidades há

muitos anos, quais seriam os principais benefícios dessa modalidade terapêutica especialmente em ambientes hospitalares?

## **Objetivos**

Analisar por meio de uma revisão sistemática os benefícios ocasionados por Terapias/Atividades Assistidas por Animais em diversos pacientes de âmbitos hospitalares das intervenções de estudos já realizados, buscando possíveis contribuições para a Psicologia.

## **Material e método**

O presente estudo consistiu no desenvolvimento de uma revisão sistemática a partir de material publicado na literatura nacional e internacional.

A pesquisa exploratória descritiva é baseada em método de síntese e evidência através de revisão sistemática da literatura, cujo delineamento se baseou em recomendações científicas, adotando-se os seguintes procedimentos: a) definição da problemática e proposta de revisão; b) elaboração do publico alvo; c) definição dos descritores, combinações e identificação das fontes; d) âmbito da pesquisa (tipo de material e período); e) critérios de inclusão e exclusão; f) identificação, avaliação da qualidade e seleção de estudo de benefícios; g) extração de dados, análise e síntese dos resultados. (DE-LA-TORRE-UGARTE-GUANILO; TAKAHASHI; BERTOLOZZI, 2011)

As bases de dados utilizadas foram: SciELO, Lilacs, BVs Brasil no periodo de maio a junho de 2020 e a escolha e análise dos artigos foi feito a partir de alguns critérios de inclusão: estudos experimentais sobre TAA e IAA no ambiente hospitalar, artigos em português, inglês ou espanhol, por cunho investigativo sobre a realização e contribuições de outros países; acesso eletrônico aberto nas bases de dados.

Não se estabeleceu restrição para instituições e faixas etárias dos participantes da Atividade Assistida por Animais (AAA) e Terapia Assistida por animais (TAA), abrangendo apenas publicações nos últimos 10 anos (2010 a 2020), que incluíssem metodologias em campo no ambito hospitalar. Palavras-chave e suas combinações utilizadas para a busca dos artigos foram: *Terapia Assistida por*

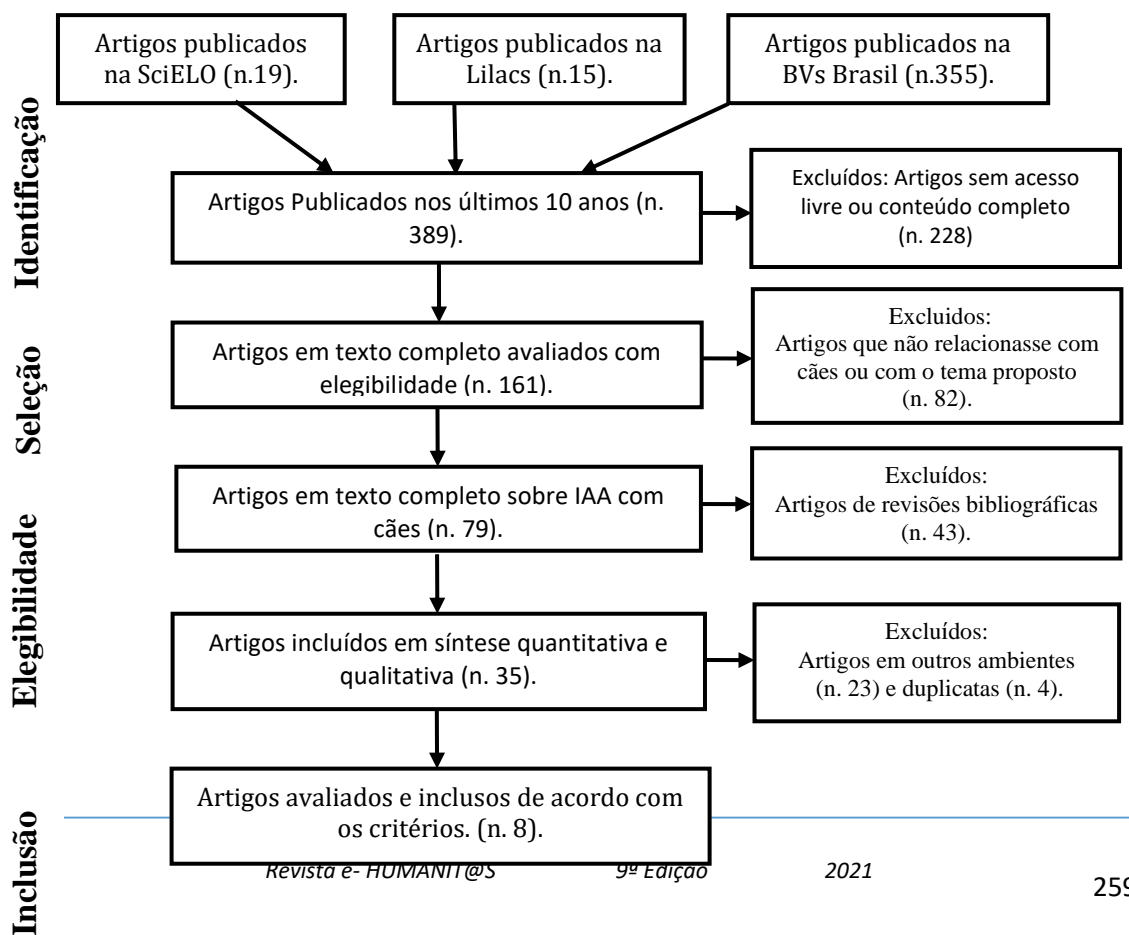
*Animais, Terapia Facilitada por Animais de Estimação, Terapia com Animais de Estimação e o Uso terapêutico de Animais de Estimação.*

Os critérios de exclusão usados na busca foram: artigos de revisões de literatura, artigos na área de Pedagogia, artigos sobre Educação Asssitida por Animais (EAA) e sobre as intervenções de projetos de ecoterapia e demais animais que não fossem cães.

## Resultados

Atendendo aos objetivos traçados pelos critérios da metodologia, foram selecionados 389 artigos das bases de dados a seguir: SciELO, Lilacs, BVs Brasil, sendo que 228 destes não eram de acesso livre ou com texto completo. Foram excluídos 82 artigos nos quais constavam outros animais como participantes ou não se relacionavam com o tema. Assim, foram lidos e selecionados os resumos de 79 artigos, dos quais 43 foram excluídos por se tratarem de apenas de revisões, restando 35 artigos. Ao final, foram selecionados 8 artigos que preencheram os critérios de inclusão, principalmente sobre intervenções em ambiente hospitalar que englobavam pesquisas com seres humanos. O processo de seleção dos artigos consta na Figura 1 e os resultados estão especificados no Quadro 1 a seguir:

**Figura 1.** Fluxograma do processo de seleção dos artigos.



<b>AUTORES, ANO E TÍTULO</b>	<b>PÚBLICO ALVO</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>TIPO DE ESTUDO E PAÍS</b>
LYNCH, C. E. et al. 2014. Programa de terapia com animais de estimação para gestações de alto risco antes do parto: um estudo piloto.	18 à 45 anos Gestantes de auto risco / Ansiedade e depressão	Avaliar os benefícios potenciais da terapia com animais para sintomas de ansiedade e depressão em mulheres hospitalizadas com gestações de alto risco.	Estudo piloto.  (EUA)
<b>AUTORES, ANO E TÍTULO</b>	<b>PÚBLICO ALVO</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>TIPO DE ESTUDO E PAÍS</b>
CALCATERRA, V. et al. 2015. Benefícios pós-operatórios da terapia assistida por animais em cirurgia pediátrica: um estudo randomizado.	Crianças de 3 a 17 anos da ala Pós-cirúrgica	Definir o impacto neurológico, cardiovascular e endocrinológico da terapia assistida por animais em resposta ao estresse e à dor.	Pesquisa de intervenção.  (ALEMANHA)
ICHITANI, T.; CUNHA, M C. 2016. Atividade assistida por animais e sensação de dor em crianças e adolescentes hospitalizados.	17 crianças e adolescentes - F/M Maiores de 7 anos e menores de 18 anos do setor de Internação pediátrica.	Avaliar os efeitos da Atividade Assistida por Animais na sensação de dor de crianças e adolescentes hospitalizados.	Pesquisa de intervenção  (Brasil)
PEREIRA, V. R., et al. 2017c. Interação lúdica na atividade assistida por cães em pediatria.	14 crianças - F/M (idade entre 2 meses e 11 anos)	Verificar a interação lúdica entre crianças e cães na Atividade Assistida por Animais, com o intuito de diminuir o estresse hospitalar de crianças, por meio.	Estudo descritivo exploratório.  (Brasil)
SILVA, N. B.; OSÓRIO, F. L. 2018. Impacto de um programa de terapia assistida por animais nas variáveis fisiológicas e psicossociais de pacientes oncológicos pediátricos.	24 crianças - F/M (Idade entre 6 à 12 anos)  Leucemia e tumores sólidos em Ambulatório oncológico.	O objetivo deste estudo foi propor um protocolo de intervenção e segurança para a realização de terapia assistida por animais (AAT) e avaliar sua eficácia em crianças em tratamento oncológico ambulatorial.	Pesquisa de Intervenção.  (Brasil)
MILHOMEM, A. C. M.; CALEFI, M. P. S. S.; MARODIN, N. B. 2018. Visita terapêutica de cães a pacientes internados em uma unidade de cuidados paliativos	F/M - Unidade de cuidados paliativos oncológico e geriátrico	Mudar a rotina da Unidade de Cuidados Paliativos, contribuindo para a melhoria física e emocional dos pacientes.	Relato de experiência  (Brasil)

<p>KLINE, J. A. et al. 2019. Ensaio clínico controlado de terapia canina versus cuidados usuais para reduzir a ansiedade do paciente no departamento de emergência.</p>	<p>F/M &gt; 18 anos Pacientes do departamento de emergência.</p>	<p>Testar se os cães de terapia reduzem a ansiedade em pacientes do departamento de emergência (DE).</p>	<p>Ensaio clínico controlado.  (Holanda)</p>
<p>MACHOVÁ, K. et al. 2019. Terapia assistida por cães melhora o bem-estar em enfermeiros</p>	<p>Enfermeiras mulheres em média 30 anos do departamento de reabilitação e medicina física; departamento de medicina interna e cuidados de longa duração.</p>	<p>Analisar os níveis de cortisol dos enfermeiros com coletas de amostragem em 3 dias de trabalho, segunda coletas de amostragens foi realizada durante um processo de trabalho normal com uma interrupção de escolha do próprio participante e o terceiro dia com um intervalo durante o qual ocorreu o TAA na presença de um cão.</p>	<p>Pesquisa de intervenção.  (Brasil)</p>

A partir dos resultados, foi possível observar que a terapia com animais de estimação se tornou cada vez mais popular tanto em ambientes hospitalares quanto ambulatoriais para ajudar a acalmar e aliviar o sofrimento dos pacientes. (LYNCH *et al*, 2014)

No estudo piloto de Lynch (2014), foram utilizados inventários de mensuração de humor pré e pós-terapia com intervalo de 1 hora em mulheres com gestações de alto risco, que por consequência da ansiedade sobre possíveis complicações da gravidez e também pelo eventual repouso, ficaram confinadas em seus quartos sob leitos. Essas experiências podem ser opressoras e a terapia com animais de estimação pode distrair a paciente, mesmo que brevemente de sua situação atual.

Os resultados obtidos a partir dos inventários mostraram uma diminuição após uma única sessão de terapia individual com animais de estimação. Embora esses resultados sejam iniciais, eles são importantes e abrangem a necessidade de uma abordagem multidisciplinar para o tratamento, além de destacar os poucos estudos existentes para orientar a implementação da terapia com animais de estimação em populações obstétricas. (LYNCH *et al*, 2014)



Foi considerado que uma intervenção pós-operatória precoce com estimulação da TAA poderia facilitar uma rápida recuperação da vigilância e atividade após a anestesia com propofol (manutenção e indução de anestesia geral). Neste estudo, as alterações cardiovasculares autonômicas e a pressão arterial podem ser consideradas como respostas adaptativas correlacionadas a uma resposta neurológica precoce. A atividade do sistema nervoso autônomo é um componente importante da emoção humana. Os processos mentais influenciam a fisiologia corporal, que por sua vez se retroalimenta para influenciar pensamentos e sentimentos. Os resultados obtidos pelo autor demonstraram uma ativação positiva de áreas emocionais no cérebro durante a intervenção da TAA. O autor ainda concluiu que cães oferecem uma terapia complementar útil para crianças submetidas a procedimentos cirúrgicos, facilitando a recuperação rápida da vigilância e da atividade após a anestesia, modificando a percepção da dor. (CALCATERRA *et al*, 2015)

Em uma das pesquisas foi possível observar que, durante a interação com a TAA, as crianças se sentiram estimuladas, pois lhes foram oportunizadas brincadeiras que possibilitaram lidar com aspectos rotineiros implícitos no cuidado hospitalar, os quais, geralmente, estão relacionados ao medo e ansiedade nesse ambiente. (PEREIRA *et al.*, 2017)

Outro estudo trouxe evidências a partir da comparação de escalas numéricas de dor antes e após a sessão sem a presença do cão, de que a AAA obtém eficácia quanto à diminuição significativa da sensação de dor, além de melhorar aspectos emocionais sobre a hospitalização. (ICHITANI; CUNHA, 2016)

Há resultados demonstrando que a exposição a um cão de terapia diminuiu significativamente os escores de ansiedade, dor e depressão em pacientes com disfunção erétil que os médicos pensaram ter ansiedade moderada ou grave, apoiando assim o uso de cães co-terapeuta para aliviar a ansiedade em pacientes de emergência com suspeita de ansiedade. (KLINE *et al*, 2019)

Ainda, novas evidências sugerem que a terapia assistida por animais pode reduzir a percepção do paciente com ansiedade. Portanto, quando pacientes ansiosos são submetidos a exposição de 15 minutos a um cão, eles relataram uma diminuição estatisticamente significativa e sustentada de 35% na ansiedade e uma diminuição significativa geral na dor e depressão. (KLINE *et al*, 2019)

Outros benefícios envolvem a promoção de entretenimento, prazer, distração, acolhimento e calma. Entretanto, sem a intervenção da AAA, as crianças estão sujeitas a utilizar mais fármacos para dor, o que pode acarretar efeitos adversos. (ICHITANI; CUNHA, 2016)

Alguns estudos demonstraram dados sobre interações com crianças em internações pediátricas, em que os pais mencionaram a IAA como um momento de compartilhar carinho, observando mudanças no humor e na rotina hospitalar das crianças, além de destacar que as TAAs promoveram o bem estar das crianças, proporcionando descontração e desvio da atenção sobre o fato de estarem hospitalizadas, bem como da mudança de comportamento ao se tornarem mais comunicativas e contribuindo para a melhora física e emocional. (PEREIRA *et al*, 2017; MILHOMEM; CALEFI; MARODIN, 2018)

A utilização de instrumentos de avaliação, que engloba a estimulação sensorial e dos membros superiores foi referida em algumas pesquisas, consistindo em escovar o animal, brincar e buscar; treinamento nas atividades da vida diária como dar água e ração, passear com o cachorro; socialização e recreação consiste em brincar com o cão, percursos de agilidade - guiar o cão através de obstáculos como cones e cordas; vestir o cachorro - formar palavras que expressem sentimentos e as prenda às roupas do cão com velcro; por meio do toque, carícia e aproximação: segurar os cães no colo, conduzir-los na guia, escovar os pelos e brincar com o estetoscópio. (PEREIRA *et al*, 2017; SILVA; OSÓRIO, 2018)

Silva (2018) buscou comprovar a eficácia da TAA na promoção do bem-estar físico, mental e emocional de crianças em tratamento oncológico e na humanização do ambiente hospitalar. Obteve-se resultados como: diminuição da dor, estresse, irritação, e uma melhora dos sintomas depressivos. Dentre os acompanhantes, foi observada melhora na ansiedade, tensão e confusão mental e tendência de diminuição da taxa de depressão. (SILVA; OSÓRIO, 2018)

Kline (2019) menciona que cães provocavam consistentemente uma mudança na postura corporal, convertendo o afeto negativo do paciente em positivo e fazia com que muitos pacientes abrissem fisicamente sua postura, acariciassem o cão e até brincassem com ele. (KLINE *et al*, 2019)

A respeito dos riscos envolvidos na TAA, essa parece ser uma modalidade terapêutica em que os benefícios superam em muito os possíveis danos. Contudo,

seu estudo piloto foi limitado pelo pequeno tamanho da amostra, deste modo, novos estudos com números maiores de pacientes se fazem necessários para confirmar o papel positivo da TAA após cirurgias em crianças. (CALCATERRA *et al*, 2015)

A alta aceitação e utilização dessa terapia como estratégia coadjuvante para o manejo e diferentes condições médicas nos últimos anos, principalmente na área de oncologia e tratamento do câncer infantil tem sido bem eficaz, pois normalmente observa-se sofrimento físico e emocional, considerando que tais doenças acabam por aumentar a vulnerabilidade ao desenvolvimento de distúrbios psicológicos, podendo prejudicar direta ou indiretamente o estado clínico do paciente. (SILVA; OSÓRIO, 2018)

## **Discussão**

De acordo com os resultados apresentados nos estudos selecionados, observou-se que a presença dos animais no ambiente terapêutico é um elemento facilitador, melhorando a interação social, tornando a terapia menos ameaçadora e melhorando a comunicação espontânea.

A melhora observada após a intervenção pode estar diretamente relacionada aos benefícios da relação homem-animal, que favorece mudanças psicológicas e endócrinas no corpo humano, como por exemplo, os hormônios e citocinas em combinação contribuem para a redução da dor, estresse e ansiedade, promovendo relaxamento e aumentando a sensação de prazer e em crianças em tratamento de câncer. (MILHOMEM; CALEFI; MARODIN, 2018; SILVA; OSÓRIO, 2018)

Apesar de ser um excelente instrumento terapêutico e uma intervenção tão benéfica para os usuários, poderia ter mais estudos sobre o tema, bem como instituições que investissem na realização das terapias assistidas. Acredita-se que devido à falta de conhecimento e de informação sobre o assunto, no Brasil, poucas instituições utilizam esse método como terapia, além da resistência de colocar animais em instituições hospitalares, pela crença de que eles transmitem infecções, principalmente por conta de pacientes com estado de imunossupressão que favorece o aparecimento de infecções oportunistas. (MACHOVÁ *et al.*, 2019)

Observou-se que o crescente desafio para as intervenções serem realizadas é o reduzido número de profissionais e cães treinados, impossibilitando maiores

experiências e estudos, além da visão equivocada sobre animais em hospitais *versus* índices de infecção hospitalar. (MACHOVÁ *et al.*, 2019)

Uma das limitações para implementação das terapias no Brasil se deve a crença de que pode ocorrer infecções pelos cães no ambiente hospitalar. Contudo, alguns estudos e experiências não mostraram problemas relacionados a infecções em suas práticas com animais. (LYNCH *et al.*, 2014; MILHOMEM; CALEFI; MARODIN, 2018)

Nota-se que o uso de TAA não é isento de riscos, embora nenhum resultado adverso tenha surgido neste estudo. Sem contato com as secreções orais dos animais de estimação, a probabilidade de transmissão da infecção de um animal imunizado para uma criança imunocompetente, é baixa. (CALCATERRA *et al.*, 2015) Além disso, destaca-se os poucos estudos existentes para orientar a implementação da terapia com animais de estimação em populações obstétricas (LYNCH *et al.*, 2014), bem como, não foram encontradas complicações que pudessem colocar em risco a saúde dos pacientes e animais. (LYNCH *et al.*, 2014; MILHOMEM; CALEFI; MARODIN, 2018)

Ainda no sentido da escassez de estudos nessa temática, há discussão sobre a importância da continuidade de novas pesquisas na área, pois são poucas no Brasil, buscando abordar limitações e produzir evidências que possam comprovar a eficácia da TAA na promoção do bem estar físico, mental e emocional. (ICHITANI; CUNHA, 2016; SILVA; OSÓRIO, 2018)

Os benefícios ressaltados pela intervenção superam os possíveis danos, abrangendo a eficácia da técnica, destacando a importância de novos estudos com números maiores de amostras para confirmar o papel positivo da TAA. (CALCATERRA *et al.*, 2015)

Vale a pena resaltar o fato que diversos países já possuem legislações sobre intervenção assistida por animais ou legislações específicas sobre o uso de animais ou cães de intervenção assistida (Reino Unido, Estados Unidos, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Japão, Espanha, Dinamarca, Noruega, Portugal, Equador, Nicarágua, Uruguai, Chile, Argentina, dentre outros). No entanto, no Brasil, até o momento, o uso de animais em intervenção assistida foi regulamentado exclusivamente em relação ao cão-guia (Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005). (MACHOVÁ *et al.*, 2019)

## **Conclusão**

---

Os autores descreveram sobre os efeitos positivos em ambientes hospitalares submetidos às intervenções da AAA e TAA, como a melhora na capacidade motora, emocional, sensorial, cognitiva, comunicação, interação social, promoção de intrepimento e distração, diminuição do score da ansiedade, dor e depressão. Pode-se concluir que a partir de alguns estudos analisados as intervenções com animais, possui eficácia quanto à diminuição significativa da sensação de dor, além de melhorar aspectos emocionais sobre a hospitalização, promovendo entretenimento, prazer, distração, acolhimento e calma.

As limitações encontradas, denota-se a falta do acesso e conhecimento das pessoas relacionado ao tema, a dificuldade com o preparo e manutenção do cão co-terapeuta e referente ao número reduzido de profissionais e cães treinados para ser inserido dentro do ambiente hospitalar, respeitando as normas e protocolos exigidos pela vigilância sanitária e hospital onde o cão será inserido. Até o momento, não existe nenhum órgão responsável pelo preparo e manutenção do cão-coterapeuta tudo isso é feito de forma voluntária por pessoas que se sensibilizam com a causa.

Nota-se ainda, a importância de mais pesquisas e implementações das intervenções em ambientes hospitalares. Ressalta-se que apesar de algumas pesquisas mencionarem que a presença de animais em hospitais não é isenta de riscos, outras não encontraram complicações que pudessem colocar em risco a saúde dos pacientes e animais.

Na comparação entre os resultados notou-se que o Brasil precisa de mais estudos e uma lei que focalize a TAA e AAA em ambientes hospitalares, tendo em vista os diversos benefícios já obtidos através de outras pesquisas tanto no país quanto em outros países. Ressalta-se o fato que diversos países possuem uma legislação sobre intervenção assistida por animais, enquanto até o momento o uso de animais em intervenção assistida foi regulamentado exclusivamente em relação ao cão-guia, embora existam projetos em trâmite ainda não aprovados.

## **Referências bibliográfica**

ABELLÁN, R. M. Atenção à diversidade e a terapia assistida por animais. **Revista Educação inclusiva**, 2009; v. 2, n. 3, p. 111-133.

AIELLO, K. R. Cão ideal para A/TAA. In: DOTTI, J. **Terapia e Animais**. São Paulo: PC Editoriais, 2005, p. 242-252.

ALTHAUSEN S. **Adolescentes com Síndrome de Down e Cães: Compreensão e Possibilidades de Intervenção**. 2006. 170 Dissertação (mestrado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2006.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei N° 4.455 de 2012. Dispõe sobre o uso da Terapia Assistida por Animais (TAA) nos hospitais públicos, conveniados e cadastrados no Sistema Único de Saúde – SUS, 2012a. Disponível em: <[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=002CEFE19EA17F45A63037932D32B7D2.node2?codteor=1031122&filename=Avulso+-PL+4455/2012.>](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=002CEFE19EA17F45A63037932D32B7D2.node2?codteor=1031122&filename=Avulso+-PL+4455/2012.>).

CALCATERRA, V. *et al.* **Benefícios pós-operatórios da terapia assistida por animais em cirurgia pediátrica: um estudo randomizado**. **PLoS ONE.**, 2015 jun; v.10, n. 6.

DE-LA-TORRE-UGARTE-GUANILO, M. C.; TAKAHASHI, R.F.; BERTOLOZZI, M. R. Revisão sistemática: noções gerais. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, 2011 out; v. 45, n. 5, p. 1260-1266.

DOTTI, J. **Terapia e Animais: Atividade e Terapia Assistida por Animais – Prática para Organizações, Profissionais e Voluntários**. São Paulo: PC Editorial; 2005.

ICHITANI, T.; CUNHA, M. C. Atividade assistida por animais e sensação de dor em crianças e adolescentes hospitalizados. **Rev. dor**, São Paulo, 2016 dez; v.17, n.4, p. 270-273.

KAWAKAMI, C. H.; NAKANO, C. K. Relato de experiência: terapia assistida por animais (TAA) - mais um recurso na comunicação entre paciente e enfermeiro. **Simp. Bras. Comum. Enferm.** – SIBRACEN, 2002.

KLINE, J. A. *et al.* Ensaio clínico controlado de terapia canina versus cuidados usuais para reduzir a ansiedade do paciente no departamento de emergência. **PloS one**, v.14, n.1, 2019.

KOBAYASHI, C. T. *et al.* Desenvolvimento e implantação de Terapia Assistida por Animais em hospital universitário. **Rev. bras. enferm.**, 2009 ago; v.62, n.4, p. 632-636.

KRUGER, K. A.; SERPELL, J. A. Animal-assisted interventions in mental health: Definitions and theoretical foundations. In: **Handbook on animal-assisted therapy**. Academic Press, 2010: p. 33-48.

LIMA, A. S.; SOUZA, M. B. Os benefícios apresentados na utilização da terapia assistida por animais: revisão de literatura. **Revista Saúde e Desenvolvimento**; v.12, n.10, 2018.

LYNCH, C. E. et al. Programa de terapia com animais de estimação para gestações de alto risco antes do parto: um estudo piloto. **J Perinatol.**, 2014 nov; v. 34, n. 11, p. 816-818.

MACHOVÁ, K. et al. Canine-Assisted Therapy Improves Well-Being in Nurses. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, 2019; v. 16, n. 19, p. 3670, 2019.

MANDRA, P. P. et al. Terapia assistida por animais: revisão sistemática da literatura. **CoDAS**, 2019 jun; v. 31, n. 3, e20180243.

MILHOMEM, A. C. M.; CALEFI, M. P. S. S.; MARODIN, N. B. Visita terapêutica de cães a pacientes internados em uma unidade de cuidados paliativos. **Comunicação em Ciências da Saúde**, 2018; v.29, n.1, p. 84-87.

PEREIRA, V. R. *et al.* Interação lúdica na atividade assistida por cães em pediatria. **Enfermagem em Foco**, v. 8, n. 1, p. 07-11, 2017.

PEREIRA, G. S. F. **Cinoterapia e Terapia Assistida por Cães: Sinônimos de inclusão social.** Dissertação de Pós-Graduação. Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ. Cruz Alta, Rio Grande do Sul, 2017.

SAVALLI, C.; ADES, C. **Benefícios que o convívio com um animal de estimação pode promover para a saúde e bem-estar do ser humano.** In: CHELINI, M. O. M.; OTTA, E. terapia assistida por animais. 1. ed. barueri, sp: manole, 2016. Cap. 2, p. 23 - 43.

SILVA, N. B.; OSÓRIO, F. L. *Impact of an animal-assisted therapy programme on physiological and psychosocial variables of paediatric oncology patients.* **PloS one**; v. 13, n. 4, 2018.

SOUSA, N. K. L. **Terapia facilitada por cães: estudo de caso.** 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/3942/1/NKLS11042018.pdf>>

VOLPI, D.; ZADROZNY, V. G. P. **BENEFÍCIOS DA TAA: Uma contribuição da Psicologia.** 2012. 30f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em psicologia)- Faculdade de Psicologia, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2012.

# **PUBLICIDADE E PROPAGANDA**



# Projeto experimental de propaganda para a empresa Café Bistrô 88

*Experimental advertising project for Café Bistrô 88*

Bianca Rocha Bosquetti<sup>1</sup>

Caio Gomes de Souza<sup>2</sup>

Elionai Ferreira Vaz<sup>3</sup>

Heitor Crespo Flores<sup>4</sup>

Eliane Cintra Rodrigues Montresol<sup>5</sup>

João Geraldo Nunes Rubelo<sup>6</sup>

## RESUMO

Este artigo apresenta a realização de um projeto experimental de propaganda, desenvolvido pela agência experimental Singular Comunicação para a empresa Café Bistrô 88. O empreendimento atua no segmento de Café há mais de um ano sob gestão do atual proprietário e oferece o serviço alimentício. A partir de reuniões com o cliente e realização de pesquisas, a agência desenvolveu uma campanha publicitária para o Café, portanto, o objetivo deste trabalho é apresentar, por meio de um estudo de caso da empresa em questão, as estratégias elaboradas para sanar os problemas levantados de comunicação e de marketing.

**Palavras-Chave:** Café Bistrô 88; Araçatuba Shopping; cafeteria; projeto experimental.

## ABSTRACT

This article presents the realization of an experimental advertising project developed by the experimental agency Singular Communication for the company Café Bistrô 88. The venture has been in the Coffee segment for almost a year under the management of the current owner and offers food service. From meetings with the client and conducting research, the agency developed an advertising campaign for the Coffee.

**Keywords:** Café Bistrô 88; Araçatuba Shopping; coffee shop; experimental project.

## Introdução

O Café Bistrô é uma cafeteria da cidade de Araçatuba, interior de São Paulo e que está localizado no “Araçatuba Shopping”, no segundo andar atuando no ramo alimentício. De acordo com o proprietário, o objetivo é sempre oferecer um produto com ingredientes frescos, ou seja, trabalha apenas com a matéria prima selecionada, mantendo o padrão de qualidade oferecido.

<sup>1</sup> Acadêmica do 8º termo do curso de Comunicação Social - habilitação em Publicidade e Propaganda do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium de Araçatuba-SP. E-mail: bosquetti96@gmail.com.

<sup>2</sup> Acadêmica do 8º termo do curso de Comunicação Social - habilitação em Publicidade e Propaganda do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium de Araçatuba-SP. E-mail: caiogomesrs@gmail.com.

<sup>3</sup> Acadêmico do 8º termo do curso de Comunicação Social - habilitação em Publicidade e Propaganda do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium de Araçatuba-SP. E-mail: elionai.vaz@gmail.com.

<sup>4</sup> Acadêmica do 8º termo do curso de Comunicação Social - habilitação em Publicidade e Propaganda do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium de Araçatuba-SP. E-mail: heitorcrespo47@gmail.com.

<sup>5</sup> Publicitária e Mestre em TV Digital pela Unesp/Bauru. Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSALESIANO de Araçatuba. E-mail: elianemontresol@hotmail.com.

<sup>6</sup> Filósofo, Mestre em Geografia, Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSalesiano Campus

O local busca sempre oferecer: um bom atendimento, um padrão de qualidade dos produtos oferecidos, uma gama alta de produtos e além disso, oferecer o conforto para os clientes que frequentarem o estabelecimento.

Para o desenvolvimento do projeto experimental o cliente escolhido foi o Café Bistrô 88,

de Araçatuba, localizado nas dependências do Araçatuba Shopping, tendo como proprietário Edson de Carvalho. Localizado no segundo andar do *shopping* em frente com a escada rolante, o estabelecimento conta com o número de 12 mesas de 4 lugares e 2 Bistrôs com 2 lugares. Tendo dessa forma capacidade para 52 pessoas simultâneas.

### **Missão, visão e valores da empresa**

Para Edson de Carvalho A Missão da empresa é *“Fornecer um ótimo ambiente para os consumidores, além de sempre se preocupar com as atualidades, levando novidades aos clientes, com produtos de excelente qualidade e com um atendimento excepcional”*. A Visão: Tornar uma cafeteria moderna mais conhecida na região de Araçatuba, além de ter um posicionamento estabelecido, tendo como Valores a Qualidade, profissionalismo, organização e principalmente respeito.

<sup>1</sup> Acadêmica do 8º termo do curso de Comunicação Social - habilitação em Publicidade e Propaganda do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium de Araçatuba-SP. E-mail: bosquetti96@gmail.com.

<sup>2</sup> Acadêmica do 8º termo do curso de Comunicação Social - habilitação em Publicidade e Propaganda do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium de Araçatuba-SP. E-mail: caiogomesrs@gmail.com.

<sup>3</sup> Acadêmico do 8º termo do curso de Comunicação Social - habilitação em Publicidade e Propaganda do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium de Araçatuba-SP. E-mail: elionai.vaz@gmail.com.

<sup>4</sup> Acadêmica do 8º termo do curso de Comunicação Social - habilitação em Publicidade e Propaganda do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium de Araçatuba-SP. E-mail: heitorcrespo47@gmail.com.

<sup>5</sup> Publicitária e Mestre em TV Digital pela Unesp/Bauru. Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSALESIANO de Araçatuba. E-mail: elianemontresol@hotmail.com.

<sup>6</sup> Filósofo, Mestre em Geografia, Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

## **Histórico de comunicação e mídia**

O Café Bistrô 88 atende na categoria de alimentação fora de casa e seus produtos são variados, dentre eles estão os lanches, cafés, chás gelados e quentes, entre outros. Sendo que, o local se destaca por produzir uma gama de estilos diferentes de cafés, com o mesmo tipo de grão.

A inauguração do Café Bistrô 88, foi em agosto de 2018 no Araçatuba Shopping, porém passou por uma nova gestão a partir de setembro de 2019. O atual proprietário comprou a empresa com todos os funcionários e com todas as receitas, aprimorando apenas a forma de preparação, sendo alimentos mais artesanais com acréscimos de alguns pratos novos no cardápio, para ter assim mais qualidade.

Entretanto, houve relatos sobre a gestão anterior da empresa, pois não havia cuidados com a validade dos produtos, ou seja, muitas pessoas deixaram de consumir devido ao estado do produto e a maioria não sabe que o local está sob nova direção.

A partir destas informações, a agência Singular Comunicação considerou importante uma campanha institucional, para apresentar a empresa às pessoas que ainda não conhecem, juntamente com as mudanças, para criar um clima de novidade e chamar atenção do público.

## **Pontos positivos da empresa**

Os principais pontos positivos da marca sendo: Variedade nos produtos; Matérias primas selecionados para confecção dos alimentos e preparo artesanal; Alta rotatividade de clientes, ou seja, ele tem movimento o dia inteiro no estabelecimento, porém não ao mesmo tempo, conseguindo assim atender a todos; Ter exclusividade no Araçatuba Shopping para o segmento de café, pois o proprietário assinou um acordo de exclusividade desse mercado, não podendo haver outra empresa com o mesmo ramo de atividade. Porém, existe

alguns concorrentes indiretos.

Elencados os pontos positivos da empresa, se faz necessário uma investigação para saber a opinião sobre a empresa sob a perspectiva do público externo. Para isso, sugere-se uma pesquisa mercadológica que será descrita nos itens seguintes deste trabalho.

### **Projeto de Pesquisa do público interno e externo**

Foram realizados dois tipos de pesquisas: um com o público externo e outra com o público interno da empresa, para saber como melhor trabalhar a marca em relação ao seu conhecimento perante o público. Através de uma análise detalhada do *briefing* e das pesquisas internas e externas, a agência acredita que, apesar de ter muitas cafeterias na cidade, o *target* do Café Bistrô 88 é fiel, mesmo que o público externo não possua muito conhecimento sobre sua existência, o estabelecimento conquistou alguns consumidores específicos da cidade.

Devido ao COVID-19, a análise da pesquisa poderá sofrer possíveis alterações, pois os dados foram coletados durante o período de pandemia, via on-line, levando em consideração a vivência anterior dos hábitos de consumo. Tendo em vista que o cenário atual é muito instável, acarretando mudanças na maneira do comportamento do consumidor e ao macroambiente.

De acordo com o proprietário, o perfil do público-alvo é diversificado, sendo a maioria das pessoas acima de 50 anos, que gostam de tomar um bom café em local agradável. Entretanto, os resultados da pesquisa mostram que grande parte do público consumidor do Café Bistrô 88 são mulheres, solteiras, com idade entre 20 à 24 anos e moram em Araçatuba.

Sobre o perfil econômico, o proprietário do Café acredita que o público pertence à uma classe social mais elitizada, mas a pesquisa revelou que a maior parte dos entrevistados, completou o ensino médio e a base salarial familiar dos frequentadores são de 2 a 5 salários mínimos (com valor de R\$ 1045,00), representando às classes C/D.

Um dos pontos negativos mencionados pelo proprietário é o fato de poucas pessoas conhecerem o estabelecimento, estando situado dentro do Araçatuba Shopping, por conta do pouco movimento do local. Embora os pontos negativos, ele tem exclusividade desse segmento, não permitindo que nenhuma empresa, que seja concorrente direto, abra outra loja, porém, existe alguns concorrentes indiretos no Araçatuba Shopping, mas não possuem a mesma gama de produtos.

Conforme os dados apontados pelas pesquisas, percebe-se a relevância de permanecer no shopping, pois 41% dos entrevistados vão ao local para passear com a família, 38% para encontrar os amigos, 33% procura um lugar mais calmo, 9% frequenta a academia, 11% frequenta o Cine Araújo, já 19% trabalha próximo ou no local e 25% frequentam o Café por estar situado no Araçatuba Shopping.

O proprietário afirmou que muitas pessoas deixaram de ir ao Café, devido ao fato de o antigo dono não oferecer produtos frescos, proporcionando uma “má fama” ao local. Ao assumir o Café, Edson de Carvalho tentou reverter a situação, passando a vender produtos artesanais e feitos na hora, porém segundo ele, alguns consumidores pararam de frequentar, pois não sabiam da troca de administração.

De acordo com os dados coletados pela pesquisa, 30% dos entrevistados afirmam que conheceram o Café no ano de 2018. Já em 2019, no ano que o Edson assumiu o Café, houve um aumento de aproximadamente 20%.

Em relação aos pedidos de *delivery*, as pesquisas apontam que 58,6% dos entrevistados fazem pedidos via *delivery*, mas, apenas 18,5% dessas pessoas pedem no Café Bistrô 88. Os dados afirmam que os dias de maior demanda para pedidos on-line, são: sexta-feira, sábado e domingo, no horário das 14h às 18h, sendo o pão de queijo o carro chefe.

Em análise geral sobre a pesquisa interna, a agência identificou que os entrevistados estão satisfeitos com o Café, porém, relatam algumas melhorias em relação à página do Instagram, sendo algumas delas: qualidade das postagens, divulgação dos produtos, logotipo, mais stories e fotos.

É possível observar que a maioria dos entrevistados frequentam o local no sábado, com uma frequência de 2 vezes ao mês, sendo que 82% das pessoas comparecem das 14h às 18h e o produto mais consumido é o pão de queijo.

Na pesquisa externa, foram entrevistadas 310 pessoas, que residem em Araçatuba e região. Os dados são expressivos e vão contribuir de forma significativa no planejamento de campanha. Dentre os entrevistados, 102 são homens e 207 mulheres. A maior parte dos entrevistados, 119 pessoas têm idade entre 20 a 24 e 195 pessoas são solteiras.

Apesar de o uso da *internet* ser uma tendência em pesquisa de mercado (Malhotra & Peterson, 2001), sua utilização pode comprometer o potencial de generalização dos dados para a população geral. Isso se deve às diferenças do perfil dos respondentes que participam das pesquisas pela internet, já que essas pessoas tendem a ser usuários mais frequentes do meio e, portanto, compartilhariam características que destoam da população geral. Os estudos que têm a internet como fonte de dados devem, preferencialmente, restringir-se à investigação de informações relacionadas a produtos ou a serviços comuns a usuários desse meio.

Através das pesquisas, os dados mostram que os principais concorrentes de Araçatuba, são: Floricultura Kaza Flora e Café, Eu Quero Café e Santo Pão. Sendo que o Café Bistrô 88, não é o mais conhecido entre eles, justamente pela falta de investimento em mídias.

O Café faz uso de postagens no Instagram com maior frequência, mas essa mídia não é suficiente para atingir o público em potencial, porque a pesquisa revelou que os mesmos utilizam também o *Facebook* e assistem a televisão aberta e fechada.

O proprietário contratou um profissional para gerenciar a página da empresa, que possui uma grande quantidade de seguidores, porém a interação é baixa, ou seja, não tem tantas curtidas e nem comentários, mostrando que não há engajamento. Segundo os dados apontados pela pesquisa, as postagens, não possuem uma uniformidade visual, em alguns

possui erros gramaticais e uma baixa qualidade no desenvolvimento de *layouts*.

Um dos problemas de mídia encontrados pela agência, é a falta de aproveitamento do local no *shopping* para realizar a divulgação da cafeteria, de forma que consiga atrair os consumidores que passeiam pelo local.

Portanto, através da análise do *briefing* e do resultado das pesquisas interna e externa, a agência elaborou o diagnóstico, ou seja, comparou as informações passadas pelo cliente no *briefing* com os resultados das pesquisas para se ter uma ideia melhor do público que frequenta a cafeteria e do possível *target*, para ser elaborado um bom planejamento de campanha.

### **Plano de comunicação - análise da concorrência**

A análise da concorrência é de extrema importância, já que com ela é possível medir as vantagens e desvantagens em relação a sua própria empresa, por isso é bom estar por dentro sempre do que o concorrente está fazendo. Tendo esses dados em mãos, a empresa consegue saber onde agir para se colocar à frente no mercado.

Os concorrentes diretos são aqueles que atuam no mesmo segmento de café e além disso, atendem o mesmo perfil de público-alvo. Como por exemplo: Kaza Flora, Santo Pão, Café La Regence, Eu Quero Café, Café Black, Work and Coffee, Vem Vento, La Biela Café, Mania Coffee & Shop e Venda da Vila.

Os concorrentes indiretos são aqueles que atuam no mesmo segmento que o Café Bistrô 88, porém oferecem outros tipos de produtos, ou seja, todos os estabelecimentos que oferecem café, por mais que não seja seu foco, como: Cacau Show (localizada no Araçatuba Shopping), Copenhagen (localizada no Araçatuba Shopping), Mania General Books (localizada no Araçatuba Shopping), Tal Café, Café da Eskina, Café Delicia, Café Mania, Band Café, Café e Prosa, Café Xodó e San Dely.

## **Verba**

A verba disponibilizada pela empresa Café Bistrô 88, para o desenvolvimento do projeto experimental de propaganda é de R\$ 2.000,00 fornecidos da receita mensal, sendo 5% do faturamento do cliente, totalizando a verba de R\$ 16.000,00 para a elaboração da campanha completa, com duração de 8 meses e que será utilizado conforme recomendações da agência experimental no planejamento do projeto.

## **Perfil do público-alvo**

O público-alvo da campanha está voltado para mulheres solteiras, de 20 a 24 anos de idade, com renda média familiar de 2 a 5 salários mínimos. A abrangência da campanha será para cidade de Araçatuba e região, uma vez que a pesquisa externa foi aberta à toda a redondeza e muitos clientes internos afirmaram não ser da cidade de Araçatuba. A campanha terá duração de 8 meses e será de maio a dezembro de 2021, devido ao fato de poder ter uma maior abrangência com as datas sazonais.

## **Objetivos da campanha**

Os objetivos foram traçados através da solicitação do proprietário e dos resultados obtidos nas pesquisas, com base no que se espera de resultado da campanha publicitária. Após análise das pesquisas realizadas, a agência definiu os objetivos de *marketing* e comunicação.

*O objetivo global do planejamento é proporcionar soluções práticas baseadas nos fatos para problemas específicos de marketing e propaganda. A análise, síntese e interpretação de dados reunidos pela pesquisa são componentes essenciais das responsabilidades do planejar. (SANT'ANNA, 1998, p.101)*

O principal objetivo de *marketing* é trazer reconhecimento para a marca fixando-a na mente dos consumidores, a fim de obter e manter novos clientes, para fazer com que os mesmos tenham conhecimento da



empresa como uma cafeteria contemporânea e tranquila para pausar os momentos, com produtos artesanais e frescos.

O objetivo da comunicação mercadológica é criar uma imagem sólida para o cliente, com um posicionamento definido, para que o *target* identifique essa marca e tenha um relacionamento amigável. Desta forma, uma nova identidade visual será criada para a marca e o padrão definido também será levado ao ambiente interno da empresa, juntamente com a criação de peças publicitárias para os meios de maior impacto no público-alvo, com o intuito de fazer a cafeteria ser sempre lembrada pelos clientes e vista à frente de seus concorrentes.

A agência acredita que essa união de valores combinada com os meios certos de comunicação, irá suprir as necessidades citadas, como a queda de vendas nos dias semanais, a baixa lembrança da marca e a falta de divulgação.

### **Estratégia de campanha**

Ao definir os objetivos, a próxima etapa é escolher as estratégias e táticas que serão utilizadas no projeto, a fim de alcançar os objetivos mencionados.

*A estratégia de comunicação definirá a melhor maneira de atingir os objetivos propostos, utilizando a propaganda, promoção ou qualquer uma das diversas formas de comunicação veiculadas adequadamente nos meios selecionados em uma região, ao longo do tempo planejado. (CORRÊA, 2006, p.38)*

A agência Singular Comunicação irá utilizar as ferramentas adequadas para compor as estratégias com o conceito definido para a campanha publicitária, a fim de envolver o público com o ideal proposto para o cliente, que é criar um conceito visual padrão, uma campanha institucional para conceituar a empresa fixando a imagem dela na mente dos consumidores e atrair o público para os dias de baixo movimento.

### **Campanha Novos Tempos**

A campanha institucional que será realizada, servirá para

conceituar a empresa no mercado, tornando-a conhecida e fixando dessa forma a imagem do Café Bistrô 88 na cabeça do público. A ideia para trabalhar com o posicionamento da marca, seria focado no contemporâneo, trazendo a ligação do estabelecimento ser recente, com o target mais jovem, moderno e atualizado, mostrando que através de novos tempos, surgem novas experiências. Outro fato também, seria o da pandemia ter trazido a necessidade de um recomeço.

A agência Singular Comunicação sugere que o cliente utilize o posicionamento como o novo, trazendo a ideia de se reinventar, viver novos tempos a partir de novas experiências no Café e na vida, ou seja uma campanha que fixe na cabeça do consumidor.

Com o resultado da pesquisa, a agência percebeu que o Café Bistrô 88 não tinha um posicionamento bem definido, justamente por estar pouco tempo no mercado. Um dos motivos, da sugestão dessa palavra, foi para trazer esse conceito para o Café, e mostrar que tudo terá que se reinventar após a pandemia atual, trazendo novos tempos.

A campanha institucional trabalha para posicionar a marca no mercado e também divulgar, para tornar conhecida pela cidade de Araçatuba e região. Possibilitando assim, uma padronização de comunicação da marca.

O tema da campanha escolhido pela agência foi de acordo com o posicionamento definido. Com duração de 8 meses: maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2021, de acordo com a verba do cliente e com os meses de mais movimento, segundo o proprietário por conta do período de férias.

## **Mídia**

A mídia é responsável pela busca dos meios mais adequados aos objetivos, sendo de extrema importância fazer bom uso da verba disponibilizada pelo cliente do projeto, otimizando a verba disponibilizada de forma estratégica, pois todo o investimento deve ser bem justificado, conforme os objetivos de cada cliente.

O plano de mídia é usado para colocar em prática as estratégias

elaboradas no planejamento de campanha. Tendo como foco utilizar as estratégias do planejamento para indicar os melhores meios e veículos para atingir os objetivos de campanha.

Desta forma, a Agência Singular Comunicação traçou os seguintes objetivos: divulgar e tornar conhecida a marca do Café Bistrô 88; posicionar a marca no mercado como uma das referências de cafeteria moderna na cidade de Araçatuba-SP; e atrair novos clientes.

A escolha ideal para utilização dos meios de comunicação, depende de onde se almeja chegar, pois leva em consideração principalmente o objetivo traçado, quantidade e característica do público-alvo que é pretendido alcançar. Sendo assim, a agência Singular Comunicação decidiu utilizar como meio: a *internet*, através das redes sociais, o rádio, a mídia *indoor* e impressa.

a) Redes sociais: A divulgação da campanha, além de trabalhar com o *e-mail marketing*, terá seu maior desempenho nas redes sociais, com a nova identidade visual da marca, sendo sugeridas postagens na fanpage do Café divulgando esse novo posicionamento da marca e trabalhando com fotos e vídeos diariamente. As postagens terão fotos de produtos reais, porém de forma mais emotiva, não tendo o foco em promoções ou valores dos mesmos. O feed será intercalado com conteúdo de imagens, vídeos normais e curtos, (com alguns direcionados ao *YouTube* do Café) gifs, além de ter postagens diárias nos *stories*, *reposts* de marcação das pessoas e conteúdo, ou seja, focado na interação de resposta do público. De acordo com a pesquisa a agência Singular Comunicação percebe a importância de se trabalhar com o *WhatsApp* principalmente com o *Instagram* do Café pois é onde o público mais se encontra, porém também é necessário realizar um trabalho com o *Facebook*, tendo a mesma quantidade de postagens para atingir o *target* que se encontra mais presente nessa rede social. Para um maior engajamento da marca, será proposto também o trabalho com *digital influencer*, que é um

formador de opinião digital que influencia milhares de seguidores por meio do conteúdo publicado em redes sociais. Outra proposta seria o *spotify* que proporciona um envolvimento maior com o público através de músicas que falem sobre momentos. Desta forma, a agência acredita que os resultados serão assertivos, obtendo o alcance esperado dos objetivos e a interação do público.

b) Cartão fidelidade: Os cartões fidelidades serão impressos no formato circular aparentando ser a “boca” de uma xícara ou copo, levando o nome de “Cliente expresso”. No verso terá um círculo composto por 5 quadros que serão preenchidos com selos no formato de manchas de café, que serão entregues a cada visita da pessoa no local ao ter adquirido um produto. Após completar os quadros, o cliente terá direito de retirar um produto café expresso gratuito.

c) Totem: Serão 4 totens com essência, distribuídos em pontos estratégicos do *shopping*, como: próximo à sala de cinema ao lado do Café Bistrô 88; praça de alimentação; próximo às lojas americanas, que seria em frente da escada rolante, perto da academia; e outra próximo à entrada principal. Elas serão fixas apenas nos meses de junho e julho, que seriam as férias escolares, pois, de acordo com o proprietário, há um maior movimento no *shopping*, o que deixaria o Café mais conhecido.

d) Rádio: Será criado um *jingle* de 30”, para ser divulgado no rádio, mês de maio apenas, divulgando dessa forma no período primordial da campanha, que seria o seu início. Serão feitas 10 inserções diárias do *jingle* acompanhando a programação do rádio, sendo tocadas na faixa rotativa, no período das 6h às 19h. Totalizando 10 dias de campanha na rádio Cultura FM, de 10 a 20 de outubro, com o total de 100 inserções.

e) Copo: Os copos personalizados, serão vendidos

juntamente com o produto, mas com o preço um pouco alterado, ou seja, na primeira compra, haverá o acréscimo de 30% na compra, mas nas outras, quando o copo for apresentado, o consumidor terá um desconto de 10% ao reutilizar.

### **Meios não recomendados**

A agência Singular Comunicação optou por não utilizar o *Outdoor*, por conta da verba do cliente e devido aos resultados das pesquisas, pois o público está mais presente nas redes sociais. Outra mídia não recomendada, seria o panfleto, por conta do baixo índice de aproveitamento do público, conforme indicou a pesquisa. A mídia Televisão também não será utilizada porque não há verba suficiente e também pelo seu alcance, que envolve uma região bem maior que a atendida pelo Café Bistrô 88, ou seja, seria um investimento que teria um alcance amplo e a empresa não poderia aproveitá-lo.

### **Criação**

A agência sugere um novo logotipo à cafeteria, para que seja possível a renovação da comunicação visual, como também trabalhar conceitos que se relacionem melhor com a proposta da marca e do segmento onde ela está inserida.

A tipologia utilizada para a nova logo, foi escolhida com o objetivo de trazer uma visualização mais harmônica e de fácil leitura. Será adaptada uma linha mais contemporânea, no estilo *bold*, com o símbolo da marca em *brush* para transmitir a sensação de “feito à mão”, mostrando que a cafeteria é artesanal.

Outro fator importante seria as cores utilizadas, [...] não há dúvida de que a cor exerce papel importante no psicológico de cada um. As cores são usadas para estimular, acalmar, afirmar, negar, decidir, curar e, no caso da propaganda, vender. (CESAR, 2011, p. 189)

A cor escolhida para a representatividade do Café, foi o marrom e sua diversificação de tons. Pois psicologicamente, marrom está associado à força, solidariedade, conforto, qualidade, maturidade, confiabilidade e

em comunicação é a cor que representa o café, chocolate e alguns destilados mais fortes.

O símbolo foi criado a partir de outros elementos para representar a marca no mercado. Um deles, seria o grão de café, mostrando o princípio da essência do estabelecimento, juntamente com a fumaça, retratando o aroma marcante do local. Outro item também, que foi agregado, seria a metade do número 8, que é o número do infinito na horizontal, formando uma xícara de café ao final.

## Sugestões

A agência experimental Singular Comunicação sugere que seja criado uma persona, para que a comunicação nas redes sociais seja sempre a mesma, além do fato que o público se identificaria com a mesma, trazendo uma maior interação. A persona teria a seguinte descrição: uma mulher de 25 anos, solteira, moradora da cidade de Araçatuba que trabalha e ainda estuda. Vive na correria do dia a dia e por esse motivo precisa estar sempre com disposição, tendo o hábito de duas vezes na semana, após o serviço, frequentar o Café Bistrô 88 para relaxar e as vezes encontrar os amigos.

Sua forma de falar seria simples e com um carinho muito grande por todos, como se já os conhecessem a muito tempo. Algumas frases que seriam ditas nas redes sociais por ela seriam: “Bom dia Amigos, hoje o dia está maravilhoso para um café”; “Como você se sente hoje? Vamos conversar venha para o Café”; “É de aquecer o coração”; entre outras frases.

Além da persona é sugerido mudanças no ambiente interno do Café, para adequá-lo à nova identidade visual e ao posicionamento: novas embalagens, novos copos, cardápio, imã de geladeira, cartão de momentos, crachá para funcionários, totem no *shopping* com essência de café, um aplicativo para pedidos, maior utilização do *WhatsApp* para atendimento, calendário, plotagem em escada rolante e elevador, juntamente com letreiro na fachada.

## Fundamentação ética

O termo ética, é constituído com base em princípios que vão desde os valores históricos de um grupo até seus princípios culturais. A ética busca uma melhor convivência no dia a dia no modo de viver do indivíduo e na sociedade. Já a moral, na filosofia, prega o que é honesto e sensato, o que é certo e virtuoso.

Lopes define ética como:

*A ética, ciência da moral, estuda, cataloga e articula, gera normas corporativas a fim de plantar os atos humanos dentro da comunidade em que o homem vive e sobrevive. Ela, ciência dos princípios, se dá de braços com as mais excêntricas ciências humanas no afã de coordenar a vida e a atividade dos seres humanos, psíquica, individual e coletivamente. (LOPES, 2003, p. 26).*

Através deste conceito, conclui-se que nas diversas profissões existentes, cada uma conta com o seu próprio código de ética. Na publicidade foi criado o Código de ética dos Profissionais de Propaganda que se refere ao art. 17, da lei 4.680, de 18 de junho de 1965, demonstrando os deveres, obrigações e o que é permitido e não permitido aos profissionais da classe.

Deve-se assegurar que todos os profissionais de publicidade sigam dentro das normas e das leis da publicidade, fornecendo um trabalho justo e limpo para o cliente. Mensagens subliminares, distorcidas, preconceituosas, não são aceitas de forma alguma na propaganda. O compromisso entre o cliente e agência, tem a obrigação de estabelecer uma apresentação correta e verdadeira do produto oferecido a seus clientes.

No ramo alimentício, como retrata no DECRETO-LEI Nº 986, de 21 de outubro de 1969, deve-se tomar cuidado em fazer falsas apologias ao produto, afirmação clara ou subliminar de que comparado, o produto é melhor do que o do concorrente. Essa importância destaca-se também para as bebidas alcoólicas, que possui recomendações específicas para veiculação na mídia, como por exemplo: a veiculação de propaganda

apenas no período das 22h às 6h da manhã, qualquer deslizamento é notado e pune-se com severidade.

Desta forma, a agência Singular Comunicação tem como compromisso e obrigação respeitar as normas de regulamentação ética do código dos profissionais de Propaganda, elaborando uma campanha limpa e correta com peças e informações reais a respeito do serviço que a empresa oferece. Respeitando seus consumidores e colocando-os sempre em primeiro plano, assumindo toda a responsabilidade juntamente com o cliente.

### **Considerações finais**

Concomitante aos estudos realizados pela agência experimental Singular Comunicação, conclui-se que o estilo de campanha escolhido para a empresa, condiz com a sua necessidade de *marketing* atual, já que as pesquisas realizadas mostraram a falta de conhecimento das pessoas sobre o estabelecimento.

A campanha institucional é a mais indicada para trabalhar a identidade da marca, pois auxilia a criar uma boa imagem no mercado e na mente do consumidor, tornando mais conhecida, sendo de suma importância para mostrar aos consumidores que o Café Bistrô 88 é forte e que tem potencial para se destacar no ramo de cafeterias.

O estudo de campo, juntamente com as pesquisas aplicadas serviu para constatar que os clientes e potenciais clientes, gostam de um ambiente mais tranquilo de uma cafeteria, com a qualidade de produtos artesanais, priorizando sempre a experiência de consumir produtos diferenciados em um ambiente acolhedor e agradável.

Além da extrema dificuldade para coletar as informações através da pesquisa online por conta da atual pandemia do Corana-vírus, pode-se perceber uma dificuldade em trabalhar a comunicação retratando questão sobre apreciar momentos no próprio local do Café Bistrô 88, porém, foram realizadas soluções alternativas para um maior engajamento com o público através da presença do consumidor em outras plataformas.



Em um mundo onde a tecnologia vem dominando e tomando mais espaço, percebe-se a necessidade de interação entre os indivíduos e com a chegada do COVID-19, as pessoas sentem mais falta do contato direto com outras, ou seja, do convívio social. Com isso, a agência preocupou-se em criar esse posicionamento para mostrar a importância dos momentos na vida e criar um elo significativo do Café com os clientes, sugerindo também, mudanças para melhor atendê-los.

A agência Singular Comunicação tem como compromisso e obrigação respeitar as normas de regulamentação ética do código dos profissionais de Propaganda, por isso, elaborou uma campanha limpa e correta, com peças e informações reais a respeito do serviço que a empresa oferece, respeitando seus consumidores e colocando-os sempre em primeiro plano.

## **Referências Bibliográficas**

BRASIL. **DECRETO-LEI Nº 986**, de 21 de outubro de 1969. Disponível em: . Acesso em: 15 mar. 2020.

CESAR, Newton. **Direção de arte e propaganda**. 10.ed. Brasília: Senac, 2011.

CORRÊA, Roberto. **O Atendimento na agência de Comunicação**. 2.ed. São Paulo: Global, 2006

LOPES, Antonio P. **Ética na Propaganda** – São Paulo: Atlas, 2003.

MALHOTRA, Naresh K et al. **Pesquisa de marketing**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

SANT'ANNA, Ilza M. **Por que avaliar? Como avaliar? Critérios e instrumentos**. 3ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

# Projeto Experimental de Propaganda para empresa Tropical Mix

*Experimental Advertising Project for Tropical Mix Company*

Andrey da Silva Teixeira<sup>1</sup>  
Fabíola Patrícia de Almeida Pereira<sup>2</sup>  
Luiz Fernando Oliveira<sup>3</sup>  
Marcos Paulo dos S. Balbino<sup>4</sup>  
Pamela Oliveira da Silva Ortiz<sup>5</sup>  
Thainara Aparecida Soares de Lima<sup>6</sup>  
Fernando Anhê<sup>7</sup>  
João Geraldo Nunes Rubelo<sup>8</sup>

## RESUMO

Este trabalho foi desenvolvido pela agência Lumus com o objetivo de elaborar um planejamento de campanha para a empresa Tropical Mix Sorveteria, empresa que atua no mercado alimentício na cidade de Valparaíso-SP. A metodologia usada para realizar esse trabalho é a de estudo de caso, o qual, de uma maneira geral, consiste em um método de pesquisa por onde se observa o tema durante o dia a dia. Devido aos estudos realizados, a agência concluiu que a Tropical Mix precisava renovar sua imagem por meio de um novo posicionamento e se aproximar mais dos clientes, sendo assim, foi definido que trabalhar as redes sociais da marca por meio de uma campanha institucional para realizar esses objetivos.

**Palavras – chave:** Planejamento; Posicionamento; Tropical Mix; Redes sociais; Publicidade

## ABSTRACT

This work was developed by lumus agency with the objective of elaborating a campaign planning for the company Tropical Mix Sorveteria, a company that operates in the food market in the city of Valparaíso-SP. The methodology used to perform this work is that of case study, in general the case study is a research method through which the theme is observed during the day to day. Due to the studies carried out, the agency concluded that Tropical Mix needed to renew its image through a new positioning and getting closer to customers, thus, it was defined that working the social networks of the brand through an institutional campaign to achieve these objectives

**Keywords:** Planning; Positioning; Tropical Mix; Social networks; Advertising

---

<sup>1</sup>Acadêmico do 8º termo do curso de Comunicação Social - habilitação em Publicidade e Propaganda do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium de Araçatuba-SP.

<sup>2</sup>Acadêmica do 8º termo do curso de Comunicação Social - habilitação em Publicidade e Propaganda do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium de Araçatuba-SP. E-mail: fabiolapatricya@gmail.com

<sup>3</sup>Acadêmico do 8º termo do curso de Comunicação Social - habilitação em Publicidade e Propaganda do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium de Araçatuba-SP. E-mail: universonerd2013@gmail.com

<sup>4</sup>Acadêmico do 8º termo do curso de Comunicação Social - habilitação em Publicidade e Propaganda do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium de Araçatuba-SP. E-mail: mpaulo86@hotmail.com

<sup>5</sup>Acadêmica do 8º termo do curso de Comunicação Social - habilitação em Publicidade e Propaganda do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium de Araçatuba-SP. E-mail: Pamelaortexuga@gmail.com

<sup>6</sup>Acadêmica do 8º termo do curso de Comunicação Social - habilitação em Publicidade e Propaganda do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium de Araçatuba-SP. E-mail: tainaralima.lima21@gmail.com

<sup>7</sup>Mercadólogo, Mestre em Mídia e Tecnologia pela Unesp/Bauru. Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSALESIANO de Araçatuba. E-mail: fernandoanhe@unisalesiano.com.br/ fernandoanhe@gmail.com

<sup>8</sup>Filósofo, Mestre em Geografia, Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSalesiano Campus - Araçatuba

## Introdução

Neste trabalho, a agência Lumus apresentará a empresa para qual irá sugerir uma proposta para desenvolvimento de uma campanha publicitária, os custos e como se dará a dinâmica.

A empresa Tropical Mix é uma sorveteria, existe há 4 anos no mercado alimentício de Valparaíso-SP, atuando tanto em *delivery* quanto no atendimento local. A empresa fica localizada no centro da cidade, abrangendo um grande público e é reconhecida principalmente por sua qualidade. Existem outras três lojas localizadas na cidade, encontrando-se nas periferias da localidade, entretanto este trabalho irá focar somente na loja principal.

O trabalho é dividido em seis partes sendo elas, apresentação da agência, *briefing*, pesquisa, planejamento, criação e mídia. Sobre a constituição da agência experimental, apresentamos o conceito de agência experimental, integrantes e identidade visual.

No *briefing* estão localizadas as informações da empresa, sobre como a sorveteria funciona, os funcionários, os produtos e preços praticados, além de todo o histórico de comunicação da empresa.

Posteriormente à coleta de dados da empresa, são realizadas as pesquisas de mercado, para conhecer melhor o mercado e a visão que o público tem sobre a empresa. Foram pesquisados um total quatro universos: duas pesquisas internas, uma com foco nos clientes internos e outra com foco nos funcionários; e duas externas, uma com clientes externos e outra com um formato de entrevista com pessoas pré-selecionadas.

Feito o diagnóstico, a agência iniciou o planejamento de campanha institucional, na qual foram analisadas as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças que pudessem interferir direta ou indiretamente na empresa, e assim reunir informações que, juntamente os dados da pesquisa organização um cenário para o planejamento da campanha.

Após o conceito da campanha ser definido, a agência deu início a criação das peças propostas para a campanha, todas de acordo com o tema planejado inicialmente. Durante o plano de mídia, são decididos os meios e veículos de comunicação utilizados na campanha, bem como o período de veiculação, região

geográfica frequência e o alcance das mídias, junto ao público-alvo. Todos esses pontos são definidos buscando otimizar a verba fornecida pelo cliente.

### **Missão, Visão e Valores**

A Tropical Mix foi fundada em 2016, pelo proprietário Fabio Henrique dos Santos, e em seus 4 anos de gestão, define como missão da empresa manter o padrão de boa qualidade dos produtos e serviços prestados aos clientes. Sua visão é realizar melhorias no local, tornar o ambiente mais confortável e cômodo para seus consumidores sem perder sua essência, satisfazer clientes recorrentes e fidelizar novos consumidores.

Os valores da empresa são qualidade, comprometimento, respeito ao cliente e foco na satisfação do consumidor.

### **Histórico de Comunicação**

A divulgação da sorveteria Tropical e de seus produtos é feita pelas redes sociais. As postagens são realizadas pelos próprios proprietários do local, tendo postagens e peças padrões. Os donos fotografam os produtos para que sejam feitas as postagens.

Sobre os pontos positivos da empresa destacam-se como principais características: a) Qualidade dos produtos; b) Qualidade no atendimento. E os pontos negativos da empresa levantados foram: a) Falta de comunicação com o consumidor e b) Problemas com estacionamento.

Sobre a verba, foi disponibilizada pela empresa para o desenvolvimento da campanha a quanti de R\$3.000,00 (três mil reais), usados para manter a campanha publicitária durante um mês e uma semana.

### **Pesquisas mercadológica**

Mediante as próximas decisões do projeto, a agência optou por realizar pesquisas de campo que tinham a finalidade de encontrar e analisar dados complementares para o TCC. As pesquisas tinham como objetivo identificar a imagem da empresa estudada no cenário em que ela está inserida atualmente, definir o perfil de seus atuais e possíveis clientes, assim como entender alguns de seus comportamentos.

A fim de compreender melhor sobre a Tropical Mix, foram aplicadas três pesquisas, sendo uma destas com ambientes distintos: 1. Público interno que frequenta a sorveteria e outra com público externo composto por usuários que acompanham o perfil oficial da sorveteria, 2. Público interno de funcionários da Tropical Mix, 3. Público externo com 2 entrevistados selecionados para a pesquisa.

### **Coleta de dados**

A pesquisa investigou 3 universos, sendo uma destas com ambientes distintos: 1. Público interno que frequenta a sorveteria e outra com público externo composto por usuários que acompanham o perfil oficial da sorveteria, 2. Público interno de funcionários da Tropical Mix, 3. Público externo com 2 entrevistados selecionados para a pesquisa.

O foco principal da pesquisa com clientes internos foi descobrir quem era o perfil desse consumidor, como e onde consomem, entendendo suas necessidades de consumo e avaliando a percepção de produto, ambiente e atendimento que eles têm da Tropical Mix. Para isso, foi utilizado um estudo descritivo com caráter quantitativo. A amostra e o universo foram através do banco de dados da sorveteria, o universo foi de 1857 clientes e a amostra de 153 pessoas. O público é constituído por 80,1% feminino, 19,9% masculino, com idade mais representativa de 20 a 29 anos e renda familiar mais significativa de 2 a 5 salários mínimos. 113 dos consumidores acham convenientes os serviços prestados, sobre comparações com os concorrentes, quando se trata de qualidade, 113 pessoas afirmam ser superior aos concorrentes, já nos preços 129 pessoas concordam ser os mesmos da concorrência, na qualidade do atendimento, 84 pessoas acham alta se comparado aos concorrentes.

Na avaliação da Tropical Mix, 94 pessoas acham que a sorveteria tem um bom atendimento, no delivery; 106 pessoas concordam que é prestado um excelente serviço. Quando se trata da qualidade do ambiente, 129 pessoas veem o ambiente como muito agradável. Quando se trata da variedade de produtos oferecidos, 167 pessoas acham que as variedades correspondem a necessidade do consumidor. Em termos de satisfação, 114 pessoas estão extremamente satisfeitas, portanto, 131 pessoas afirmam que provavelmente recomendariam a sorveteria para alguém.

Sobre as Mídias, 84 pessoas veem as propagandas com alta frequência e 128 delas, geralmente veem as propagandas no Facebook.

Junto aos colaboradores, a pesquisa objetivou analisar o *feedback* dos mesmos no contexto do dia a dia deles na empresa e assim levantar informações importantes sobre a empresa e seus consumidores conforme a percepção de quem trabalha ali diretamente. Para tanto, foi realizada uma pesquisa descritiva de caráter quantitativo e assim, devido ao contato direto dos consumidores com os funcionários, estes poderiam disponibilizar informações novas. Os funcionários entendem melhor do processo de vendas. O responsável pelo *delivery* sabe a melhor forma de agilizar as entregas.

Dos entrevistados, 66,7% afirmam que o grau de satisfação com os trabalhos prestados é extremamente bom e 100% dos funcionários veem que os erros cometidos por eles são tratados como aprendizado dentro da empresa

Através da pesquisa de público externo constatou-se algumas hipóteses, a sorveteria de fato tem qualidade nos serviços prestados, mas peca em falta de guloseimas para montagem de açaí, além disso há um desencontro nos sabores dos produtos entre as lojas da mesma franquia da cidade. O atendimento de fato é bom, exceto pela demora no WhatsApp, mas que é compensado por um *delivery* ágil. Quando se trata de mídias da empresa, o WhatsApp predomina nas divulgações vistas pelos entrevistados e segundo eles, o Instagram deveria ser mais explorado pela empresa, devido ao público-alvo dela.

Já na pesquisa de público externo com usuários do perfil da sorveteria, seu objetivo era traçar o perfil deste público, e com um universo de 189 pessoas e amostra de 108, os resultados foram os seguintes, o público externo da empresa é composto majoritariamente por mulheres, com idades entre 20 a 39 anos e renda familiar de 1 salário-mínimo. Grande parte dos entrevistados tem o hábito de consumir sorvete, sendo ao menos uma vez na semana e geralmente em casa. Dentre essas pessoas, a maioria já consumiu na Tropical Mix, e quando pensam em uma palavra para associar a ela, são tanto “sorvete” como “melhor”. Das vantagens da sorveteria, a qualidade é a principal. Enquanto o *delivery* é consumido pelo conforto que ele oferece aos consumidores. No diferencial, a sorveteria se destaca pela qualidade. Para os entrevistados, tanto o ambiente como o atendimento do local são ótimos. Para melhorias, o atendimento foi apontado como a principal melhoria

necessária. Os consumidores poderiam avaliar a sorveteria por níveis, e tanto os serviços prestados como o delivery têm nível 5 para os consumidores, ou seja, de muita confiança e de satisfação pelo delivery.

Sobre problemas com a sorveteria, uma parcela dos entrevistados nunca apresentou problemas e dos que apresentaram, ocorrem devido aos erros no pedido como a pedidos incompletos. Os preços são considerados justos, e dos que discordaram disso, é tanto por afirmar que os produtos são caros como que há poucas promoções. A sorveteria fica bem localizada em sua cidade, para os entrevistados.

E a respeito de mídias, os consumidores acessam mais o Facebook e WhatsApp, consumindo mais assuntos voltados ao entretenimento e variedades, e nas horas vagas acessam a internet e descansam. A principal influência na decisão de compra, é a variedade de produtos oferecidos. Além disso, a maioria dos entrevistados já viu propagandas da sorveteria nas redes sociais, sendo principalmente no Facebook.

Constatamos que a sorveteria possui um público-alvo que, em sua maioria é de mulheres, sendo os homens uma minoria, com faixa etária entre 15 a 40 anos, e renda familiar de um a dois salários-mínimos. O atendimento é o mais elogiado, especialmente o presencial, precisando apenas de um reforço no atendimento online, sendo mais rápido e presente.

Os produtos são elogiados quanto a qualidade, e a sorveteria deve se atentar mais a questões como variedade de produtos oferecidos, como ter os mesmos produtos em todas as suas franquias, para que o cliente não tenha que consumir no concorrente.

Os consumidores sentem falta da empresa ser mais presente nas redes sociais, principalmente no Facebook e Instagram, a empresa não possui uma conta própria para ela no Instagram e segundo os entrevistados, deveria ser mais aproveitada. Além de discernimento para criação de conteúdo para as redes sociais, utilizando uma linguagem mais específica para seu público.

## **Planejamento de Campanha**

No planejamento, o encontro de objetivos, estratégias e fases da campanha é algo indispensável para que a campanha seja realizada com sucesso, e assim, os

seus resultados atinjam o máximo de seu potencial e através da análise aprofundada do *briefing* e pesquisas realizadas, a agência Lumus levantou um planejamento completo para a Sorveteria Tropical Mix.

### **Análise Ambiental**

A análise ambiental permite conhecer melhores os ambientes que cercam as empresas e assim formular o planejamento estratégico mais eficiente. No Macroambiente, afetando diretamente ou indiretamente a empresa, sendo tudo de forma externa da empresa indo além de seu controle.

A agência analisou essas variáveis e notou que os fatores que influenciam o macroambiente da Tropical Mix são o ambiente natural, que por uma variável climática suas vendas caem devido a mudança do clima para frio; ambiente econômico influenciando na forma como os preços são moldados pelo proprietário da sorveteria; ambiente social e cultural o qual as pesquisas foram realizadas pela agência para saber qual eram os pontos que o público alvo identificava uma melhoria e ambiente tecnológico onde se encontra a maior dificuldade da empresa, pois não realiza um trabalho realmente efetivo nas redes sociais.

No microambiente, formado por variáveis que podem ser alteradas de acordo com a estratégia desenvolvida pela empresa temos os clientes, que por não ser analisado por completo acaba deixando passar algumas informações valiosas sobre seus clientes, que muitas vezes optam por concorrentes ao invés de uma de suas filiais e a preferindo mais por mais promoções e um atendimento melhor; seus concorrentes que apesar de entregar produtos no mesmo ramo alimentício não entrega seus produtos no prazo e a Tropical Mix sempre se destaca em qualidade e sabor porém deixa a desejar em variedades de adicionais para seus produtos., fornecedores que não deixaram de prestar seus serviços ou atrasar devido a pandemia e funcionários que obtém um relacionamento próximo com seus clientes, o que é algo positivo.

### **Análise SWOT**

Em análise SWOT, na qual são identificadas as forças, fraquezas, oportunidades e as ameaças da empresa, notamos alguns aspectos relevantes, tais como: em suas forças temos qualidade em produtos e atendimento, boa imagem,



preços justos e um ambiente acolhedor; fraquezas por seu pouco investimento em comunicação, poucas promoções, ausência de estacionamento, pouco conhecimento para comunicar com o público, falta de padronização dos sabores entre suas filiais e divergência na comunicação das filiais; em oportunidades há o crescimento do setor de sorvetes, programas de fidelidade, variedade em guloseimas e tocar a fachada; em ameaças temos mudanças climáticas, consumidores com estilo de vida saudável, fornecedor atrasar com o produto e não há vagas de estacionamento.

Diagnosticamos que o cliente precisa aproveitar melhor o *feedback* dado pelo seu consumidor, como na variedade de adicionais no açaí, melhorar sua comunicação em relação as mídias sociais em que o seu público se encontra e em relação a qualidade e atendimento a Tropical Mix se destaca por trazer sempre o melhor para seus clientes.

Um dos seus problemas de comunicação notado pela agência foi a comunicação nas redes sociais que não produz um conteúdo com frequência e acompanhamento profissional e durante as pesquisas foi notado que a comunicação entre as sorveterias não é a mesma, sendo assim cada uma com sua comunicação e suas divergências.

No composto mercadológico, composto de marketing, mix de marketing ou quatro P's do marketing que são os 4 pilares básicos para a criação de uma estratégia de marketing definimos que, quanto ao *Produto*, apesar de trazer muita qualidade e diversidade deixam a desejar em padronização entre as filiais e um diferencial será as novas embalagens proposta; *Preço* que é considerado justo pelo cliente; *Ponto de venda*, o qual a agência sugere mudanças para uma melhor distribuição de espaço e de visualização dos produtos oferecidos e um cardápio para auxiliar e em *Promoção* que a agência optou por uma campanha institucional com intuito de desenvolver sensações nos clientes e fixar a marca na mente.

## **Posicionamento**

Com isso o posicionamento escolhido foi em ser o melhor, melhor atendimento, melhor produto, melhor ambiente, tendo como seu objetivo de campanha trazer uma nova imagem, com uma comunicação mais direta, profissional e padronizada.

### **Campanha mix de sentimento:**

Posto isso, a Agência traz a campanha “Mix de sentimentos: o nosso melhor para você!” como campanha institucional melhorando a comunicação das filiais, atualizar a imagem, aprimorar os relacionamentos nos canais de comunicação, profissionalizar e padronizar desde seus produtos até sua comunicação, contendo em suas estratégias e táticas de comunicação, o cartão de fidelidade que será entregue e carimbado em cada compra do cliente e quando se totalizar 10 carimbos ganhara um vale de 20 reais em sorvetes, as Redes sociais que será o foco da campanha melhorando a comunicação, o rádio com o testemunhal que passa confiança para seus ouvintes, cartão de visitas para acompanhar a nova identidade, panfleto que visa a loja e o delivery que serão entregues na hora do pedido, o carro de som que é eficaz com custo baixo que passara na cidade inteira com um spot da Sorveteria Tropical Mix e um cardápio de açaí e de sorvete online para melhor visualização do cliente na hora da compra.

### **Missão, visão e valores**

A missão, visão e valores são um guia para apresentar a identidade e o objetivo da existência de uma empresa, e com isso a empresa tem a missão de entregar produtos de qualidade com um bom atendimento em um ambiente confortável, visando sempre ser referência em sorveteria e sempre atender as necessidades do consumidor, tendo os valores de satisfação, profissionalismo, comprometimento, respeito e transparência.

### **Planejamento de Mídia**

É através do planejamento de mídia que definimos a frequência e os meios que serão utilizados de acordo com a verba disponibilizada pelo cliente. É de extrema importância que o profissional de mídia saiba utilizar bem a verba e definir bem os espaços dentro da programação da campanha. Através dos dados obtidos nas pesquisas foram definidos os seguintes objetivos de mídia:

- a) Divulgar e tornar mais conhecida a marca da Tropical mix, utilizando o novo posicionamento da campanha como ponto chave.
- b) Tornar a marca referência no mercado local de sorvetes.
- c) Aumentar o alcance das redes sociais da empresa.

Os meios devem ser selecionados conforme as necessidades do cliente e o perfil de seu público que já foi analisado no briefing e na pesquisa de campo, a fim de que a mensagem chegue até ele. Segundo Nakamura (2009, p.31) pode representar a atividade ou o setor de uma agência de publicidade relacionados com a veiculação das mensagens de interesse do anunciante. Redes Sociais: Cardápio Online, rádio, cartão de visita, panfleto, cartão fidelidade. Mídia Alternativa: Carro de Som.

Na etapa de elaboração de estratégias de mídia, cabe definir os meios e veículos mais adequados para que a veiculação dos anúncios atinja o público com maior eficácia. Também é necessária para melhor se ajustar ao orçamento do cliente.

Para Nakamura (2009, p.49) Caso haja economia, pode-se, por exemplo, alongar a campanha, incluir outros meios ou veículos ou, ainda, aumentar o número de inserções com conseqüente aumento da frequência.

### **Justificativa de escolha de meios**

Selecionamos alguns veículos que julgamos ser adequados para impactar o público para o qual deverá ser destinada a mensagem publicitária, são eles:

- a) Rádio Valparaíso FM: A rádio Valparaíso FM é um meio forte em questão de credibilidade na cidade de Valparaíso- SP. Por ser uma rádio antiga na cidade, os moradores já estão acostumados com a programação e com os narradores dos programas o que ajuda a passar para os ouvintes a credibilidade. Show da 94, foi o programa selecionado para divulgação da campanha, porque é o único programa ao vivo, narrado, transmitido pela rádio, o resto da programação vem de parceria com outras emissoras de rádio;
- b) Redes sociais (*Facebook* e *Instagram*): As redes sociais trazem contato, rapidez e eficácia quando o assunto é comunicação, cresce a cada dia o número de pessoas com acesso as mídias sociais, e perante as pesquisas executadas pela Agência Lumus pode-se concluir que cliente tem necessidade de acompanhar e ter-se próximo ao anunciante. Os formatos utilizados para a campanha serão Facebook e Instagram, que no caso do Facebook já existe, mas precisa ser atualizado. O impulsionamento será realizado durante o mês de dezembro, com

- frequência diária e distribuição aleatória das plataformas selecionadas. Os critérios para escolha de melhor alcance do público-alvo foram: 1. Localização: estar no município de Valparaíso - SP e arredores; 2. Seguidores: Clientes que já acompanham a página e o perfil da marca;
- c) Carro de som: O carro de som que será utilizado para a campanha pertence a um dos antigos narradores de uma das rádios da cidade. Devido a isso ele tem uma proximidade com os habitantes locais, o que passa uma credibilidade maior ao anúncio apresentado.

Como propostas de marketing de relacionamento, propomos um cartão fidelidade, como sendo uma maneira de premiar os consumidores mais frequentes e foi escolhido para melhorar o relacionamento do consumidor com a empresa. A gráfica escolhida além de uma ótima qualidade de impressão se adequa a verba disponível.

O cartão de visita apesar de não ser citado nas pesquisas diretamente, tem sua atualização necessário para adequar a nova imagem proposta na campanha. Este material será impresso na mesma empresa que serão produzidos os cartões fidelidade.

A elaboração de um cardápio online, assim como o cartão de visita, não foi citado na pesquisa diretamente, mas se faz necessário uma atualização para adequar a nova imagem proposta na campanha. Este material será divulgado nas redes sociais da Tropical Mix (WhatsApp, Facebook e Instagram).

## **Criação**

De acordo com as pesquisas realizadas pela agência, o problema de comunicação vem na falta de publicidade da Tropical Mix, principalmente nas redes sociais. Sendo assim, a empresa se encontra atrás de seus concorrentes que realizam mais investimentos em comunicação.

O objetivo estabelecido pela criação é aproximar a marca e cliente criando uma imagem mais bem definida da Tropical Mix, por meio do posicionamento e tema da campanha, gerar um sentimento de identificação, reconhecimento.

Para desenvolver um posicionamento, foram analisados tanto o feedback passado pelo cliente, a visão de seus consumidores na pesquisa realizada anteriormente e o diagnóstico apurado pela agência.

Grande parte dos consumidores citaram que a primeira palavra que associam a empresa Tropical Mix, é “Melhor”, a partir disso, esta palavra foi escolhida como segmento para a campanha, visto que a empresa possui uma boa imagem na mente de seu consumidor, porém alguns erros ainda levam seu público a consumir no concorrente, portanto, a proposta seria corrigir estes problemas entre as lojas e assim frisar que a sorveteria possui o melhor atendimento, os melhores produtos e no melhor ambiente, para que assim a marca fixe seu nome na mente do consumidor e apresente a ele as melhorias sugeridas por eles na pesquisa.

Com este posicionamento, a agência Lumus espera atingir seus objetivos para a empresa, apresentando as mudanças realizadas para que o público se sinta cada vez mais próximo da sorveteria, e para que também, novos públicos sejam alcançados.

A Campanha “Mix de Sentimentos” visa renovar a marca Tropical Mix, desenvolver uma identidade visual moderna e trabalhar com uma comunicação personalizada, direcionada e mais ativa com o seu público, mostrando a importância que o cliente tem para a marca e que ele faz parte dessa mudança. Segundo Kotler (2010), os consumidores estão em constante mudança e empoderamento, sendo assim, as empresas também devem oferecer mudanças e transformações, desenvolver histórias atrativas dentro da realidade do seu público para envolvê-los. Pensando nisso, a Agência propôs uma campanha institucional sobre a nova Tropical Mix, para desenvolver esse sentimento de parceria e transformação junto ao cliente.

A campanha tem o período de um mês e foi decidido que o melhor momento para sua realização seria no período do Natal e ano novo de 2021, de 5 de dezembro de 2021 até 5 de janeiro 2022. Pois é uma data que comemora a união e a família, que são os conceitos do tema.

O tema da campanha é o conjunto de conceitos chaves que norteiam a criação e que estão presentes ao longo da campanha. (JUNIOR, 2012)

O tema que foi atribuído para a campanha da Tropical Mix é Mix de emoções remetendo a ideia de família e união, dentro das medidas de proteção atuais, para demonstrar, também, que empresa sempre pensa no melhor para os seus clientes e que eles fazem parte da família Tropical Mix.

## Considerações finais

A agência Lumus desenvolveu este trabalho com intuito de posicionar a Tropical Mix no mercado alimentício local, desenvolvendo melhor a publicidade e imagem da empresa principalmente nas redes sociais. Devido aos estudos realizados pela agência, conclui-se que o modelo de campanha escolhido cumpria com a atual necessidade da empresa.

De acordo com as pesquisas feitas durante o capítulo III, fora percebido, de acordo com as respostas dos consumidores, que devido ao pouco investimento e conhecimentos no uso de mídias sociais o atendimento online era prejudicado. Unindo esses dados com as análises feitas no capítulo IV, desenvolveu-se estratégias de campanha para atualizar a imagem da empresa e aproximá-la dos consumidores.

Devido a esses pontos a agência Lumus definiu que a campanha institucional era o melhor caminho para sanar os problemas encontrados. Quando analisamos o momento de crise em que o mundo se encontra, a campanha institucional se faz de extrema importância para mostrar os pontos fortes da empresa, diferenciando-a dos concorrentes, aproximando do seu consumidor e posicionando-a no mercado local.

A campanha ocorre em mídias que o público destinado costuma utilizar, de acordo com os dados da pesquisa, para atingi-los de maneira mais efetiva e otimizando a verba do cliente. As mídias da campanha foram distribuídas dentro da verba disposta pela empresa.

A agência Lumus entende que os esforços produzidos durante o trabalho atingiram objetivos e solucionaram os problemas observados. Todo o trabalho foi realizado respeitando as normas de regulamentação ética do código dos profissionais de Propaganda buscando entregar o melhor para o cliente e seus consumidores.

## Referências Bibliográficas

ALVES JUNIOR, Rubens. **Importância do Tema na Campanha Publicitária**. Disponível em: < [https://www.oswaldocruz.br/conteudo\\_ler.asp?id\\_conteudo=28957](https://www.oswaldocruz.br/conteudo_ler.asp?id_conteudo=28957) >. Acesso em: 22 de outubro de 2020

KOTLER, Philip *et.al* **Marketing 3.0** - As forças que estão definindo o novo marketing centrado no ser humano, 1ª ed. São Paulo: Elsevier Editora Ltda. 2010

NAKAMURA, Rodolfo. **Mídia: como fazer um planejamento de mídia na prática**, 1ª ed. São Paulo: Farol do Forte, 2009.